

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA DO BRASIL

JOSEANNE ZINGLEARA SOARES MARINHO

**ENTRE LETRAS E BORDADOS: o tecer das tramas na história das
normalistas em Teresina (1930-1949)**



Teresina-PI
2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

JOSEANNE ZINGLEARA SOARES MARINHO

**ENTRE LETRAS E BORDADOS: o tecer das tramas na história das
normalistas em Teresina (1930-1949)**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História do Brasil.
Orientadora: Professora Dr^a. Maria do Amparo Borges Ferro.

Teresina-PI
2008

M338e Marinho, Joseanne Zingleara Soares.

Entre Letras e Bordados: o tecer das tramas na história das normalistas em Teresina (1930-1949) / Joseanne Zingleara Soares Marinho. — Teresina, 2008.

183f. : il.

Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, 2008.

Orientadora: Prof^a. : Dr^a. : Maria do Amparo Borges Ferro.

1. Educação – História – Piauí. 2. Escola Normal – Piauí. 3. Normalistas. I. Título.

CDD – 370.981/22

JOSEANNE ZINGLEARA SOARES MARINHO

**ENTRE LETRAS E BORDADOS: o tecer das tramas na história das
normalistas em Teresina (1930-1949)**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História do Brasil.

Orientadora: Professora Dr^a. Maria do Amparo Borges Ferro.

Aprovada em 30/05/2008

BANCA EXAMINADORA

Professora Dr^a. Maria do Amparo Borges Ferro (Orientadora)
Universidade Federal do Piauí

Professor Dr. Pedro Vilarinho Castelo Branco
Universidade Federal do Piauí

Professora Dr^a. Maria Inês Sucupira Stamatto
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

*Dedico este trabalho a minha mãe,
com imensa saudade.*

AGRADECIMENTOS

Foram muitos aqueles que me ajudaram a realizar este trabalho. A todos desejo manifestar minha gratidão e prestar meus sinceros agradecimentos:

A Deus, por ter tornado a conclusão deste projeto uma realidade diante de tantas adversidades;

À minha família, pela confiança em minha capacidade de superação e pelo apoio que me proporcionou;

À professora Dr^a. Maria do Amparo Borges Ferro, orientadora exigente, cuidadosa e compreensiva;

À professora Dr^a. Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz e ao professor Dr. Pedro Vilarinho Castelo Branco, pelas contribuições preciosas apresentadas na banca de qualificação;

Ao Programa de Mestrado em História do Brasil, pela confiança e apoio durante a realização do curso;

Aos funcionários do Arquivo Público Casa Anísio Brito e do Instituto Superior de Educação Antonino Freire, pela atenção e presteza na disponibilização das fontes para consulta;

A Isis Maria Martins Raposo Castelo Branco, Maria da Conceição Passos Prado, Maria de Lourdes Coelho Oliveira, Maria do Perpétuo Socorro Soares e Ozita Mendes de Oliveira Nunes, por comigo partilharem, com emoção, as suas memórias de normalistas;

À Andreza Galindo Diniz, Clarice Helena Santiago Lira, Nalva Maria Rodrigues de Sousa, Márcia Castelo Branco Santana e Pedro Pio Fontineles Filho, amigos queridos do Mestrado em História do Brasil, pelo carinho e motivação.

RESUMO

O presente texto apresenta um estudo sobre a formação das normalistas que freqüentaram o curso de profissionalização para professoras primárias oferecido pela Escola Normal de Teresina nos anos de 1930 a 1949. Para que essa proposta de história das mulheres fosse efetivamente contemplada, foram abordados no texto os seguintes aspectos: a relação entre o curso Normal e a modernização da área educacional, as circunstâncias em que ocorria o ingresso feminino nesse curso, as características da formação das normalistas, a participação delas nos eventos cívicos e escolares, o funcionamento cotidiano da Escola Normal, a disciplina escolar na formação das condutas e, finalmente, os modos de ação de instâncias pedagógicas como a família, a Igreja Católica, o cinema e as propagandas publicitárias na construção das consciências e dos comportamentos das normalistas. Na Escola Normal, instituição de prestígio, a educação feminina das jovens de setor social médio servia para a formação do magistério primário e também as preparava para o casamento e para a maternidade. Isso ocorria porque as normalistas deveriam cumprir de forma competente as funções de professoras, esposas e mães porque assim contribuiriam efetivamente para o futuro desenvolvimento do Brasil. Nesta pesquisa, foram utilizadas as seguintes fontes: documentação da Escola Normal, revistas, jornais, documentos do Executivo e do Legislativo, ilustrações e entrevistas. As categorias teórico-metodológicas utilizadas para possibilitar a análise foram: cultura escolar, memória, modernização e história oral.

PALAVRAS-CHAVE: Normalistas. Escola Normal. Mulheres. Educação. História.

ABSTRACT

This text presents a study on the formation of normalistas who attended the course of professional for primary teachers offered by the Normal School of Teresina in the 30's and 40's. To that proposal history of woman was effectively contemplated the text addressed the relationship between the normal course of modernization and educational area, the circumstances that occurred the women entrance in the normal course, the characteristics of normalistas training, involvement of young people who studied the normal way in civic and school events, the daily operation of the Normal School, school discipline in the training of procedures and finally the modes of action of educational institutions such as family, the Catholic Church, the cinema advertising and advertisements in the construction of the social behavior of normalistas. In Normal School, the prestigious institution that provided the normal course, the education of young women of middle social sector served for the training of primary teaching and also prepared for marriage and motherhood. This occurred because the normalistas should fulfill the functions of competent teachers, wives and mothers because it would effectively contribute for the future development of Brazil. In this research, were used the following sources: documentation of the Normal School, magazines, newspapers, documents of the Executive and the Legislature, illustrations and interviews. The theoretical categories used to enable the analysis were: school culture, memory, modernization and oral history.

KEYWORDS: Normalistas. Normal School. Women. Education. History.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Avenida Antonino Freire.....	35
Fotografia 2 - Praça Pedro II.....	36
Fotografia 3 - Alunos da Escola Modelo Artur Pedreira.....	47
Fotografia 4 - Escola Agrupada do município de Luís Corrêa.....	52
Fotografia 5 - Grupo Escolar do município de Periperi.....	52
Fotografia 6 - Prédio da Escola Normal.....	63
Fotografia 7 - Diploma da Escola de Adaptação.....	72
Fotografia 8 - Alda Avelino da Cunha	82
Fotografia 9 - Yolanda Bugyja Brito.....	82
Fotografia 10 - Conclusão do curso de Puericultura da Escola Normal.....	107
Fotografia 11 - Presidente Getúlio Vargas com criança.....	108
Fotografia 12 - Comemoração do Dia da Árvore.....	117
Fotografia 13 - Comemoração do Dia da Árvore.....	118
Fotografia 14 - Desfile do Dia Pan-Americano.....	119
Fotografia 15 - Autoridades Assistindo ao desfile do Dia Pan-Americano.....	120
Fotografia 16 - Comemoração do Dia Pan-Americano na Escola Normal.....	120
Fotografia 17 - Comemoração cívica do Dia da Bandeira.....	122
Fotografia 18 - Desfile da juventude no Dia da Raça.....	123
Fotografia 19 - Desfile do Dia da Pátria.....	125
Fotografia 20 - A Chegada de Leônidas Mello e sua Esposa a Teresina.....	127
Fotografia 21 - Senhoras e Senhoritas aguardando a chegada do interventor.....	128
Fotografia 22 - Público esperando a chegada de Leônidas Mello.....	128
Fotografia 23 - Comemorações do aniversário de Getúlio Vargas.....	131
Fotografia 24 - Concurso de robustez infantil.....	133
Fotografia 25 - Vencedor do concurso de robustez infantil.....	134
Fotografia 26 - A rainha e a princesa da Escola Normal.....	137
Fotografia 27 - Coroação da rainha da Escola Normal Oficial.....	138
Fotografia 28 - Diploma do curso Normal de D. Maria de Lourdes Coelho Oliveira.....	140
Fotografia 29 - Aula de Educação Física na Escola Normal de Floriano.....	153

LISTA DE PROPAGANDAS

Propaganda 1 - Filme: Uma Cidade que Surge.....	155
Propaganda 2 - Creme Antisardina.....	157
Propaganda 3 - Regulador Sian.....	158
Propaganda 4 - Cigarro Continental.....	159
Propaganda 5 - Remédio Guaraina.....	160
Propaganda 6 - Manteiga Garça.....	161
Propaganda 7 – Maizena.....	162

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Professores da Escola Normal nas décadas de 1930 e 1940.....	88
Quadro 2 - Disciplinas curriculares do curso Normal a partir de 1921.....	97
Quadro 3 - Disciplinas curriculares do curso Normal a partir de 1932.....	98
Quadro 4 - Disciplinas curriculares do curso Normal a partir de 1947.....	113

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Escolas primárias existentes no Piauí em 1939.....	50
Tabela 2 - Matrículas de ensino primário realizadas no Piauí de 1930 a 1949.....	53
Tabela 3 - Número de conclusões da Escola Normal de 1912 a 1921.....	61
Tabela 4 - Número de conclusões da Escola Normal de 1922 a 1929.....	64
Tabela 5 - Matrículas e conclusões na Escola Normal entre 1930 e 1949.....	67
Tabela 6 - Freqüência por sexo na Escola Normal entre 1930 e 1949.....	78

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 O ESTATUTO DA EDUCAÇÃO NO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO	
1.1 O PRENÚNCIO DE UMA EDUCAÇÃO INOVADORA.....	27
1.2 A EFETIVAÇÃO DE UM NOVO ESTATUTO PARA A EDUCAÇÃO.....	35
2 A ESCOLA NORMAL NO PROJETO EDUCACIONAL MODERNO	
2.1 UM PERFIL DAS MUDANÇAS NA VIDA FEMININA.....	56
2.2 INSTALAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA ESCOLA NORMAL DE TERESINA.....	58
2.3 O INGRESSO NA ESCOLA NORMAL.....	70
2.4 A ESCOLA NORMAL COMO UM LUGAR FEMININO.....	76
2.5 OUTROS CAMINHOS ALÉM DO CURSO NORMAL.....	80
3 A ESCOLA NORMAL FORMANDO PROFESSORAS E MÃEZINHAS	
3.1 A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA.....	86
3.2 O CURRÍCULO ESCOLAR.....	94
4 OS TEMPOS DE FESTAS NA ESCOLA NORMAL	
4.1 A PARTICIPAÇÃO NOS EVENTOS CÍVICOS.....	115
4.2 OS EVENTOS PROMOVIDOS NA ESCOLA NORMAL.....	132
5 AS ATRIBUIÇÕES DE SENTIDOS NOS CORPOS DAS NORMALISTAS	
5.1 OS CORPOS CONSTRUÍDOS NO ESPAÇO ESCOLAR.....	142
5.2 A PRÁTICA FÍSICA E A PRODUÇÃO DO CORPO.....	148
5.3 OUTRAS VIAS DE PRODUÇÃO DOS CORPOS DAS NORMALISTAS.....	154
CONCLUSÃO	171
REFERÊNCIAS E FONTES	173

INTRODUÇÃO

Atualmente, no Brasil, a educação feminina formal é procurada pelas mulheres que desejam, de forma cada vez mais intensa, uma formação educacional especializada em um mercado de trabalho competitivo. No âmbito do magistério, o curso Pedagógico de nível médio não é mais considerado pela legislação que rege a educação do país uma formação suficiente para o exercício da função de professora primária, sendo o curso de Pedagogia de nível superior a habilitação adequada para o preenchimento do cargo. No entanto, a educação oferecida para as mulheres com anseios de se tornar professoras, no país, demorou a chegar a esse patamar de desenvolvimento.

Entre o final do século XIX e os primeiros anos do século XX, ainda persistia o atraso na educação pública do Piauí. Nessa época dificilmente a educação feminina passava do aprendizado da leitura e da escrita, restringindo-se basicamente ao aprendizado das atividades domésticas e de um comportamento social condizente com uma “moça de família”. Isso ocorria porque os papéis femininos valorizados por aquela sociedade eram essencialmente o de esposa e de mãe, sendo que, para o seu desempenho, não era necessário aprofundamento no conhecimento formal.

Em Teresina, capital do Piauí, ocorreram, na segunda metade do século XIX, várias tentativas frustradas para a instalação da primeira Escola Normal do estado. O sucesso ocorreu somente em 1909, com a fundação da Escola Normal Livre.¹ No ano seguinte, o governo estadual assumiu a responsabilidade sobre essa instituição, mudando seu nome para Escola Normal Oficial.² Essa foi uma medida importante porque passou a proporcionar uma oportunidade para as mulheres terem acesso ao restrito mercado de trabalho e também porque possibilitou as condições de expansão da educação primária pelo Piauí, com profissionais formadas adequadamente.

Entretanto, apenas no início da década de 1920, é que foi instalado no país um espaço fértil para questionamentos e debates sobre a situação da educação. Esse movimento repercutiu no Piauí, de modo que o governo do estado passou a realizar algumas ações mais

¹ A instituição adquiriu essa denominação porque foi criada a partir da iniciativa particular de um grupo de pessoas que tinham fortes ligações com a Maçonaria e com as idéias dos livre-pensadores. CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **Mulheres Plurais**: a condição feminina na Primeira República. Teresina: Bagaço, 2005. p. 83.

² Esse estabelecimento educacional foi assim chamado porque representava o modelo de funcionamento legalizado pelo governo estadual para qualquer Escola Normal que fosse instalada no Piauí. PIAUHY. Decreto n. 1.498, de 17 de novembro de 1933. Equipara à Escola Normal Oficial a Escola Normal de Parnaíba e o Colégio Sagrado Coração de Jesus. **Decretos do Ano de 1933**. Teresina: Imprensa Oficial, 1934.

sistematizadas na área. Isso ocorria porque a educação estava se firmando cada vez mais como base indispensável para a resolução dos problemas sociais e conseqüente desenvolvimento do Brasil.

Entretanto, somente nos anos de 1930 e 1940, esse movimento com pretensões de desenvolver e renovar a educação teve seus objetivos efetivamente alcançados. Isso ocorreu através de várias iniciativas do governo central como a Reforma Francisco Campos e a Reforma Capanema, que organizaram a estrutura educacional do país, e também com a transformação da educação em uma área importante para os investimentos financeiros dos poderes públicos.

Essas medidas, que estavam incluídas na proposta de modernização do país, provocaram a expansão da educação primária, que finalmente foi realizada, e ainda a melhoria da qualidade educacional. O Piauí seguiu essa orientação federal, aumentando o número de escolas primárias, elevando as taxas de matrículas e melhorando a formação das professoras.

Nesse período, a Escola Normal instalada em Teresina possuía grande prestígio na sociedade local e atingiu sua consolidação como principal instituição piauiense de formação feminina na área docente, adquirindo estabilidade no seu funcionamento e comprovada qualidade de ensino.³ O curso Normal, na época, profissionalizava para o exercício da função de professora primária, sendo o mais alto nível educacional a que tinha acesso a maioria das mulheres que prosseguiram os estudos após o ensino elementar. As exceções consistiam na formação técnica em outros cursos e na instrução de nível superior.

Podemos perceber que o propósito da educação feminina oferecida pelo governo estadual na Escola Normal durante o período dos anos de 1930 e 1940 não era somente o de oferecer instrução que proporcionasse às mulheres a profissionalização para o trabalho de professora, mas também os conhecimentos adequados para o exercício competente das funções de esposa e mãe.

Segundo o discurso dos poderes públicos, a normalista deveria estar preparada para promover o desenvolvimento saudável dos filhos que teria futuramente com o casamento e contribuir com o fim do analfabetismo infantil, pois, agindo assim, ela favoreceria o progresso da pátria, que seria construído pelas crianças. Essa formação da normalista era realizada

³ Em 1947, a instituição passou a chamar-se Escola Normal Antonino Freire, em homenagem ao governador do Piauí que instalou a Escola Normal Oficial do estado em 1910. PIAUÍ. Decreto n. 1.402, de 27 de janeiro de 1947. Dispõe sobre a adaptação do ensino normal do estado. **Diário Oficial**, Teresina, ano XVII, n. 16, p. 1- 4, 30 de jan. de 1947.

especialmente por meio do currículo, da participação nos eventos cívicos e envolvimento nas festividades escolares.

É importante destacarmos que a Escola Normal não era a única via formadora da consciência e do comportamento das normalistas. Isso ocorria porque essas jovens faziam parte de um meio social que incluía a família, a Igreja Católica, o cinema e ainda as propagandas publicitárias, instâncias que contribuíam pedagogicamente com a formação das normalistas, convergindo ou criando pontos de tensão.

Convém observar que o projeto de Escola Normal foi criado na França, no século XIX, e depois implantado em vários países, tornando-se uma prática na educação feminina ocidental. Por isso, ao longo desta dissertação, recorreremos a comparações entre o funcionamento da Escola Normal instalada em Teresina e o de outras instituições desse tipo existentes no estado, no país e mesmo na França. O objetivo foi verificar permanências e mudanças que conduzissem a uma melhor análise do tema proposto.

Nesse sentido, ao nos propormos o estudo da formação feminina na Escola Normal de 1930 a 1949 em Teresina, buscamos construir possíveis respostas para as seguintes questões: Qual a relação entre o curso Normal e a modernização da educação? Como se dava o ingresso no curso Normal? Quais os objetivos da formação na Escola Normal? Como os eventos cívicos e escolares contribuíram para a formação das normalistas? De quais modos as regras da Escola Normal procuravam moldar a consciência e o comportamento das alunas? Quais as reações das normalistas diante das regras escolares? Qual a influência de outras instâncias sociais na formação das normalistas?

O interesse por essa temática delineou-se através do contato inicial com estudos sobre história das mulheres adquiridos no período da graduação em História na Universidade Estadual do Piauí, durante os anos de 1990, pois, nesse período tal abordagem histórica era uma novidade que estava adquirindo grande visibilidade na academia.

A pesquisa enfocou as décadas de 1930 e 1940, escolha que se justifica por dois motivos: em primeiro lugar, pelo fato de o período ser relevante na expansão educacional primária e, em segundo lugar, porque, no que diz respeito às décadas anteriores, há uma impossibilidade de acesso a muitos documentos escritos importantes e, principalmente, à História Oral, aspectos que inviabilizariam a proposta aqui delineada.

Percebemos que, a partir da segunda metade do século XIX e, principalmente, na década de 1920, ocorreram algumas mudanças importantes na maneira de conceber a educação e fornecer esse serviço no Piauí. Tais mudanças estavam vinculadas ao processo de modernização já existente na época, por isso, apesar de o foco temporal da pesquisa ser as

décadas de 1930 e 1940, também fazemos referências àquele período mais recuado quando for necessário para o entendimento do processo.

A escolha da Escola Normal para ser enfocada na pesquisa é justificada pelo fato de a instituição ser o principal centro de educação feminina que oferecia o curso Normal no Piauí durante os anos de 1930 e 1940, apesar de existirem outras instituições que forneciam a mesma formação em Teresina e nos municípios de Floriano e Parnaíba.

Para a elaboração da dissertação foram utilizadas as seguintes fontes produzidas no período temporal pesquisado: documentação da Escola Normal, revistas, jornais, fotografias, propagandas, documentos do Executivo e do Legislativo e ainda depoimentos.

No arquivo da Escola Normal, a qual hoje se chama “Instituto Superior de Educação Antonino Freire”, foram pesquisados os seguintes documentos sobre o cotidiano escolar: folhas de pagamento dos funcionários, chamadas para realização de exames escolares, listagens de notas das alunas, atas registrando a realização de avaliações, portarias da direção da instituição, diários de classe e fichas de matrículas.

Também utilizamos as fontes hemerográficas do Arquivo Público Anísio Brito, onde encontramos as seguintes revistas: Almanaque da Parnahyba, Revista da Academia Brasileira de Letras, Almanack Piauyense, Revista Voz do Estudante e Revista Zodíaco, bem como os seguintes jornais: O Piauí, O Tempo, Resistência, Jornal do Comércio, O Dominical e o Diário Oficial.

A utilização desse tipo de fonte foi suficiente para se alcançar o propósito de identificar informações diversas sobre a vida cotidiana da cidade e, de forma mais específica, obter dados importantes sobre fatos da Escola Normal que se tornaram notícia. Frequentemente isso ocorreu através de registros como reportagens, crônicas, propagandas e fotografias.

O material fotográfico, encontrado nos relatórios governamentais, nos jornais e nas revistas, serviu frequentemente como fonte histórica, porque, muitas vezes, ultrapassou seu aspecto meramente ilustrativo e compôs, juntamente com os outros tipos de registros do passado, a tecitura da época analisada. Isso ocorreu quando conseguimos entender informações não imediatamente reveladas pela imagem mostrada nas fotografias, mas que estavam relacionadas a uma intrincada rede de significações pertencentes ao panorama cultural em que foram produzidas. Como podemos observar a seguir:

Já foi dito que as imagens são históricas, que dependem das variáveis técnicas e estéticas do contexto histórico que as produziram e das diferentes

visões de mundo que concorrem no jogo das relações sociais. Nesse sentido, as fotografias guardam, na sua superfície sensível, a marca indefectível do passado que as produziu e consumiu. [...] o historiador entra em contato com este presente/passado e o investe de sentido, um sentido diverso dado pelos contemporâneos da imagem, mas próprio à problemática a ser estudada.⁴

As fotografias concebidas como fontes históricas são importantes porque podem permitir ao historiador a revelação de aspectos da vida material em um determinado recorte temporal do passado que a mais detalhada descrição verbal ou escrita não poderiam substituir. Trata-se de um passado que revela, através do olhar fotográfico, um tempo e um espaço que possuem um sentido individual, porque envolvem a escolha efetivamente realizada, e um sentido coletivo, pois remetem o sujeito à sua época. A fotografia assim compreendida deixa de ser uma imagem retida do tempo para se tornar uma mensagem que se processa através do tempo.⁵

No Arquivo Público Anísio Brito, também foram encontrados documentos do Legislativo e do Executivo, como: legislações estaduais e federais, relatórios sobre as realizações dos chefes do governo do estado apresentados para o presidente da República e ainda mensagens dos líderes do poder Executivo estadual apresentando para a Assembléia Legislativa as ações realizadas em suas administrações. Esses tipos de documentos foram incluídos na pesquisa porque fornecem determinações governamentais sobre o funcionamento dos estabelecimentos escolares no Piauí e também relacionam ações importantes realizadas pelos poderes públicos em todo o estado e nos municípios, principalmente na área educacional.

É importante destacar que essas fontes escritas estão incompletas e que uma parte delas refere-se apenas a alguns anos das décadas de 1930 e 1940. Além disso, algumas vezes o estado de conservação ruim comprometeu a integridade da documentação disponível. Esses problemas impossibilitaram o acesso a algumas informações, mas esse aspecto não adquiriu um caráter realmente significativo porque a variedade de documentos analisados foi suficiente para revelar dados relevantes sobre o tema.

A História Oral foi utilizada como método de pesquisa que utiliza a técnica da entrevista e outros procedimentos articulados entre si para registrar a experiência humana e

⁴ MAUAD, Ana Maria. Através da Imagem: fotografia e história interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 10, 1996.

⁵ CARDOSO, Ciro Flamarion; MAUAD, Ana Maria. História e Imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. 5.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 406.

produzir fontes históricas.⁶ Nesse sentido, o registro individual através do depoimento se configura como fonte privilegiada de informações, proporcionando à memória um estatuto de relevância porque possibilita uma aproximação entre representações individuais e saberes constituídos.

Até algum tempo, os historiadores estudavam os participantes da história à distância, apenas através da mediação da documentação escrita, principalmente oficial. Mais recentemente, a evidência oral transformou os “objetos” de estudos em “sujeitos”, contribuindo para uma construção da história mais viva e comovente.⁷ Nesse sentido, a História Oral pode servir como importante ferramenta em se tratando de acionar repertórios que podem nos aproximar do cotidiano de quem vivenciou os fatos no período definido e fornecer informações ausentes em outros tipos de fontes.

A entrevista concebida dessa forma passou a ser constituída como fonte histórica, sendo analisada de acordo com as questões formuladas para o estudo. Como o documento gerado não fala por si, ele precisa ser interpretado e analisado quanto à forma e o conteúdo, considerando-se a finalidade para a qual foi construído, tendo em vista os objetivos da pesquisa e o conceitual teórico em que se apóia. Trata-se de deslocar o objeto documentado, pois a entrevista não revela o passado tal como efetivamente ocorreu, e sim as formas como foi e é apreendido e interpretado.⁸

De acordo com essa perspectiva, é preciso considerar que sobre a condição feminina se instala um dos maiores silenciamentos da história e uma das variáveis dessa condição é aquela que pode ser observada na questão das fontes, pois ao longo do tempo, as mulheres deixaram poucos vestígios diretos, escritos ou materiais, e os observadores ou cronistas que escreveram sobre elas, em sua grande maioria, foram homens que cultivaram uma visão geralmente estereotipada da condição feminina.⁹

Nesse sentido, a História Oral tem, entre seus méritos, contribuir para acabar com o silêncio das fontes que tratam da condição feminina, uma vez que é possível elaborar a história baseada na voz das próprias testemunhas. No caso deste estudo sobre as normalistas, o tipo de entrevista realizada não enfocou necessariamente a totalidade da vida das informantes, já que o foco principal é a formação no curso Normal, realizada no período da

⁶ FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral**: possibilidades e procedimentos. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2002. p. 18-19.

⁷ THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado**: História Oral. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 137.

⁸ ALBERTI, Verena. **História Oral**: a experiência do Cpdoc. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea - CPDOC/ FGV, 2004. p. 19.

⁹ PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 16-18.

juventude, levantando-se informações relacionadas especialmente ao cotidiano escolar da Escola Normal de Teresina.

As normalistas entrevistadas durante a pesquisa foram Isis Maria Martins Raposo Castelo Branco,¹⁰ Maria da Conceição Passos Prado,¹¹ Maria de Lourdes Coelho Oliveira,¹² Maria do Perpétuo Socorro Soares¹³ e Ozita Mendes de Oliveira Nunes.¹⁴

Segundo as informações coletadas durante a pesquisa, geralmente estudavam na Escola Normal moças provenientes dos setores sociais médio e alto, mas, nas entrevistas que foram realizadas, tivemos acesso somente a mulheres representantes do setor médio, de forma que, nesta dissertação, fazemos o estudo apenas das normalistas provenientes desse segmento social.

As mulheres de famílias ricas apareceram algumas vezes nas fontes escritas como tema principal e também nos relatos orais, mas apenas como referência, por isso elas foram contempladas na dissertação em poucos momentos. Já as moças pobres que estudaram o curso Normal foram exceções, e a elas praticamente não tivemos acesso através da documentação pesquisada.

As fontes orais e as fontes escritas foram utilizadas com o propósito de fornecer informações que servissem para realizar uma análise em torno do objeto de estudo, o que propiciou uma abordagem mais criteriosa do tema em questão, uma vez que os documentos não foram entendidos como provas incontestáveis dos acontecimentos ocorridos, mas convertidos em materiais de análise indispensáveis para a construção histórica proposta. Sobre essa questão é relevante considerarmos o posicionamento adotado pela maioria dos historiadores:

¹⁰ Isis Maria Martins Raposo Castelo Branco nasceu no dia 11 de junho de 1923 na cidade de Flores (hoje Timon), no Maranhão. Estudou na Escola Normal Oficial de Teresina a partir de 1936 e concluiu o curso de normalista no ano de 1940. Logo depois fez um curso de Especialização em Educação Física. Exerceu o cargo de professora primária e depois de diretora, até aposentar-se.

¹¹ Maria da Conceição Passos Prado nasceu no dia 13 de fevereiro de 1926, na cidade de Parnaíba (PI). Estudou na Escola Normal de Parnaíba a partir de 1946 e concluiu o curso de normalista no ano de 1948. Trabalhou como professora de nível primário e ginásial até a aposentadoria.

¹² Maria de Lourdes Coelho Oliveira nasceu no dia 14 de julho de 1923, em Teresina (PI). Estudou na Escola Normal Oficial de Teresina a partir de 1939 e concluiu o curso de normalista no ano de 1943. Trabalhou inicialmente como professora primária e depois como diretora até a aposentadoria.

¹³ Maria do Perpétuo Socorro Soares nasceu em 19 de maio de 1922, em Buriti Bravo (MA). Estudou na Escola Normal Oficial de Teresina a partir de 1936 e concluiu o curso de normalista no ano de 1940. Trabalhou inicialmente como professora primária e depois em um cargo burocrático da Assembléia dos Deputados do Piauí, até aposentar-se.

¹⁴ Ozita Mendes de Oliveira Nunes nasceu em 31 de março de 1925 em Teresina (PI). Estudou na Escola Normal Oficial de Teresina a partir de 1940 e concluiu o curso de normalista no ano de 1944. Logo depois, fez o curso de Contabilidade no Colégio Leão XIII. Trabalhou durante alguns anos como professora primária e depois assumiu o cargo de Escriturária dos Correios e Telégrafos, no qual se aposentou.

Não tenho a pretensão de comunicar-lhe a verdade, mas de sugerir-lhe o provável, colocando-o diante da imagem que eu mesmo tenho, honestamente, do real. Dessa imagem participa em boa dose aquilo que eu imagino. Cuidei, entretanto, para que as elasticidades do imaginário permanecessem solidamente presas a esses ganchos que em caso algum, em nome de uma moral, a do cientista, ousei manipular ou negligenciar, e que testei em todos os casos minuciosamente, para confirmar-lhes a solidez. Estou falando dos documentos [...].¹⁵

Dessa forma, entre o pesquisador e o real sempre existe o conteúdo limitado das fontes históricas. Elas restringem as respostas a várias questões levantadas pelo historiador, direcionam a realização dos estudos e possibilitam, de modo frustrante, apenas o estudo fragmentado do assunto pesquisado. No entanto, a produção do conhecimento histórico também é determinada pela subjetividade ou “imaginação” do historiador, que imprime o seu olhar interpretativo, seleciona informações e escolhe abordagens teóricas específicas para a realização do seu trabalho de análise. Por esses motivos o historiador não consegue atingir toda a verdade sobre o que realmente ocorreu, mas propõe sua própria verdade em uma narrativa histórica parcial e imperfeita.

Essa é uma experiência que freqüentemente o pesquisador experimenta em função de seu objeto, suas fontes e sua análise. O historiador Roger Chartier, ao referir-se ao colega de profissão Michel de Certeau, considerou o seguinte sobre essa questão da incompletude da escrita histórica:

[...] a pesquisa é infinita e aberta ao passo que o texto deve apresentar coerência e completude. É uma reflexão que não ultrapassou a contradição entre a escrita da história, que supõe uma sucessão, um acabamento e uma completude, e a pesquisa que, supostamente partindo do presente, não preenche todas as lacunas e poderia ser infinita.¹⁶

Este trabalho está inserido no âmbito da história das mulheres. O surgimento desse campo de estudo na história ocorreu na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, nos anos de 1960, na França, uma década depois, e no Brasil ganhou mais solidez nos anos de 1980. Apesar disso, atualmente a história das mulheres ainda pode ser concebida como uma perspectiva renovada na historiografia à medida que enfoca o estudo das mulheres na

¹⁵ DUBY, Georges. **A História Continua**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. p. 62.

¹⁶ DIAS, Claudete Maria Miranda. Roger Chartier: entrevista. In: CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar; NASCIMENTO, Francisco Alcides; PINHEIRO, Áurea Paz (org.). **Histórias**: cultura, sociedade, cidades. Recife: Bagaço, 2005. p. 289.

condição de sujeitos atuantes na história, campo de saber que durante muito tempo não reconheceu a importância da historicidade do segmento social feminino.¹⁷

A perspectiva de trabalhar com a história das mulheres têm o mérito de tornar visíveis aquelas que foram silenciadas, e por isso ficaram à margem da historiografia.¹⁸ Foram esses estudos que transformaram referências esparsas sobre as mulheres em tema central na história, servindo para levantar informações e focalizar temas, bem como problemas que não faziam parte do universo da academia, como a abordagem do cotidiano, da família, da sexualidade e dos sentimentos femininos.

Esse silêncio em relação à historicidade feminina tem sido rompido em virtude dos estudos acadêmicos que estão sendo realizados na área da história das mulheres, sendo que, mais de trinta anos depois de seu surgimento, várias gerações de intelectuais se sucederam, e a constituição desse campo de estudos sofreu mudanças significativas. Na realização dessa caminhada, os estudos sobre a história das mulheres expressaram a denúncia da opressão doméstica realizada pelos homens e a simples descrição das vivências femininas.

Algum tempo depois, várias produções acadêmicas começaram a ensaiar explicações mais elaboradas e mesmo promover articulações conceituais com paradigmas teóricos já existentes ou emergentes em outras áreas de conhecimento.¹⁹ Dentre essas diferentes perspectivas de concepção da historicidade feminina foi que surgiu a categoria chamada de gênero.²⁰

A opção, nesta pesquisa, pelo conceito de história das mulheres e não pela categoria gênero está fundamentada no fato de que foi aquele o referencial que melhor se adaptou à proposta de tornar visível a condição das mulheres que se tornaram normalistas.

¹⁷ Vários fatores imbricados concorreram para a emergência do objeto “mulher” nas ciências humanas em geral, e na história, em particular, tais como: aconteceu uma renovação das questões, ligada à crise dos sistemas de pensamento estruturalistas, à modificação das alianças disciplinares e à proeminência da subjetividade, também a maior presença das mulheres nas universidades, como estudantes e docentes, concorreu para uma demanda renovada, ou pelo menos para uma escuta favorável, assim como o movimento de liberação feminino, que repercutiu na produção acadêmica de forma a tornar possível a visibilidade das mulheres. PERROT, op. cit., p. 19-20.

¹⁸ Sobre essa questão, consultar LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004. p. 14-36.

¹⁹ PERROT, op. cit., p. 15-16.

²⁰ O termo faz parte da tentativa empreendida pelas feministas americanas de reivindicar uma definição adequada para os estudos sobre as mulheres, pela incapacidade das teorias existentes em explicar as persistentes desigualdades entre as mulheres e os homens. Com isso, a palavra gênero passaria a indicar uma rejeição do determinismo biológico existente no uso corrente de outros termos, enfatizando o caráter social das distinções baseadas no sexo. O conceito deveria ser usado com um forte apelo relacional, já que, de acordo com essa perspectiva, é no arranjo das relações sociais que se constroem o ser masculino e feminino, ou seja, ainda que os estudos desenvolvidos priorizem as mulheres como foco, eles passam a referir-se, de forma cada vez mais explícita, aos homens. SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, São Paulo, v. 20, p. 71-99, jul./dez. 1995.

O trabalho também aborda a cultura escolar com o objetivo de contribuir para o estudo da Escola Normal como um local em que ocorria o aprendizado de conhecimentos formais específicos e a tentativa de incorporação de condutas valorizadas pela instituição, configurando-se como:

[...] um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos: normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização).²¹

A cultura escolar também foi enfocada através das relações que mantinha com o conjunto de culturas que lhe eram contemporâneas, tais como a cultura religiosa e a cultura política. Isso se tornou importante porque existiam instâncias, como a religião católica e a política da época, que também estavam marcadamente presentes na Escola Normal, influenciando a elaboração das normas e a realização das práticas escolares.

Também é importante considerar que trabalhando simplesmente com textos normativos, a tendência é superestimar modelos e projetos, constituindo a cultura escolar como um isolamento, contra o qual as restrições e as contradições do mundo exterior viriam se chocar. Essa é uma visão que atribui uma potência absoluta aos projetos pedagógicos e tem muito pouco a ver com uma história sociocultural das instituições de ensino, uma vez que despreza as resistências e as tensões geradas no cotidiano. Para evitar a ilusão de um poder total da escola, convém voltar a atenção ao funcionamento interno dela, detectar como acontecia a prática escolar, e, principalmente, não ter as fontes normativas como a única realidade possível.²²

Assim, podemos entender que nem sempre os ensinamentos da Escola Normal eram incorporados na direção apontada pelas normas, pois, no interior das estruturas sociais, existiam espaços que poderiam implicar em possibilidades de negação e reinterpretção, permitindo o jogo da invenção metafórica e da imaginação. Nesse sentido, através da documentação escrita sobre o cotidiano escolar, e principalmente através dos testemunhos orais, percebemos que as normalistas eram capazes de transformar os espaços e as instâncias de opressão em lugares de resistência dentro da instituição educacional.

²¹ JULIA, Dominique. A Cultura Escolar Como Objeto Histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Rio de Janeiro, n.1, p. 10, jan./jun. 2004.

²² Id. Ibid., p. 36-37.

O conceito de memória também é utilizado neste trabalho, e um aspecto importante dessa referência se apóia no fato de que o indivíduo participaria de duas espécies de memórias. Por um lado, é na vida pessoal que têm lugar as lembranças; por outro, a memória pode evocar e manter lembranças impessoais que interessam a um grupo específico.²³

De acordo com essa perspectiva, é importante considerarmos que as lembranças individuais são calcadas naquilo que os indivíduos vêem, sentem, pensam e fazem em momentos específicos. Elas representam a história da vida de cada um, por isso são apresentadas de forma mais densa e detalhada, não se confundindo com a memória de uma outra pessoa. Apesar de parecer um fenômeno individual, a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social. A memória individual está, portanto, relacionada à participação nos grupos, pois o indivíduo está sempre envolvido com os segmentos dos quais faz parte.

Devemos considerar ainda que a memória é seletiva, e, assim, nem tudo que acontece na vida do indivíduo fica registrado. Além disso, a memória sofre flutuações em função das preocupações do momento em que é articulada e está sendo expressa pelo indivíduo. Esses mecanismos de construção da memória em nível individual tanto podem ser conscientes quanto inconscientes.²⁴

Assim, dificuldades e bloqueios que surgem eventualmente ao longo de uma entrevista resultam de brancos de memória e esquecimentos, mas também de uma reflexão sobre a própria utilidade de falar e transmitir o passado. Esse silêncio que não resulta do esquecimento pode ser uma condição necessária, presumida ou real, para a manutenção das relações em um meio social, onde tudo aquilo que a memória individual grava, recalca e relembra é o resultado de um trabalho de organização.

O conceito de modernização, também utilizado no trabalho, está vinculado aos processos que fazem parte do turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia que tem se expandido pelo mundo há alguns séculos:

As pessoas que se encontram em meio a esse turbilhão estão aptas a sentir-se como as primeiras, e talvez as últimas, a passar por isso [...] um grande e crescente número de pessoas vem caminhando através desse turbilhão há cerca de quinhentos anos. Embora muitas delas tenham experimentado a modernidade como uma ameaça radical a toda sua história e tradições, a

²³ HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1994. p. 53-54.

²⁴ POLLACK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 4, 1989.

modernidade no curso de cinco séculos desenvolveu uma rica história e uma variedade de tradições próprias.²⁵

Essa condição é resultante de muitos processos, tais como: grandes descobertas nas ciências físicas; a industrialização, que cria novos ambientes humanos e acelera o ritmo de vida; a explosão demográfica; o crescimento urbano; os novos sistemas de comunicação; um mercado capitalista em constante ascensão e países burocraticamente estruturados e geridos para serem cada vez mais poderosos.

Nesse contexto, para desfrutar das novas possibilidades de vivência que surgem constantemente no mundo moderno, é necessário ser flexível e estar pronto a mudar ou reajustar os próprios princípios. Isso ocorre porque os processos sociais estão em um perpétuo estado de vir-a-ser, que expande as possibilidades de experiência, sendo que aqueles que não estão dispostos a isso passam a integrar um coro que reage com estranheza e medo diante do novo, agindo de modo a barrar os novos processos da experiência moderna. Isso porque os acontecimentos que integram a modernização configuram-se-lhes como uma ameaça às formas de conceber o mundo, as quais, anteriormente, pareciam consolidadas.

Ressaltamos que os estudos sobre a educação feminina em Teresina ainda são escassos, sendo que, até o momento, tivemos acesso a apenas quatro trabalhos de dissertação de Mestrado que abordam o tema. Um deles, intitulado “Mulheres Plurais: a condição feminina na Primeira República”, de Pedro Vilarinho Castelo Branco, não apresenta a educação das mulheres como foco central, mas dedica um capítulo ao estudo desse tema, principalmente nas duas primeiras décadas do século XX. O segundo trabalho denomina-se “Múltiplas e Singulares: história e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970)”, de autoria de Elizangela Barbosa Cardoso (2003), a qual dedica-se principalmente ao tema da educação feminina na academia. A outra dissertação é “Beneméritas da Instrução: a feminização do magistério primário piauiense”, de Antônio de Pádua Carvalho Lopes, cujo tema é o processo que consolidou o magistério primário como função feminina no Piauí durante o período de 1864 a 1930. O último trabalho intitula-se “Escola Normal em Teresina (1864-2003): reconstituindo uma memória da formação de professores”, de Norma Patricya Lopes Soares, cujo foco principal não são as normalistas, mas o funcionamento da instituição.

Dessa forma, o estudo sobre o tema proposto torna-se relevante, porque proporciona uma contribuição referente à história da educação feminina de 1930 a 1949, em Teresina. A

²⁵ BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 15.

proposta também se torna significativa porque direciona o estudo às mulheres chamadas de normalistas, contemplando aspectos importantes da relação entre o cotidiano escolar e o contexto social mais amplo, aspectos não abordados em outros trabalhos.

Esperamos que esta pesquisa possa obter um estatuto de relevância na historiografia piauiense ao contribuir com novas perspectivas relativas ao tema em questão e também trazer indicações que podem servir para o direcionamento de outras pesquisas. Para isso consideramos o seguinte posicionamento:

Finalmente, o que é uma “obra de valor” em história? Aquela que é reconhecida como tal pelos pares. Aquela que representa um progresso com relação ao estatuto atual dos “objetos” e dos métodos históricos e, que, ligada ao meio no qual se elabora, torna possíveis, por sua vez, novas pesquisas.²⁶

O presente trabalho, que foi apresentado em seus aspectos gerais, faz parte da iniciativa de romper o silêncio do segmento social feminino, trazendo à tona seu universo, seus olhares, suas lógicas diferenciadas e suas inquietações. É de acordo com essa perspectiva que procuramos trazer para a cena, como personagens principais, as normalistas, com o objetivo de analisar a formação dessas mulheres na Escola Normal de Teresina nos anos de 1930 e 1940.

No primeiro capítulo abordamos a aplicação do projeto de modernização entre o século XIX e início do século XX, destacando alguns aspectos de caráter renovador relacionados à educação, principalmente na década de 1920. Também identificamos de que forma o desenvolvimento da educação de nível primário foi colocado efetivamente em prática nos anos de 1930 e 1940, em Teresina e no restante do estado do Piauí, como parte do projeto de modernização do país.

No decorrer do segundo capítulo, enfocamos o papel da Escola Normal de Teresina como centro de formação de professoras na execução da expansão educacional no estado, os principais aspectos relacionados ao fato de que o curso de normalista era a opção mais comum de continuidade dos estudos para as moças de setor social médio, o fato de que a profissão de professora primária era uma função feminina e também as outras opções existentes para a educação das mulheres, além do curso Normal.

Durante o terceiro capítulo, esclarecemos como a estrutura formal criada para o funcionamento cotidiano da Escola Normal atuava no sentido de formar as normalistas para

²⁶ CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 72-73.

trabalhar como professoras primárias, mas também para exercerem, de forma adequada ao contexto da época, as funções de esposas e mães.

Ao longo do quarto capítulo, mostramos que o rompimento da rotina da Escola Normal através da participação das normalistas em comemorações cívicas e eventos escolares contribuía de modo efetivo para que essas jovens fossem preparadas adequadamente para cumprir os papéis profissional e doméstico.

No quinto capítulo procuramos evidenciar as regras da Escola Normal para a construção do corpo das alunas no sentido de apresentarem comportamentos condizentes com as regras existentes, investigamos as vivências dessas normas escolares e também identificamos a ação do cinema, das propagandas publicitárias, da família e da Igreja Católica na produção do comportamento e da consciência das normalistas.

1 O ESTATUTO DA EDUCAÇÃO NO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO

Neste capítulo, destacamos que, apesar de a modernização ser um processo presente no Piauí desde o final do século XIX, só a partir dos anos de 1920 é que foram tomadas algumas medidas resultantes de um movimento de renovação educacional para ajudar a resolver o problema da oferta da educação de nível primário. Entretanto, somente nos anos de 1930 e 1940, esse movimento teve condições de ser efetivamente colocado em prática pelo governo do Piauí, porque, apenas nesse período, o poder central organizou uma estrutura política e administrativa que privilegiava a educação no projeto de modernização.

1.1 O PRENÚNCIO DE UMA EDUCAÇÃO INOVADORA

Por volta do final do século XIX e início do século XX é que o processo de modernização, já efetivado na Europa, principalmente na França,²⁷ passou a ter maior afirmação no Brasil. As mudanças provenientes dessa nova condição ocorriam em graus diferentes, pois as idéias de progresso importadas do continente europeu não se restringiram aos grandes centros do país, sendo que mesmo as cidades que não figuravam entre as mais desenvolvidas e ricas também participavam de formas variadas desse contexto de transformação geral.

As reformas realizadas nas cidades brasileiras faziam parte desse processo e buscavam efetuar mudanças no sentido de adquirirem um ar civilizado de acordo com o padrão europeu. Nesse sentido, os espaços públicos urbanos passaram a ser ocupados com novas formas de lazer, tais como: cinemas, cafés, clubes, teatros e praças. Esses locais recebiam, principalmente, as pessoas dos setores sociais médio e alto, fazendo-se adequados para a valorização das novas formas de sociabilidades. Além disso, serviços como água canalizada, energia elétrica e serviços telefônicos começavam a ser oferecidos, ainda que inicialmente de forma limitada, proporcionando mais conforto para os setores abastados da população.

²⁷ Na França do século XIX, um novo estilo de vida foi se impondo no cotidiano das pessoas. Surgiram novidades materiais de importância crucial a partir de novas formas de informação, comunicação e transporte, bem como mudanças estruturais na cidade com a abertura de novas vias de tráfego, melhor acesso ao fornecimento de água e energia, novas formas de lazer e moradias mais confortáveis. Essa foi uma época em que as inovações materiais não eram elaboradas para durar por muito tempo, sendo substituídas por outras mais avançadas de forma rápida e avassaladora. Esse processo também integrou transformações nos costumes e tradições que antes pareciam enraizadas socialmente, e, com isso, novas formas de conceber o mundo foram surgindo. Todas essas novidades surgidas muitas vezes na França, considerada na época um modelo de civilização, tornaram-se modelo para os países ocidentais, inclusive para o Brasil. Para mais informações sobre o assunto, consultar WEBER, Eugen. **França Fim de Siècle**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

O Rio de Janeiro, como capital do país, foi um dos primeiros locais onde se observaram aspectos referentes a essa modernização, pois as idéias e produtos importados da França chegavam a essa cidade com mais rapidez. Assistia-se, assim, à transformação do espaço público, do modo de vida e da mentalidade carioca, segundo padrões totalmente originais.²⁸

Esse quadro de chegada das novidades modernas tornou-se presente em Teresina a partir dos últimos anos do século XIX e dos primeiros anos do século XX. Como passou a ocorrer em muitas cidades brasileiras, os espaços públicos também começaram a ser transformados, e novas formas de comportamento foram se instalando na capital do Piauí, a qual, no entanto, não figurava entre as cidades mais desenvolvidas do país. Por esse motivo, o processo de mudanças realizou-se de forma menos acelerada e intensa em relação aos grandes centros urbanos do mundo e mesmo àqueles existentes no Brasil, como São Paulo e Rio de Janeiro.²⁹

De qualquer modo, essa nova condição não foi consumida de forma pacífica e passiva, suscitando críticas e recusas em relação a várias novidades modernas em nome de uma moralidade que uma parte das pessoas afirmava existir antes da concretização das mudanças. Apesar das oposições, no entanto, o processo de modernização na capital podia ser percebido na vivência cotidiana das pessoas através de novas formas de pensar e agir, como também por meio da inserção das novidades materiais, fatos que ocorriam sem que ninguém pudesse efetivamente impedir.

A condição moderna indicava os novos rumos que proporcionavam a inclusão de Teresina no processo de aquisição de “civilização”, à qual o próprio discurso modernizador se referia, destacando que a cidade não podia deixar de fazer parte dessa condição sob pena do seu povo aceitar viver no passado, adquirir o estatuto de atrasado e avesso a um progresso que se alastrava rapidamente pelo país e pelo mundo.

Já era existente nessa época um discurso defendido principalmente por intelectuais que colocavam o desenvolvimento educacional como condição para o crescimento do Brasil. Mas as ações realizadas pelos poderes públicos até o início da década de 1920 pareciam não ter aplicação realmente eficaz de modo a contribuir para o encaminhamento da solução do grave problema da oferta de educação elementar. Nesse contexto,

²⁸ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura Como Missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 30.

²⁹ QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Os Literatos e a República**: Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as Tirânicas do Tempo. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 1998. p. 19.

O ensino primário público e o ensino técnico-profissional (destinados ao povo) foram pouco difundidos na época. Tanto foi assim que os dados educacionais incluídos na Conferência Interestadual do Ensino Primário (1921) revelaram a situação humilhante da educação popular no Brasil: o Distrito Federal tinha, nesta época, 41% de sua população infantil sem escolas; Santa Catarina, 43%; Rio Grande do Sul, 44% e São Paulo, 56%. O quadro era mais grave para outras regiões do país: Alagoas tinha 94% de sua população infantil fora da escola, precedido pelo Piauí e Goiás, com 95%.³⁰

A partir desses dados podemos perceber a gravidade da situação do ensino primário em alguns estados do Brasil. Nas regiões mais ricas que contavam com mais recursos financeiros, como Distrito Federal, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo quase a metade da população infantil estava sem acesso a esse nível de ensino, porém a situação era ainda mais alarmante nos estados menos desenvolvidos do país, que contavam com verbas escassas para a educação. Isso ocorria em Alagoas, Goiás e mesmo no Piauí, locais onde a quase totalidade das crianças estava sem estudar.

Em virtude dessa condição problemática da educação, passou a existir de forma mais sistematizada no Brasil da década de 1920, um espaço fértil para questionamentos e debates. Formou-se, assim, um campo de diálogo intenso entre os entusiastas da educação, muitas vezes educadores de profissão, com vistas a repensar a situação existente e propor soluções que poderiam ser aplicadas de forma racional e eficaz. Desse modo,

[...] atentaram para a estrutura de ensino em todos os seus níveis e, principalmente, para a natureza da educação que vinha se processando no interior da sociedade. Os setores críticos da época apontaram a formação bacharelesca, que constituiu o eixo do saber durante a Primeira República, como a responsável pela criação de uma “mentalidade tradicional e arcaica”, emperradora do progresso social.³¹

Os críticos denunciavam o abandono da educação elementar que existia no país, onde a maioria da população encontrava-se analfabeta, e as crianças com idade para estudar geralmente estavam fora das escolas. A erradicação do analfabetismo através de uma instrução para todos passou a ser a expressão de ordem para o Brasil, pois persistia a idéia de que todos os problemas sociais, morais, políticos e econômicos seriam solucionados através da educação formal, a qual deveria ser capaz de controlar, planejar e coordenar a marcha da sociedade rumo ao progresso.

³⁰ NEPOMUCENO, Maria de Araújo. **A Ilusão Pedagógica (1930-1945):** estado, sociedade e educação em Goiás. Goiânia: UFG, 1994. p. 27.

³¹ Id. Ibid., p. 23.

No contexto desse debate foi articulado o movimento da Escola Nova, com a participação de pessoas que eram referências importantes na educação brasileira, como Fernando de Azevedo, Francisco Campos, Anísio Teixeira e Manuel Lourenço Filho. Esse movimento defendia novos ideais para a educação no Brasil, apontando diretrizes para a realização de ações sistemáticas a partir de uma reinvenção dos métodos, técnicas de ensino e formas de organização administrativa.

Na sociedade brasileira da época, o movimento da Escola Nova teve repercussões diferenciadas de acordo com as particularidades locais. Entre suas maiores contribuições, estavam as idéias que inspiraram a realização de reformas educacionais iniciadas ainda na década de 1920 em alguns estados.³² Podemos entender que a ressonância desse movimento renovador no Piauí certamente concorreu para a iniciativa do governador João Luiz Ferreira, que convocou a Sociedade Auxiliadora da Instrução para estudar as causas da decadência do ensino no estado e apontar os meios de solução para a crise instalada, através de reformas legislativas que direcionariam as ações na área.³³

A situação existente decorria do fato de que a educação escolar no Piauí ainda não tinha sido instalada efetivamente pelos poderes públicos. Sua implantação era processada de forma lenta, com avanços, mas também retrocessos que poderiam ser visualizados em problemas como a ausência de professores qualificados e a falta de estrutura básica para o funcionamento das pouquíssimas escolas que existiam no estado. O fato é que persistia o atraso na consolidação e expansão da instrução pública no Piauí, sendo interesse do então governador conjugar forças para solucionar o problema educacional.

O principal problema detectado pela Sociedade Auxiliadora de Instrução, o qual dificultava a execução de um projeto de expansão educacional eficiente no estado, e mesmo em todo o Brasil, era a questão financeira. Isso pode ser observado no relato de Pedro Borges da Silva, vice-presidente dessa associação:

É matéria assente, que não comporta mais discussão, a de que, no momento atual, os Estados não podem, dentro de seus orçamentos, ministrar

³² No ano de 1920, ocorreu a reforma de São Paulo; em 1922, no Ceará, e, em 1927, no Distrito Federal. Para informações mais detalhadas sobre esse assunto, consultar MATE, Cecília Hanna. **Tempos Modernos na Escola**: os anos 30 e a racionalidade da educação brasileira. São Paulo: EDUSC, 2002. p.33- 77.

³³ Instituição que não tinha origem governamental, sendo constituída por intelectuais e políticos de destaque no Piauí. Existia desde o início do século XX com a finalidade de contribuir efetivamente para o desenvolvimento educacional, tendo realizado, desde a sua fundação, importantes ações nesse sentido, como a iniciativa de reabertura de uma escola normal no Piauí. Na década de 1920, era integrada por figuras de renome local, como Mathias Olímpio de Mello, Pedro Borges da Silva, João Osório Porfírio da Motta, Francisco Portella Parentes, Manoel Raimundo da Paz Filho e Anísio de Brito Mello. Para mais informações, consultar MELLO, Mathias Olímpio de (org.). **A Instrução Pública no Piauí**. Teresina: Papelaria Piauiense, 1922.

instrução a todas as crianças em idade escolar. Mesmo naquelles como S. Paulo, para só citar a unidade federativa onde a educação popular se acha mais disseminada e obedece a methods mais adiantados [...] mesmo ali existem três quartos da população em idade de receber instrução privados dos benefícios desta. Dahi se cogitar dentro da Constituição, de um meio que permitisse o poder central auxiliar as administrações locais, em assunto de tamanha relevância para a nacionalidade.³⁴

Dessa forma, fica evidenciado que a educação infantil não poderia ficar totalmente sob responsabilidade dos governos estaduais e municipais, pois os recursos disponíveis para investimento na área eram escassos, e a instalação de escolas era bastante onerosa, porque necessitava de prédios, mobiliários, materiais didáticos e funcionários. A solução apontada seria o governo federal transferir recursos para estender a educação a um número maior de crianças, já que essa era uma questão essencial para o desenvolvimento da nação inteira, e não somente um problema de responsabilidade local.

O relatório preparado pela Sociedade Auxiliadora da Instrução sobre o ensino no Piauí resultou na elaboração do Decreto n. 771 de 1921,³⁵ que reformou a legislação anterior e, com mudanças, foi incorporado pela Lei n. 1027³⁶ do ano seguinte. As alterações propostas visavam ao comprometimento dos governos locais com ações que deveriam promover a expansão do sistema escolar em todo o estado. Os primeiros resultados dessa iniciativa foram os seguintes:

A matrícula geral das escolas estaduais, no ano letivo de 1925 se elevou a 4.864, se excedendo a dos annos de 1921, 1922, 1923 e 1924-respectivamente, 61, 77, 148 e 783 alumnos, - sendo, pois a maior até agora [...] O Estado conta apenas 79 escolas ou 97 cadeiras, assim distribuídas: 18 na capital, 36 nas cidades, 25 nas vilas e 18 nos povoados compreendendo 2 grupos escolares, 5 escolas reunidas e cabendo a cada cidade *ex-vi* do Decreto n. 721 de 6 de setembro de 1921, duas escolas, uma em cada villa e povoados onde a população em idade escolar o exige. A meu ver, e a observação m'o tem demonstrado, o tipo de escolas que mais nos convém são as Escolas Reunidas: menos despesas, maior aproveitamento às classes, mais fácil instalação.³⁷

³⁴ SILVA, Pedro Borges da. Da Educação Popular e da Acção das municipalidades. In: MELLO, Mathias Olímpio de (org.). **A Instrução Pública no Piauí**. Theresina: Papelaria Piauihyense, 1922. p.157.

³⁵ PIAUHY. Decreto n. 771, de 6 de setembro de 1921. Alterações ao Regulamento Geral da Instrução Pública. In: MELLO, Mathias Olímpio de (org.). **A Instrução Pública no Piauí**. Theresina: Papelaria Piauihyense, 1922. p. 23-36.

³⁶ PIAUHY. Lei n. 1027, de 3 de julho de 1922. Aprova o Decreto n. 771 do anno passado que reforma a instrução pública do estado com as alterações constantes da presente lei. In: MELLO, Mathias Olímpio de (org.). **A Instrução Pública no Piauí**, Theresina: Papelaria Piauihyense, 1922. p. 39-41.

³⁷ PIAUHY. Governo 1925-1928. **Mensagem Apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo Governador Mathias Olímpio de Mello, em 1º de Junho de 1926**. Theresina: Imprensa Oficial, 1926.

A partir da concretização das ações educacionais indicadas pelas novas legislações podemos observar que algumas mudanças passaram a ser realizadas na área. A educação primária no Piauí era ainda precária, mas, como decorrência do comprometimento governamental em realizar sua expansão, houve um aumento contínuo no número de matrículas nas escolas primárias, de 1921 a 1924, ainda no governo de João Luiz Ferreira. A partir da chegada ao governo do Estado do antigo presidente da Sociedade Auxiliadora da Instrução, Mathias Olímpio de Mello, observa-se um elevado crescimento de matrículas no ano de 1925, quando teve início o seu mandato.

No entanto, apesar desses números crescentes de matrículas fornecidos pela mensagem governamental, a quantidade de escolas estaduais no Piauí ainda era muito reduzida, sendo que a concentração delas em Teresina era notadamente maior do que em qualquer outro município. O tipo de estabelecimento educacional que existia em maior quantidade no estado era a escola isolada, com 72 unidades, e isso certamente ocorria porque requeria poucos recursos para sua instalação, necessitando apenas de um professor, o qual geralmente ministrava aulas em sua própria casa.

Apesar dessa cômoda situação, Mathias Olímpio afirmava que a criação de estabelecimentos primários do tipo escolas reunidas era mais conveniente no Piauí, primeiramente porque demandavam poucas despesas do poder público, depois porque funcionariam duas ou mais escolas isoladas, as quais poderiam ser divididas em turnos diferenciados e turmas mistas ou separadas por sexo, em um mesmo prédio específico, o qual não precisava ser construído especialmente com a finalidade de ensino.

Outro argumento defendido por Mathias Olímpio era que o tipo de estabelecimento conhecido como escolas reunidas teria mais condições de oferecer uma educação de melhor qualidade que as escolas isoladas, pois os prédios escolares e as residências dos professores funcionariam em locais diferentes. Dessa forma, o nível de organização e a realização do trabalho educativo seriam mais adequados porque não haveria a intromissão da vida doméstica no processo de ensino.

Também podemos perceber, nos dados fornecidos pela mensagem de Mathias Olímpio, que os grupos escolares não estavam presentes de forma significativa no Piauí durante esse período e também não eram defendidos pelo governador como o tipo de estabelecimento escolar mais adequado para ser instalado. Tal fato pode ser entendido inicialmente como contraditório, porque esse tipo instituição educativa surgiu no contexto do projeto republicano de universalização da instrução, do combate ao analfabetismo e da

difusão da escola primária, vinculando-se à implantação da modernização da sociedade brasileira.

O grupo escolar era constituído por um conjunto de escolas com direção comum abrigadas em um prédio geralmente adaptado ou construído para a função educativa, com organização administrativa sistematizada e pedagogia moderna. Tratava-se de um novo modelo de escola, com organização centralizadora e racionalizada, que facilitava o controle governamental sobre alunos e funcionários, portanto era condizente com as transformações que estavam sendo operadas naquele contexto e com o novo estatuto de importância dado à educação. Desse modo, na maioria dos estados brasileiros, os grupos escolares começaram a ser implantados no início do século XX. Assim,

Seguindo o exemplo dos demais estados brasileiros, no Rio Grande do Norte surgem, em 1907, instituições denominadas de Grupos Escolares, os quais utilizavam métodos modernos de ensino nas aulas, em substituição às cadeiras de Instrução Primária. Essa modalidade de instituição escolar se processou no estado potiguar de forma semelhante ao que vinha ocorrendo em outros estados brasileiros [...].³⁸

Mas, parece-nos válido afirmar que a realidade existente no Piauí sobre os grupos escolares é decorrente do fato de se tratar de um tipo de estabelecimento educacional que requeria grandes quantidades de recursos para sua instalação, dos quais, certamente, o poder público local não dispunha naquele momento.

Apesar dos esforços empreendidos por Mathias Olímpio de Mello para a elevação do número de matrículas de nível primário, o avanço registrado nos últimos anos de 1920 era muito pequeno em relação à população que não era contemplada pelo serviço em todo o estado. Podemos observar isso através de uma mensagem apresentada à Câmara, em 1929, por João de Deus Pires Leal, governador do Piauí desde o ano anterior:

A instrução pública até 1926 era, como sabeis, ministrada quase que somente na capital. Em 1927, porém o governo municipal de Parnahyba de-lhe um grande impulso allí. Nos demais municípios do interior ela não dava os resultados que eram de esperar dos dispêndios que o Estado fazia. As escolas com poucas exceções, não funcionavam regularmente nem tinham instalações condignas.³⁹

³⁸ MORAIS, Maria Arisnete Câmara. A Professora Sinhazinha Wanderley e o Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia. In: _____. (org.). **A Mulher em Nove Versões**. Natal: UFRN, 2001. p. 33-34.

³⁹ PIAUHY. Governo 1928-1930. **Mensagem Apresentada Perante a Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo Governador João de Deus Pires Leal, em 1º de Junho de 1929**. Theresina: Imprensa Oficial, 1929.

De acordo com esse governador, a educação primária estadual ainda estava presente principalmente em Teresina, pois, nos municípios do interior, ela ocorria de forma deficiente. Além de não existirem escolas suficientes e regulares em seu funcionamento, aquelas que funcionavam não estavam instaladas de forma conveniente para a prática do ensino por causa da inadequação dos prédios, os quais eram construídos originariamente para servir como residências particulares, e certamente em virtude do estado ruim de conservação em que se encontravam. Apesar de o governador João de Deus Pires Leal não fazer uma referência direta, de acordo com o contexto educacional da época, podemos entender que provavelmente continuava a haver problemas, como a oferta pequena de professores capacitados e a falta de materiais necessários para o ensino.

É relevante destacar que o estado de Goiás tinha no setor educacional uma situação semelhante ao Piauí quando o governo de Getúlio Vargas foi instalado no Brasil, em 1930. Desse modo,

Praticamente tudo estava por ser feito no plano educacional quando as forças oligárquicas dissidentes chegaram ao poder. O índice de analfabetismo foi estimado, na época, em 86,3%. Em trinta, Goiás contava apenas com um jardim de infância e o ensino primário era restritamente difundido pelo interior do Estado, só funcionando em todas as modalidades na capital.⁴⁰

Observamos que a área da educação havia avançado muito pouco nos municípios do interior de Goiás, onde se oferecia apenas o ensino primário, o qual funcionava de forma deficiente. Apenas a capital do estado tinha uma situação um pouco melhor, disponibilizando os outros níveis de ensino para a população. Essa situação era provavelmente semelhante à de outros estados do Brasil, com exceção daqueles mais desenvolvidos, que aplicavam mais recursos na educação.

A situação do ensino secundário no Piauí, na década de 1920, era também problemática, pois, de acordo com o governador João de Deus Pires Leal, em uma mensagem sobre seu mandato de 1929, esse nível de ensino era ministrado em todo o estado apenas em instituições como o Lyceu Piauhyense, o Gimnasio Parnaybano, o Colégio S. Francisco de Salles, o Instituto Coelho Rodrigues, o Gymnasio Municipal de Floriano e mais alguns pequenos estabelecimentos e aulas particulares.⁴¹

⁴⁰ NEPOMUCENO, op. cit., p. 55.

⁴¹ PIAUHY. Governo. 1928-1930. **Mensagem Apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo Governador João de Deus Pires Leal, em 1º de Junho de 1930.** Teresina: Imprensa Oficial, 1930.

1.2 A EFETIVAÇÃO DE UM NOVO ESTATUTO PARA A EDUCAÇÃO

No Brasil dos anos de 1930 e 1940, o governo central, de certo modo, deu prosseguimento ao processo de modernização que estava ocorrendo principalmente desde o final do século XIX. Na maior parte desse período, a presença de um poder nacional centralizador e intervencionista comprometido com uma proposta de superação do atraso e transformação do Brasil em um país desenvolvido facilitava a execução de ações locais que contavam com a colaboração dos governos estaduais e dos governos municipais em todo o país.⁴²

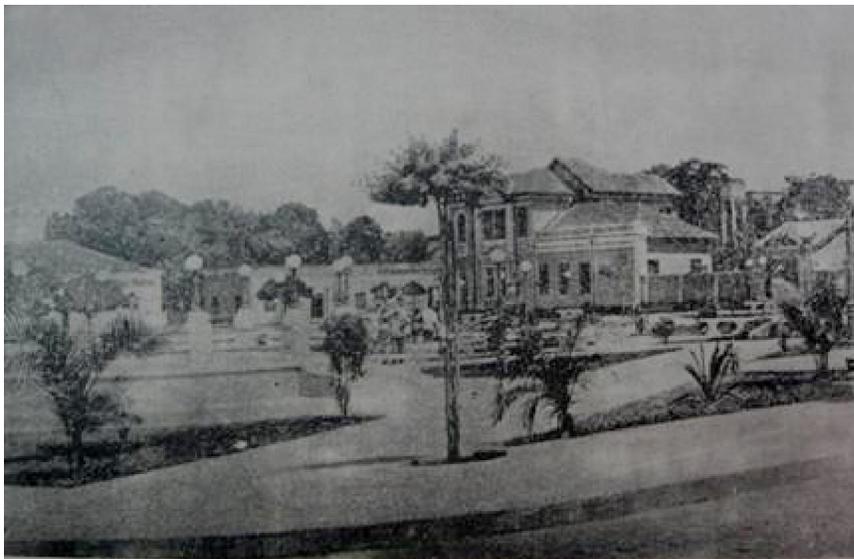
A prática de reforma das cidades era observada especialmente nas capitais, sendo que, em Teresina, a transformação contínua do espaço urbano era uma preocupação constante do poder político constituído. As reformas de locais públicos de grande circulação, como praças e avenidas do centro da cidade, foram símbolos desse processo que contribuíram para transformar a paisagem urbana, a qual era embelezada e recebia traços modernos incorporados ao novo cotidiano da cidade e de seus habitantes. Observamos essa condição nas duas fotografias a seguir:



Fotografia 1 - Avenida Antonino Freire.

Fonte: PIAUHY. Governo 1931-1935. Relatório Apresentado pelo Interventor Landry Salles Gonçalves ao Presidente da República Referente ao Exercício de 1931-1935. Teresina: Imprensa Oficial, 1935.

⁴² CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Tempo do Nacional-Estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 119.



Fotografia 2 - Praça Pedro II.

Fonte: PIAUHY. Governo 1935-1945. Relatório Apresentado ao Presidente da República pelo Interventor Leônidas de Castro Mello Referente ao Exercício de 1937. Teresina: Imprensa Oficial, 1938.

Várias outras ações podem demonstrar a concretização desse processo modernizador, uma vez que Teresina passou por muitas mudanças que contribuíam para mudar sua feição de cidade pequena e acanhada. Isso ocorreu também a partir do investimento no setor dos transportes, por meio da ligação do Piauí com vários estados, com a expansão de rodovias, a construção de pontes e os primeiros aviões, que começaram a prestar serviços na capital e em várias cidades do estado.

O oferecimento do transporte coletivo, com a inauguração do serviço de ônibus, é um indicativo desse processo modernizador em Teresina, fato observável na seguinte notícia do ano de 1930:

Acaba de ser inaugurado nessa capital um serviço regular de ômnibus, que representa melhoramento de que ha muito vínhamos precisando, dada a extensão da area ocupada pela cidade. Devemos esse melhoramento à firma S. Braide & Irmão, que fundou a empresa Auto Viação Piauhense, adquirindo logo para o início do serviço os dois excellentes auto-omnibus que transportam passageiros desde o dia 22.⁴³

Um fato como esse serve para demonstrar a presença da iniciativa particular onde o poder público não estava presente. Isso ocorria em vários dos serviços que eram instalados na cidade, deixando entrever que, ao contrário do que registrava muitas vezes a fala dos prefeitos

⁴³ AUTO Viação Piauhense. **O Piauí**, Teresina, ano XXXIX, n. 21, p. 3, 28 de jan. 1930.

e governadores, o poder público não era o único responsável pelos ares de modernização que a cidade de Teresina vinha adquirindo.

Nessa época, o contingente populacional da capital estava aumentando, porque uma quantidade crescente de pessoas deixava o interior do estado em busca de serviços educacionais, assistência à saúde e melhores oportunidades de trabalho. Por outro lado, os benefícios realizados não conseguiam acompanhar o adensamento populacional e fornecer uma infra-estrutura básica em toda a cidade, restringindo-se geralmente às ruas do centro, área principal de Teresina onde estavam instalados os prédios dos poderes públicos, eram desenvolvidas as atividades comerciais e moravam as pessoas dos setores médio e de elite.⁴⁴

Um exemplo disso é que o abastecimento doméstico d'água disponibilizado no início do século XX ainda era bastante limitado, e, apesar dos investimentos do interventor Landry Salles durante a primeira metade da década de 1930, ainda persistia a deficiência do serviço na cidade de Teresina.⁴⁵ Em virtude desse fato, quando Leônidas Mello assumiu o governo do Piauí, em 1935, decidiu continuar o trabalho de expansão que vinha sendo realizado pelo seu antecessor.

É interessante percebermos que, durante a Primeira República, os governadores do Piauí se queixavam da situação financeira precária do Estado e assim justificavam a restrição de investimentos em setores essenciais, mas Leônidas Mello, ao assumir o cargo máximo do Poder Executivo estadual, relatou o seguinte em uma mensagem apresentada à Assembléia Legislativa:

Desêjo, antes de tudo, lembrar-vos a situação em que se encontrava o Estado ao passar para a minha direção. Estávamos, como todos o sabem, em boas condições. Avançávamos em franco progresso. As rendas, como aliás se vem mantendo, excediam a previsão orçamentária. Havia a sensação de um bem-estar econômico. E porque assim estivéssemos, o meu ilustre e inesquecível antecessor, com a louvável compreensão que todo administrador deve possuir [...] não hesitou no empreendimento das vultosas obras que encontrei em andamento.⁴⁶

⁴⁴ Para a obtenção de informações mais detalhadas sobre a modernização de Teresina durante o período do Estado Novo, consultar NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A Cidade Sob O Fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.

⁴⁵ O sistema de interventorias era um importante instrumento de controle do poder central sobre a política local. Diferentemente do pré-1930, quando o governador era eleito, o interventor era nomeado e subordinado diretamente ao presidente da República. PANDOLFI, Dulce Chaves. Os Anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Tempo do Nacional-Estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 18.

⁴⁶ PIAUHY. Governo 1935-1945. **Mensagem Apresentada Perante à Assembléia Legislativa do Estado do Piauí pelo Governador Leônidas de Castro Mello, em 1º de Junho de 1936**. Teresina: Imprensa Oficial, 1936.

Segundo Leônidas Mello, a situação econômica em que se encontrava o Estado quando o recebeu de Landry Salles era de expansão financeira crescente. Isso resultava na condição orçamentária para que fossem continuadas as obras de infra-estrutura que já vinham sendo realizadas pelo seu antecessor, as quais serviriam para encaminhar o Piauí rumo ao desenvolvimento.

É importante percebermos que, durante o governo varguista, especialmente no Estado Novo, todas as transformações realizadas na cidade eram valorizadas no discurso oficial como se começasse a modernização urbana somente a partir desse período. Nesse sentido, através da imprensa censurada, era construída uma imagem de ordem e prosperidade que comprovava o progresso:

É certo que só ultimamente o Piauí entrou em uma fase de trabalho fecundo e tranquilidade social. Eu disse ao interventor Leônidas Mello e ao Dr. Lindolfo do Rêgo Monteiro, prefeito de Teresina, que muita gente por aí afora desconhece o vulto das transformações operadas na fisionomia do Piauí. Teresina é uma cidade que prima pelo aumento de educandários, pelas atividades em defesa da saúde do povo, pela preocupação de construir prédios modernos, pelo asseio de suas ruas e pelo prestígio mundano de sua Academia de Letras.⁴⁷

Isso se revela ainda na crônica jornalística, com elogios às administrações do interventor Leônidas Mello e do prefeito Lindolfo Monteiro, que administraram o Piauí durante o período autoritário de Getúlio Vargas. De acordo com esse intento, a capital aparecia como símbolo máximo do processo de constituição moderna, porque contava com uma expansão sem precedente do serviço educacional, a oferta de assistência à saúde, e também com as transformações estruturais proporcionadas pelas reformas urbanas.

É necessário, entretanto, atentar para o fato de que as críticas às condições em que se encontrava a cidade de Teresina passaram a ser constantes nos jornais durante o período democrático ocorrido na década de 1940. Apesar do processo modernizador ter avançado e promovido transformações que trouxeram conforto, embelezamento e lazer, as contradições modernas sempre existiram na capital, mas eram impedidas de ser divulgadas anteriormente. Isso acontecia porque inviabilizariam a construção da imagem de desenvolvimento contínuo e homogêneo que o governo autoritário queria construir para a cidade, recurso que servia como propaganda de uma administração eficiente.

⁴⁷ MARTINS, Oséias. Fisionomia moderna de Teresina. **Diário Oficial**, Teresina, ano XI, n. 266, p. 2, 1 de dez. de 1941.

Um indicativo disso pode ser observado no fato de que a capital era um núcleo urbano, mas a divisão entre campo e cidade não estava integralmente concretizada, com permanências significativas de características rurais que persistiam apesar do processo de desenvolvimento. Isso é relatado por um cronista da época:

A Avenida Frei Serafim, uma das mais bonitas vias publicas de Teresina, ao que nos informan, vive cheia de suínos que estão danificando completamente não somente a mesma via, como também as residencias.[...] é inconcebível que tenhamos que suportar, por culpa dos moradores, e em parte das autoridades, que devem e teem a obrigação de zelar pelo bem estar coletivo, a vergonha e o perigo de contaminação provocado por animais que vivem às soltas por todos os recantos da cidade.⁴⁸

Constata-se que mesmo a Avenida Frei Serafim, principal via de tráfego da cidade, ainda possuía características tipicamente rurais que também estavam presentes em outros pontos de Teresina. Essa avenida já era na época um local importante da cidade e não poderia continuar nessa condição de atraso que trazia vergonha aos habitantes partidários do desenvolvimento urbano.

Para solucionar essa situação problemática, o ideal seria a iniciativa do governo local, mas também da própria população, a qual deveria ter uma postura considerada mais civilizada de acordo com o ideário existente na época. Esse fato é particularmente revelador do grau de urbanização de Teresina, pois a Avenida Frei Serafim, localizada na região central da cidade, era foco das reformas estruturais empreendidas pelo poder público municipal e poder público estadual.

Outro problema que mostrava a fragilidade do projeto de desenvolvimento implantado consistia nas constantes faltas de energia que mergulhavam Teresina em uma escuridão profunda. É o que revela a denúncia jornalística ainda nos últimos anos da década de 1940:

É como vive a cidade de Teresina, atualmente. Um foco luminoso se distingue aqui e ali, as ruas em escuridão profunda, apresentam-se com uma fisionomia desoladora e triste. À noite, tornando-se paulificante a iluminação a candeeiro nas casas residenciais [...] os colégios são iluminados a motores próprios. O Cine São Luiz, o mais bem arquitetado desta cidade, de há muito vem com suas portas cerradas, por falta de energia para a projeção dos filmes [...] As igrejas, dantes abertas à noite, para a realização das festas da padroeira, sermões quaresmais, novenas, praticam todos esses atos à tarde, exclusivamente à falta de luz.⁴⁹

⁴⁸ A CIDADE. **O Piauí**, Teresina, ano LVII, n. 46, p. 3, 10 de fev. de 1946.

⁴⁹ SALUSTO. A cidade black-out... **O Piauí**, Teresina, ano LVIII, n. 199, p. 3, 11 de mar. de 1947.

Esse problema constante de falta de energia trazia um clima triste a Teresina, porque a população ficava sem desfrutar de algumas das poucas formas de sociabilidades existentes, como o cinema e os eventos religiosos, que davam dinamismo à cidade noturna. Esse fato ocorria apesar de o serviço de iluminação ter sido iniciado efetivamente desde o início do século XX, revelando que a estrutura montada para o seu funcionamento ainda não era adequada para atender a uma cidade que se desenvolvia.

Em uma outra notícia de jornal, entre inúmeras que tratam da denúncia sobre o mesmo assunto, podemos perceber que os problemas pelos quais Teresina passava acabavam revelando mais limitações do seu projeto modernizador:

A nossa cidade, a nossa capital, está entregue ao mais reprovável abandono. Amontoados de lixo em toda a parte, por muitos dias, até em frente a estabelecimentos como o “Teresina Hotel”, que não merece esse escárnio, estão provando isso de forma insofismável! Outra prova, são esses buracos pelas ruas, inclusive o defronte do Palácio do Governo, com risco de vida dos transeuntes [...] ⁵⁰

É perceptível que as condições básicas de conservação da cidade de Teresina eram criticadas de forma enfática, e apesar de os poderes públicos não serem interpelados diretamente sobre essa situação problemática instalada na cidade, isso é feito de forma implícita, uma vez que eles eram os responsáveis pela administração de ações como a limpeza pública e a conservação do calçamento das vias de tráfego.

Quando o novo governo federal instalou-se em 1930, acabou inserindo a educação como área relevante considerada no plano de modernização do Brasil. A importância concedida ao desenvolvimento educacional certamente passou a servir como uma base relevante para sua sustentação social, tornando-se essa proposta adequada para atender às novas exigências educacionais que já estavam se afirmando continuamente no país. ⁵¹

No decorrer dos anos de 1930 e 1940, continuaram ocorrendo grandes transformações na sociedade brasileira, como o aumento da população, o crescimento dos centros urbanos, o desenvolvimento da indústria e dos serviços. Tudo isso conduziu a um aumento generalizado da demanda por educação, principalmente nas regiões mais desenvolvidas do país, e, como reflexo dessa condição, o governo central continuou sustentando sua política de desenvolvimento educacional praticamente durante todo esse período.

⁵⁰ A CIDADE. **O Piauí**, Teresina, ano LVI, n.2, p. 4, 26 de set. de 1945.

⁵¹ ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930-1970)**. 30. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2006. p. 60.

Naqueles tempos, o que proporcionava relevância política à educação era a crença em seu poder de moldar a sociedade a partir da formação das mentes e da abertura de novos espaços de mobilidade social e participação. Assim, optar por esta ou aquela forma de organização, controle ou orientação pedagógica significaria levar a sociedade para rumos totalmente distintos, de salvação ou de tragédia nacional.

A idéia de que somente através da educação do povo o país poderia encontrar o rumo certo para o desenvolvimento nacional existia desde o século XIX, ganhando consistência nas discussões do movimento da Escola Nova e em algumas ações de governos locais realizadas na década de 1920. Esse modo de pensar e fazer a educação teve continuidade a partir dos anos de 1930, quando foi estruturada, reformulada e ampliada.⁵²

A diferença em relação ao período anterior é que o governo central, a partir de 1930, estabeleceu medidas racionais de incentivo, organização e controle para que a educação fosse expandida no país de forma efetiva. Para isso, contou com a parceria dos governos estaduais, grandes condutores da educação primária, que era prioridade no setor educacional. Passaram então a existir condições propícias para que as propostas educacionais surgidas até então fossem efetivamente concretizadas.

Uma dessas medidas tomadas pelo governo provisório de Getúlio Vargas foi o estabelecimento de infra-estrutura administrativa através da criação do Ministério de Educação e Saúde Pública sob a direção de Francisco Campos. A instalação desse órgão especializado, que não existia antes de Getúlio Vargas assumir a presidência do país, mostrava uma consciência mais profunda e um interesse mais vivo do governo central em relação à educação nacional.

Outra medida que permite a percepção de importância da área educacional no novo regime foi a solicitação do chefe de governo junto a Francisco Campos para a elaboração de um documento em que fossem relacionados os direcionamentos para a educação no país.⁵³ Em 1931, esse pedido foi oficializado durante a abertura da IV Conferência Nacional da Educação, realizada pela Associação Brasileira de Educação (ABE).

Apesar das divergências internas na ABE e dos conflitos decorrentes desse pedido, um grupo identificado com as idéias renovadoras, efervescentes ainda nos anos de 1920, se articulou e preparou o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Apresentado ao povo e ao governo em 1932, o documento trazia a sugestão de diretrizes para a execução de um plano educacional em todo o país. No relato de Fernando de Azevedo, um dos mais importantes

⁵² MATE, op. cit., p. 26.

⁵³ MATE, op. cit., p.133-134.

membros do grupo que elaborou o documento, estão algumas das principais propostas defendidas:

A defesa do princípio de laicidade, a nacionalização do ensino, a organização da educação popular, urbana e rural, a reorganização da estrutura do ensino secundário e do ensino técnico e profissional, a criação de universidades e de institutos de alta cultura, para o desenvolvimento dos estudos desinteressados e da pesquisa científica, constituíam alguns dos pontos capitais desse programa de política educacional, que visava fortalecer a obra do ensino leigo, tornar efetiva a obrigatoriedade escolar, criar ou estabelecer para as crianças o direito à educação integral [...] ⁵⁴

De acordo com o Manifesto dos Pioneiros, os níveis de ensino existentes na educação brasileira deveriam ser alvo de uma nova estruturação, sendo importante a disponibilização de mais investimentos para a ampliação da oferta em educação superior. Além disso, caberia ao setor público a realização de um projeto de educação obrigatória, gratuita e leiga, a ser ofertada obrigatoriamente às crianças, mas devendo também ser acessível a todas as pessoas em idade adulta no país.

Vários aspectos do manifesto sofreram ataques constantes, desferidos pelos educadores ligados à orientação católica, que se posicionava contra o movimento renovador, responsável pela elaboração do documento. As críticas diziam respeito à concentração do ensino nas mãos do Estado, porque isso tiraria a possibilidade de funcionamento das instituições de ensino particulares. Além disso, também discordavam do caráter leigo do ensino, pois levaria à descristianização da sociedade e à aproximação do comunismo, bem como criticavam a co-educação de meninos e meninas, com o argumento de que afetaria a moral.

As idéias dessas duas correntes opostas foram, de certa forma, conciliadas pela política educacional do governo central elaborada na época. Por um lado, alguns princípios renovadores que constavam no manifesto foram considerados nas reformas educacionais através dos decretos que proporcionaram novas estruturas a vários níveis de ensino, a gratuidade da educação e a obrigatoriedade do acesso ao nível primário. Por outro lado, houve a incorporação de algumas idéias dos educadores ligados à Igreja Católica ao projeto político educacional do país, como a defesa do ensino religioso nas escolas e a preservação das instituições particulares de ensino. ⁵⁵

⁵⁴ AZEVEDO, Fernando de. **A Transmissão da Cultura**. São Paulo: Melhoramentos, 1976. p. 175.

⁵⁵ SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena M. B.; COSTA, Vanda M. R. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 84.

A concessão de uma estrutura nacional aos ensinos superior, secundário e comercial foi realizada ao longo dos anos de 1931 e 1932, com a Reforma Francisco Campos.⁵⁶ Essa medida marcou o começo de uma ação mais objetiva do Estado com relação à questão educacional que até então nunca esteve organizada em um sistema nacional.

No entanto, essa reforma era parcial, pois não contemplava os ensinos pré-escolar, primário e normal, como também os vários ramos do ensino médio profissional, com exceção do comercial. Todos eles permaneceram a critério dos poderes públicos locais, até a elaboração das Leis Orgânicas do Ensino, também conhecidas como “Reforma Capanema”, decretadas entre 1942 e 1946, quando a estrutura educacional do país foi reformulada em todos os níveis de ensino.⁵⁷

A expansão nacional do sistema educacional, durante as décadas de 1930 e 1940, teve um desenvolvimento significativo. Nessa época ocorreu, de forma geral, uma elevação progressiva nos recursos que os poderes públicos federal, estadual e municipal destinavam à educação, tanto que essa área tornou-se uma das mais importantes em termos de

⁵⁶ O Ministro da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos, esteve ligado ao movimento de reformas locais na educação em Minas Gerais, quando foi Secretário do Interior nos anos de 1920. Nesse cargo federal, tratou de fazer uma reforma inovadora que constava de uma série de decretos que deram uma estrutura uniforme a alguns ramos do ensino brasileiro. O primeiro a ser reformulado foi o ensino superior, através do Decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931, que instituiu o estatuto das universidades brasileiras, adotando para o ensino superior o regime universitário. A reforma do ensino secundário foi proposta pelo Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931, e consolidada pelo Decreto n. 21.241, de 4 de abril de 1932. Ela consistiu em decisões como o estabelecimento definitivo do currículo seriado, com frequência obrigatória em dois ciclos: um formativo, de 5 anos, e outro complementar, de 2 anos. O primeiro tornou-se obrigatório para o ingresso em qualquer instituição de caráter superior, e o segundo, em determinadas escolas superiores, de acordo com sua subdivisão em três áreas: o Pré-Medicina, Farmácia e Odontologia, o Pré-Engenharia e o Pré-Direito. Essa era uma grande mudança no ensino secundário, pois rompia com o sistema de preparatórios e de exames parcelados para ingresso no curso superior que vigorava na escola secundária até então. O Decreto n. 20.158, de 30 de junho de 1931, organizou o ensino comercial no nível médio, com o 1º e o 2º ciclo. Para o ingresso no 1º ciclo, o candidato deveria submeter-se a um exame de admissão e, para o 2º ciclo, deveria concluir um dos cursos do 1º ciclo ou ter concluído a 5ª série do curso secundário. Para mais informações sobre essa reforma, consultar ROMANELLI, op. cit., p.131- 142.

⁵⁷ Na época da formulação dessas leis, o Ministério da Educação e Saúde era ocupado por Gustavo Capanema, que já tinha exercido cargos na área educacional em Minas Gerais. Ele sucedeu Francisco Campos, seu mentor político e intelectual, no ano de 1934, permanecendo até o final do Estado Novo. As Leis n. 4.073, n. 6.141 e n. 9.613 estruturaram o ensino técnico-profissional nas áreas agrícola, comercial e industrial. Esse ensino passou a ter dois ciclos: um fundamental, de 4 anos, e um técnico, de 3 a 4 anos. A Lei n. 4.244 do ensino secundário foi promulgada em 1942 e estabeleceu um primeiro ciclo chamado de ginásial, com duração de 4 anos e um segundo ciclo, com duração de 3 anos, com uma opção que era o clássico (formação intelectual mais direcionada para o estudo das letras) sendo a outra alternativa o científico (privilegiava o estudo das ciências). Ambos conduziam indistintamente para os cursos superiores. Já a Lei n. 8.529 de 1946 regulou o curso primário, que ficou dividido em ensino elementar, oferecendo as principais disciplinas do currículo com duração de 4 anos, e ensino complementar, com o acréscimo de noções de Geografia Geral e História das Américas, Ciências Naturais e Higiene com duração de 1 ano, ambos direcionados para crianças de 7 a 12 anos. Além disso, também existia a categoria de ensino primário supletivo com 2 anos de duração para adolescentes e adultos. O ensino normal também foi regulamentado, mas será tratado no capítulo 2 em uma parte específica do texto sobre esse assunto. ROMANELLI, op.cit., p. 153-167.

investimentos governamentais.⁵⁸ Esse fato seguramente contribuiu de forma positiva para a concretização de mudanças, como o aumento da quantidade de estabelecimentos educacionais, a ampliação das matrículas, a elevação do número de professores qualificados pelo curso Normal e a melhoria dos resultados na alfabetização.

No Brasil da época o problema mais grave na área da educação era o altíssimo índice de analfabetismo da população, e a busca de solução era considerada tarefa urgente, principalmente pelos poderes públicos e setores intelectuais da população. Esse posicionamento pode ser observado no relato de um cronista piauiense:

Desalfabetizar trinta milhões de brasileiros é tarefa das mais patrióticas e urgentes a ser executada pelos estadistas de nossa pátria. Todas as cidades, povoações e recantos habitados no Brasil devem ser providos de escolas publicas e particulares, tanto diurnas quanto noturnas que ministrem instrução primária a todos os nossos patrícios analfabetos - crianças e adultos de ambos os sexos. As escolas particulares, além das mensalidades dos alunos, que devem ser módicas e ao alcance de todas as bolsas, é preciso que sejam subvencionadas pelos governos estaduais e municipais afim de as mesmas serem regidas por professores competentes e idôneos.⁵⁹

Nesse sentido, somente uma união de forças seria capaz de enfrentar o analfabetismo, e, nesse contexto, a iniciativa de expandir a rede educacional de nível primário era uma questão de patriotismo que ultrapassava os interesses individuais, já que somente um país com a população instruída poderia se desenvolver plenamente.

Isso ocorreria principalmente por meio dos poderes estadual e municipal, os quais deveriam agir conjuntamente no sentido de dinamizar a expansão de escolas públicas, bem como subsidiar as instituições educacionais particulares com o objetivo de abrir vagas para a clientela carente. Além disso, a iniciativa particular também deveria cumprir seu papel social em defesa do desenvolvimento da pátria, sacrificando seus ganhos financeiros, ou seja, oferecendo mensalidades escolares mais acessíveis para aumentar o número de alunos atendidos.

A partir dos dados a seguir identificamos a situação do analfabetismo entre os brasileiros durante os anos de 1930 e 1940:

⁵⁸ Para mais informações sobre o aumento dos investimentos em educação nos anos de 1930 e 1940, consultar RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. São Paulo: Autores Associados, 2003. p. 117-144.

⁵⁹ SILVA, Cunha e. Novas diretrizes. **O Piauí**, Teresina, ano LVII, n. 215, p. 4, 22 de abr. de 1947.

[...] nos primeiros vinte anos deste século, a taxa de alfabetização não cresceu, nos últimos trinta anos (de 1940 a 1970) os progressos já foram notáveis: estavam alfabetizados 33. 019. 268 adolescentes e adultos de 15 anos e mais, a uma média de 850.000 por ano. Entre 1920 e 1940, a taxa de alfabetização cresceu a 0.4% ao ano. Entre 1940 e 1950, o crescimento foi de 0.5% ao ano. Se se considerar ainda que, no período anterior a 1950, os critérios para levantamento estatístico eram outros e menos rigorosos, pode-se também aventar a hipótese de que essa taxa de alfabetização tenha crescido a um ritmo e nível superiores ao indicado pelos dados.⁶⁰

Podemos perceber que as taxas de alfabetização dos brasileiros sofreram aumento, processo que se iniciou na década de 1920 e, durante os anos de 1930 e 1940, foi intensificado, com mudanças significativas que vinham acontecendo especialmente na expansão e melhor estruturação da rede escolar primária. No entanto, apesar do desenvolvimento observado, o problema de acesso à escola de nível elementar ainda persistia de forma grave em nível nacional, porque a expansão realizada no período ainda era pequena e não foi suficiente para atingir toda a população analfabeta do país.

Um fato que pode ter agravado essa problemática do analfabetismo no Brasil é que existia um déficit entre os números de matrículas no ensino primário e a frequência dos alunos às escolas. Esse problema foi detectado em um estudo realizado pela Sociedade Brasileira de Estatística, sendo divulgado em 1942:

O problema da evasão escolar foi posto ultimamente em foco pelos debates travados na Sociedade Brasileira de Estatística em torno deste palpitante assunto. Os registros do discipulado nos vários anos do curso primário, demonstram que a escola brasileira não retém os seus alunos seja por motivos inerentes às próprias deficiências de nossa organização educacional, seja em consequência de outras causas de ordem econômica ou social que concorrem para que se desinteresse do educandário a população em idade de o frequentar.⁶¹

Apesar de a notícia não divulgar números precisos sobre a situação no país, ela revela que, na época, os dados formais sobre as matrículas realizadas no ensino primário não correspondiam à realidade encontrada nas escolas, já que uma quantidade considerável de alunos abandonava os estudos. Isso pode demonstrar que, de forma geral, as instituições escolares brasileiras ainda não dispunham de mecanismos capazes de manter os alunos estudando em virtude da existência de problemas relacionados ao cotidiano de pobreza em que viviam e importância social da educação para as famílias.

⁶⁰ ROMANELLI, op. cit., p. 63.

⁶¹ EVASÃO escolar e os quistos raciais. **Diário Oficial**, Teresina, ano XII, n. 111, p. 22, 2 de maio de 1942.

De acordo com o Decreto n. 1.301, de 1931⁶², vigente até 1946 com poucas alterações, o ensino ministrado no Piauí correspondia aos seguintes níveis: pré-escolar, primário, profissional, normal e secundário. A suprema direção e inspeção do ensino no Piauí competia ao chefe do Poder Executivo do Estado e a Secretaria Geral do Estado era o órgão auxiliar imediato. Já a administração, a direção e a inspeção diretas de todos os níveis de ensino em estabelecimentos públicos e privados eram incumbências da Diretoria Geral da Instrução.

De acordo com esse regulamento do ensino estadual, o nível pré-escolar era facultado à iniciativa particular e caberia ao Estado instalar na capital pelo menos um estabelecimento de jardim de infância. O curso deveria ter a duração de três períodos, sendo destinado a crianças entre quatro e sete anos de idade. Entendemos que a existência desse nível de ensino revela que, apesar das primeiras noções educativas serem ministradas de forma habitual pela mãe, no próprio lar, a importância da escola cada vez mais cedo na educação das crianças passava a ter uma afirmação progressiva.

Como o ensino público primário na época também não tinha legislação traçada pelo Governo Federal, ficava delegada aos estados a função de legislar na área, fato que revelava, por um lado, a descentralização do sistema, permitindo, de forma positiva, a adaptação às diferenças regionais e individuais de cada estado. Mas, por outro lado, também se revelava uma falta de uniformidade desse sistema de ensino em todo o país, com legislações locais que serviam muitas vezes para acentuar as diferenças regionais da educação.

No Piauí, de acordo com o decreto que reformulou as disposições do regulamento geral do ensino em 1933, o ensino primário era obrigatório para as crianças de 7 a 14 anos. Era dividido em nível fundamental e nível complementar, correspondendo um período máximo de 6 anos.⁶³ As escolas deveriam ser ofertadas às crianças pelo Governo do Estado, com o auxílio de pelo menos 15% da renda arrecadada nos municípios, integralmente pelo poder municipal ou através da iniciativa particular.

Nas décadas de 1930 e 1940, a Escola Modelo Artur Pedreira, era um estabelecimento estadual de referência no ensino primário de Teresina. Em virtude do comprovado alto nível de ensino ali oferecido, era uma instituição cuja clientela era composta de alunos e alunas provindos principalmente dos setores sociais médio e alto da população. Funcionava anexa à

⁶² PIAUHY. Decreto n. 1.301, de 14 de setembro de 1931. Proporciona nova organização à Diretoria de Instrução e regulamenta o ensino público. **Decretos do Ano de 1931**. Teresina: Imprensa Oficial, 1932.

⁶³ O primário fundamental era ofertado até o terceiro ano nas escolas singulares, nas escolas agrupadas, nos grupos escolares e na Escola Modelo. O primário complementar funcionava no quarto ano dos grupos escolares e da Escola Modelo. O primário complementar especial era oferecido na Escola de Adaptação, com a duração de dois anos, como preparação para a entrada no curso Normal. PIAUHY. Decreto n. 1.438, de 31 de janeiro de 1933. Revê e altera as disposições do regulamento geral do ensino. **Decretos do Ano de 1933**. Teresina: Imprensa Oficial, 1934.

Escola Normal de Teresina, servindo como estabelecimento principal para o treinamento didático das normalistas, e sua organização didática, administrativa e econômica estabelecia o padrão de funcionamento para os grupos escolares do estado.⁶⁴ Na fotografia a seguir, podemos visualizar alunos dessa instituição em uma apresentação de Educação Física, em 1941:



Fotografia 3 - Alunos da Escola Modelo Artur Pedreira.

Fonte: O DIA da Bandeira. Diário Oficial, Teresina, n. 256, p. 12, 18 de nov. de 1941.

Também existiam em Teresina escolas privadas importantes que ofereciam o ensino primário e tinham prestígio em todo o estado durante esse mesmo período. Um exemplo disso é o Colégio Sagrado Coração de Jesus, conhecido como Colégio das Irmãs, instalado em 1906 sob orientação da Congregação das Irmãs dos Pobres de Santa Catarina. O objetivo dessa instituição particular era oferecer a educação formal para a clientela feminina, moldando sua conduta desde a infância, com o sentido de criar uma mulher que respeitasse os valores cristãos e tivesse uma formação moral rígida, que serviria para torná-la um exemplo de virtude.

⁶⁴ PIAUHY. Decreto n. 1.438, op. cit.

Era também interesse do Estado incentivar a instalação e a manutenção de estabelecimentos de ensino particulares, oferecendo subsídios para ampliar o acesso à educação primária. Essa prática pode ser exemplificada por um decreto estadual que regulamentava a ajuda financeira para o funcionamento do Colégio Sagrado Coração de Jesus:

O Governador do estado do Piauí, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e considerando que é função precípua do poder público difundir e melhorar a instrução. Considerando que, nesse objetivo, devem ser amparados os estabelecimentos de ensino de utilidade reconhecida. Considerando que pelos benefícios que vem proporcionando ao estado, em já longos annos de existência está, precisamente, nessas condições o Collégio “Sagrado Coração de Jesus”. Determina: Art. 1º É elevada de seis para dez contos de Réis a subvenção anual concedida pelo Estado ao Collégio “Sagrado Coração de Jesus”[...] Art. 2º O referido educandário fica obrigado: I) A manter um curso gratuito para crianças pobres. II) A fornecer à Diretoria Geral de Instrução Pública do estado, todos os dados que lhe sejam requeridos de accôrdo com as medidas adoptadas pela mesma repartição.⁶⁵

Com esse decreto, o poder público estadual reconhecia a importância do referido estabelecimento para a educação, tendo por isso a condição de receber subvenção financeira para ajudar a ampliar a instrução elementar a um maior número de crianças. Para que isso ocorresse, o Colégio Sagrado Coração de Jesus deveria instalar um curso para crianças carentes, bem como disponibilizar informações ao governo sobre esses alunos que iriam estudar na instituição.

Em uma mensagem apresentada pelo interventor Landry Sales à Câmara Legislativa sobre o período de 1931 a 1935, podemos verificar que dobrou o número de escolas primárias instaladas no Piauí.⁶⁶ Esse fato indica que os investimentos na área educacional eram significativos durante o período e que foram utilizados na expansão do setor, que era prioridade. Entretanto, na área do ensino secundário, a situação era diferente:

A educação secundária no estado, conforme afirma o Diretor da Instrução, tem “sofrido um surto muito promissor para desenvolvimento compatível com as nossas necessidades.” Ministram a educação secundária no Piauí, o Liceu Piauiense com sede na capital; o Ginásio Parnaibano em Parnaíba; o

⁶⁵ PIAUHY. Decreto n. 1.676, de 11 de julho de 1935. Eleva a subvenção concedida ao Colégio Sagrado Coração de Jesus. **Decretos do Anno de 1935**. Theresina: Imprensa Oficial. 1936.

⁶⁶ PIAUHY. Governo 1931-1935. **Relatório Apresentado ao Presidente da República pelo Interventor Landry Salles Gonçalves Referente ao Exercício de 1931-1935**. Theresina: Imprensa Oficial, 1935.

Ginásio Municipal São Francisco de Sales e o Curso de Humanidades, ambos em Teresina.⁶⁷

De acordo com informações do relatório apresentado por Landry Sales para o presidente da República, o ensino secundário no Piauí era oferecido em pouquíssimos estabelecimentos, que se localizavam principalmente na capital. Esse fato demonstra que a oferta desse nível de ensino era melhor em Teresina do que nos municípios do interior do estado. Constata-se também que na época era importante a contribuição da iniciativa particular no ensino secundário, sendo representada por colégios como o Ginásio Municipal São Francisco de Sales e o Curso de Humanidades. Como colégios públicos, existiam em Teresina o Liceu Piauiense e, em Parnaíba, o Ginásio Parnaibano.

É importante observarmos ainda que, segundo o interventor do Piauí e o diretor geral da instrução pública, no início da década de 1930, as poucas escolas de ensino secundário existentes estariam atendendo às necessidades da população. Ainda que não sejam disponíveis dados específicos sobre o assunto que permitiriam avaliar melhor a situação, isso pode significar que uma parcela muito reduzida de piauienses terminava o ensino primário e prosseguia os estudos no ensino secundário.

Um dado relevante divulgado na imprensa refere-se ao fato de que as verbas destinadas à educação piauiense dobraram no período de 1935 a 1939:

O Departamento Estadual de Estatística do Piauí acaba de divulgar interessantes dados a respeito do desenvolvimento da instrução pública naquela unidade federativa. As despesas com a assistência educacional atingiram em um quinquênio as seguintes cifras: 1.464 contos em 1935; 1.872 contos em 1936; 2.360 contos em 1937; 2.806 contos em 1938 e 3.092 contos em 1939. [...] atestam o interesse que a atual administração do Piauí vem consagrando a esse primordial e básico problema.⁶⁸

Desse modo, o número de escolas primárias construídas pelo poder público cresceu principalmente em virtude do aumento de investimento estatal, mas também a partir da colaboração dos governos municipais. Na tabela da página a seguir podem ser observados os dados sobre a distribuição e o tipo de escolas primárias que existiam nos municípios piauienses no final da década de 1930:

⁶⁷ PIAUHY. Governo 1931-1935. Relatório Apresentado ao Presidente da República pelo Interventor Landry Salles Gonçalves Referente ao Exercício de 1932. **Diário Oficial**, Teresina, ano III, n. 189, p. 1- 4, 23 de ago. de 1933.

⁶⁸ A INSTRUÇÃO pública no Piauí, seu invulgar desenvolvimento. **Diário Oficial**, Teresina, ano X, n. 239, p. 5, 24 de out. de 1940.

Tabela 1 - Escolas primárias existentes no Piauí em 1939.

Nº	Municípios	Grupos	Agrupadas	Singulares	Nucleares
1	Teresina	11	2	15	15
2	Alto Longá	-	1	-	-
3	Altos	1	-	-	4
4	Amarante	1	-	2	8
5	Aparecida	-	1	1	2
6	Barras	1	-	-	8
7	Batalha	-	1	-	3
8	Belém	-	1	-	2
9	Boa Esperança	-	1	-	3
10	Bom Jesus	-	1	-	4
11	Buriti dos Lopes	-	1	1	2
12	Campo Maior	1	-	1	4
13	Canto do Buriti	-	1	-	1
14	Castelo	-	1	-	3
15	Corrente	-	1	-	4
16	Gilbués	-	-	2	4
17	Jaicós	-	1	-	1
18	Jeromenha	-	1	1	3
19	João Pessoa	-	1	-	3
20	José de Freitas	1	-	-	2
21	Luiz Corrêa	-	1	-	4
22	Miguel Alves	1	-	-	5
23	Oeiras	1	1	1	4
24	Parnaíba	-	-	1	2
25	Parnaíba	4	2	2	1
26	Patrocínio	-	1	-	2
27	Paulista	-	-	1	1
28	Pedro II	1	-	-	8
29	Periperí	1	-	1	6
30	Picos	1	1	1	6
31	Piracuruca	1	-	-	8
32	Porto Alegre	1	-	1	4
33	Porto Seguro	-	-	2	-
34	Regeneração	-	1	-	3
35	Ribeiro Gonçalves	-	-	1	-
36	Santa Filomena	-	-	1	-
37	São Benedito	-	1	-	1
38	São João do Piauí	-	1	-	2
39	São Miguel do Tapuio	-	-	1	2
40	São Pedro	1	1	1	8
41	São Raimundo Nonato	-	1	2	8
42	Simplício Mendes	-	1	-	3
43	Socorro	-	-	1	2
44	União	1	1	3	9
45	Urussuí	1	-	-	4
46	Valença	1	-	6	5
	Em todo o estado	32	31	53	176

Fonte: PIAUHY. Governo 1935-1945. Relatório Apresentado ao Presidente da República pelo Interventor Leônidas de Castro Mello Referente ao Ano de 1939. Teresina: Imprensa Oficial, 1940.

- Não existia esse tipo de escola.

Verifica-se que, em 1939, somente a capital do Piauí possuía um total de 43 escolas, o maior número entre todos os municípios do estado. Isso pode ser justificado pelo fato de que a demanda educacional em Teresina deveria ser intensa, uma vez que a construção de escolas ocorria em locais onde se diagnosticasse a existência de crianças em idade escolar. Além disso, a capital era um símbolo da modernização que deveria se estender a todos os municípios, devendo também por isso ser privilegiada pelos investimentos governamentais na área da educação.

De acordo com os dados, existiam em todo o estado do Piauí 292 estabelecimentos que ofereciam educação formal de nível primário, o que revela um crescimento constante em relação aos dados dos anos anteriores. Esses estabelecimentos pertenciam às seguintes categorias: 32 grupos escolares, 31 escolas agrupadas, 53 escolas singulares e 176 escolas nucleares.⁶⁹

Através desses números é possível perceber que o poder público continuava privilegiando a instalação de escolas menores, como as nucleares e as singulares, as quais requeriam poucos investimentos financeiros, como já foi visto anteriormente sobre a década de 1920. As escolas agrupadas e os grupos escolares também permaneciam, na época, com número reduzido, provavelmente porque eram estabelecimentos que requeriam maiores despesas para a instalação, uma vez que tinham exigências maiores, como prédios específicos para a atividade do ensino.

No caso específico dos grupos escolares, os investimentos governamentais eram ainda mais presentes do que nas escolas agrupadas, pois aquelas edificações deveriam ser construídas especialmente para a finalidade do ensino, obedecendo a exigências de higiene, localização, tamanho, distribuição das salas, iluminação e circulação do ar.

Os grupos escolares deveriam ser ainda marcos arquitetônicos com aspecto magnífico, buscando representar o melhor edifício de uma região da capital ou cidade do interior, destacando-se na paisagem circundante.⁷⁰ Observando as fotografias a seguir podemos identificar que o aspecto externo dos edifícios que abrigavam as escolas agrupadas e

⁶⁹ Nas localidades onde existissem pelo menos três escolas singulares funcionando próximas, passariam a funcionar como escolas agrupadas, as quais eram dirigidas por um professor nomeado pela Diretoria Geral de Instrução Pública, e ainda possuíam um zelador, que também exercia as funções de porteiro. O governo estadual também poderia, em povoados de população escassa, instituir, em regime provisório, escolas nucleares de rápida alfabetização, com um ano apenas de curso e em uma classe com, no mínimo, 25 alunos. Já a abertura de um grupo escolar requeria a existência de, no mínimo, 4 classes com um contingente de 180 alunos. Além disso, cada estabelecimento desse tipo deveria ter um diretor, uma professora para cada classe, uma adjunta estagiária, uma inspetora de alunos e um zelador-porteiro. PIAUHY. Decreto n. 1.438, op. cit.

⁷⁰ MONARCHA, Carlos. **Escola Normal da Praça**: o lado noturno das luzes. São Paulo: Unicamp, 1999. p. 230-231.

os grupos escolares evidenciava diferenças significativas no que diz respeito à estrutura física e imponência:



Fotografia 4 - Escola Agrupada do Município de Luís Corrêa.
Fonte: PIAUHY. Governo 1935-1945. Mensagem Apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo Interventor Leônidas de Castro Mello a 1º de Junho de 1936. Teresina: Imprensa Oficial, 1936.



Fotografia 5 - Grupo Escolar do município de Periperi.
Fonte: PIAUHY. Governo 1931-1935. Relatório Apresentado ao Presidente da República pelo Interventor Landry Salles Gonçalves Referente ao Exercício de 1931-1935. Teresina: Imprensa Oficial, 1935.

É importante destacar que, na década de 1930, o Piauí assumiu posição privilegiada em relação aos outros estados do país no que diz respeito ao crescimento dos índices de matrículas no ensino primário. Esse fato foi revelado por uma pesquisa do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, órgão do Departamento de Ensino, sendo divulgado no relatório apresentado pelo interventor do estado ao presidente da República:

Trabalho agora publicado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos trouxe uma revelação interessante: no período de 1932 a 1936 coube ao Estado do Piauí o segundo lugar entre todas as unidades da Federação, quanto ao crescimento relativo da matrícula no ensino primário. Com efeito, a julgar pelas estatísticas levantadas, desde 1933 o pequeno estado passou a tratar da instrução popular com tal êxito que em 1937 conquistava ele não mais o segundo lugar, mas o primeiro no particular acima assinalado.⁷¹

Embora a pesquisa não tenha apontado os motivos que deram essa posição de destaque do Piauí entre as outras unidades da federação, percebemos que a elevação do contingente de matrículas realizadas no ensino primário foi um reflexo proporcional ao aumento na ordem dos recursos financeiros investidos na área.

Essa elevação do número de matrículas no ensino primário do estado pode ser observada não somente na década de 1930, mas também, de forma geral, na década de 1940, conforme a tabela a seguir:

Tabela 2 – Matrículas de ensino primário realizadas no Piauí de 1930 a 1949.

1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939
7.397	11.101	14.922	14.054	20.638	25.438	28.426	32.383	35.316	37.689
1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949
39.882	43.262	44.307	-	-	-	36.259	44.179	-	-

Fontes: Mensagens e relatórios dos governadores e interventores do Piauí de 1930 a 1949.

- Dados indisponíveis.

A elevação das taxas de alunos matriculados no Piauí é um indicativo de que o número de salas de aula e escolas também sofreram um aumento significativo. Essa condição observada no ensino primário do estado foi possível porque a preocupação principal na área educacional continuava sendo a expansão da alfabetização, a qual pode ser observada ao longo de quase todos esses anos em que os dados foram disponibilizados.

⁷¹ PIAUHY. Governo 1935-1945. **Relatório Apresentado ao Presidente da República pelo Interventor Leônidas de Castro Mello Referente ao Exercício de 1939**. Theresina: Imprensa Oficial, 1940.

Por outro lado, através de um relatório apresentado pelo interventor Leônidas Mello no início da década de 1940, podemos perceber que o ensino secundário pouco tinha se desenvolvido, existindo um número reduzido de estabelecimentos que ofereciam esse nível de ensino no estado:

Funcionaram regularmente durante o ano de 1941, 8 ginásios e 4 escolas normais, sendo um ginásio e uma escola normal oficiais e os demais subvencionados pelo governo do estado. De ano para ano as matrículas nos nossos cursos secundários e normais vem aumentando, sendo bem animadora a atual: 1.585 e 549, respectivamente.⁷²

Ao compararmos, como simples referência, o índice de matrículas do ano de 1941 das escolas primárias, que foi de 43.262 alunos, com o resultado das matrículas das escolas secundárias, que totalizou 1.585 alunos, podemos perceber que a oferta desses níveis de ensino tinha condições drasticamente diferentes no Piauí. Isso pode ser resultado de uma demanda pequena para a expansão do ensino secundário, revelando que um pequeno contingente da população chegava a esse estágio de ensino, mas também reforça a idéia de que a prioridade na educação da época era promover a alfabetização dos piauienses no ensino primário.

Apesar dos dados sobre as matrículas e outros indicativos não terem sido divulgados pela documentação existente, os investimentos em educação foram prejudicados por uma diminuição de recursos na receita do Estado, no final da década de 1940. Esse fato pode ser verificado no relato do governador José da Rocha Furtado sobre as ações que deixaram de ser realizadas na área:

A escassês de recursos não permitiu ao governo qualquer realização de monta no setor da instrução pública. Todo o aparelhamento escolar do estado se ressentia de deficiências que não poderão ser facilmente anuladas. E elas dizem respeito, principalmente, a prédios, mobiliário e material didático, carecedora de grandes reparos e dispendiosas substituições, que importam em despesas que o Tesouro Estadual não suporta, no presente em face dos outros encargos que lhe pesam. Por esse motivo a assistência material às escolas primárias foi assás diminuta, e, ainda por falta de numerário bastante, também o foi a assistência técnica. [...] não pôde cogitar o governo, da criação de novas unidades escolares, embora não ignore a urgente necessidade delas.⁷³

⁷² PIAUÍ. Governo 1935-1945. **Relatório Apresentado ao Presidente da República pelo Interventor Leônidas de Castro Mello Referente ao Exercício de 1941**. Teresina: Imprensa Oficial, 1942.

⁷³ PIAUÍ. Governo. 1946-1950. **Mensagem Apresentada à Câmara Legislativa de Estado do Piauí pelo Governador José da Rocha Furtado, em 1º de Junho de 1949**. Teresina: Imprensa Oficial, 1949.

Torna-se perceptível que os investimentos na educação primária sofreram um refluxo, de forma que a criação de novas escolas foi suspensa naquele ano e o funcionamento daquelas instituições que já existiam era precário em virtude da falta de manutenção dos prédios e mobiliário, bem como da escassez de materiais básicos para a prática do ensino.

Nessa mesma época, o desenvolvimento do ensino secundário através da ampliação do número de escolas parece não ter ocorrido de forma a transformar o quadro já existente. O governador José da Rocha Furtado afirmou na mesma mensagem que havia a necessidade de melhoramentos estruturais nas escolas existentes e também registrou a carência de materiais didáticos.

É importante observarmos que os dados sobre a condição da educação do Piauí nos anos de 1930 e 1940 foram geralmente encontrados em mensagens e relatórios, um tipo de documentação oficial do governo do Estado. No período da administração dos interventores, os resultados percentuais apresentados são sempre positivos no que diz respeito às matrículas, instalação de escolas e disponibilidade de recursos para investimentos na área educacional, no entanto as informações sobre a frequência dos alunos e o aproveitamento escolar não eram revelados nessas fontes. Esses dados seriam relevantes porque permitiriam uma análise mais completa da situação educacional da época.

Dessa forma, podemos entender que a ampliação do acesso e renovação da educação em Teresina nos anos de 1930 e 1940 é tributária principalmente da década de 1920. Além disso, está relacionada ao processo de modernização da cidade que geralmente era controlado ou coordenado pelos poderes públicos. Isso aconteceu porque a educação era valorizada como promotora do desenvolvimento do país.

2 A ESCOLA NORMAL E O PROJETO EDUCACIONAL MODERNO

O propósito neste capítulo é demonstrar que a expansão da educação primária ocorrida no Piauí durante os anos de 1930 e 1940 fazia parte de um projeto defendido pelo poder estadual e tinha vinculação com a Escola Normal. Isso aconteceu porque as jovens que davam prosseguimento aos estudos, após concluírem o nível elementar, geralmente estudavam o curso Normal nessa instituição e, ao se formarem, estavam qualificadas adequadamente para exercer a função de professoras primárias.

2.1 UM PERFIL DAS MUDANÇAS NA VIDA FEMININA

Entre o final do século XIX e os primeiros anos do século XX, as oportunidades de acesso ao ensino formal para as mulheres eram escassas, e dificilmente a educação feminina passava do aprendizado da leitura e da escrita, isso porque o papel social da mulher era casar, cuidar do marido, dos filhos e do lar, não lhe sendo necessário prosseguir os estudos para a realização dessas funções.⁷⁴

No contexto de transformações das primeiras décadas do século XX, o público feminino passou a ter maior acesso a um novo mundo repleto de novidades e, da restrição do âmbito privado, elas passaram a ter contato mais direto com o trabalho, o lazer e a educação. Dava-se o crescimento da vida urbana, e uma valorização crescente dos espaços públicos, aspectos que acentuaram as tendências de mudanças na vida das mulheres em Teresina, como também em muitas outras cidades do Brasil.

O desempenho das mulheres em algumas profissões fora do lar passou a ser intensificado. Em geral, as ofertas disponíveis no mercado de trabalho estavam bastante próximas daquilo que se considerava na época como uma extensão de atribuições que seriam próprias da natureza feminina: professora, enfermeira, datilógrafa, taquígrafa, secretária, telefonista ou operária das indústrias têxtil, de confecção e alimentícia.⁷⁵

Durante esse período, muitas famílias de setores sociais médio e alto passaram a conceber o trabalho assalariado feminino de maneira mais favorável desde que obedecesse a algumas restrições. A primeira delas era que não maculasse a reputação das mulheres pela associação com trabalhadoras de situação social inferior. Uma outra exigência era que a

⁷⁴ CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **Mulheres Plurais**: a condição feminina na Primeira República. Teresina: Bagaço, 2005. p.71.

⁷⁵ MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do Mundo Feminino. In: SEVCENKO, Nikolau (org.). **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, v. 3, p. 401- 402.

atividade profissional não comprometesse a feminilidade, colocando as mulheres em competição direta com os homens, e, finalmente, que o trabalho feminino não servisse de ameaça para a estabilidade do lar chefiado pelo homem, fomentando ambições individuais que estivessem acima da família ou oferecendo oportunidades reais de independência econômica.⁷⁶

O tipo de educação feminina moderna vigente no Brasil durante o período das décadas de 1930 e 1940 preparava as jovens de setores sociais médio e alto para serem mães e esposas, mas também para prover o seu sustento futuro como trabalhadoras assalariadas, se isso fosse realmente necessário:

Numa época em que as mulheres (mesmo de famílias abastadas) já não podiam contar com os parentes (nem mesmo com os maridos) para o sustento econômico por toda a vida, a educação que recebessem não só as preparava para o casamento e a maternidade, mas também as provia das habilidades básicas indispensáveis para ganhar a vida decentemente, em caso de necessidade financeira.⁷⁷

É importante atentar para o fato de que as áreas da educação, do trabalho e da política eram espaços de atuação inicialmente masculinos que sofreram deslocamentos com as mudanças promovidas pelo processo de modernização.⁷⁸ Além da presença das mulheres ser intensificada na área da educação escolar e nos postos de trabalho, outro aspecto que é indicativo das transformações ocorridas na condição feminina diz respeito à conquista de participação na vida política do país através do direito ao sufrágio. Sobre esse aspecto o cronista, Alceo Carvalho afirmou o seguinte:

Antes das reivindicações revolucionárias de 30, só o homem brasileiro ia às urnas. Sua esposa, sua mãe, sua filha e sua irmã ficavam em casa, quase sempre apreensivas nos dias da eleição. [...] Nas eleições de 2 de dezembro próximo vão as mulheres manifestar-se livremente. Será pela terceira vez que o farão. E da nova feita já contam com a experiência do passado. Não irão certamente dar palpite errado. Escolherão o candidato das suas concenciosas preferências.⁷⁹

⁷⁶ BESSE, Susan K. **Modernizando a Desigualdade**: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil: 1914-1940. São Paulo: EDUSP, 1999. p. 8.

⁷⁷ Id. Ibid., p. 123.

⁷⁸ No século XIX, a sociedade francesa havia elaborado uma estruturação bastante acentuada dos espaços urbanos que correspondiam de forma sutil às funções e representações do sexo feminino. Isso ocorria através da interdição das mulheres em determinados locais políticos, judiciários, intelectuais e até esportivos. A mudança dessa condição foi ocorrendo de forma gradativa e permitiu a aquisição de novos limites. PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas**. São Paulo: UNESP, 1998. p. 37.

⁷⁹ CARVALHO, Alceo. Saiba o povo... **O Piauí**, Teresina, ano LVII, n. 1, p. 3, 22 de set. de 1945.

O direito ao voto feminino foi particularmente importante porque revelou que as mulheres tinham adquirido um novo estatuto social, concedido pela escolarização, o que as tornava aptas a exercer papel de decisão nos destinos políticos do Brasil, de forma consciente. No entanto, o ingresso feminino na política não tinha atingido a maioria das mulheres, que permaneciam despojadas desse direito em virtude do critério da alfabetização.⁸⁰

A Segunda Grande Guerra contribuiu de forma significativa para dinamizar a relação das mulheres com a profissionalização nos países ocidentais envolvidos diretamente no conflito. Em alguns aspectos eram transpostos os limites que separavam profissões concebidas como tipicamente femininas daquelas que eram apropriadas para os homens.⁸¹ Essa situação produziu ressonâncias no Brasil, mas elas não significaram mudanças radicais e duradouras na condição feminina.⁸²

2.2 INSTALAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA ESCOLA NORMAL DE TERESINA

O parâmetro francês de escola normal foi disseminado pelo mundo ocidental, sendo também implantado no Brasil durante o século XIX. A primeira escola normal do país foi fundada em 1835, no município de Niterói, no Rio de Janeiro, sendo pioneira na América Latina e a primeira em todo o continente com caráter público. Em seguida, surgiram escolas normais em estados como a Bahia, em 1836; Pará, em 1839; Ceará, em 1845; Paraíba, em 1854; Rio Grande do Sul, em 1870; São Paulo, como segunda ou terceira tentativa, em

⁸⁰ Entre a segunda metade do século XIX e as primeiras três décadas do século XX, existiu no Brasil, senão um movimento feminista, uma movimentação feminista que se expressou de diferentes formas, com diferentes graus de radicalidade e mesmo com diferentes ideários. Nesse período as vitórias foram poucas, talvez a única concreta tenha sido a conquista do direito de voto em 1932. Algumas intervenções foram tentadas no período do governo provisório pós-1930 e na experiência constitucional interrompida com o golpe de 1937, que esmagou o movimento feminista ainda jovem. A partir da redemocratização em 1946, as lutas sociais no Brasil e no mundo estavam muito determinadas pela vaga socialista e não havia um espaço propício que incentivasse as lutas chamadas na época de particularistas, como o movimento feminista. Certamente em virtude das décadas de 1930 e 1940 fazerem parte de um período problemático do movimento feminista não encontramos na documentação pesquisada indícios de mulheres que participassem de qualquer manifestação feminista na capital e em outros municípios do Piauí. Para mais informações ver PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003. p. 10-38.

⁸¹ THÉBAUD, Françoise. A Grande Guerra: o triunfo da divisão sexual. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (orgs.). **História das Mulheres no Ocidente**: o século XX. Porto: Afrontamento, 1991. p. 49.

⁸² Com o fim da II Guerra Mundial foi necessário fazer com que as mulheres dos países envolvidos diretamente com o conflito retornassem ao lar para ceder o lugar ocupado no mercado de trabalho aos homens. Isso aconteceu através de uma intensa campanha desencadeada com o auxílio da imprensa e se articulava geralmente em torno da defesa da imagem estereotipada de que as mulheres deveriam ser mães devotadas e trabalhadoras do lar, sob o risco da ausência feminina produzir filhos problemáticos e o lar desagregado pela separação dos casais. Eram as velhas idéias e atitudes a respeito do papel e da posição da mulher na sociedade que foram reforçadas através de novas formulações. Esse posicionamento não demorou a chegar ao Brasil e forneceu o modelo ideal de mãe e esposa que se consolidou nos conservadores anos de 1950. COUTINHO, Maria Lúcia Rocha. **Tecendo por Trás dos Panos**: a mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 95-98.

1875/1878; a Escola Normal Livre, na Corte, em 1874 e, depois, a oficial em 1880, e outras ainda no período imperial. Esses estabelecimentos educacionais não tinham diretrizes estabelecidas pelo governo federal, sendo que cabia aos governos estaduais promover a sua regulamentação.⁸³

No Piauí, a formação direcionada para o magistério em uma escola normal era importante em virtude de uma realidade onde, com nomeações políticas, pessoas sem qualificação adequada exerciam a profissão.⁸⁴ Muitas vezes eram professores interessados apenas em um emprego vitalício, tornando-se um entrave para o desenvolvimento da educação, porque comprometiam sua qualidade.

Várias tentativas para a instalação regular de uma escola pública normal direcionada à formação de professores primários foram realizadas em Teresina na segunda metade do século XIX,⁸⁵ mas apesar do funcionamento de uma instituição como essa ser importante para o Piauí, no sentido de ajudar a resolver o problema de mão-de-obra qualificada para o ensino elementar, as tentativas de implantação acabaram fracassando.

Isso decorreu, em primeiro lugar, do desinteresse da clientela da instituição, cuja maioria era masculina. Os motivos consistiam no fato de que a profissão de professor oferecia minguados salários, e o preenchimento dos cargos, dependia muitas vezes de indicação. Diante dessa condição, muitas vezes o curso Normal era freqüentado pelo público masculino com o objetivo de estudar as disciplinas dos preparatórios que encaminhariam para os cursos superiores. O segundo motivo do fracasso da instalação definitiva de uma escola normal em Teresina em meados do século XIX foi a contenção dos gastos com educação, em virtude da escassez de recursos do governo estadual.

A instalação definitiva das escolas normais também enfrentou obstáculos em outros estados do Brasil, frustrando várias tentativas nesse sentido. Esse fato pode ser observado no estado do Maranhão:

⁸³ Essa expansão das escolas normais prosseguiu durante o período republicano. ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. 30. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2006. p. 163.

⁸⁴ Esse fato podia ser observado em variados graus no país inteiro, onde existiam denúncias de nomeações políticas de professores incapazes, as quais pontuavam relatórios de inspetores, presidentes de província, manifestos de reformadores e editoriais de jornais. SOUZA, Maria Cecília C. C. de. **A Escola e a Memória**. Bragança Paulista: EDUSF, 2004. p. 76.

⁸⁵ Em 13 de fevereiro de 1865, o presidente da província Franklin Dória instalou a primeira escola normal do Piauí, de acordo com a Lei 565, de 5 de agosto de 1864. O curso era de dois anos, e tinha freqüência mista. Mas essa instituição foi logo suprimida em 1867. Quatro anos depois, a Lei 753, de 29 de agosto de 1871, instituiu um curso Normal exclusivamente masculino de três anos, que foi extinto em 1874. Em 1882, a instituição foi restabelecida sob a denominação de Escola Normal, e o curso de dois anos voltou a ser misto, mas foi novamente extinto em 1888. BRITO, Itamar Sousa. **História da Educação no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1996. p. 32-34.

A trajetória da Escola Normal no Estado do Maranhão é pontuada por sucessivas crises (tanto estrutural, como financeira), configurando-se nos seus primórdios como uma instituição, por excelência, de barganha político partidária em detrimento das exigências da política educacional vigente. Após inúmeras tentativas para sua implantação, sendo uma pública (1839) e outra privada (1870), a escola normal é criada no período do segundo governador republicano, nomeado, provisório, no Maranhão Dr. José Tomaz da Porciúncula (22.1 a 5.7. 1890) [...].⁸⁶

Uma situação problemática como essa parece ter decorrido principalmente de questões como o interesse que os grupos políticos que detinham o poder estadual demonstravam pela questão educacional, bem como por causa de recursos financeiros minguados que eram destinados à educação em épocas de crise generalizada. Desse modo, a Escola Normal de funcionamento regular foi instalada por iniciativa do governo do estado do Maranhão somente no início da Primeira República.

Já a instalação definitiva desse modelo de escola no Piauí partiu da iniciativa particular de um grupo de pessoas com destaque na sociedade local, tanto pelo caráter intelectual quanto pela atuação política. Esse grupo, já mencionado no capítulo anterior, fundou a organização chamada Sociedade Auxiliadora de Instrução, a qual foi a responsável pela criação da Escola Normal Livre, em 1909.

Isso ocorreu porque o Piauí estava sem um estabelecimento educacional de formação de professores há muitos anos, e o governo estadual não esboçava qualquer ação para resolver o problema, situação que acabava repercutindo de forma negativa sobre o desenvolvimento educacional de todo o estado, porque não havia meios de capacitar adequadamente os profissionais para o ensino primário.

A administração e o professorado da Escola Normal Livre eram compostos por componentes da Sociedade Auxiliadora de Instrução, que desempenhavam as funções gratuitamente, pois não havia o apoio financeiro do poder público para o funcionamento da escola. Quando Antonino Freire, membro da Sociedade Auxiliadora de Instrução, assumiu o cargo de governador do Piauí, foi oficializada a substituição da Escola Normal Livre pela Escola Normal Oficial, em 1910. Com essa ação, o governo estadual assumiu a responsabilidade pela oferta do ensino Normal no Piauí.

Conforme pode ser observado na tabela veiculada na página a seguir, no início de seu funcionamento, a Escola Normal Oficial apresentou um número baixo de conclusões do curso, possivelmente porque era uma época de organização da instituição:

⁸⁶ MOTTA, Diomar das Graças. **As Mulheres Professoras na Política Educacional no Maranhão**. São Luís: UFMA, 2003. p. 31.

Tabela 3 - Número de conclusões da Escola Normal de 1912 a 1921.

Ano	Concludentes
1912	20
1913	16
1914	06
1915	02
1916	10
1917	11
1918	05
1919	09
1920	08
1921	06

Fonte: SOARES, Norma Patricya Lopes. Escola Normal em Teresina (1864–2003): reconstituindo uma memória da formação de professores. 2004. 181f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2004. p. 85.

A primeira e a segunda turma, que haviam iniciado o Normal em 1910 e 1911, concluíram o curso em 1912 e 1913, observando o currículo de três anos estabelecido pelo Decreto n. 434 de 10 de abril de 1910. No ano seguinte, pela Lei n. 642 de 17, de julho de 1911, o curso passou a ter quatro anos.⁸⁷

Desde que adquiriu funcionamento regular, em 1910, a Escola Normal Oficial funcionava no antigo edifício da Assembléia e depois em prédios residenciais inadaptáveis à condição do ensino. Mas já existia a previsão da construção de uma sede própria para o estabelecimento. De acordo com a orientação do governo estadual, o prédio deveria possuir uma biblioteca, um museu escolar de coleções de História Natural, um ginásio para exercícios físicos, um pátio para jogos e brincadeiras ao ar livre e um jardim disposto de acordo com os preceitos higiênicos e pedagógicos.⁸⁸

Mas, apenas em 1920, último ano do governo de Eurípedes de Aguiar, foi iniciada a construção de um prédio específico para a Escola Normal Oficial. Essa demora para o começo do empreendimento teve como fator importante a precariedade financeira do Estado para o investimento necessário. Luís Mendes Ribeiro Gonçalves foi o engenheiro civil responsável pela importante obra e, sobre as decisões que antecederam o início do trabalho, ele relatou o seguinte:

A Escola Normal, na feição material, reproduz a escola primária. Inaugurada no antigo edifício da Assembléia Legislativa, venho encontrá-la em prédio residencial, absolutamente inadaptável aos fins a que se

⁸⁷ Para mais informações, consultar BRITO, op., cit. p. 58-59.

⁸⁸ CUNHA, Hygino. **O Ensino Normal no Piauí**. Teresina: Papelaria Piauiense, 1923. p. 30.

destinara. [...] Não falta a Eurípedes de Aguiar a compreensão desses inconvenientes. Tão pronto saneadas as finanças piauienses, passa a dedicar maiores zelos à edificação escolar. Lança a pedra fundamental da grande obra, que, desde então se vem realizando. Distingue-me, em 1919, com a incumbência de projetar o prédio próprio da Escola Normal Oficial. Reserva a construção em expressiva coincidência, o local em que, primitivamente na fundação da cidade, se elevara a “Casa do ABC”, substituída depois por um teatrinho, e o mesmo em que por último se erguia o edifício da Assembléia Legislativa, no qual, em começo funcionara a própria Escola Normal.⁸⁹

Podemos perceber que o local escolhido para a construção do edifício provavelmente evocava na memória das pessoas um simbolismo de valorização da tradição cultural em virtude das instituições que já haviam funcionado ali anteriormente. Além disso, era um terreno de muita evidência social e relevância política, porque se localizava ao redor da Praça Marechal Deodoro, região do centro da cidade onde a capital havia surgido e estavam instaladas instituições importantes, como as sedes dos governos estadual e municipal, a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Amparo, a Delegacia Fiscal, a Secretaria de Fazenda e o Tribunal de Justiça.

A área escolhida para a construção do edifício era em declive e, apesar de ser aproveitada ao máximo, não correspondia à extensão do plano concebido inicialmente por Luís Mendes Ribeiro Gonçalves. Havia a possibilidade de ampliação através da desapropriação de uma área anexa com frente para a Rua Álvaro Mendes, mas, como a aquisição não se efetuou por causa do alto valor do terreno, a solução foi utilizar uma área da Praça Marechal Deodoro, que ficava logo em frente, como campo de exercícios físicos da Escola Normal Oficial.⁹⁰

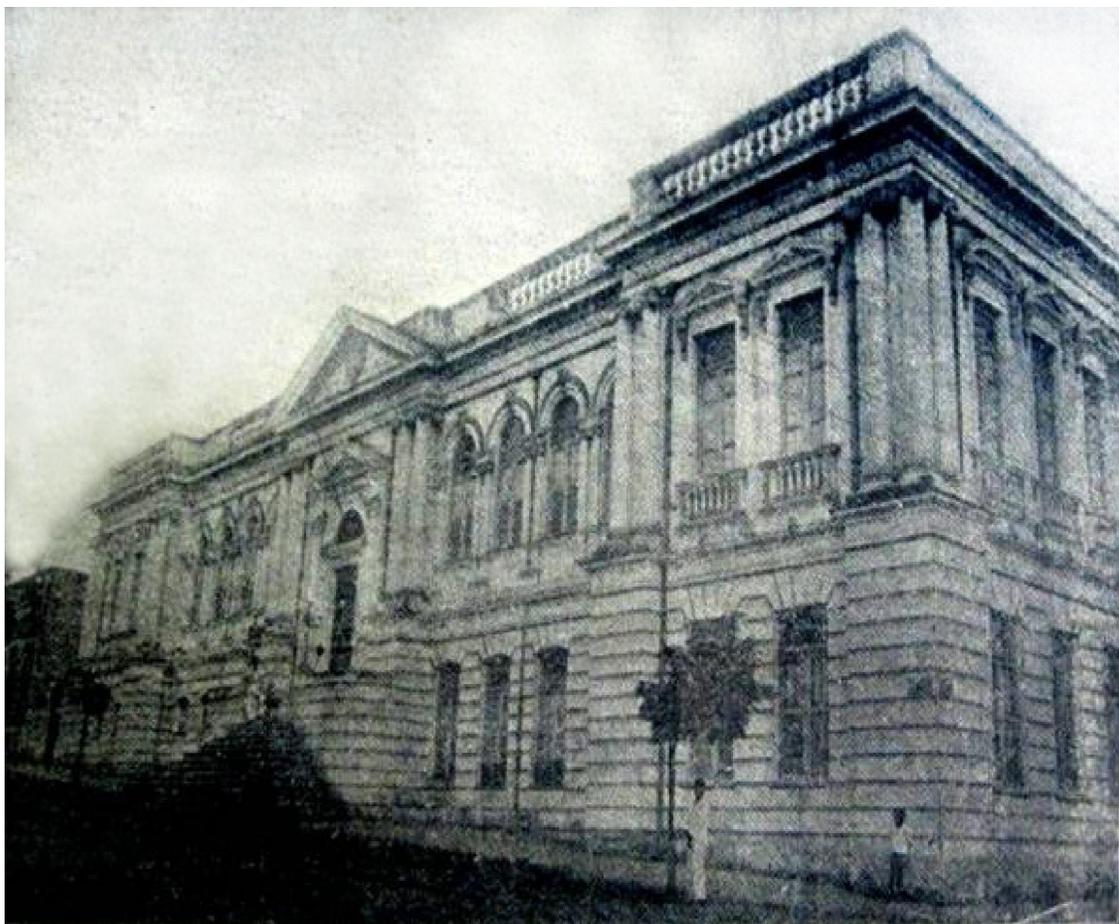
O empreendimento da construção do edifício foi continuado de forma lenta no governo de João Luiz Ferreira, em razão dos problemas financeiros que dificultavam o investimento do governo estadual na área educacional. Finalmente, a obra foi concluída e entregue, em 1º de abril de 1925, a Mathias Olímpio, o novo governador empossado. A sede própria da Escola Normal Oficial tornou-se o primeiro edifício com finalidade escolar construído em todo o estado do Piauí.

Na página a seguir, podemos observar uma fotografia da Escola Normal Oficial, publicada em um jornal local de 1942. O fato de não retratar o prédio na época de sua inauguração não se torna significativo, porque a fachada não sofreu modificações com o

⁸⁹ GONÇALVES, Luís Mendes Ribeiro Gonçalves. Edifícios públicos escolares do Piauí. **Diário Oficial**, Teresina, ano XII, n. 95, p. 54-57, 03 de maio de 1942.

⁹⁰ GONÇALVES, Luís Mendes Ribeiro. **Depoimento Concedido ao Núcleo de História Oral do Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí - Fundação CEPRO**. Rio de Janeiro, 1985.

passar dos anos, e sua estrutura original é preservada até hoje, funcionando como sede do poder municipal:



Fotografia 6 - Prédio da Escola Normal.

Fonte: GONÇALVES, Luís Mendes Ribeiro Gonçalves. Edifícios públicos escolares do Piauí. Diário Oficial, Teresina, ano XII, n. 95, p. 54-57, 03 de maio de 1942.

Esse prédio, no qual a Escola Normal Oficial passou a funcionar, era um exemplo do estilo arquitetônico conhecido como Neoclássico.⁹¹ Com a imponência e a grandiosidade da construção o projetista intentava torná-la facilmente percebida e também admirada pelas pessoas. No decorrer dos anos de 1930 e 1940, a Escola Normal funcionou regularmente nesse prédio.

No período que se refere à vigência do Decreto n. 771, de 1921, que foi reformulado e confirmado pela Lei n. 1.027, de 1922, a Escola Normal Oficial passou por uma

⁹¹ O Neoclássico era um estilo inovador adotado em muitos edifícios públicos construídos durante o período no Brasil, porque transmitia um conjunto de valores relacionados à credibilidade das instituições e integridade das administrações através das formas simétricas e bem acabadas que os prédios possuíam. SALES, Luís Carlos. **O Valor Simbólico do Prédio Escolar**. Teresina: EDUFPI, 2000. p. 53-55.

reestruturação para colocar efetivamente em prática a proposta do governo estadual de conseguir mão-de-obra qualificada para o exercício do magistério primário. Na tabela abaixo, podemos observar que o número de concludentes do curso Normal na década de 1920 atingiu uma elevação geralmente crescente em relação ao período inicial de funcionamento da instituição:

Tabela 4 - Número de conclusões da Escola Normal de 1922 a 1929.

Ano	Concludentes
1922	16
1923	09
1924	11
1925	10
1926	21
1927	24
1928	25
1929	36

Fonte: SOARES, Norma Patricya Lopes. Escola Normal em Teresina (1864–2003): reconstituindo uma memória da formação de professores. 2004. 181f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2004. p.85.

A partir de 1931, o Colégio Sagrado Coração de Jesus também passou a oferecer o curso Normal na cidade de Teresina. Isso pode ser observado na fiscalização que o poder público estadual fez no estabelecimento particular durante a fase inicial de funcionamento:

O governo do Estado acaba de conceder fiscalização preliminar ao “Colégio Sagrado Coração de Jesus” que, assim, continuará mantendo o curso normal instituído ali em maio do ano passado. Para obter essa concessão a diretora do referido educandário fez a prova de que o mesmo possui organização didática semelhante à Escola Normal Oficial e recolheu aos cofres do Estado a importância destinada ao pagamento dos serviços de fiscalização prévia durante o primeiro semestre do corrente ano, tudo de conformidade com o regulamento geral da Instrução Pública.⁹²

De acordo com o regulamento geral do ensino do Piauí, o curso Normal seria ministrado na Escola Normal Oficial e nos estabelecimentos públicos e particulares que estivessem a ela equiparados, sendo que a permissão definitiva para o funcionamento implicava uma fiscalização estadual durante o período mínimo de um ano, a fim de comprovar se o funcionamento da Escola Normal de Teresina estava servindo como padrão

⁹² FISCALIZAÇÃO do Colégio Sagrado Coração de Jesus. **Diário Oficial**, Teresina, ano II, n. 27, p. 3, 1 de fev. de 1932.

oficial para a organização dos novos cursos. Para isso, nas instituições fiscalizadas o Normal deveria ter a mesma duração da Escola Normal Oficial, igual distribuição de disciplinas, assim como deveriam ser adotados e executados os mesmos programas. As normas de matrículas deveriam também ser iguais.⁹³

Nessa época, o curso Normal no Piauí era oferecido na Escola Normal Oficial e no Colégio Sagrado Coração de Jesus, que se localizavam em Teresina, mas também em cidades do interior do estado, com a Escola Normal de Floriano, criada em 1920, e a Escola Normal de Parnaíba, fundada em 1927. A implantação dessas instituições de ensino Normal demonstra que o ensino profissionalizante para formação de professores estava definitivamente inserido na sociedade piauiense.⁹⁴ A Escola Normal de Floriano conseguiu a prerrogativa da equiparação em 1932, enquanto a Escola Normal de Parnaíba e a Escola Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus foram definitivamente equiparadas à Escola Normal Oficial em 1933.⁹⁵

No decreto estadual de equiparação da Escola Normal de Floriano à Escola Normal de Teresina, podemos observar os motivos para a criação do estabelecimento no interior:

[...] em vista da distancia da capital e da dificuldade de transporte e mesmo da falta de conforto, as professoras normalistas, difficilmente aceitam nomeação para as escolas localizadas no sul do Estado; considerando, que, pelos motivos acima, e mais, pela falta de recursos, as filhas d'aquelas regiões não podem vir cursar a Escola Normal desta Capital; considerando, que a Escola Normal de Floriano pela sua localização em um ponto do estado que é como um entreposto commercial, intellectual e social [...]⁹⁶

A equiparação da Escola Normal de Floriano à instituição que funcionava na capital seria um meio de resolver, ao menos em parte, o problema da instrução no sul do estado em virtude da ampliação da rede de ensino primária. Por essa região ter uma localização distante da capital dificultava tanto a nomeação de professoras normalistas de Teresina para lá quanto o deslocamento de jovens da região sul para estudar na capital. A cidade de Floriano era,

⁹³ PIAUHY. Decreto n. 1.247, de 11 de maio de 1931. Dispõe sobre as condições para a equiparação da Escola Normal de Floriano à Escola Normal do Estado. **Decretos do Ano de 1931**. Teresina: Imprensa Oficial, 1932.

⁹⁴ FERRO, Maria do Amparo Borges. **Educação e Sociedade no Piauí Republicano**. 1994. 143f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí. Teresina, 1994. p. 108.

⁹⁵ PIAUHY. Decreto n. 1.498, de 17 de novembro de 1933. Equipara à Escola Normal Oficial a Escola Normal de Parnaíba e o Colégio Sagrado Coração de Jesus. **Decretos do Ano de 1933**. Teresina: Imprensa Oficial, 1934.

⁹⁶ PIAUHY. Decreto n. 1.247, op. cit.

ainda, ideal para a instalação de um centro de formação de normalistas, por sua localização privilegiada na região sul do Piauí.

A instalação de uma escola normal no município de Parnaíba parece estar relacionada a questões como o desenvolvimento econômico, pois as atividades comerciais fizeram com que a região se tornasse um dos mais importantes centros urbanos do estado do Piauí. Essa condição propiciou uma série de transformações sociais na região, e certamente, a maior demanda pela educação formal fazia parte desse contexto.⁹⁷

Apesar da polarização do ensino normal da capital, oferecido em dois estabelecimentos, a Escola Normal Oficial (estadual) e o Colégio Sagrado Coração de Jesus (particular), percebe-se que a Escola Normal Oficial possuía situação privilegiada, porque indicava o padrão para o funcionamento dos outros estabelecimentos que ofereciam o mesmo tipo de curso no estado.

Parece-nos válido afirmar que a Escola Normal Oficial também tinha posição de destaque diante das demais porque era uma instituição educacional consolidada, tendo adquirido estabilidade no seu funcionamento desde 1910 e passado por estruturações no sistema de ensino, aspectos que, ao longo dos anos, fizeram com que fosse reconhecida pela sociedade piauiense pela comprovada qualidade de ensino.

Situação similar parece ter ocorrido no estado de São Paulo durante as primeiras décadas do século XX, pois, apesar de, na época, haver outras oito instituições que ofereciam o curso Normal, a Escola Normal da Praça era referência principal nessa área de ensino:

[...] A Escola Normal da Praça, ao lado do museu Paulista, da Escola politécnica, do Instituto Butantã, do Instituto Biológico e do Hospício dos Alienados, explicita a institucionalização da ciência brasileira, tornando-se orgulho dos paulistas. Embora a expansão do ensino normal seja significativa, a Escola Normal da Praça continua a desfrutar de singular prestígio intelectual e institucional. O diploma do Curso Normal expedido pelo instituto é um título decisivo na carreira profissional e na ocupação dos postos preferenciais do aparelho escolar.⁹⁸

⁹⁷ A navegação do rio Parnaíba ganhou impulso no século XX, alcançando maior desenvolvimento nas décadas de 1930 e 1940 ao realizar o transporte de pessoas e mercadorias no Piauí. A cidade de Parnaíba estava localizada próxima desse rio, tornando-se um ponto comercial importante. Nessa região, foram estabelecidas atividades comerciais realizadas principalmente por empresas estrangeiras que instalavam suas filiais especializadas na exportação de diversos produtos nativos, como a carnaúba, o algodão e o coco de babaçu, bem como a importação de produtos industrializados. O dinamismo de pessoas que afluíam para a cidade em virtude dessas atividades comerciais contribuiu para reforçar o comércio interno, que era representado em grande parte por firmas administradas por estrangeiros, como a Casa Inglesa e a Casa Marc Jacob, as quais, além de venderem mercadorias a retalho, também se dedicavam à exportação e importação. Para mais informações, ver BARBOSA, Edson Gayoso Castelo Branco. **Parnaíba**: contribuição à história de sua navegação. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1986. p. 71-90.

⁹⁸ MONARCHA, Carlos. **Escola Normal da Praça**: o lado noturno das luzes. Campinas: UNICAMP, 1999, p. 238.

Ter um diploma do curso Normal realizado na Escola Normal da Praça era, assim, indicativo de uma formação de alto nível para a sociedade local, tornando-se um fator decisivo para a carreira profissional e para o preenchimento de cargos no magistério. Isso certamente ocorria em virtude de fatores de diferenciação percebidos pela opinião pública diante das outras instituições, tais como a qualidade superior de ensino, a estrutura administrativa sistematizada e os professores reconhecidamente gabaritados.

Nesse sentido, tornam-se importantes os números que indicam a quantidade de matrículas e conclusões do curso Normal, realizadas na Escola Normal de Teresina de 1930 a 1949, que são mostrados na tabela abaixo:

Tabela 5 - Matrículas e conclusões na Escola Normal entre 1930 e 1949.

Anos	1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série	5ª Série	Conclusões
1930	153	58	58	26	*	23
1931	-	-	-	-	-	31
1932	138	84	66	43	07	19
1933	21	39	58	33	16	25
1934	30	23	31	53	29	34
1935	44	39	24	30	52	41
1936	58	67	41	34	31	29
1937	60	41	25	49	32	32
1938	62	72	41	61	51	50
1939	80	67	55	37	59	58
1940	88	81	65	34	36	35
1941	98	92	70	42	33	33
1942	110	93	74	42	40	43
1943	62	68	81	70	40	38
1944	38	65	89	74	79	62
1945	46	48	50	81	63	60
1946	39	-	-	*	*	74
1947	51	-	-	*	*	54
1948	-	-	-	*	*	33
1949	-	-	-	*	*	26

Fonte: Matrículas da Escola Normal, relatórios e mensagens governamentais de 1931 a 1949.

* Série Inexistente.

- Dados Indisponíveis.

De acordo com os dados, a aparente incongruência entre o aumento do número de matrículas observada em algumas séries em relação aos anos anteriores é decorrente do fato de que existiam transferências das outras escolas normais do estado para a instituição de Teresina. Além disso, os estudantes da Escola Normal de Floriano não dispunham do curso Normal completo, tendo que estudar os dois últimos anos na Escola Normal de Teresina.

Também é importante entendermos que as reduções do número de alunos em algumas séries do curso Normal eram decorrentes das reprovações em razão da formação de alto nível que a Escola Normal oferecia e também das desistências, que tiveram várias motivações. Uma delas era a distância de casa, pois como era comum haver jovens provenientes de outros municípios do estado estudando na instituição, poderiam surgir problemas financeiros para a família prover o sustento das filhas na capital.

Um outro aspecto que devemos considerar é o fato de que a Escola Normal não funcionava em regime de internato, e, com isso, os problemas de moradia adequada para as jovens e presença familiar para garantir a vigilância da moral feminina poderiam se converter em entraves para o prosseguimento do curso longe do domicílio. Consideramos também que o casamento de algumas normalistas pode servir para explicar uma parte das desistências do curso na Escola Normal de Teresina, já que os maridos poderiam não aceitar que as esposas prosseguissem os estudos e tivessem uma profissão.⁹⁹

No entanto, essa relação entre trabalho e casamento na vida das jovens que se formaram na Escola Normal nos anos de 1930 e 1940 estabelecia uma zona de tensão que apresentava situações variadas. D. Ozita afirmou que foi pressionada pelo noivo para deixar de trabalhar após o casamento e dedicar-se somente ao lar e aos filhos:

No começo do noivado ele queria que eu saísse, eu digo: - Não, em primeiro lugar é o meu emprego, depois é você. Eu vou nada, minha filha! Sou macaca velha nesse ponto! Já pensou? Deixar emprego, nada! Por melhor que seja, eu não aconselho ninguém a deixar, não aconselho mesmo, é muita vantagem em ter o dinheiro da gente, em fazer o que quer, o que entende, sem dar satisfação a marido, é muito bom. [...] namorado, noivo sempre quer pegar do jeito que ele quer, aí quando ele viu que não podia e gostava, porque queria se casar era comigo, então aceitou, teve que aceitar a exigência [...].¹⁰⁰

É relevante observar que a entrevistada não realizou a vontade do noivo, que acabou se tornando seu marido, pois estabeleceu como condição necessária, para aceitar o casamento,

⁹⁹ Essa situação foi identificada pelas normalistas entrevistadas que estudaram na Escola Normal Rui Barbosa localizada no estado de Sergipe entre os anos de 1920 e 1950. FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. Da “Normalista-Espera-Marido” ao Exercício Profissional no Magistério: trajetórias de ex-alunas do Instituto de educação Rui Barbosa (Aracaju/ SE – 1920- 1950). In: CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Sousa; SILVA, Vera Lúcia Gaspar da (orgs.) **Feminização do Magistério: vestígios do passado que marcam o presente**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002. p. 144. Em muitos países da Europa, sobretudo na Inglaterra e na Holanda, as mulheres abandonavam a sua profissão quando casavam. LAGRAVE, Rose-Marie. Uma Emancipação sob Tutela: educação e trabalho das mulheres no século XX. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (orgs.). **História das Mulheres no Ocidente: o século XX**. Porto: Afrontamento, 1991. p. 515.

¹⁰⁰ NUNES, Ozita Mendes de Oliveira. **Depoimento Concedido a Joseanne Zingleara Soares Marinho**. Teresina, 2007.

que continuasse trabalhando fora de casa, pois, para a entrevistada, usufruir do salário que recebia como resultado do próprio trabalho era uma realização pessoal a que ela não renunciava.

Também havia pressões para que as normalistas deixassem de exercer a profissão após o casamento. D. Maria da Conceição relatou sua experiência em uma situação como essa:

Eu, quando eu tive os dois primeiros filhos foram homens, quando eu tive o terceiro filho, que é essa que está aqui hoje, quando ela nasceu, ele disse: - Meu bem, agora é uma mulherzinha, você não precisa trabalhar... - Ó meu bem! Mas eu quero ir... - Então vamos fazer o seguinte: a gente tira um ano sem vencimentos, e depois você volta. Eu fiquei numa tristeza horrível! [...] A família do meu marido, a avó teve vinte e cinco filhos, aí as filhas tinham o filho junto com a mãe. [...]. Mas vinte e cinco? Eu disse: - Não, não agüento não porque uma criança com menos de dois anos e eu louca pra estar ensinando!¹⁰¹

Isso acontecia porque os maridos desejavam a dedicação total das esposas nos cuidados com os filhos e na realização de outros serviços domésticos. No caso de D. Maria da Conceição, o interesse do seu marido era que ela ficasse em casa e deixasse definitivamente o trabalho para cuidar de uma forma mais especial da primeira filha que havia nascido da união do casal, mas ela aceitou apenas afastar-se por um período determinado e acabou retornando para o cargo de professora.

Um aspecto importante dessa questão era a determinação que a entrevistada expressava em continuar exercendo o trabalho de professora, de que tanto gostava. Quando percebeu que o fato de ter muitos filhos poderia dificultar sua vida profissional, ela optou por ter menos filhos que outras mulheres pertencentes à geração passada, as quais não trabalhavam fora. Essa solução conciliatória permitiu que ela pudesse exercer sua profissão de professora e também que cuidasse dos filhos, do marido e do lar.

Mas também existia um outro posicionamento masculino com relação ao emprego de professora e o casamento. Isso porque o salário feminino poderia ser um atrativo que facilitava o encontro de pretendentes em uma realidade em que existiam poucas profissões aceitas socialmente para as mulheres de setor social médio. É como nos relata D. Isis Maria, ao lembrar que, depois da sua chegada à cidade de Campo Maior, para assumir o cargo de professora primária, ela não demorou a arranjar um marido:

¹⁰¹ PRADO, Maria da Conceição Passos. **Depoimento Concedido a Joseanne Zingleara Soares Marinho**. Teresina, 2007.

[...] quando chegavam no interior era como se tivesse chegado uma mina de ouro. A rapaziada todinha queria a professora, que só quem ganhava dinheiro nesse tempo era professora (risos). Era um bom partido e, quando chegava ao interior, aparecia aquele monte de admirador por isso, era porque aquela professora já tinha um pouquinho (risos). Geralmente não deixava de trabalhar, porque já o marido já tinha aquilo assim como uma fortaleza, era aquela companheira, sabida, que ia criar os filhos também sabidos, os filhos que aparecessem. Filhos de uma professora eram diferentes de qualquer outra menina daquela época, então a gente era muito bem aceita nos interiores por isso, porque tinha o seu valor. [...] cheguei em Campo Maior e, no mês de junho, já tava com o par, foi rapidinho.¹⁰²

Segundo a entrevistada, a questão financeira era um fator relevante que ajudava a professora normalista a arranjar um casamento, pois ela poderia contribuir com o marido, ajudando no sustento familiar. Entendemos que essa situação não representava risco para a posição masculina como chefe da casa, porque a remuneração de professora era baixa e o marido continuaria sendo o principal provedor.

É perceptível, através do relato de D. Isis Maria, que ser uma normalista formada assegurava às jovens um prestígio decorrente da educação que possuíam e era fator de diferenciação social entre as outras moças. Isso também poderia facilitar o casamento das normalistas, já que eram consideradas pela sociedade como moças cultas e educadas.

Nesse sentido, os filhos de uma professora tinham uma educação diferente daquela realizada por outras mulheres que não tinham estudado o curso Normal. Eles geralmente começavam a estudar mais cedo em casa e muitas vezes apresentavam um rendimento melhor nos estudos porque contavam com o acompanhamento de mães preparadas para desempenhar a educação infantil. Assim, o casamento com uma normalista, de certa forma, garantiria ao marido que a educação dos filhos seria realizada de forma adequada.

2.3 O INGRESSO NA ESCOLA NORMAL

De acordo com o Decreto n. 434, de 19 de abril de 1910, ficava estabelecido que a candidata interessada em uma vaga para estudar na recém-inaugurada Escola Normal Oficial deveria apresentar, no ato da matrícula, uma certidão de conclusão do ensino primário e, caso não dispusesse de tal documento, teria que ser submetida a um exame de admissão. Além disso, também deveria comprovar idade mínima de doze anos, apresentar comprovante de pagamento de taxa de matrícula e um atestado de que não possuía doença contagiosa.

¹⁰² CASTELO BRANCO, Isis Maria Martins Raposo. **Depoimento Concedido a Joseanne Zingleara Soares Marinho**. Teresina, 2007.

Não encontramos nos regulamentos educacionais elaborados na década de 1920¹⁰³ as condições necessárias para a matrícula na Escola Normal de Teresina. Como essas legislações não somente implementaram modificações no ensino, mas também mantiveram determinações já existentes, isso pode significar que as regras para o ingresso na instituição permaneceram as mesmas observadas anteriormente.

Humberto de Área Leão tornou-se interventor do Piauí em 1930, e, no seu governo, foi realizada uma reformulação no ensino Normal pelo Decreto n. 1.139, de 2 de janeiro de 1931.¹⁰⁴ Mas ele foi deposto e assumiu Joaquim de Lemos Cunha como novo interventor estadual, sendo que uma de suas primeiras ações foi suspender a execução do regulamento anterior pelo Decreto n. 1.145, de 2 de fevereiro de 1931, alegando como motivo as condições financeiras precárias do estado, fato que inviabilizaria a execução da legislação recém-assinada por seu antecessor. Desse modo, determinou que continuasse sendo obedecida a legislação vigente anteriormente.

Somente depois que o interventor Landry Sales assumiu o governo é que uma nova legislação passou a regulamentar o ensino normal e outros níveis de ensino no Piauí. Tratava-se do Decreto n. 1.301, de 1931, que traçava as novas diretrizes para a concretização de um plano educacional para o estado.¹⁰⁵

Como já foi enfocado anteriormente, a partir do início do período de governo do presidente Getúlio Vargas, a educação passou a ser prioridade nacional, e esse novo regulamento estadual estava de acordo com o estatuto privilegiado que ela adquiriu na nova administração que se estabelecia no país. Tratava-se de colocar efetivamente em prática o projeto de combate ao analfabetismo, problema ao qual já se fazia referência no século XIX e que foi amplamente discutido, passando a ser executado através de algumas poucas ações nos anos de 1920.

A nova legislação educacional estabelecia que o curso Normal seria ampliado de quatro para cinco anos sob o regime de externato misto a partir do ano de 1932. Para a matrícula ser efetivada, o candidato deveria ter a idade mínima de quatorze e máxima de trinta anos; ser aprovado no teste de idade mental adulta, cujo objetivo era comprovar a maturidade

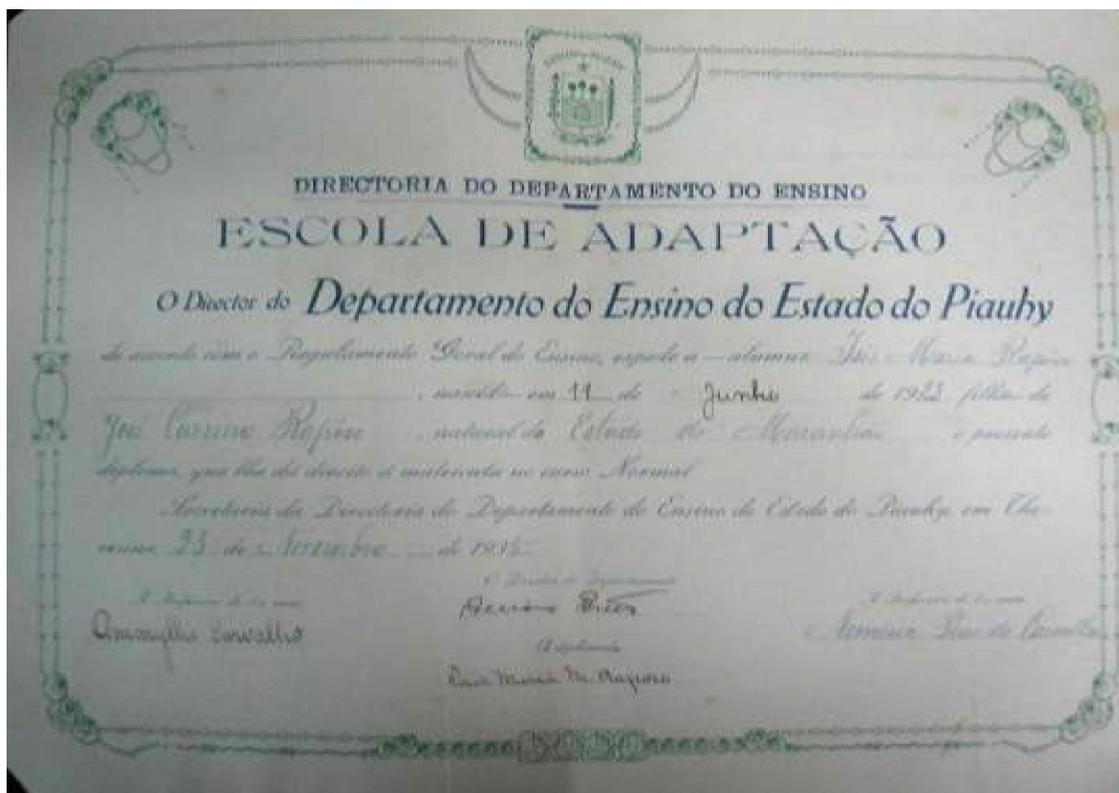
¹⁰³ PIAUHY. Decreto n. 771, de 6 de setembro de 1921. Alterações ao Regulamento Geral da Instrução Pública. In: MELLO, Mathias Olímpio de. (org.) **A Instrução Pública no Piauí**. Teresina: Papelaria Piauíense, 1922, p.23-36. PIAUHY. Lei n. 1.027, de 3 de julho de 1922. Aprova o Decreto n. 771 do ano passado que reforma a instrução pública do estado com as alterações constantes da presente lei. In: MELLO, Mathias Olímpio de (org.). **A Instrução Pública no Piauí**. Teresina: Papelaria Piauíense, 1922. p. 39-41.

¹⁰⁴ PIAUHY. Decreto n. 1.139, de 02 de janeiro de 1931. Regulamenta o ensino normal. **Diário Oficial**, Teresina, anno I, n. 5, p. 2- 16, 8 de jan. de 1931.

¹⁰⁵ PIAUHY. Decreto n. 1.301, de 14 de setembro de 1931. Concede nova organização à Diretoria de Instrução e regulamente o ensino público. **Decretos do Ano de 1931**. Teresina: Imprensa Oficial, 1932.

adequada para freqüentar o curso; comprovar o pagamento de taxa de matrícula; ser aprovado no exame de admissão, enquanto a Escola de Adaptação não formasse a primeira turma; apresentar comprovante de vacinação e atestado de não portador de moléstias contagiosas ou defeitos físicos, na época considerados incompatíveis com o exercício do magistério, mas que não eram relacionados de forma detalhada na legislação.

Com a instalação da Escola de Adaptação em 1932, a outra condição necessária para a matrícula na Escola Normal passou a ser o diploma de conclusão do curso complementar especial, com duração de dois anos, oferecido pela instituição, como mostra a fotografia a seguir, do diploma que D. Isis Maria Castelo Branco, uma das entrevistadas, adquiriu após estudar na instituição em 1935 e apresentou para a matrícula na Escola Normal Oficial no ano seguinte:



Fotografia 7 - Diploma da Escola de Adaptação.

Fonte: Arquivo da Escola Normal Oficial.

* O sobrenome Castelo Branco ela adquiriu somente após casar-se.

O objetivo da criação da Escola de Adaptação era que os estudantes ampliassem os conhecimentos adquiridos no curso primário e passassem por um treinamento para direcionar e firmar as vocações no sentido de serem ou não aproveitados para estudar na Escola Normal

Oficial. Essa iniciativa deu prosseguimento ao processo de maior direcionamento da instituição para a formação de professores que quisessem seguir a carreira, nas décadas de 1930 até o final da década de 1940. É como demonstra o relato de D. Maria de Lourdes sobre sua formação escolar até chegar à Escola Normal:

Eu comecei a estudar antes dos sete anos no Colégio das Irmãs, onde eu estudei dois anos. Aí passei pra escola pública, o Grupo Escolar Abdias Neves, por sinal era até aqui nessa Praça Demóstenes Avelino, onde hoje é a biblioteca. Aí se chamava Grupo Escolar Abdias Neves, aí eu estudei até o 4º ano. Saí do Abdias Neves e fui pra Escola de Adaptação. Lá onde hoje é a Prefeitura, lá embaixo ali. Saí da Escola de Adaptação e fui pra Escola Normal. Foram cinco anos.¹⁰⁶

Começar a vida escolar em uma escola particular como o Colégio Sagrado Coração de Jesus e depois passar a estudar em um estabelecimento estadual como o Grupo Escolar Abdias Neves era uma trajetória percorrida por muitas jovens de setores sociais médio e alto, pois o nível de ensino oferecido na época em instituições públicas e particulares, era similar. Depois que D. Maria de Lourdes concluiu o primário, ela cursou a Escola de Adaptação e daí começou a estudar na Escola Normal Oficial.

Na França, às vésperas da Segunda Guerra Mundial, era ainda freqüente que os pais escolhessem a carreira ou o ofício dos filhos, de acordo com os costumes familiares tradicionais.¹⁰⁷ Essa realidade parecia existir em Teresina, pois a opção por fazer o curso Normal geralmente dependia da vontade dos pais. D. Maria de Lourdes relatou o seguinte sobre essa situação:

Pra meu pai o negócio era ser professora, não tinha outro curso, nada... Era ser professora [...] Aí só Pedagogia, o Normal. Lecionar, ser professora mesmo, na época, era o melhor que existia, era ser professora, não tinha opção de jeito nenhum, porque se você fosse... Não tinha nem assim como assim um incentivo pra você estudar no ginásio, não tinha. Eu tinha orgulho de ter feito o curso, mas eu não me sentia assim muito estimulada pra lecionar. Lecionava mas não tinha assim aquele estímulo [...].¹⁰⁸

Conforme o depoimento, ainda que a entrevistada não sentisse propensão para exercer o magistério, ela obedeceu à decisão tomada por seu pai. Parece-nos válido afirmar que essa

¹⁰⁶ OLIVEIRA, Maria de Lourdes Coelho. **Depoimento Concedido a Joseanne Zingleara Soares Marinho**. Teresina, 2007.

¹⁰⁷ PROST, Antoine. Fronteiras e Espaços do Privado. In: PROST, Antoine; VINCENT, Gerard (orgs.). **História da Vida Privada**: da Primeira Guerra aos nossos dias. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 85.

¹⁰⁸ OLIVEIRA, op. cit.

era uma situação com a qual se deparavam muitas moças. Tratava-se de uma época em que a autoridade dos pais era bastante presente na família e, por isso, a prática comum era que a decisão da escolha do curso fosse tomada exclusivamente por eles. Geralmente não existia espaço para discussão, e esperava-se das filhas que fossem obedientes à hierarquia da família e aceitassem o fato.

Um agravante para isso era que a decisão era tomada geralmente quando as jovens tinham em torno de doze anos, momento em que a família decidia se elas entrariam na Escola de Adaptação, para fazer o curso Normal ou estudariam o Ginásio. Como ainda eram meninas, o comum era que sua própria vontade não fosse considerada como critério relevante na escolha do caminho que deveriam seguir nos estudos.

Através do relato realizado por D. Maria de Lourdes Oliveira, é possível perceber algumas das motivações existentes nas décadas de 1930 e 1940 para a escolha do curso Normal como formação educacional feminina. Um deles é que esse curso surgia muitas vezes como a única opção de continuidade dos estudos para as jovens, sendo-lhes a trajetória mais acessível e comum naquele contexto. Além disso, a profissão de professora era um trabalho feminino tradicional, que proporcionava muito prestígio social.

De acordo com a afirmação de D. Ozita Nunes, o critério financeiro também era um motivo presente na escolha do curso Normal pelos pais:

Porque meus pais não podiam seguir outra coisa, eram dez filhos, era muito difícil pra época. Então, pra deixar todos formados, ele achou que devia botar na Normal que era um curso mais fácil pra ele no sentido financeiro. Aí eu fui fazer... As mulheres lá de casa todas fizeram o curso Normal.¹⁰⁹

Nesse sentido, a condição econômica da família era um fator que concorria para a decisão sobre a formação educacional das moças e também do tipo de instituição pública ou particular onde elas iriam estudar. A família de D. Ozita Nunes pertencia ao setor social médio e, como outras famílias da época, era composta por uma grande quantidade de filhos. Por esse motivo podemos entender que seria difícil para os pais da entrevistada proporcionarem uma educação particular para todos.

Alguns decretos fizeram pequenas alterações no Regulamento Geral do Ensino no Piauí, sem muito impacto na estrutura do curso Normal, que continuou em vigor até o ano de

¹⁰⁹ NUNES, op. cit.

1946, quando teve que se adaptar às orientações do Governo Federal, com a elaboração de uma nova legislação do ensino estadual.¹¹⁰

Esse novo regulamento alterou a estrutura do ensino normal, que passou a abranger dois ciclos. O primeiro consistia no curso de regentes de ensino primário, a ser cursado em quatro anos, e o segundo, o curso de formação de professores primários, em três anos. Regulamentava ainda a existência de dois tipos de estabelecimentos que ofereciam o ensino normal: o curso normal regional, que ministrava o primeiro ciclo do ensino normal, e a escola normal, onde funcionaria o curso de segundo ciclo desse ensino, bem como o ginásio do ensino secundário. O curso de regentes articulava-se com o primário, e o curso de formação de professores com o ginásio. Os estabelecimentos continuavam mistos, com as classes podendo ser separadas de acordo com os sexos.

Algumas condições eram exigidas para a efetivação da matrícula: ser brasileiro, ter sanidade física e mental, não apresentar defeito físico ou distúrbio funcional que contradicasse o exercício da função docente e aprovação no exame de admissão. A Escola de Adaptação foi extinta, pois o curso complementar não era mais necessário para a matrícula no curso Normal.

Para inscrição no exame de admissão para o primeiro ciclo, o candidato deveria ter idade mínima de treze anos e conclusão do primário. Para inscrição no segundo ciclo, a idade mínima era de quinze anos, devendo ser apresentado o certificado de conclusão do primeiro ciclo ou certificado do curso ginásial. A idade acima de vinte e cinco anos impossibilitava a matrícula em qualquer ciclo do ensino normal.

D. Maria da Conceição estudou toda a sua vida em Parnaíba, e seu depoimento serve para caracterizar a condição da educação feminina existente no município:

Fiz o curso ginásial no Colégio das Irmãs, aí depois eu queria mais alguma coisa. Aí fui fazer a Escola Normal. Eu queria estudar qualquer coisa. [...] Lá em Parnaíba não tinha muito que desejar... não tinha. Perguntavam se eu ia ser freira. Porque ali ou ia ser freira ou ia ser mãe. Aí pronto, não tinha alternativa, tinha que estudar...¹¹¹

Depois da reforma federal instituída para padronizar o ensino normal no país, uma das possibilidades para cursar esse nível de ensino passou a ser a conclusão do ginásio para estudar na Escola Normal de Parnaíba ou em qualquer outra instituição do mesmo nível.

¹¹⁰ PIAUHY. Decreto n. 1.402, de 27 de janeiro de 1947. Dispõe sobre a adaptação do ensino normal do Estado. **Diário Oficial**, Teresina, ano XVII, n. 16, p. 1- 4, 30 de jan. de 1947.

¹¹¹ PRADO, op. cit.

Ainda em meados da década de 1940, quando a entrevistada fez o curso Normal em Parnaíba, havia pouquíssimas opções para as mulheres após terminar o ginásio: casar e exercer as funções de mãe e esposa, se tornar freira ou cursar o Normal. Com exceção da capital, que oferecia algumas outras poucas opções de estudo, como cursos técnicos e o curso superior, a realidade de Parnaíba era melhor que outras cidades do Piauí que não possuíam uma escola normal.

2.4 A ESCOLA NORMAL COMO UM LUGAR FEMININO

Na segunda metade do século XIX, período de tentativas de instalação de uma instituição regular de formação de professores em Teresina, começou a ocorrer uma frequência crescente da clientela feminina no curso Normal.¹¹² Esse processo também estava sendo verificado em outras escolas normais no Brasil, durante a mesma época, embora ocorresse com vários graus de intensidade e assumisse características peculiares. No estado de Sergipe, a situação era a seguinte:

A Escola Normal Masculina foi extinta indiretamente pela resolução nº 1.326, de 17/5/1888, pelo presidente Olímpio dos Santos Vital, ao determinar que seriam suspensas as aulas que não tivessem frequência de pelo menos 10 alunos. Em 1883, ninguém havia se matriculado e em 1886, os alunos desistiram do curso. Em Sergipe, só em 1877 é criada pelo então Presidente João Pereira de Araújo Pinto a Escola Normal para moças [...].¹¹³

Assim, a Escola Normal Masculina foi extinta no final do século XIX, por falta de novas matrículas e desistências daqueles que já freqüentavam o curso. Foi quando a Escola Normal direcionada para a clientela feminina foi instalada, conseguindo consolidar-se como instituição de referência para a formação educacional das mulheres.

No início do século XX, já existia, no Brasil, um indício de incorporação da idéia moderna que apontava para a necessidade de educar a mulher. Esse posicionamento estava vinculando ao fato de que a educação feminina seria fundamental para fomentar o progresso através do trabalho, significando uma necessidade prática decorrente em larga medida do processo de urbanização e industrialização, que se intensificava especialmente nas regiões

¹¹² SOARES, Norma Patricya Lopes. **Escola Normal em Teresina (1864-2003)**: reconstituindo uma memória da formação de professores. 2004. 181f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2004. p. 62.

¹¹³ FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **Vestidas de Azul e Branco**: um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920-1950). São Cristóvão: UFS, 2003. p. 30.

mais desenvolvidas do país. Mas nesse contexto, também outro fator determinava a relevância da educação feminina:

Mas esse consenso não se baseava apenas - e sequer principalmente - na importância crescente das mulheres na força de trabalho assalariada. A comunidade intelectual do Brasil, profundamente influenciada pelo movimento eugenista, considerava a educação feminina essencial para o aprimoramento da saúde das mulheres e para prepará-las para atender às exigências, que eram cada vez maiores, da maternidade competente e da administração eficiente de seus lares.¹¹⁴

Dessa forma, uma parcela da sociedade formada principalmente pela intelectualidade passou a defender que somente as mulheres com uma educação intelectual e moral, mas também doméstica, seriam capazes de cumprir a missão de mães responsáveis para criarem adequadamente os futuros cidadãos atuantes no desenvolvimento pleno do país.

A feminização profissional no ensino primário piauiense foi retomada a partir da instalação da Escola Normal Oficial.¹¹⁵ Um fator que contribuiu para essa condição foi a construção de uma argumentação sobre a profissão de professora primária como uma função naturalmente feminina, justificando-se que as mulheres teriam uma pretensa inclinação para o trato com as crianças, aspecto que convertia o magistério em uma extensão da maternidade.

Foi então criado um modelo de professora pouco preocupada com seu salário, pois deveria dedicar-se apenas a seus alunos e alunas, cumprindo uma profissão convertida em missão. Essa imagem era adequada para fabricar e justificar a completa entrega das mulheres ao magistério e desprofissionalizar a atividade, servindo aos interesses governamentais de realizar a instrução a baixo custo.

A feminização do magistério primário também contribuía para justificar a saída dos homens da profissão em busca de ocupações mais rendosas que passaram a surgir com o prosseguimento do processo de modernização.¹¹⁶ Dessa forma, as escolas primárias foram se tornando espaços tipicamente femininos, onde as professoras não entravam em contato com o sexo masculino cotidianamente, ocorrência que poderia representar um risco à moral das mulheres.

¹¹⁴ BESSE, op. cit., p. 123.

¹¹⁵ Para a obtenção de informações mais detalhadas sobre o assunto, ver LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. **Beneméritos da Instrução: a feminização do magistério primário piauiense.** 1996. 242f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1996.

¹¹⁶ LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na Sala de Aula. In: DEL PRIORI, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil.** 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 450.

De acordo com os dados da tabela abaixo, que indicam a divisão numérica por sexo da clientela da Escola Normal, percebe-se que o processo de feminização do magistério primário encontrava-se totalmente instalado em Teresina nas décadas de 1930 e 1940:

Tabela 6 - Frequência por sexo na Escola Normal entre 1930 e 1949.

Anos	Homens	Mulheres	Anos	Homens	Mulheres
1930	4	291	1940	6	298
1931	2	229	1941	7	328
1932	-	-	1942	5	354
1933	-	-	1943	14	307
1934	-	-	1944	12	333
1935	-	-	1945	12	276
1936	7	224	1946	-	-
1937	8	251	1947	-	-
1938	6	281	1948	-	-
1939	10	288	1949	-	-

Fontes: listas de notas nos exames, relações de matrículas e frequências em diários de professores da Escola Normal nas décadas de 1930 e 1940.

- Dados Indisponíveis.

As moças que freqüentavam o curso Normal possuíam o mais alto nível de formação educacional ao qual poderiam ter acesso nas décadas de 1930 e 1940.¹¹⁷ Por isso as normalistas eram admiradas como moças cultas e de fina educação, possuindo prestígio em uma sociedade onde predominava a ausência ou insuficiência de formação escolar. Sobre isso afirmou D. Ozita:

Tinha muito prestígio, muito valor, muito valor mesmo. Uma normalista valia tudo... eu tiro por mim (risos). Eu era muito querida, muito valorizada, todo mundo me abraçava com bons olhos. Tinha prestígio, prestígio na sociedade, quando falava em professora já sabia. Logo naquela época quase não tinha curso, não é? O principal era o Normal. Aí o povo todo tinha que valorizar [...] ¹¹⁸

Analisando as informações contidas nas documentações escritas e nas entrevistas realizadas, entendemos que a clientela da Escola Normal era composta basicamente por

¹¹⁷ Na década de 1930 na França o sistema escolar já funcionava no sentido de encorajar as moças a limitarem as suas ambições intelectuais ao certificado de estudos primários ou ao diploma de fim dos estudos secundários. Dessa forma, não concedia às moças as mesmas possibilidades dos rapazes porque a sociedade tendia a valorizar o investimento feminino em profissões que estivessem vinculadas ao serviço e cuidado dos outros. Elas geralmente exerciam no espaço público as qualidades maternas que se esperavam das mulheres. Isso pareceu funcionar, pois nessa época o contingente feminino nas escolas normais francesas ultrapassava o dos rapazes. LAGRAVE, op.cit., p. 512 - 513.

¹¹⁸ NUNES, op. cit.

jovens de famílias de setores médio e de elite, sendo comum que estudassem na instituição as filhas de políticos, fazendeiros, comerciantes e funcionários públicos que atuavam em Teresina e em outros municípios do estado.

Nesse sentido, apesar de ser um estabelecimento público estadual, não era barato sustentar uma filha na Escola Normal de Teresina, porque era necessário o fardamento completo de uso diário, que deveria estar sempre impecável, o uniforme de gala, usado em ocasiões festivas da instituição, e todo o material utilizado nas atividades curriculares de corte, costura, desenho, pintura, bordado e outras.

Dessa forma, somente uma pequena parcela da clientela feminina poderia estudar o curso Normal, fazendo com que o caminho mais comum das moças pobres fosse permanecer analfabetas ou encerrar os estudos ao concluírem o primário, começando a exercer profissões que tinham baixa remuneração, como o trabalho doméstico em casas de família.

Condições similares se verificavam em outras escolas normais do país, como a Escola Normal do município de São Carlos, em São Paulo, onde a clientela também era formada predominantemente por moças de famílias provenientes de setores médio e alto:

Nem todas as alunas, entretanto, tinham pai fazendeiro. Algumas eram filhas de negociantes, de médicos, de advogados, de dentistas todos abastados e que formavam a “*entourage*” econômica, política, social e cultural da fazenda. Pode-se afirmar que, ao menos até os anos 40, a clientela da Escola Normal é formada por jovens provenientes das classes médias e altas. Entre as alunas, não havia filhas de trabalhadores manuais, a não ser raríssimas exceções [...] ¹¹⁹

É preciso também ressaltar que os poucos rapazes que procuravam a formação da Escola Normal, na maior parte dos casos, pertenciam a grupos sociais menos favorecidos, pois o curso permitia que eles tivessem uma formação escolar mais acessível de acordo com sua condição social. Depois de formados, poderiam ascender, ocupando cargos administrativos na Diretoria de Instrução Pública, bem como trabalhar no ensino secundário, exercendo a direção dos estabelecimentos educacionais e no magistério.

No entanto, os rapazes dos setores sociais médio e também de elite dificilmente estudavam o curso Normal porque não o viam como uma alternativa que lhes proporcionasse grande reconhecimento social e altos salários. Desse modo, quando terminavam o primário, eles ingressavam no curso secundário oferecido principalmente em estabelecimentos

¹¹⁹ NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Schola Mater**: a antiga Escola Normal de São Carlos (1911 - 1933). São Carlos: EDUFSCar, 1996. p. 63-64.

prestigiados como o Ginásio Dr. Demóstenes Avelino,¹²⁰ o Ginásio Leão XIII,¹²¹ o Colégio Liceu Piauiense¹²² e o Colégio São Francisco de Sales¹²³ e em seguida tinham acesso ao ensino superior.¹²⁴ Essa situação pode ser entendida pelo fato de que caberia ao sexo masculino o sustento familiar integral, ou pelo menos, os homens teriam que assumir a maior parte dessa responsabilidade, sendo condição premente que prosseguissem os estudos de modo a conseguirem um emprego condizente com as necessidades.

2.5 OUTROS CAMINHOS ALÉM DO CURSO NORMAL

Vimos que no Piauí, durante os anos de 1930 e 1940, a formação mais freqüente das jovens que continuavam os estudos após terminar o ensino primário era seguir o curso Normal e trabalhar como professora primária. No entanto, apesar do acesso ser restrito, naquele contexto existiam outras possibilidades de continuidade dos estudos que direcionavam para carreiras profissionais diversificadas. Uma dessas opções, como relatou D. Isis Maria, era o ensino superior:

[...] e tinha o Liceu, mas o Liceu dava o curso ginásio, e o ginásio o que dava pra pessoa? Era o ginásio, só sabedoria, dali você ainda ia fazer a Faculdade de Direito, que era só a que nós tínhamos, era só essa na época. Depois que criaram a Filosofia, o bispo criou a Filosofia, nesse tempo era só Direito, ou você se formava em Direito ou nada, [...] as mães temiam botar as meninas no Liceu, além do mais, que curso dava? O ginásio, e depois se formar em Direito, quando? A Escola Normal não, quando terminava era professora, ia trabalhar e ganhar dinheiro como aconteceu comigo [...]¹²⁵

¹²⁰ Instituição educacional particular instalada em Teresina no ano de 1942 que funcionava com os níveis primário e ginásio para ambos os sexos. BARBOSA, Edson Gayoso Castelo Branco. **Therezina Teresina**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, [1996?]. Não paginado.

¹²¹ Importante estabelecimento de ensino particular fundado em 1938, em Teresina. Era dirigido pelos professores Moaci Ribeiro Madeira Campos e Antilhon Ribeiro Soares. Oferecia os cursos primário e ginásio e funcionava sob os regimes de internato, semi-internato e externato. Nas suas dependências, também funcionava a Escola Técnica de Comércio do Piauí, que oferecia cursos contábeis. Id. Ibid., Não paginado.

¹²² Colégio público estadual de referência que oferecia o nível secundário no Piauí. Foi criado em 1845, em Oeiras, antiga capital da província, sendo transferido para Teresina com a mudança da capital, alguns anos depois. Nos anos de 1940, passou a denominar-se Colégio Estadual do Piauí. Id. Ibid., Não paginado.

¹²³ Uma outra escola de referência na educação da época. Foi criada por D. Antônio de Almeida, primeiro bispo do Piauí, em 1906, e depois passou para a administração dos padres jesuítas. Tratava-se de um estabelecimento particular de freqüência exclusivamente masculina. Na educação da capital, servia como importante formadora dos setores sociais privilegiados que estudavam os cursos primário e secundário. Id. Ibid., Não paginado.

¹²⁴ De acordo com a nova legislação do ensino secundário de 1942, esse nível de ensino deveria ser ministrado em dois tipos de estabelecimentos: O nome de Ginásio deveria ser usado por instituições que ofereciam aulas do curso ginásio correspondentes ao primeiro ciclo, e a denominação de Colégio era adequada para instituições que ofereciam o ginásio e também os cursos clássico e científico, que correspondiam ao segundo ciclo. BRASIL Decreto n. 4.244, de 09 de abril de 1942. Lei Orgânica do Ensino Secundário. **Diário Oficial**. Teresina, ano XII, n. 87, p. 9-14, 20 de abril de 1942.

¹²⁵ CASTELO BRANCO, Isis., op. cit.

De acordo com a reforma nacional do ensino secundário de 1932, já anteriormente comentada, esse nível de ensino passou a ser dividido em dois ciclos: o primeiro correspondia a 5 anos e era indispensável para o ingresso em qualquer instituição superior, enquanto o segundo, com duração de 2 anos, era necessário para o ingresso em determinadas escolas superiores, como a de Direito. O relato da entrevistada corresponde ao período de vigência dessa lei, quando para estudar na Faculdade de Direito era necessário que, após a conclusão do primário, o aluno estudasse não somente o ginásial, como afirmou a entrevistada, mas também o segundo ciclo do secundário.¹²⁶

O Liceu Piauiense era um colégio estadual tradicional que permitia a freqüência mista no ensino secundário. Segundo D. Isis Maria, era por isso que muitas mães, cautelosas, temiam ver a moral de suas filhas possivelmente abalada pelo perigo que representava a convivência próxima com os rapazes na mesma instituição de ensino. Esse era um fator que dificultava o acesso de várias jovens a esse nível de ensino que era necessário ser cursado para se chegar ao terceiro grau.

Um outro aspecto identificado pela entrevistada que pode ter concorrido para o acesso restrito das mulheres ao curso superior nessa época está o fato de que, ao concluir o curso Normal, a jovem se formaria mais cedo e começaria a trabalhar. Já a formação no ensino superior requeria um processo mais demorado até a aquisição da desejada profissionalização feminina.

Segundo D. Isis Maria, a escolha do curso superior para a continuidade dos estudos também foi dificultada pela escassez de faculdades, pois Teresina tinha apenas a Faculdade de Direito, criada no ano de 1931. Somente em 1958, uma outra instituição, que foi a Faculdade de Filosofia, passou a funcionar na capital e, a partir desse período, a presença feminina no ensino superior começou a ser incrementada no estado do Piauí.¹²⁷

O ingresso feminino no ensino superior realmente não foi significativo no período estudado, pois, nos anos de 1930, apenas uma mulher formou-se em Direito na instituição de Teresina, sendo que na década seguinte, somente duas jovens concluíram essa formação.¹²⁸ Na fotografia da página seguinte está retratada a parnaibana Alda Avelino da Cunha, que recebeu o título de bacharela em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Piauí, em 1941:

¹²⁶ ROMANELLI, op. cit., 134-137.

¹²⁷ CARDOSO, Elizangela Barbosa. **Múltiplas e Plurais**: histórias e memórias de estudantes universitárias em Teresina (1930 - 1970). Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003. p. 128.

¹²⁸ Id. Ibid., p. 119.



Fotografia 8 – Alda Avelino da Cunha.
Fonte: DOUTORA Alda Avelino da Cunha. Revista Almanaque da Parnaíba, Parnaíba: Tipografia Minerva, 19 ed, p. 22, 1942.

Também existiam algumas poucas moças que cursavam o ensino superior em outros estados. Provavelmente a questão financeira era um fator que tornava essa opção restrita a algumas jovens piauienses pertencentes a famílias com condições de promover o sustento de suas filhas longe de casa. Um exemplo foi Yolanda Bujyja Britto:



Fotografia 9 - Yolanda Bujyja Britto.
Fonte: STA. Yolanda Bujyja Britto. Diário Oficial, Teresina, anos XI , n. 158, p. 8, 26 de dezembro de 1944.

Yolanda era uma moça procedente de uma família abastada, tradicionalmente reconhecida pela sociedade piauiense em virtude da importância intelectual que tinha na

época. Ela cursava a Faculdade de Direito da Universidade do Brasil no Rio de Janeiro ¹²⁹ e também fazia o curso de Canto Orfeônico no Conservatório Nacional de Canto Orfeônico, estabelecimento afim da Escola Nacional de Música da Universidade do Brasil, que direcionava a profissionalização para o magistério primário e secundário e também para o canto coral popular.

Uma outra alternativa para as moças era, após o primário, fazer o ginásial e, em seguida, um curso da área técnica, como o comercial, o agrícola ou o industrial. O ensino comercial, por exemplo, abrangia vários cursos, como o de contabilidade, administração e comercial básico. Em Teresina, havia algumas escolas particulares que ofereciam esse ensino técnico. Uma delas era a Escola Técnica de Comércio do Piauí, que oferecia cursos como o Comercial de Contabilidade:

O diploma de contabilista é de inestimável vantagem. Muitos são os rapazes e moças que somente por ter o diploma de Contabilista são admitidos como funcionários de repartições estaduais, federais e autárquicas, recebendo altos ordenados. No comércio e nas indústrias, numerosos são os que se encontram magnificamente colocados. Apenas três anos mais, depois da conclusão do curso ginásial [...] ¹³⁰

Segundo as informações veiculadas, o mérito desse curso era permitir o acesso a empregos em órgãos públicos, no comércio ou ainda no ramo industrial, sendo uma outra vantagem os salários elevados. Esses tipos de argumentos certamente atraíam aquelas pessoas que tinham condição financeira de pagar as mensalidades, aspecto que também restringia o seu acesso.

Havia ainda outros caminhos possíveis para as normalistas formadas, as quais, após a conclusão do curso ou do início da carreira de professora, poderiam procurar a continuidade da formação educacional e desempenhar outras profissões. Essa trajetória certamente era motivada por várias razões, como: poderiam sentir-se livres para seguir o próprio caminho, pois já tinham cumprido a vontade dos pais; era possível que estivessem insatisfeitas com a profissão de professora e mesmo que tivessem a ambição de continuar estudando para conseguir um emprego melhor.

¹²⁹ Era uma instituição nacional com estudantes recrutados em todo o país através de critérios rigorosos de seleção. O seu objetivo era oferecer todas as modalidades de ensino superior previstas pela lei, buscando fixar um padrão desse nível de ensino em todo o Brasil. SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena M. B.; COSTA, Vanda M. R. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 222- 226.

¹³⁰ ESCOLA Técnica de Comércio do Piauí. **O Piauí**, Teresina, ano LVII, n. 51, p. 2, 22 de fev. de 1946.

D. Ozita Nunes abandonou definitivamente o magistério primário alguns anos depois de iniciar o exercício da função, como ela mesma relatou:

Depois eu terminei tudo... comecei a lecionar, depois eu fui estudar pra Contabilidade no Leão XIII, me formei em 52. Me formei professora em 44. Em 52 me formei como contadora técnica. [...] Era do professor Moacir... da Escola Técnica. O curso era pago, mas eu arranjei uma bolsa pelo SENAC e fui de graça, né? Aí foi o curso todinho de graça. O curso de contabilidade era de três anos. Depois que eu me formei na Escola Normal, meu pai e minha mãe morreram, aí os irmãos me arranjaram esse emprego e eu fui pra lá. O Joel Mendes, que, nesse tempo, era Secretário de Educação, foi quem me deu o emprego. Aí tive trabalhando sete anos, aí depois a minha irmã, que trabalhava nos Correios, me arranjou um emprego, e eu fiquei lá nos Correios, lá trabalhei o resto pra completar a aposentadoria.¹³¹

O emprego em serviços burocráticos era uma opção possível para as moças que abandonavam o magistério. Desse modo, depois de formar-se como normalista, a entrevistada continuou estudando e acabou trocando o cargo de professora pelo de escriturária em uma repartição pública.

Com isso verificamos que o curso Normal era, em vários casos, uma abertura para a continuidade dos estudos e a escolha de outras profissões pelas mulheres. Isso indica que a formação das moças no sentido de seguir a profissão de professora primária era uma opção após a formatura no Normal, mas não era a única possível no contexto do período.

Um outro caminho para as normalistas formadas era fazer um curso de nível superior em Teresina ou estudar em outro estado. Isso pode ser observado na notícia a seguir:

Fomos informados de que a senhorita Heloísa de Castro Franco, professora diplomada pela Escola Normal Oficial, acaba de ser aprovada nos exames vestibulares na Universidade do Brasil com o fim de cursar a escola superior de Educação Física, anexa á universidade e creada recentemente. Pelo auspicioso acontecimento enviamos saudações à culta educadora e ao seu digno genitor, Sr. Eliseu Ferreira Franco, funcionário federal.¹³²

Existia também o curso da Escola Oficial de Enfermeiras Ana Nery, do Departamento Nacional de Saúde Pública, sendo que as exigências para concorrer às vagas eram as seguintes:

As candidatas deverão ser brasileiras de 20 a 35 anos e possuidoras de diploma de Escola Normal ou de qualquer outra escola superior ou

¹³¹ NUNES, op. cit.

¹³² PROFESSORA Heloísa de Castro Franco. **Diário Oficial**, Teresina, ano VIII, n. 172, p. 12, 31 de jul. de 1939.

equivalente à Escola Normal. Todas as brasileiras preparadas em curso primario e secundario num total de 10 annos, sem comtudo obter um diploma, poderão também pretender a matrícula, mediante exame vestibular [...]¹³³

Para concorrer ao exame de admissão no curso de Enfermagem havia a exigência da conclusão do curso Normal ou uma outra formação educacional equivalente ou superior que era inacessível à maioria das jovens piauienses. A questão da idade era outro empecilho que restringia a matrícula. Ao serem aprovadas, para freqüentar as aulas, as moças teriam que passar um período na cidade do Rio de Janeiro, condição que muitas vezes poderia inviabilizar essa opção por causa da distância da família e, principalmente, em virtude das dificuldades financeiras para prover o sustento na capital.

Podemos entender que a Escola Normal Oficial foi criada em 1910 como uma das poucas ações efetivas empreendidas no início do século para desenvolver a educação no estado do Piauí porque serviu como formadora de profissionais para o magistério primário. O início de sua consolidação ocorreu principalmente na década de 1920, mas foi apenas ao longo das décadas de 1930 e 1940 que a instituição conseguiu a credibilidade social em decorrência da educação de qualidade que oferecia. Isso fez com que ela se tornasse a principal instituição de educação feminina e formação profissional da capital, e mesmo de todo o Piauí, em um contexto de mudanças na vida das mulheres.

¹³³ A ESCOLA de Enfermeiras Anna Nery está recebendo novas candidatas. **Diário Oficial**, Theresina, anno I, n. 43, p. 4, 24 de fev. de 1931.

3 A ESCOLA NORMAL FORMANDO PROFESSORAS E MÃEZINHAS

Nesse capítulo estudamos como a estrutura formal criada para o funcionamento cotidiano da Escola Normal de Teresina nas décadas de 1930 e 1940 servia para construir um modelo de mulher que cumprisse com competência a função de professora primária, mas que também desempenhasse de forma igualmente responsável os papéis de mãe e esposa. Para isso identificamos a organização administrativa, as orientações pedagógicas, a escolha dos professores e principalmente os programas das disciplinas curriculares do curso Normal.

3.1 A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Como já foi visto anteriormente, no início da década de 1930, continuava em vigor o regulamento geral de instrução pública do Decreto n. 771, de 1921, reformulado e aprovado pela Lei n. 1.027, de 1922. Somente através do Decreto n. 1.301, de 1931, a legislação do ensino foi reformulada pelo governo estadual e colocada em prática a partir do ano seguinte.

134

Nessa época, a Escola Normal Oficial era uma instituição subordinada ao governo do Piauí através da Diretoria Geral de Instrução. O pessoal administrativo era composto pelos seguintes funcionários: quatro inspetoras, que colaboravam para a manutenção disciplinar dos alunos; um secretário, para superintender os serviços administrativos; um conservador-preparador, que tinha como função prestar assistência aos professores e alunos nas aulas práticas e nos estudos de laboratório e um diretor, nomeado entre os professores catedráticos do próprio estabelecimento pela Diretoria Geral de Instrução.

No ano de 1930, a professora Firmina Sobreira assumiu a diretoria da Escola Normal Oficial, sendo substituída por Leônidas de Castro Mello, em 1933.¹³⁵ No mesmo ano, uma outra mulher assumiu a diretoria da Escola Normal Oficial. Tratava-se de D. Maria de Lourdes Martins do Rêgo Monteiro, que era diplomada no ensino Normal e havia realizado cursos de aperfeiçoamento no Rio de Janeiro, um centro de referência na área educacional durante a época.

¹³⁴ PIAUHY. Decreto n. 1.301, de 14 de setembro de 1931. Concede nova organização à Diretoria de Instrução e regulamente o ensino público. **Decretos do Ano de 1931**. Teresina: Imprensa Oficial, 1932.

¹³⁵ Segundo informações do próprio Leônidas Mello, ele era diretor do Liceu Piauiense e foi transferido para a direção da Escola Normal Oficial. Na época era também médico e professor, sendo que estava iniciando a carreira política, a qual iria lhe conduzir, poucos anos depois, ao cargo de interventor do Estado do Piauí. MELLO, Leônidas de Castro. **Trechos do Meu Caminho**. Teresina: COMEPI, 1976. p. 200-214.

D. Maria de Lourdes permaneceu na direção da Escola Normal Oficial durante o longo período de 1933 a 1945, ou seja, em uma época do governo varguista em que representantes de sua família, que era tradicional no estado, estavam exercendo cargos importantes na política piauiense e certamente contribuíram para a sua permanência na função de diretora.

O Decreto n. 1.438, de 1933, determinava que o corpo docente da Escola Normal deveria ser composto por professores catedráticos, selecionados por meio de concursos, com cargos vitalícios, e também por professores interinos, pois, enquanto as vagas não eram preenchidas de forma efetiva, a Diretoria Geral de Instrução, poderia designar professores para ministrarem aulas na instituição provisoriamente.¹³⁶

Para concorrer ao concurso de professor da Escola Normal Oficial, os candidatos deveriam cumprir algumas exigências, tais como: apresentar idoneidade moral comprovada por folha corrida, não apresentar defeito físico incompatível com o cargo e nem moléstia contagiosa.¹³⁷ A comissão do processo seletivo era composta por três professores catedráticos da Escola Normal, tendo como presidente o diretor geral da instrução. O concurso constava de várias etapas nas quais os candidatos não poderiam obter nota menor que seis, sob pena de reprovação. A seleção tinha início com o sorteio de um dos temas elaborados pela comissão do concurso no momento de realização da prova escrita. A prova oral consistia na argüição do candidato durante quarenta e cinco minutos sobre um tema sorteado 48 horas antes pelos membros da comissão. O candidato também deveria preparar uma aula prática sobre um tema sorteado.

Em 1945, o candidato ao concurso de professor catedrático da Escola Normal Oficial também deveria apresentar a defesa de uma tese sobre um assunto da disciplina que constasse do programa oficial. Essa exigência pode ser constatada na notícia a seguir:

Teve lugar sábado último às nove horas, na Escola Normal Oficial, a cerimônia de defesa da tese: “O Sentido Político da Educação”, que foi apresentada e desenvolvida pela professora senhorita Esther Couto, candidata única à cadeira de Didática (Prática Profissional). Ontem às 8 horas, realizou-se a prova escrita. Hoje a amanhã, às 9 horas, se realizarão, respectivamente, as provas oral e prática que serão públicas.¹³⁸

Sem dúvida, o concurso para professor catedrático da Escola Normal era bastante rigoroso, porque contava com etapas criteriosas de seleção. Isso revelava a preocupação do

¹³⁶ PIAUHY. Decreto n. 1.438, de 31 de janeiro de 1933. Revê e altera as disposições do regulamento geral do ensino. **Decretos do Ano de 1933**. Imprensa Oficial: Teresina. 1934.

¹³⁷ O regulamento vigente não especificava os tipos de deficiências físicas e doenças, consideradas na época, como fatores que impossibilitavam a concorrência para o referido cargo.

¹³⁸ ESCOLA Normal Oficial. **Diário Oficial**, Teresina, ano XV, n. 39, p.1, 10 de abr. de 1945.

governo local em manter o nível elevado de ensino da instituição por meio da escolha de professores capacitados para a função do magistério, bem como ajuda a explicar o prestígio intelectual que os docentes da Escola Normal possuíam, especialmente na sociedade teresinense. O quadro seguinte relaciona os nomes dos mestres que trabalharam durante os anos de 1930 e 1940 naquele estabelecimento educacional:

Quadro 1 - Professores da Escola Normal nas décadas de 1930 e 1940.

	Nome	Nº	Nome
1	Adelaide Fontenele	23	Iracema de Abreu Tapeti
2	Alípio Lustosa de Carvalho	24	João Emílio Costa
3	Álvaro Alves Ferreira	25	José Epifânio de Carvalho
4	Álvaro Barbosa Caribe	26	Júlio Martins Vieira
5	Anísio Britto Mello	27	Lélia de Moraes Avelino
6	Anna Bugyja Britto	28	Leônidas de Castro Mello
7	Antônio Maria de Rezende Correa	29	Leonissa de Carvalho Sá
8	Antônio Veríssimo de Castro	30	Leopoldo Cunha
9	Arthur Oliveira	31	Lilásia Beleza de Oliveira
10	Benedito Passos de Carvalho	32	Lindolfo do Rêgo Monteiro
11	Benjamin de Moura Baptista	33	Liorne Fontenele
12	Carolina Freire da Silva	34	Lourival Lira Parente
13	Celso Barros Coêlho	35	Maria Amélia Ferreira Bemvindo
14	Christino Castelo Branco	36	Maria de Natividade Cruz
15	Delzira Dias Soares	37	Monsenhor Fernando Lopes
16	Elisa da Silveira Mendes	38	Nantilde Rocha de Sá
17	Ernestina de Moura Leal	39	Nemésia Pires de Carvalho
18	Ester Couto	40	Odilon Nunes
19	Firmina Sobreira Cardoso	41	Raimunda Batista
20	Francisco da R. Falcão Costa	42	Raldir Cavalcante Bastos
21	Homero Rios de Moura	43	Valdir de Figueiredo Gonçalves
22	Iolanda Beleza de Oliveira Silva	44	Zenóbia Ribeiro da Silva

Fontes: Folhas de pagamentos de funcionários dos anos de 1941, 1942, 1944 e 1947 a 1949, atas registrando a realização de exames dos anos de 1930 a 1932, 1942, 1945 e 1946 e listas de notas das provas de 1936 a 1946 do arquivo da Escola Normal.

Essa relação de professores pode não estar completa em virtude das fontes disponíveis para consulta não contemplarem todos os anos do período e também apresentarem informações incompletas por causa do desgaste promovido pelo tempo. Apesar disso, através das informações encontradas podemos perceber que, além de as mulheres preencherem de forma majoritária os cargos de professoras no ensino primário, elas também estavam presentes como professoras na Escola Normal. Também foi possível observar que a presença da mão-de-obra masculina na instituição de ensino Normal indica que os homens que não assumiam cargos burocráticos na educação preferiam trabalhar em níveis de ensino mais adiantados que o primário.

Não foi possível a veiculação de uma tabela de vencimentos dos professores, pois verificamos, na documentação existente, diversidade no valor dos salários dos professores em virtude de aspectos como regimes de trabalho variados, turmas suplementares, gratificações e outros motivos que não estavam justificados. Também não constavam nessas fontes as disciplinas que cada professor ministrava, de forma que verificar as presenças feminina e masculina de acordo com esse dado tornou-se impossível.

Muitos professores da Escola Normal eram autoridades reconhecidas no município de Teresina e mesmo no estado, exercendo funções profissionais principais nas áreas jurídica, literária, médica e política. Essa realidade parece ter ocorrido principalmente até a década de 1930, quando professores formados na área específica de ensino eram mais escassos:

Nessa época não havia curso pra fazer professor, então os que eram ocupados na escola eram os grandes da cidade: era o Dr. Lindolfo Monteiro, que era prefeito; Leônidas Mello, que era governador [...] Tinha autoridade porque a gente já respeitava só pela figura, ver o prefeito vir dar aula pra você, o que você faz? (risos) fica caladinha que não diz nada, e assim eram as outras. Todo mundo ficava que... em posição fundamental pra poder ouvir. E as... senhoras, as professoras eram também grandes pessoas: era D. Antonieta Burlamaque, D. Neném Vilhena, tudo gente que já era professora da escola e se especializava para aquela matéria, Metodologia e Didática era D. Esther Couto, tudo era gente assim, grande, importante [...] ¹³⁹

Podemos observar que, de acordo com D. Isis Maria, o governador do Piauí e o prefeito de Teresina foram seus professores na Escola Normal, obtendo o respeito dos alunos na sala de aula não somente pela função que estavam desempenhando naquele momento como docentes, mas também em virtude dos cargos políticos que ocupavam.

Além disso, por meio do relato da entrevistada, percebe-se que as professoras da Escola Normal eram muitas vezes mulheres provenientes de famílias ricas que tinham prestígio intelectual e político, fato que também impunha respeito às alunas. Muitas vezes essas professoras se especializavam fora do estado em alguma matéria específica e voltavam para trabalhar na instituição, aspecto que lhes concedia ainda mais prestígio social.

Na Escola Normal, cada disciplina era ministrada de acordo com um programa elaborado pelo professor, revisto pela congregação formada pelos professores catedráticos e aprovado pelo diretor geral da instrução. A pedagogia utilizada em sala de aula pelos professores era regulada pela legislação educacional, como podemos observar a seguir:

¹³⁹ CASTELO BRANCO, Isis Maria Martins Raposo. **Depoimento Concedido a Joseanne Zingleara Soares Marinho**. Teresina, 2007.

[...] Serão supressos os temas em cuja explanação se exija méro esforço mnemônico, abolida a prática da decoraçã, e julgada, no seu justo valor, a reprodução textual, ainda que com o trabalho pessoal de forma diferente; e será, sempre, dada aos alunos a oportunidade de exercer a plena iniciativa, o julgamento, o raciocínio e todas as ótimas faculdades do domínio da vontade e inteligência [...] ¹⁴⁰

De acordo com essas normas, era terminantemente vedado que as aulas da Escola Normal fossem reduzidas a informações prontas repassadas às normalistas, pois os professores não deveriam requerer um esforço meramente mnemônico que resultasse apenas na reprodução textual dos assuntos estudados. Em vez disso, os mestres que trabalhavam no estabelecimento deveriam incentivar o exercício da iniciativa individual, do raciocínio intelectual e do posicionamento crítico.

Certamente o Manifesto dos Pioneiros influenciou esse regulamento através de uma série de princípios pedagógicos fundamentados na moderna ciência da Psicologia, os quais se baseavam em processos menos rígidos e mais criativos de aprendizagem. Esse aspecto deveria estar presente no ensino da Escola Normal porque era condizente com a formação das futuras professoras primárias que participariam da expansão educacional proposta na época pelos poderes públicos.

Apesar dessas determinações oficiais do regulamento educacional, em algumas disciplinas da área humanística, certos assuntos relacionados a datas cívicas e feitos heróicos nacionalistas tinham que ser decorados de acordo com as informações escritas ou ditadas pelos professores, dispensando-se a compreensão e a crítica das alunas. D. Isis Maria relatou que essas práticas eram utilizadas com naturalidade quando ela estudava na Escola Normal. Isso revela que certos princípios pedagógicos tradicionais ainda vigoravam na instituição:

Geralmente eles tinham o livro deles didático, que passavam pra gente, a gente comprava, todos... sempre se comprava livro, não era de brincadeira não. Vinha a nota: História tal, Geografia tal, Inglês tal. Todos os alunos tinham, tinham que comprar mesmo, quem não pudesse comprar se dava mal (risos), tinha que copiar os pontos. Agora tem que elas, tinham umas que até ditavam os pontos no lugar de ficar explicando, aquela explicação rotineira, ditava mesmo... [...] Tinha a parte de decorar e a outra se compreendia. Tinha a parte de decorar porque sem decorar não vai né? Tinha uns que não gostavam... que decoreba!... mas não é não. É porque precisava mesmo. Pelo menos data, como é que a gente faz com as datas? Data da batalha tal, data da Independência tal... ¹⁴¹

¹⁴⁰ PIAUHY. Decreto n. 1.438, de 31 de janeiro de 1933, op., cit.

¹⁴¹ CASTELO BRANCO, op. cit.

Essa prática dos professores em sala de aula, que contrariava as determinações oficiais, pode ter sido motivada por alguns aspectos. De acordo com o relato da entrevistada, entendemos que um desses aspectos é o fato de que, apesar de existir a indicação dos livros que seriam usados nas disciplinas, nem todas as alunas dispunham desse material. Dessa forma, seria necessário que os professores repassassem os assuntos através de ditado ou cópia no quadro.

Um outro aspecto que pode ajudar a entender essa situação é o fato de que se tratava de um período de transição, no qual podemos perceber que a pedagogia da Nova Escola estava presente na legislação, mas, provavelmente, estava sendo conhecida pelos mestres e ganhando afirmação em suas práticas de forma mais lenta.

Nesse sentido, os professores não eram o tempo inteiro agentes autômatos de uma didática que lhes seria imposta pela legislação do ensino decidida por instâncias superiores. Mesmo que houvesse pressões fortes para que eles obedecessem às normas, esses profissionais tinham a possibilidade de questionar a natureza de seu ensino e exercer uma prática diferenciada em sala de aula.

As normalistas faziam, nas primeiras quinzenas de abril, junho, agosto e novembro, exames escritos de todas as disciplinas, com exceção de Desenho, Educação Física e Trabalhos Manuais, que tinham exames práticos. Também respondiam exercícios complementares e provas orais, as quais, juntamente com as provas escritas ou práticas, resultavam na média, que era a nota da prova parcial de cada disciplina. A média para aprovação nas provas parciais era de oito pontos, e a soma de todas as provas parciais resultava na média anual.

No exame escrito era sorteado o tema sobre o qual as alunas iriam dissertar entre os assuntos ensinados durante o período na disciplina específica. Isso ocorria no momento em que o exame seria aplicado. D. Maria de Lourdes revelou que, na sua turma, as normalistas desenvolveram uma estratégia para que o tema sorteado para a prova fosse aquele escolhido por elas antecipadamente para a ocasião:

[...] o professor mercava pra prova tal ponto, tal a tal ponto, aí você ia estudar aquela parte... nós vamos marcar qual... e aí foi sorteado... tinha uma que sorteava o ponto... Sorteava os papezinhos, sabe? Vai cair tal ponto, todo mundo estuda esse ponto que a menina marcou qual era o número e foi lá certinho tirar... a gente que fazia os papezinhos, não era o professor não, olha a facilidade! Fazia, dobrava os papezinhos, dobrou e marcou o cantinho do que ela queria. Todo mundo tirou nota boa, todo mundo. Agora, porque que o professor não fazia o sorteio? Não, ele não dizia: estude tal e tal ponto pra fazer pra prova, na hora ele escolhia, ele

mesmo escolhia sem precisar sorteio. Aí marcava, caía o ponto que a gente queria, marcava no papelzinho que a gente cortava e numerava.¹⁴²

Também existiam outros tipos de artifícios para tirar nota aprovativa nas avaliações escritas. D. Isis Maria relatou que algumas alunas, inclusive ela própria, colavam para conseguir passar de ano. Para isso, arranjavam parcerias com as colegas e também escondiam informações escritas em locais estratégicos do uniforme escolar, as quais poderiam ser consultadas no momento da prova:

[...] tinha uma colega, ela era até filha de um português, Jandira Gomes, o nome dela. Eu levava ela comigo, eu fazia a... minha prova e dava chance pra ela ver... e eu que fazia a Matemática e ela me ensinava no Inglês, era uma troca. Ela aqui atrás de mim... e ela era terrível, ela fazia quando eram essas coisas mais difíceis... copiava num papelzinho, passava goma arábica atrás como um selo, manga comprida... chegava: ponto sorteado nº 5 (risos) no braço aqui da roupa, de manga comprida, só tinha uma abertura aqui (mostra o punho).¹⁴³

De acordo com as regras para o exame final, somente poderia fazer a inscrição quem tivesse pelo menos a nota quatro como média anual. Para ser aprovado nesse tipo de exame, que abrangia todo o conteúdo das matérias do ano letivo, o aluno deveria obter, no mínimo, nota seis. Quem não fosse aprovado teria direito a estudar nas férias para fazer as provas de segunda época, última oportunidade para a aprovação. Conforme relembra D. Maria do Perpétuo Socorro, era necessário que as alunas tivessem muita dedicação aos estudos para não serem reprovadas:

Ave Maria, minha filha, a Escola Normal é uma universidade! Sempre eu digo isso: naquela época a Escola Normal era uma universidade, era muito rígida [...] e não era desistir não, minha filha, era reprovada mesmo. Era reprovado mesmo, olha eu estou lhe dizendo que, quando eu fui pra estudar, eu fui pegando as épocas mais pesadas viu? Na Escola Normal tinha muita frequência, mas aí era muito pesado o curso, só passava mesmo quem queria estudar, porque, se não quisesse, não passava não.¹⁴⁴

Segundo a entrevistada, o nível de ensino da Escola Normal era elevadíssimo na época e, como resultado disso, a formação intelectual das moças e dos poucos rapazes que lá

¹⁴² OLIVEIRA, Maria de Lourdes Coelho. **Depoimento Concedido a Joseanne Zingleara Soares Marinho**. Teresina, 2007.

¹⁴³ CASTELO BRANCO, op. cit.

¹⁴⁴ SOARES, Maria do Perpétuo Socorro. **Depoimento Concedido a Joseanne Zingleara Soares Marinho**. Teresina, 2007.

estudavam era rigorosa, sendo comparável àquela realizada em uma universidade. É significativo entendermos que a Escola Normal também poderia ser reconhecida dessa forma porque era a instituição que, na prática, proporcionava o acesso ao nível mais elevado de formação para as mulheres, pois a Faculdade de Direito era a única que existia, mas, como já observamos anteriormente, a frequência feminina era quase inexistente.¹⁴⁵

A partir de 1947, o regulamento do ensino Normal vigente no Piauí sofreu adaptação de acordo com a proposta de uniformização desse nível de ensino em todo o país pelo governo central no ano anterior. Como consequência desse fato, ocorreram mudanças no seu funcionamento.¹⁴⁶

No quadro administrativo, deu-se o aumento do número de funcionários, como professores, auxiliares de secretaria, inspetoras e serventes, assim como a criação das funções de bibliotecário e arquivista.¹⁴⁷ Objetivava-se com isso atender às necessidades de funcionamento organizado da instituição, já que a Escola Normal teve sua clientela aumentada porque passou a oferecer o curso ginásial.

A orientação geral era que os programas de disciplinas deveriam continuar sendo executados pelos professores que trabalhavam na instituição, com uso de processos pedagógicos ativos. Havia ainda a determinação de que os mestres do ensino Normal incentivassem o regime de cooperação entre os alunos e o espírito de autocrítica. A formação deveria ter como aspectos principais a aquisição de conhecimentos discursivos e também a aprendizagem de técnicas mais criativas que contribuiriam para o trabalho das futuras professoras no ensino primário.

A habilitação das normalistas para a série imediata ou conclusão do curso dependia de um regime de avaliações que se articulava em várias etapas. Consistia na concessão de uma nota resultante do aproveitamento de cada aluno nas disciplinas, com exceção dos bimestres, quando se realizavam provas escritas. A média aritmética dessas notas correspondia à nota

¹⁴⁵ Também existem referências importantes sobre as escolas normais concebidas como universidades em outros locais do país e mesmo da Europa. A Escola Normal de São Carlos, em São Paulo, era lembrada pela população da época como uma verdadeira faculdade. NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Schola Mater**: a antiga Escola Normal de São Carlos 1911-1933. São Carlos: EDUFSCar, 1996. p. 27. Na Escola Normal de Pirassununga também no estado de São Paulo, as ex-normalistas entrevistadas também equiparam a importância e a credibilidade da instituição a um estabelecimento de formação superior. FRANKFURT, Sandra Herszkowicz. Escola Normal de Pirassununga (1940-1950): o papel das festas escolares por uma análise da memória. In: I COLÓQUIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO NO CEARÁ - VI ENCONTRO CEARENSE DE HISTORIADORES DA EDUCAÇÃO, 08 a 11 de maio de 2007, Aracati - CE. **Anais...** Fortaleza: UFC, 2007. p. 579. Na França as escolas normais foram consideradas as primeiras universidades das mulheres. PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas**. São Paulo: UNESP, 1998. p. 108.

¹⁴⁶ PIAUÍ. Decreto n. 1.402, de 27 de janeiro de 1947. Dispõe sobre a adaptação do ensino normal do Estado. **Diário Oficial**. Teresina, ano XVII, n. 16, p. 1- 4, 30 de jan. de 1947.

¹⁴⁷ Folhas de pagamentos de funcionários dos anos de 1947 a 1949, encontradas no arquivo da Escola Normal.

parcial. No fim do ano letivo, eram realizados os exames finais, que correspondiam a uma prova oral e uma prova escrita ou prática. A segunda época era realizada pelos alunos que não tivessem obtido nota aprovativa em até duas disciplinas.

Após essa reforma federal do ensino Normal, as regras para candidatar-se ao cargo de professor da Escola Normal Antonino Freire permaneceram similares ao período de vigência do regulamento estadual. Os inscritos deveriam apresentar defesa de tese e realizar as provas escrita, prática e didática.

3.2 O CURRÍCULO ESCOLAR

Como já exposto, foi no início da década de 1920 que o problema da deficiência do ensino no Piauí passou a ser tratado de forma mais racionalizada pelo governo do estado, com a colaboração da Sociedade Auxiliadora de Instrução. Um aspecto da situação problemática da educação, nessa época, era a questão do magistério primário. Isso foi discutido por Mathias Olímpio, Diretor da Sociedade Auxiliadora de Instrução:

Não tem professores, ou tem em número insuficiente. Os que possui são em maioria como aqueles que possui em França no começo do século passado: quasi nada sabem, e pouco sabem ensinar. Não preparam homens, forjam criaturas moralmente débeis, sem consciencia da força de que são capazes. Não se lhe amplia a capacidade de comprehensão para ver a grandeza de seu destino. Do convívio do professor sahem rachiticos moraes [...] ¹⁴⁸

Percebe-se, pois, que no Piauí, ainda não era suficiente o número de professores formados pela Escola Normal Oficial para assumir os cargos que deveriam surgir com a proposta de expansão das escolas primárias no estado. Além disso, o fato mais grave era que os profissionais que exerciam a profissão não estavam preparados convenientemente.

O resultado desse fato é que a educação escolar, até o início da década de 1920, não estava cumprindo com as responsabilidades sociais de modo a incentivar a formação de consciências para a ação intelectual autônoma. Dessa forma, ainda não estava sendo colocada em prática de forma eficiente a idéia existente desde o século XIX no país de que a educação forjaria o novo homem do futuro capaz de resolver os problemas e promover o desenvolvimento do país.

¹⁴⁸ MELLO, Mathias Olímpio de. Do Ensino Normal, do Ensino Profissional e Secundário. In: _____. (org.). **A Instrução Pública no Piauí**. Theresina: Papelaria Piauihyense, 1922. p. 93.

Segundo ainda Mathias Olímpio, algumas questões ajudavam a explicar o despreparo para o exercício do cargo de professor:

Sente-se o imprevisto técnico de parte nos métodos de ensino adoptados em escolas regidas por professores tituladas. Enquanto dissertam teoricamente sobre um ponto do programa oficial não sabem transmitir os conhecimentos adquiridos. Esta falta é acrescida pela ausência do espírito profissional, não o tem [...] Aliás, presente-se que a maioria das nossas professoras não tem entusiasmo pela profissão que abraçou, abandonam a escola por preguiça ou para se entregarem aos misteres do lar.¹⁴⁹

Essas críticas são compreensíveis porque na época estava ainda em vigência o currículo instituído pela Lei n. 642, de 17 de julho de 1911, e, de acordo com ele, a formação direcionada para o exercício do magistério na Escola Normal Oficial era deficiente. Isso ocorria em virtude de haver apenas a oferta da disciplina de Pedagogia e Metodologia em que eram ensinados métodos ultrapassados de ensino infantil.¹⁵⁰ Para agravar essa situação, o ensino prático das alunas da Escola Normal Oficial não existia, apesar da Escola Modelo ter sido criada em 1912 para esse fim. Isso se dava porque a prática de ensino oferecida no curso Normal era facultativa e por isso não tinha a frequência das moças, que acabavam adquirindo o diploma de professoras sem passar por esse treinamento.¹⁵¹

Parece-nos válido afirmar, com base no relato de Mathias Olímpio, que, nesse período, deveria ser significativa a quantidade de moças que procurava a Escola Normal Oficial para adquirir simplesmente uma formação educacional geral depois que terminavam o primário. Isso porque a oferta de instituições de ensino secundário no Piauí era bastante escassa, e o curso da Escola Normal era constituído por disciplinas que o aproximavam do ensino propedêutico.

Como contribuição para solucionar toda essa problemática que existia em torno da formação do magistério na Escola Normal Oficial, foi feita a reformulação da regulamentação do ensino, com base nas propostas da Sociedade Auxiliadora de Instrução. Isso ocorreu primeiramente através do Decreto n. 771, de 1921, que serviu para organizar melhor e estruturar racionalmente o ensino Normal no estado. Uma das medidas tomadas se referia à proibição de mulheres casadas exercerem a profissão de professora:

¹⁴⁹ MELLO, Mathias Olímpio de. Relatório da Comissão Nomeada Pelo Governo. In: _____ . (org.). **A Instrução Pública no Piauí**. Teresina: Papelaria Piauihyense, 1922. p. 19.

¹⁵⁰ Para obter mais informações, ver BRITO, Itamar Sousa. **História da Educação no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1996. p. 58-59.

¹⁵¹ BRITO, Anísio. Ligeira notícia sobre o ensino público. **Diário Oficial**, Teresina, ano VI, n. 280, p. 1- 6, 12 de dez. de 1936.

Art. 24: A prova de não ser casada a candidata ao magistério público poderá ser feita por attestado de qualquer autoridade judiciária ou do Secretário do Estado da Polícia. Art. 25: a professora normalista ou não que se casar em primeiras ou segundas núpcias perderá ipso facto o cargo do magistério público para que fora nomeada, cumprindo ao Director Geral da Instrucção Pública levar o facto da realização do casamento ao Governador do estado logo que delle tenha conhecimento, afim de que seja declarado vago o referido cargo.¹⁵²

De acordo com o decreto, apenas moças solteiras poderiam ser nomeadas para o magistério, com a comprovação de seu estado civil, sendo que aquelas que se casassem após assumirem o cargo seriam desligadas do serviço público. Essa determinação pode ser entendida pelo fato de que o regulamento geral do ensino adotou as orientações da Sociedade Auxiliadora de Instrucção, cujos membros defendiam que o sexo feminino era o mais capacitado para a função do magistério primário e que somente as mulheres solteiras seriam adequadas para o cargo de professora.

Essa posição era fundamentada na idéia de que o magistério era uma missão para a qual a mulher deveria se dedicar por completo, logo não seria capaz de semelhante doação aquela que tivesse um marido, filhos e um lar aos seus cuidados.¹⁵³ Por outro lado, a mulher que exercia a função de professora também não conseguiria desempenhar suas funções de mãe e esposa a contento, porque estaria dedicando seu tempo às atividades do magistério. Portanto para o grupo de intelectuais da Sociedade Auxiliadora de Instrucção, havia uma incompatibilidade intrínseca entre as duas funções femininas, exercidas no espaço público e no espaço privado.

No entanto, a discussão em torno desse assunto na época parecia ser um ponto de tensão que não tinha uma defesa integral de todos os setores do poder público. Podemos chegar a essa conclusão porque a Lei n. 1.027, de 1922, que confirmou várias determinações e também realizou alterações no Decreto n. 771, de 1921, acabou com a proibição do exercício do magistério para as mulheres casadas.¹⁵⁴

¹⁵² PIAUHY. Decreto n. 771, de 6 de setembro de 1921. Propõe alterações ao Regulamento Geral da Instrucção Pública. In: MELLO, Mathias Olímpio de. (org.). **A Instrucção Pública no Piahy**. Teresina: Papelaria Piahyense, 1922. p. 23- 36.

¹⁵³ Segundo os membros da Sociedade Auxiliadora de Instrucção, as mulheres teriam um suposto instinto para educar as crianças com firmeza e também docilidade de espírito e coração. Para isso eles se fundamentavam no exemplo dos Estados Unidos, país onde a educação estava em um patamar de maior desenvolvimento, e as mulheres eram maioria na profissão de professoras primárias. BRITO, Anísio. Do Ensino Primário: seu historico, desenvolvimento, métodos adoptados e estado actual. In: MELLO, Mathias Olímpio de. (org.). **A Instrucção Pública no Piahy**. Teresina: Papelaria Piahyense, 1922. p. 62-63.

¹⁵⁴ PIAUHY. Decreto n. 1.027, de 3 de julho de 1922. Aprova o Decreto n. 771 do anno passado que reforma a instrucção pública do estado com as alterações constantes da presente lei. In: MELLO, Mathias Olímpio de. (org.). **A Instrucção Pública no Piahy**. Teresina: Papelaria Piahyense, 1922. p. 39- 41.

Essa polêmica sobre o casamento e o magistério parecia ocorrer em outros estados do Brasil, apesar de cada um ter autonomia para legislar sobre o ensino Normal. Por exemplo, em Santa Catarina uma lei semelhante restringia o exercício do magistério primário às mulheres solteiras desde 1917. Dez anos depois, as professoras reunidas na Liga do Magistério Catarinense lutaram pela revogação da referida lei, mas não conseguiram seu objetivo, e a proibição do exercício do magistério para as mulheres casadas foi mantida naquela ocasião em todo o estado.¹⁵⁵

No início da década de 1920, o currículo da Escola Normal Oficial de Teresina ficou dividido da seguinte forma:

Quadro 2 - Disciplinas curriculares do curso Normal a partir de 1921.

1º ano	2º ano	3º ano	4º ano
Português	Português	Português	Literatura
Francês	Francês	Francês	Desenho
Geografia e Cosmografia	Aritmética e Noções de Álgebra	Física e Meteorologia	História Natural e Higiene
Aritmética	Chorografia	Geometria	Música Vocal
Ginástica	Pedagogia Teórica	História do Brasil	História Universal
Trabalhos de Agulha	Trabalhos Manuais	Trabalhos Manuais	Pedagogia Prática
Desenho e Caligrafia	Ginástica	Cartografia	Química
	Música	Música Vocal	
	Desenho e Caligrafia	Desenho e Caligrafia	
		Pedagogia (noções de Psicologia)	

Fontes: PIAUHY. Decreto n. 771, de 6 de setembro de 1921. Alterações ao regulamento geral da instrução Pública. In: MELLO, Mathias Olímpio de. (org.). **A Instrução Pública no Piauí**. Teresina: Papelaria Piauíense, 1922. p.23-36. PIAUHY. Lei n. 1027, de 3 de julho de 1922. Aprova o decreto n. 771 do ano passado que reforma a instrução pública do estado com as alterações constantes da presente lei. In: MELLO, Mathias Olímpio de. (org.). **A Instrução Pública no Piauí**. Teresina: Papelaria Piauíense, 1922. p. 39-41.

Entendemos que o perfil da Escola Normal Oficial de Teresina como instituição destinada a formar mulheres para o exercício do magistério primário com a missão de enfrentar o problema do analfabetismo instalado no Piauí passou a ser melhor delineado a partir desse novo currículo. Isso ocorreu com mudanças que consistiram na oferta maior de disciplinas que direcionavam para uma preparação teórica baseada na pedagogia moderna e também na obrigatoriedade da prática profissional para as normalistas.

¹⁵⁵ LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na Sala de Aula. In: DEL PRIORI, Mary. (org.). **História das Mulheres no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 468- 469.

Esse aspecto pode ser identificado no discurso proferido por Higino Cunha, literato e professor da Escola Normal Oficial, que foi paraninfo da turma de 1923, durante a cerimônia de colação de grau:

Este salão configura-se em templo de um novo culto para consagrar as jovens sacerdotizas do ideal. Este ideal é uma ampla difusão de luzes para espantar as trevas espessas do analfabetismo, chaga hedionda que nos transmittiu um passado quatro vezes secular. O Piauhy commemora o centenário de sua adesão à independência nacional e finca o marco de uma nova era, que nós saudamos com o repontar de um novo dia, cheios de esperanças nas conquistas do porvir.¹⁵⁶

Durante os anos de 1930 e 1931, o currículo da década de 1920 continuou vigorando nas escolas normais do Piauí. Apenas no ano de 1932, com a nova legislação do ensino, a estrutura curricular foi reformulada. Com isso, o curso Normal foi ampliado para cinco anos, divididos em três anos preparatórios e dois anos de profissionalização, como se observa abaixo:

Quadro 3 - Disciplinas curriculares do curso Normal a partir de 1932.

1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série	5ª Série
Português	Português	Português	Literatura Brasileira	Psicologia Educacional
Francês	Francês	Física e Química	Física e Química	Educação Física
Aritmética	Inglês	Inglês	Música	Didática
Geografia	Corografia do Brasil e Cartografia	Biologia e Higiene	Higiene escolar e Noções de Puericultura	História da Educação e Educação Cívica
História do Piauí	História do Brasil	História da Civilização	Psicologia Educacional	Metodologia Especial
Desenho	Desenho	Desenho	Didática	
Trabalhos Manuais	Trabalhos Manuais	Trab. Manuais e Economia Doméstica	Metodologia Geral	
Educação Física	Educação Física	Educação Física	Educação Física	
	Música	Aritmética e Geometria		
	Aritmética			

Fonte: Decreto Estadual n. 1. 301, de 14 de setembro de 1931. Dá nova organização à Diretoria de Instrução e regulamenta o ensino público. **Decretos do Ano de 1931**. Theresina: Imprensa Oficial, 1932.

Diferentemente do currículo anterior do curso Normal, em que a formação profissional era menos priorizada, com a nova organização curricular, que vigorou com alterações pouco

¹⁵⁶ CUNHA, Hygino. **O Ensino Normal no Piauhy**. Theresina: Papelaria Piauhyense, 1923. p. 16-17.

significativas até 1946, as disciplinas que faziam parte dos três primeiros anos do curso serviam como base de preparação das alunas para a formação profissional direcionada para o magistério, a qual se daria nos dois últimos anos, abrangendo as seguintes disciplinas: Psicologia Educacional, História da Educação, Metodologia Geral, Metodologia Específica e Didática. Entendemos que essa intensificação da preparação para o exercício da profissão de professora contribuiu de forma decisiva para consolidar as escolas normais do Piauí como centros educacionais de formação qualificada para o magistério primário.

A disciplina Psicologia Educacional era oferecida a partir do quarto ano. Os assuntos enfocados eram introdutórios e serviam basicamente para que as futuras professoras primárias conhecessem a contribuição da referida disciplina para o entendimento do funcionamento das estruturas biológicas envolvidas nos processos de aprendizagem. Nessa primeira etapa de estudo, eram tratados na disciplina aspectos gerais como: o estatuto da Psicologia entre as demais ciências, os métodos de estudo que deveriam ser utilizados, as fases da vida humana, as funções do sistema nervoso, as estruturas cerebrais e o processo complexo de aquisição de conhecimento.¹⁵⁷

No quinto ano, a disciplina enfocava prioritariamente a aplicação da psicologia no desenvolvimento da criança durante o processo educacional. Essa finalidade justificava-se porque era imprescindível que as normalistas soubessem entender cientificamente como funcionava a aprendizagem na infância, de modo que estivessem preparadas para incentivar seu desenvolvimento e intervissem quando surgissem problemas que dificultassem o seu processo. Eram estudados assuntos como os métodos e objetivos da psicologia infantil, a psicologia aplicada à educação, os testes que diagnosticavam o desenvolvimento da criança e suas etapas de evolução psíquica.

A disciplina História da Educação era ofertada no último ano do curso Normal. Seu conteúdo programático era muito extenso porque enfocava os mais importantes sistemas de educação da Antiguidade Clássica, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea, destacando os exemplos teóricos e práticos das idéias modernas presentes na educação dos principais países europeus e dos Estados Unidos.¹⁵⁸

A disciplina Metodologia tinha como finalidade fornecer às alunas os elementos necessários para que pudessem ministrar o ensino primário da forma mais adequada. No

¹⁵⁷ PIAUHY. Decreto n. 1.358, de 02 de março de 1932. Aprova os planos de programa e orientações metodológicas da Escola Normal Oficial. **Diário Oficial**, Theresina, anno II, n. 60, p. 3-16, 4 de mar. de 1932.

¹⁵⁸ Id. *Ibid.*

quarto ano, as normalistas estudavam a Metodologia Geral e, no quinto ano, a Metodologia Específica.¹⁵⁹

A Metodologia Geral consistia no estudo de aspectos relacionados à organização dos programas de ensino primário, à forma correta de preparar as aulas, à higiene escolar, ao papel do professor no sistema disciplinar, às teorias educacionais, à divisão em classes e às bases para classificação dos alunos a partir da idade, nível de conhecimento e desenvolvimento mental.

A Metodologia Específica era ministrada no último ano do curso Normal e visava preparar as normalistas para o conhecimento dos métodos e processos de ensino aplicados diretamente às diversas disciplinas que faziam parte do primário (Leitura, Escrita, Linguagem, Aritmética, Geometria, Geografia, História, Ciências Físicas e Naturais, Educação Moral e Cívica, Música, Desenho e Trabalhos Manuais) do modo mais apropriado para proceder a aprendizagem efetiva.

A disciplina Didática revestia-se de grande importância por levar as normalistas a entrarem em contato direto com o trabalho de professora que iriam assumir futuramente nas escolas. Segundo o conteúdo programático da disciplina, sua finalidade era realizar o treinamento profissional através da vivência cotidiana nas instituições educacionais. No quarto ano do curso Normal, as alunas deveriam participar dessa disciplina com assistência nos trabalhos escolares, sendo que, no quinto ano, teriam participação direta nesses trabalhos.¹⁶⁰ Sobre esse período de sua formação na Escola Normal, D. Ozita relatou o seguinte:

Tinha um tirocínio, quer dizer, dar aulas nas escolas públicas pra poder treinar, não é? Aí, às vezes, tinha aquele tirocínio, às vezes de seis meses, de oito meses, dependia também, fazia aquele tirocínio, depois então podia se formar. A professora ficava de lado, e a gente às vezes ficava só assistindo, e, às vezes, quando a professora faltava, a gente dava aula. Quando não, a gente ficava assistindo.¹⁶¹

Essa parte prática da disciplina de Didática ocorria no Jardim de Infância da Escola Normal, na Escola Modelo Artur Pedreira, na Escola de Adaptação e em outros estabelecimentos de ensino primário designados para essa finalidade. A disciplina constava de aulas didáticas, aulas modelos, preparação e crítica de planos de aulas, trabalhos de

¹⁵⁹ PIAUHY. Decreto n. 1.358, op. cit.

¹⁶⁰ PIAUHY. Decreto n. 1.358, op. cit.

¹⁶¹ NUNES, Ozita Mendes de Oliveira. **Depoimento Concedido a Joseanne Zingleara Soares Marinho**. Teresina, 2007.

administração escolar, correspondência e escrituração, organização de testes psicológicos e pedagógicos.¹⁶²

Essa formação direcionada para a profissionalização, com aquisição dos processos modernos de técnica metodológica, teoria pedagógica e prática dos processos de ensino, visava a uma preparação adequada para que as futuras professoras primárias se tornassem profissionais de alto nível.

A representação dominante dos professores e das professoras primárias, até o século XIX, era de uma figura severa, com poucos sorrisos e sem expressões de afetividade. Essa severidade era até mesmo recomendada, principalmente no caso das mulheres, para que elas mantivessem a disciplina da turma e o bom andamento dos trabalhos escolares.¹⁶³ Nessa época, o uso da palmatória era um emblema da profissão docente, como expressão do direito legítimo de comando concedido aos mestres pelas famílias. Também era a manifestação da autoridade do professor, que espelhava a brutalidade das relações sociais de domínio do período.¹⁶⁴

À medida que a teoria da Escola Nova passou a influenciar a área educacional, essa representação de professora autoritária e severa foi perdendo espaço, pois essa teoria preconizava a mudança dos métodos educacionais e implicava na articulação de novas relações entre os sujeitos na escola. Dessa forma, passou a ocorrer a produção de uma nova professora proveniente das escolas normais. Em um discurso de colação de grau da Escola Normal Oficial pronunciado pela normalista Liduína Lima, no ano de 1932, percebermos esse aspecto:

Aprende-se com a inteligência. Ensina-se com o coração. A professora primária tem que ser um modelo de bondade, de paciência e de dedicação. O mestre mais eficiente, o professor mais útil, mais querido, mais apreciado não é o que sabe mais, mas o que ensina melhor, o que tem método, o que tem vocação, o que tem gosto, o que tem assiduidade, o que se faz amar e compreender pelos alunos. A arma da Professora não é mais a palmatória. É a brandura, é a suavidade, é o velo, é o sacrifício, é o devotamento, é a energia mansa e aveludada que vence e se impõe sem ofender nem irritar. As crianças são flores que desabrocham à mão dos professores. Precisam de carinho, de luz e de bondade [...]¹⁶⁵

¹⁶² PIAUHY. Decreto n. 1.301, op. cit.

¹⁶³ LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na Sala de Aula. In: DEL PRIORI, Mary. (org.). **História das Mulheres no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 466-467.

¹⁶⁴ SOUSA, Maria Cecília C. C. de. **A Escola e a Memória**. Bragança Paulista: EDUSF, 2004. p. 94.

¹⁶⁵ ESCOLA Normal. **Diário Oficial**, Teresina, ano II, n. 285, p. 5, 22 de dez. de 1932.

De acordo com o discurso, é possível observar que as inovações pedagógicas estavam presentes na formação das moças que freqüentavam o curso de formação da Escola Normal de Teresina, pois antigas práticas tradicionais, como o castigo físico, o medo, a falta de relação emocional e o caráter autoritário, seriam abolidas do processo educativo.

Em lugar dessa realidade, concebida como ultrapassada, surgia a professora normalista que deveria exercer sua missão de educar como uma bondosa mãe que acolhe, ajuda e orienta os seus alunos, fazendo-se amar por eles. Para isso, ela deveria proporcionar apoio emocional durante o processo de ensino, levando às crianças uma formação intelectual, moral e cívica, bem como realçando as potencialidades infantis no processo educativo.

Certamente a influência do escolanovismo, além de Teresina, também se fazia presente em níveis variáveis na prática de professoras normalistas em várias partes do Brasil, a exemplo do Maranhão, durante a década de 1930, época em que as professoras receberam da Escola Normal ensinamentos que lhes permitiram o uso de práticas educativas renovadas, adotadas na Europa e nos Estados Unidos.¹⁶⁶ Esse tipo de prática escolar orientava que fosse realizada uma revisão crítica da finalidade educativa e apontava para práticas educacionais direcionadas por teorias e métodos modernos.

Nas décadas de 1930 e 1940, a formação feminina do curso Normal, além de preparar para a profissão de professora, também deveria preparar as mulheres para a missão da vida doméstica e familiar. Um aspecto dessa realidade, observada na Escola Normal de Teresina, é que, apesar de a instituição funcionar como externato misto, a quase totalidade dos alunos pertencia ao sexo feminino, sendo que, no currículo, havia disciplinas que serviam como diferenciação em relação à educação masculina de forma direta como Economia Doméstica, Trabalhos Manuais e Puericultura, mas também de forma indireta com as disciplinas de Educação Moral e Cívica e Música.

A existência dessas disciplinas direcionadas para a formação específica das mulheres revela que o espaço escolar funcionava como produtor de diferenças ao formar feminilidades construídas culturalmente de acordo com a época, não sendo uma condição biológica inerente a cada sexo. Assim, a educação atuava como uma prática social que servia para a constituição e instituição dos sujeitos.

Assim, as aulas da disciplina Economia Doméstica enfocavam aspectos como a importância da manutenção de uma casa higiênica para evitar o contágio de doenças entre os membros da família, os cuidados básicos com os familiares doentes e a preparação dos

¹⁶⁶ MOTTA, Diomar das Graças. **As Mulheres Professoras na Política Educacional no Maranhão**. São Luís: UFMA, 2003. p. 61.

alimentos. O programa da disciplina também incluía o estudo do custo de vida, o uso racional do dinheiro para o sustento familiar e a sistematização do cumprimento das atividades desenvolvidas no lar.¹⁶⁷

De acordo com essa estrutura programática, fica claramente explicitado que o objetivo da disciplina era ensinar como as normalistas, que seriam professoras, mas também futuras donas de casa, deveriam exercer as tarefas no lar de forma competente, visando ao zelo com a família. Isso ocorreria com a prática eficiente das atividades domésticas, as quais seriam realizadas segundo as indicações científicas aprendidas na disciplina.

A disciplina Trabalhos Manuais também proporcionava uma formação direcionada para as atividades domésticas, sendo que, para as jovens atingirem o seu aprendizado, deveriam desenvolver algumas habilidades bastante específicas de acordo com o conteúdo programático. No primeiro ano elas deveriam aprender as seguintes atividades:

[...] V-Costura: Bainha simples, ponto de cerrar, pesponto e sobrecostura, ponto aberto, bainha aberta, ponto de haste, ponto russo, ponto de cadeia, franzidos e pregas, casas e alças para botões. Execução de panos de amostra e peças de vestuário. VI-Crochet: Estudo de malha, sua aplicação em trabalhos úteis, sapatinhos, toucas, guardanapos etc.¹⁶⁸

Essa disciplina era ofertada ao longo de toda a fase da formação preparatória, a fim de que as normalistas atingissem, a cada ano do ensino Normal, um grau de complexidade cada vez maior nas atividades ensinadas. A intenção era que, ao final do curso, as normalistas se tornassem moças prendadas, dominando habilidades manuais que não serviriam para a profissão de professora primária, mas que faziam parte de uma educação que toda mulher deveria ter, segundo a visão da época.

De acordo com esse modo de pensar, era papel feminino dominar habilidades como corte e costura, *crochet*, diversas técnicas de bordados, trabalhos com *tricot* e tecelagem. Elas eram necessárias especialmente depois do casamento, para que a dona de casa realizasse atividades como consertos de roupas do marido e filhos, além de produzir objetos de uso doméstico, como colchas, guardanapos e toalhas. Essas práticas eram importantes, porque revelavam a dedicação e o carinho que as mulheres deviam ter no cumprimento das responsabilidades cotidianas com a família.

¹⁶⁷ PIAUHY. Decreto n. 1.358, op. cit

¹⁶⁸ PIAUHY. Decreto n. 1.358, op. cit.

Vimos anteriormente que a existência de homens estudando na Escola Normal era bastante restrita no período em estudo, tratando-se apenas de algumas exceções nas salas de aula totalmente lotadas por moças. Entretanto, é relevante percebermos, de acordo com o relato de D. Isis Maria, como esses alunos do sexo masculino procediam na disciplina de Trabalhos Manuais, já que era direcionada para o desenvolvimento de aptidões que se julgava na época serem inerentes às mulheres:

Eu tive quatro, que vieram de Floriano dois, que lá em Floriano só havia a escola até o 3º ano, vinham terminar aqui, então eu tive dois que veio de lá, até moravam aqui por perto da gente [...] Agora aqui, nós tínhamos o Horácio, aqui mesmo de Teresina, que se formou de professor, e o José Adão, eram os quatro homens na sala. Eram trinta e seis alunos ao todo, com os quatro, eram trinta e duas moças. [...] Tinha essa matéria, e os meninos faziam... com a gente na turma, faziam de outro modo, faziam com cartolina, com buriti, com essas coisas.¹⁶⁹

Nessa disciplina, fazia-se uma adaptação de acordo com uma suposta natureza masculina, estabelecendo-se uma diferenciação entre o que era atividade de mulher e atividade de homem. A eles, portanto, não caberia aprender a desenvolver habilidades que eram consideradas femininas, pois elas seriam realizadas pelas mães, irmãs e esposas, por isso os rapazes cursavam a disciplina de forma diversificada.

Também podemos perceber esse aspecto diferenciador da educação através de um comunicado da diretora do Colégio Sagrado Coração de Jesus, Irmã Catarina Levrini, o qual foi veiculado na imprensa ainda no ano de 1930:

O Collegio aceita ainda senhoritas e senhoras para as aulas de musica, pintura, trabalho e flores artificiaes. A instrucção deste colégio comprehende o curso primário que consta de quatro annos e o complementar de dois. As alumnas poderão aprender as línguas italiana e francesa, música vocal, piano, bandolim. Poderão aprender pintura a óleo, aquarella, oriental plástica, pastel, lacre. Pyrogravura, vitreaux, photominiatura, japoneza, etc, etc. Trabalhos decorativos em estanho, ao tarco, em couro e em pelle. No collegio ensina-se também Datylographia e bordado à machina.¹⁷⁰

Essas informações sobre os cursos que estavam sendo colocados à disposição de meninas, jovens e senhoras, bem como sobre as matérias ofertadas no curso primário daquele estabelecimento educacional demonstram a concepção naturalizada de que as mulheres

¹⁶⁹ CASTELO BRANCO, op.cit.

¹⁷⁰ A DIRETORA. Collégio Sagrado Coração de Jesus. **O Piauihy**, Theresina, ano XXXIX, n.11, p. 3, 15 de jan. de 1930.

estariam naturalmente predispostas aos dons artísticos da música, pintura e trabalhos manuais em geral, ao contrário dos homens cuja natureza racional e viril não se coadunava com esses tipos de atividades.

Dessa forma, apesar de haver um núcleo comum formado por disciplinas básicas que continuavam sendo ofertadas aos sexos masculino e feminino, sem diferenciação nas instituições escolares, também existia um tipo de educação diversificada para os dois sexos, a qual começava a ser oferecida no ensino primário, continuava no curso da Escola de Adaptação e se prolongava ao ensino secundário e ao curso Normal.

Uma outra disciplina do currículo da Escola Normal que era diferenciada para o público feminino era a Puericultura.¹⁷¹ Isso pode ser identificado no programa da disciplina seguido a partir de 1932:

I-Definição. Importância social do estudo da puericultura. Natalidade e mortalidade infantil. Principais causas do obituário infantil II-Higiene do recém-nascido. Particularidades anatômicas e fisiológicas. Alimentação. Equilíbrio e marcha. III-Dentição. Ordem e época do aparecimento dos dentes. Acidentes de dentição. Superstições em torno da erupção dentária. IV-Vacinação. Regras e prática. Ação sobre a criança. V - Desenvolvimento corporal na 1ª infância: curvas de estatura e peso. Jogos infantis, recreativos e ginásticos, a dança. Vida ao ar livre. VI-Sub alimentação. Degenerecencia física e mental. VII-Evolução intelectual na primeira infância. Linguagem. VIII-Disciplina na 1ª infância. Hábitos higiênicos. IX-Escolas maternais, jardins de infância. Idade escolar.¹⁷²

A Escola Normal também oferecia um curso de Puericultura gratuito, ministrado durante os finais de semana. O curso inicialmente foi direcionado somente para as normalistas, como aprofundamento da disciplina de Puericultura, a qual constava da grade curricular do curso Normal, mas era oferecida apenas no 4º ano, com carga horária reduzida. Isso revela que o tema era recorrente na formação das normalistas, demonstrando a importância que tinha para sua formação.

¹⁷¹ A Puericultura era baseada nos conhecimentos científicos da medicina moderna. Sua influência crescente a partir das décadas de 1910 e 1920 elevou o bem-estar da mãe e da criança a um novo *status* de prioridade na sociedade. Nessa época, o Estado defendia que a solução dos problemas sociais que direcionariam para o progresso do país dependia da proteção de mães e filhos. Foi dessa forma que começaram a surgir organizações de assistência pública e privada que forneciam ajuda material, cuidados com a saúde, educação e instrução moral para crianças pobres e abandonadas. Esse movimento foi sistematizado apenas nas décadas de 1930 e 1940, quando os governos começaram a aprovar leis de proteção à infância e à maternidade, realizar inspeções sanitárias em escolas e definir os currículos das escolas normais. Para mais informações, ver BESSE, Susan K. **Modernizando a Desigualdade**: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil (1914-1940). São Paulo: EDUSP, 1999. p. 99-104.

¹⁷² PIAUHY. Decreto n. 1.358, op. cit.

No anúncio a seguir, o médico Olavo Corrêa Lima, que ministrava o referido curso, explicava para as jovens a finalidade do curso de Puericultura, o qual também era sugestivamente chamado de “Escola de Mãezinhas”:

O vosso curso normal não visa apenas a formação de professoras, mas dar-vos uma robustês intelectual e moral indispensável à vossa futura vida conjugal, de que depende quasi todo o futuro da nação. No vasto programa de vossa educação ao lado dos conhecimentos humanitários, do estudo técnico-profissional, da educação física, moral e estética, da economia doméstica e da pedagogia, como futura mãe, deveis ter conhecimento de puericultura, necessário não somente a vós próprias (puericultura pre-natal), muito especialmente à criação de vosso futuro filho, organismo tenro e indefeso, cujo futuro está na vossa estrita dependencia.¹⁷³

Observamos que, mais uma vez, é reforçado o fato de que a formação do curso Normal preparava as jovens para serem professoras, mas também para exercerem o papel de esposas e mães.¹⁷⁴ Nesse sentido, os conhecimentos de puericultura iriam contribuir de forma efetiva para que as normalistas, depois de casadas, utilizassem os procedimentos científicos necessários para exercer a tarefa da maternidade de forma competente. Desse modo, elas saberiam cuidar corretamente de seus filhos, utilizando os conhecimentos adquiridos na Escola Normal, os quais muitas vezes eram suficientes para preservar a saúde e favorecer o correto desenvolvimento físico e mental dos filhos.¹⁷⁵

Como era médico, o Dr. Olavo Corrêa Lima tinha a autoridade para legitimar o discurso sobre a Puericultura, que, segundo ele, era um conhecimento científico com resultados positivos comprovados nos hospitais infantis, maternidades e lares do país. Esse tipo de argumento era usado para incentivar o abandono de práticas tradicionais aprendidas com avós e parteiras, as quais eram identificadas pelo discurso médico como perigosas, por colocarem em risco a integridade de mães e filhos em uma realidade na qual eram elevadas as mortes de mulheres no parto e de crianças até a primeira infância.

¹⁷³ CURSO de Puericultura na Escola Normal. **Diário Oficial**, Teresina, ano X, n. 185, p. 5, 17 de ago. de 1940.

¹⁷⁴ Em Goiás, nas décadas de 1930 e 1940, também era presente no projeto de formação das professoras primárias da Escola Normal, a articulação da condição da mulher-mãe com a atividade do magistério. CANEZIN, Maria Teresa. **A Escola Normal em Goiás**. Goiânia: UFG, 1994. p. 90.

¹⁷⁵ A urbanização e a industrialização ainda durante o século XIX, no Brasil, começaram a alterar tanto a posição dos filhos dentro do núcleo familiar quanto o significado da infância. Essa mudança, que tornou gradativamente os filhos o centro da atenção da família e as crianças o recurso mais precioso do país, ocorreu primeiramente nos setores mais abastados. Na virada do século, ampliou-se a preocupação com o bem-estar infantil de modo a abranger as crianças de famílias pobres. De acordo com as idéias modernizadoras, as crianças eram importantes para a perpetuação e glorificação do Brasil, sendo que caberia aos pais, e especialmente às mães, uma parte importante das novas responsabilidades com a sua educação e desenvolvimento saudável. BESSE, op.cit., p. 100.

Na fotografia abaixo podemos observar o grupo de normalistas concludentes do curso de Puericultura no ano de 1940, do qual participaram apenas dois rapazes, juntamente com a diretora da Escola Normal, D. Maria de Lourdes do Rêgo Monteiro, o secretário da instituição, Audir Fortes Rebelo e o Dr. Olavo Corrêa Lima:



Fotografia 10 - Conclusão do curso de Puericultura da Escola Normal.

Fonte: ESCOLA Normal Oficial. Diário Oficial, Teresina, ano X, n. 259, p. 6, 23 de nov. de 1940.

O resultado do empenho das mães no cuidado com os filhos seria uma nação de brasileiros fortes e saudáveis, como podemos verificar na conferência do Prefeito de Teresina, Dr. Lindolfo Monteiro:

A importância dos conhecimentos da Puericultura cresce à medida das necessidades urgentes e prementes que têm os povos ou os seus governos de zelar pelo futuro da própria integridade da Pátria. Nação forte é aquela cujos filhos são sadios e fortes, é aquela que ampara aos seus filhos desde a vida intra-uterina, como um elemento indispensável à harmonia de sua nacionalidade, é aquela cujos filhos possuem, além da capacidade física, a capacidade intelectual [...] ¹⁷⁶

De acordo com essas idéias modernas defendidas pelas instâncias governamentais, o investimento nas crianças através da saúde e também da educação formal significava a

¹⁷⁶ DIA da Raça-Dia da Criança. **Diário Oficial**, Teresina, ano VI, n. 234, p. 4 -7, 17 de out. de 1936.

perpetuação e a glorificação da pátria, porque as crianças seriam responsáveis pelo futuro próspero da nação.

Entendemos que, de acordo com o ideário da época, para a realização desse projeto que beneficiaria a pátria, era necessária a doação das mulheres ao cumprimento de suas funções de mãe e esposa. Nesse sentido as normalistas estariam convenientemente preparadas para, futuramente, cumprir o papel que era cobrado das mães naquele momento histórico em que a infância saudável passou a ser alvo da preocupação dos governos em todo o país.

A partir dos anos de 1940, a criação dos cursos de Puericultura passou a atender à determinação do Departamento Nacional da Criança representado, pelo órgão estadual. Assim, em todo o Brasil, deveriam ser oferecidos cursos de formação de “mãezinhas” dentro e fora das escolas normais, não mais apenas para as normalistas, mas para todas as jovens que potencialmente poderiam ser mães.

A idealização do presidente Getúlio Vargas, como um defensor das crianças e, conseqüentemente, do Brasil, fazia parte desse contexto. Tal idéia era reproduzida pela imprensa da época, como se vê de forma emblemática na imagem seguinte:



Fotografia 11 - Presidente Getúlio Vargas com criança.

Fonte: SEMANA da criança. Diário Oficial, Teresina, ano XIV, n. 127, p. 1, 17 de out. de 1944.

Podemos observar que essa fotografia mostra o chefe da nação feliz ao segurar com cuidado um bebê que seria para as mães da época o exemplo de desenvolvimento infantil saudável. Ao realizar esse ato, o presidente reiterava, de forma simbólica, a sua intenção de defender a infância, que, segundo o discurso defendido em seu governo, seria a base para o progresso da pátria.

Além disso, abaixo dessa fotografia lia-se a seguinte legenda: “O Presidente Vargas adora as crianças, considerando os bebês um dos maiores encantos da vida.” Certamente essa imagem, produzida deliberadamente pelo poder central e veiculada na primeira página do jornal oficial que circulava em Teresina, era também uma forma de promover uma visão mais humana do líder autoritário que vinha perdendo força política no final do Estado Novo.¹⁷⁷

A Educação Moral e Cívica era outra disciplina importante ofertada de forma obrigatória no curso Normal e em outros níveis de ensino. Seu conteúdo programático enfocava o valor das virtudes morais e também a formação do sentimento de nacionalismo, os quais deveriam ser ensinados às crianças e aos jovens.

Na Escola Normal, essa disciplina tinha em seu conteúdo programático assuntos como a contenção das atitudes instintivas através de um domínio de si mesmo e o estudo de qualidades morais relacionadas à humildade, responsabilidade, amor ao próximo, respeito e obediência.¹⁷⁸ As alunas e os alunos deveriam aprender a cultivar essas virtudes morais e utilizá-las cotidianamente no decorrer da vida, porque, somente agindo assim, poderiam alcançar o bem-estar pessoal e viver harmonicamente em sociedade. Nesse sentido, a normalista, que seria uma futura professora primária, deveria representar um modelo de moral e ética, já que, de acordo com o discurso governamental, caberia a ela a importante missão de contribuir para formar o caráter da criança.

Além desses atributos morais que todos os alunos dos sexos masculino e feminino que estudavam na Escola Normal deveriam aprender, havia algumas virtudes mais específicas direcionadas somente para as moças. Tratava-se dos códigos de conduta que as normalistas deveriam seguir no relacionamento com os rapazes. Sobre essa questão D. Ozita relatou o seguinte:

¹⁷⁷ Durante a II Guerra Mundial, a ditadura de Getúlio Vargas passou por uma situação de tensão que foi se agravando até o fim do conflito. Ela consistia no fato de que o governo brasileiro não poderia lutar pela democracia externamente e manter um estado autoritário internamente. A partir de 1943, o governo Vargas estava enfraquecido e passou a enfrentar uma resistência sistemática no país. O presidente conseguiu impedir que a imprensa divulgasse as primeiras manifestações contrárias ao seu governo, mas, em 1945, já não tinha força política para abafá-las. CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Tempo do Nacional-Estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 136.

¹⁷⁸ PIAUHY. Decreto n. 1.358, op. cit.

[...] não era esses namoros de agora não, que esses namoros de agora você não sabe se é namoro ou casamento, uma coisa muito esquisita, não é? Era um namoro respeitado, até pra pegar na mão era difícil. Me lembro muito bem que o primeiro namorado que eu tive eu fui passar em uma lama aí ele foi pegar na minha mão, aí eu disse:- Não precisa pegar na minha mão não que deixa estar que eu passo! (risos)¹⁷⁹

A entrevistada revelou que, durante o namoro, a moça tinha que se impor, traçando limites para dificultar ao máximo o contato físico com o rapaz. Essa era a condição essencial para a defesa da honra feminina e deveria ser uma atitude incorporada pelas normalistas. Dessa forma, podemos perceber que as recomendações aprendidas na disciplina de Educação Moral e Cívica muitas vezes poderiam funcionar na prática cotidiana das normalistas, fato também observado no relato de D. Maria de Lourdes:

Tinha aqueles namoriquinhos só de... não era nem namoro de sair... pouco namoro, só mais era flerte. [...] Ora, me lembro que o primeiro namorado que foi só assim uma conversinha, eu tinha 17 anos. Não sabia nem o que era namorar, e assim era muita gente. Eu tinha uma prima que nós já estávamos na 4ª série da Escola Normal e nunca tinha namorado, o rapaz queria namorar com ela e ela não queria de jeito nenhum, não queria... não queria, e corria pra não encontrar e ele insistindo... e ela de jeito nenhum. [...] O namoro era pouco. Eu tiro por mim. Eu namorei com esse que eu vim a casar, eu tive poucos namorados, assim... namorados fixos de sentar e conversar, eu me lembro de um. Quando eu vinha do colégio, eu encontrava com um só de olhar, e pronto.¹⁸⁰

As jovens normalistas também eram instruídas na disciplina de Educação Moral e Cívica a terem poucos namorados até chegar o casamento, para não ficarem mal faladas, sendo que os namoros deveriam reduzir-se ao encontro de olhares e a conversas sempre vigiadas por algum membro da família. As prescrições de comportamento feminino contido e recatado marcavam formas de agir que diferenciavam as “moças de família” das “moças faladas”.

Entendemos que a Escola Normal atuava no sentido de formar as normalistas para manterem a reputação intacta no meio social, sendo concebidas como moças recatadas e exemplos de moral feminina. Esse fato reforça a concepção de que essa instituição não era apenas um lugar de aprendizagem de saberes, mas também de uma profunda formação de consciências.

¹⁷⁹ NUNES, op. cit.

¹⁸⁰ OLIVEIRA, op. cit.

Outro assunto que deveria ser tratado nas aulas da disciplina de Educação Moral e Cívica da Escola Normal de Teresina era o nacionalismo. Nesse sentido, os sentimentos de respeito, dedicação e amor pela pátria eram virtudes que todo cidadão brasileiro deveria possuir. Para isso eram estudados aspectos como a relevância das comemorações de datas cívicas para a construção do ideal de brasilidade e as atitudes heróicas de brasileiros célebres em defesa da pátria. As normalistas também aprendiam a ter atitudes de reverência e respeito diante de símbolos da nação como a bandeira, o hino e as armas nacionais.¹⁸¹

Essa formação cívica era importante para fazer com que as normalistas, depois de formadas, tivessem o comprometimento com a educação de seus alunos e assumissem a profissão como uma verdadeira missão patriótica. No discurso proferido por ocasião da aposentadoria da professora normalista Lídia Cunha Pereira de Araújo, em 1941, podemos perceber esse aspecto:

[...] pelos anos já vividos no honroso encargo de professora, sinto a alma e o coração rejubilarem-se por ter eu cumprido sem desfalecimento a nobilíssima e espinhosa missão que me foi confiada. Da mesma forma dei a minha parcela de serviços à Pátria, cooperando para o alevantamento moral e cultural do nosso povo, dando combate ao maior inimigo do Brasil, o analfabetismo. Com o desvelo de mãe ao guiar os passos ainda incertos do seu querido infante, assim também guiei na escola muitas centenas de crianças que hoje se acham integradas nos múltiplos ramos das atividades da vida real. À ti, ó Pátria querida, preparei-te filhos capazes de te saberem amar, servir e engrandecer!¹⁸²

Observamos que a professora normalista era formada para cumprir sua função ensinando as primeiras letras às crianças, contribuindo desse modo para o desenvolvimento do Brasil, porque a alfabetização era uma condição básica para que esse fim fosse alcançado. Esse ideário, defendido pelos governos central e local, justificava de forma nobre o amor e dedicação das professoras primárias.

Uma outra disciplina da Escola Normal que agia no sentido de proporcionar às normalistas uma formação de caráter intelectual, mas também moral, era a Música. Tais direcionamentos ficam explicitados no programa da disciplina:

Destinando-se o ensino de musica na Escola Normal a desenvolver a capacidade do aluno para o canto oral orfeonico ou de conjunto, seu maior empenho deve ser o de dirigir as aptidões mais definidas, visto ser esse ensino meramente educativo e não profissional, aproveitando-se a música,

¹⁸¹ PIAUHY. DECRETO Estadual n. 1.358, op.cit.

¹⁸² DONA Lídia Cunha Pereira Araújo. **Diário Oficial**, Teresina, ano XI, n. 113, p. 7, 26 de maio de 1941.

neste caso, como meio de renovação e formação moral e intelectual. Os cantos patrióticos devem ser ensinados desde o começo das aulas e os hinos escolares devem ser escolhidos, dando-se, de preferência, aqueles que celebrem as grandezas da pátria, os feitos de nossos vultos maiores, bem assim a felicidade do lar e da vida de trabalho.¹⁸³

O ensino da disciplina Música era, pois, meramente educativo e não direcionava os alunos da Escola Normal para a formação profissional. Como elemento central do programa da disciplina estava a aprendizagem dos hinos nacionais, dos hinos escolares e das canções patrióticas, para que os alunos fossem capazes de executá-los por meio do canto coral. As apresentações ocorriam em momentos como as formações de alunos na entrada e na saída da Escola Normal, as comemorações escolares e as festividades cívicas. Observa-se, assim, que a disciplina tinha o objetivo de reforçar a educação dos sentimentos cívicos que enalteciam as virtudes da pátria.

A partir de 1938 a disciplina Música passou a ser ofertada para todas as séries da Escola Normal e estabelecimentos a ela equiparados, no Piauí.¹⁸⁴ Esse fato revela a preocupação do governo local com o fortalecimento do sentimento nacionalista que proporcionava fundamentação para a aceitação popular da ditadura instalada no Brasil.

Outra mudança na disciplina ocorreu em 1942, com a criação do Conservatório Nacional de Canto Orfeônico, que era subordinado ao Departamento Nacional de Educação. Esse órgão serviria para formar os candidatos ao magistério da música nos diversos níveis de ensino e traçar as diretrizes para o ensino da disciplina no país. Também teria a função de promover a gravação em discos do Hino Nacional, do Hino da Independência, do Hino da Proclamação da República, do Hino à Bandeira Nacional e de músicas patrióticas.¹⁸⁵

A criação desse órgão se dava no sentido de centralizar nacionalmente a educação cívica do povo brasileiro. Essa ação representava o início de um esforço do governo federal para estender a sistematização nacional da educação a todos os níveis do ensino.

Também é importante considerarmos o fato de que, fora da Escola Normal, a maioria das moças de setores sociais médio e alto que estudavam no estabelecimento também tinha acesso ao estudo da música, embora ele assumisse um caráter diferente. Sobre isso, D. Isis Maria relatou o seguinte:

¹⁸³ PIAUHY. Decreto n. 1.358, op. cit.

¹⁸⁴ PIAUHY. Decreto n. 111, de 02 de agosto de 1938. A cadeira de Música da Escola Normal Oficial e estabelecimentos a ela equiparados passará e ser oferecida em todas as séries do curso. **Decretos do Ano de 1938**. Imprensa Oficial: Teresina, 1939.

¹⁸⁵ BRASIL. Decreto n. 4.993, de 26 de novembro de 1942. Institui o Conservatório Nacional de Canto Orfeônico e dá outras providências. **Diário Oficial**, Teresina, ano VII, n. 262, p. 1. 17 de dez. de 1942.

Mas era rara a que não ia para a aula de piano, havia aqui muitas senhoras que ensinavam piano. A D. Adalgisa que morava ali naquela Rua Lisandro Nogueira, ela era exímia em ensinar o piano e músicas pras moças da Escola Normal e outras que quisessem era, era... porque era o que a menina se aperfeiçoava mais na parte social. Quando tinha aquelas festinhas era aprender isso, aprender a tocar não é? [...] Aí nessa época era assim como uma graça a pessoa saber tocar aquilo, eu não sabia porque não tinha na minha terra, lá em Flores eu não tinha, eu nunca aprendi a tocar nada, só o caminho daqui pra lá, mas a, a... muitas quando havia as festas aí: fulana vem tocar, aí falava, vinha para o piano.¹⁸⁶

A entrevistada não teve acesso às aulas particulares de música porque estudava na Escola Normal de Teresina, mas morava na cidade maranhense de Flores (atualmente Timon), onde não existia a disponibilidade desse serviço. Em Teresina, as aulas de música eram ministradas por senhoras de moral reconhecida, que ensinavam as jovens a tocar instrumentos como o piano, habilidade que fazia parte de uma educação feminina de alto nível. O dote musical era exposto por ocasião de festas particulares, servindo como um diferencial que indicava o refinamento das jovens. Essa habilidade proporcionava *status* na sociedade e poderia servir para que as moças encontrassem um bom pretendente.

Somente em 1947, com a adaptação do ensino normal do estado à Lei Orgânica Federal é que o currículo da Escola Normal sofreu mudanças significativas, resultantes principalmente da redução do curso para um período de apenas três anos, como pode ser observado no quadro abaixo:

Quadro 4 - Disciplinas curriculares do curso Normal a partir de 1947.

1ª Série	2ª Série	3ª Série
Português	Biologia Educacional	Sociologia Educacional
Matemática	Psicologia Educacional	Psicologia Educacional
Física e Química	Metodologia do Ensino Primário	Metodologia do Ensino Primário
Anatomia e Fisiologia Humana	Anatomia e Fisiologia Humana	História e Filosofia da Educação
Música e Canto	Música e Canto	Música e Canto
Desenho e Artes Aplicadas	Desenho e Artes Aplicadas	Desenho e Artes Aplicadas
Educação Física, Recreação e Jogos	Educação Física, Recreação e Jogos	Educação Física, Recreação e Jogos
	Higiene e Educação Sanitária	Higiene e Puericultura
		Prática de Ensino

Fonte: PIAUÍ. Decreto n. 1.402, de 27 de janeiro de 1947. Dispõe sobre a adaptação do ensino normal do Estado. Diário Oficial, Teresina, ano XVII, n. 16, p. 1- 4, 30 de jan. de 1947.

¹⁸⁶ CASTELO BRANCO, op. cit.

Algumas alterações podem ser destacadas nesse currículo. Uma delas é a redução da carga horária de todas as disciplinas preparatórias e também das disciplinas profissionalizantes, repercutindo seriamente na formação geral e profissional das futuras professoras. Outra mudança foi a extinção da disciplina Educação Moral e Cívica, que deveria ser abordada paralelamente nas aulas de todas as outras disciplinas. A disciplina Trabalhos Manuais também deixou de existir como decorrência da diminuição do tempo de duração do curso Normal, mas suas atividades continuavam sendo praticadas na disciplina Desenho e Artes Aplicadas.

Observamos nesse capítulo que o funcionamento administrativo da Escola Normal era fortemente regulado através das legislações elaboradas pelo poder público estadual. De acordo com essa estrutura, além de formar para o trabalho do magistério, o curso Normal preparava as jovens para exercer as funções de um futuro casamento. Cabia à escola esse papel porque os poderes públicos acreditavam que o exercício competente das funções de professora, esposa e mãe eram imprescindíveis para o engrandecimento da nação brasileira.

4 OS TEMPOS DE FESTAS NA ESCOLA NORMAL

Neste capítulo, esclarecemos como a participação das normalistas em variados tipos de comemorações cívicas e eventos escolares contribuía para que elas fossem preparadas pela Escola Normal de Teresina para assumir o exercício dos papéis de esposa, mãe e professora.

4.1 A PARTICIPAÇÃO NOS EVENTOS CÍVICOS

Nos anos de 1930 e 1940, as datas cívicas eram consideradas de extrema relevância para o calendário escolar do país e deviam ser obrigatoriamente comemoradas. As principais eram: o Dia da Árvore, o Dia Pan-Americano, o Dia da Bandeira, o Dia da Raça e o Dia da Pátria. Eram as crianças e os jovens que tinham papel de destaque nessas festividades, devendo homenagear a pátria em que viviam e pela qual deveriam ser responsáveis no futuro. Por isso os alunos dos estabelecimentos escolares que ofereciam o primário, o complementar, o secundário e as modalidades de ensino técnico, além do curso Normal, participavam desses eventos.

Essa orientação fazia parte de um projeto de legitimação mais amplo do regime político que se estabeleceu no Brasil a partir de 1930 e que, a partir do Estado Novo, ganhou grande dimensão. De acordo com esse ideário, caberia ao Estado a responsabilidade de tutelar a infância e a juventude, modelando seus pensamentos e ajustando-os ao novo ambiente político. Para isso era necessário a difusão de símbolos, a exaltação de mitos e o cumprimento de rituais oficiais.¹⁸⁷

Uma das datas cívicas festejadas em Teresina era o Dia da Árvore, comemorado no dia 21 de setembro. A notícia a seguir refere-se ao ano de 1943 e expressa o significado que justificava a importância do evento:

Todas as escolas públicas de ensino primário e secundário, na data de hoje engalanaram-se para festejar condignamente o Dia da Árvore, consagrando a velha tradição de reconhecimento e gratidão do homem pelos benefícios que dela recebe a todo instante. Oferecendo a sombra reconfortadora e gratuita ao viajante cansado; o fruto delicioso aos que sentem fome e aprimoram o paladar; as folhas e raízes ao uso da medicina e o caule majestoso à construção da morada humana, é a árvore a amiga sincera e incondicional que merece as nossas maiores homenagens e os mais

¹⁸⁷ SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena M. B.; COSTA, Vanda M. R. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 83.

carinhosos cuidados. Sempre, e cada vez mais necessária para sua melhoria de vida.¹⁸⁸

O ritual de comemoração realizado, como acontecia em outros eventos nacionalistas, tinha que obedecer rigorosamente ao programa organizado pelo Departamento de Ensino. Essas determinações eram enviadas oficialmente para as instituições de ensino que deveriam estar presentes e depois eram divulgadas na imprensa. Isso revela o controle do poder público sobre esse tipo de comemoração cívica:

Com a presença das altas autoridades estaduais, federais e municipais e grande multidão, os alumnos das escolas desta cidade ao som do hino Nacional e do hino à Árvore executados pela banda de música da polícia, plantaram uma árvore na referida praça aprendendo assim, a amar a grande amiga da humanidade. Em seguida as alumnas da Escola Normal e da Escola Modelo deram cumprimento a um belíssimo programa de jogos gymnásticos e gymnastica sueca, ensinados pela dedicada professora D. Lélia Avelino. Mais de duas mil crianças das diversas escolas públicas e particulares da capital, devidamente uniformizadas, emprestavam um tom de alegria, vibração e entusiasmo à encantadora festa que impressionou agradavelmente a todos que assistiam.¹⁸⁹

É possível perceber a dimensão dessa festividade em Teresina em razão da presença de autoridades representativas dos vários níveis governamentais e da quantidade elevada de alunos que dela participavam diretamente. Esses aspectos mostram a importância que esse tipo de evento possuía no contexto da época e também revelam o impacto no cotidiano dos habitantes que viviam na pequena cidade, inclusive provocando alterações na rotina escolar das crianças e jovens.¹⁹⁰

Observamos que as roupas usadas pelas normalistas eram adequadas ao tipo de participação no evento cívico. Vestiam os uniformes escolares regulares quando as escolas tinham que ser identificadas com mais facilidade em grandes comemorações, e as fardas de educação física no caso de apresentações com exercícios ou jogos. Havia ainda as fardas de gala, as quais foram lembradas por D. Maria de Lourdes:

Agora tinha também uma farda de gala, a de gala era toda branca, saia e blusa, saia pregueada, toda pregueada, a blusa, e o emblema da Escola

¹⁸⁸ O DIA da Árvore. **Diário Oficial**, Teresina, ano XIII, n. 116, p. 12, 21 de set. de 1943.

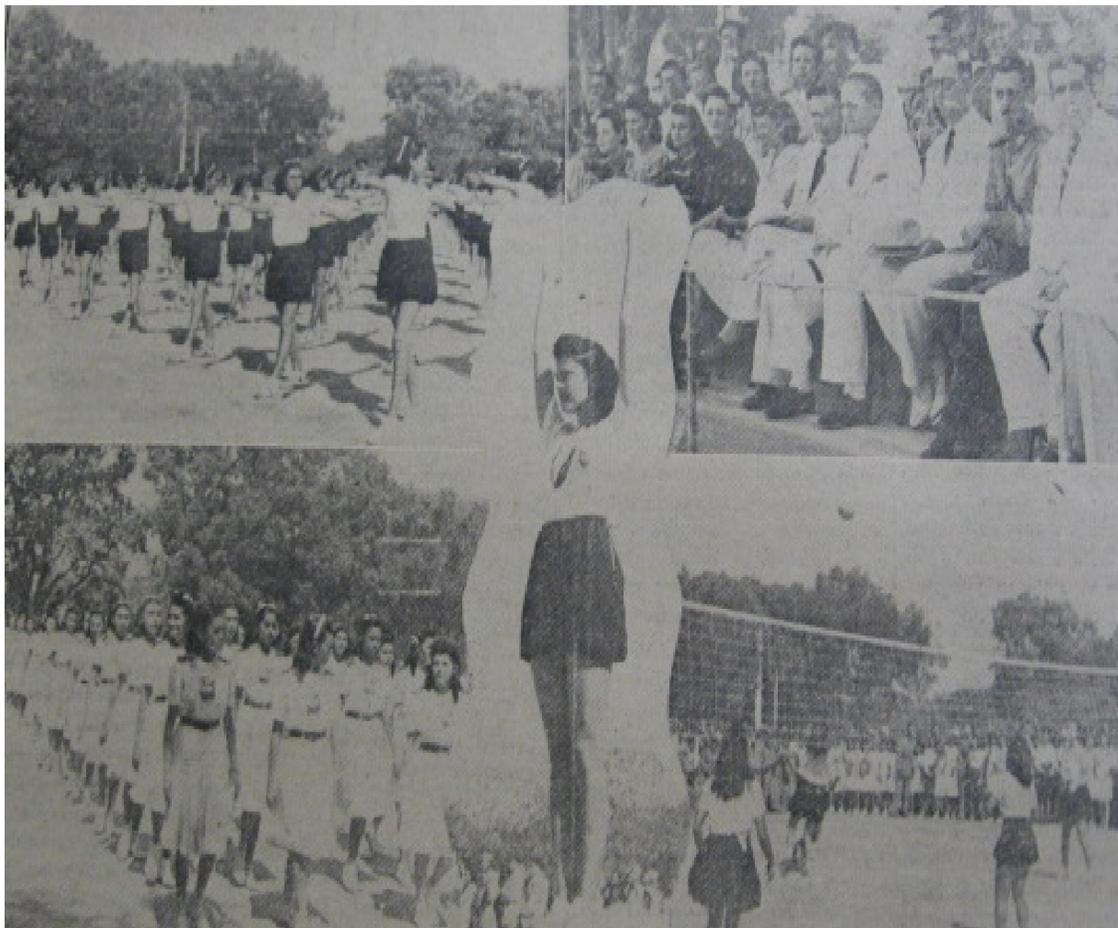
¹⁸⁹ FESTA da Árvore. **O Piauí**, Teresina, ano XXXIX, n. 202, p. 5, 23 de set. de 1930.

¹⁹⁰ Esses tempos de festas faziam parte das temporalidades escolares e expressavam sua multiplicidade incorporando-se aos calendários e horários que, apesar de demarcados e rígidos, eram descontínuos e variados em seus rituais e ritmos. TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro. *Narrativas de Tempo em Enredos de Professores/as*. **História Oral**, [S. l.], v. 7, p. 96- 99, 2004.

Normal aqui, pregado aqui no peito, separado, sabe? Muito bonita a farda. Nas festas, por exemplo, na, na Procissão do Corpo de Deus, nas paradas de 7 de setembro, de 5 de setembro também, que era o Dia da Raça tinha parada também, e no aniversário de escola. Tinha o salão das festas, tinha discurso, tinha apresentações de canto, essas coisas, e a gente tinha que estar fardado com a farda de gala.¹⁹¹

A entrevistada relatou que, na época em que fez o curso Normal, o uso das fardas de gala era exigido nas ocasiões comemorativas mais importantes em que as alunas deveriam representar a Escola Normal. Isso não acontecia apenas nas festividades cívicas, mas também em eventos religiosos e comemorações escolares.

A imagem abaixo consiste em uma montagem fotográfica feita na época que mostra alguns momentos da comemoração do Dia da Árvore, em 1942, na cidade de Teresina:



Fotografia 12 - Comemoração do Dia da Árvore.

Fonte: FESTA da Árvore. Diário Oficial, Teresina, ano XII, n. 209, p. 3, 22 de set. de 1942.

¹⁹¹ OLIVEIRA, Maria de Lourdes Coelho. **Depoimento Concedido a Joseanne Zingleara Soares Marinho.** Teresina, 2007.

No primeiro momento da imagem, vê-se uma demonstração de educação física das alunas da Escola Normal; no segundo, foi retratado um desfile das alunas da mesma instituição usando o uniforme de gala; no terceiro, a presença de autoridades do governo e da prefeitura e, por último, um jogo de voleibol entre alunas do Curso de Especialização em Educação Física e alunas da Escola Normal.

A festa do Dia da Árvore geralmente era realizada na Praça Marechal Deodoro, conhecida como Praça da Bandeira, e tinha na programação a execução de hinos, os discursos de autoridades e o plantio de exemplares de árvores. Esse fato em especial pode ser observado na fotografia a seguir, que mostra Lindolfo Monteiro, prefeito de Teresina, realizando o ato simbólico, assistido pelo diretor geral da instrução, Sotero Vaz da Silveira e alunas da Escola Normal, em 1943:



Fotografia 13 - Comemoração do Dia da Árvore.

Fonte: O DIA da Árvore. Diário Oficial, Teresina, ano XIII, n. 116, p. 12, 21 de set. de 1943.

Um outro tipo de festividade era o Dia Pan-Americano, que ocorria em 14 de abril. As justificativas cívicas para essa comemoração consistiam no fato de que o continente americano vivia em irmandade e se notabilizava mundialmente em virtude de fatos como a presença de feitos heróicos em sua história, a evolução cultural de seus habitantes e as virtudes morais de seu povo. Mas, na época da II Guerra Mundial, esse evento adquiriu um significado diferente:

[...] para que o Dia das Américas tivesse, entre nós, brilhante comemoração, de modo a ficar patente, no ânimo de todos, esse admirável espírito de concórdia, de fraternidade, de amor que domina os povos do Continente Americano, justamente quando a velha Europa, aliás culta e civilizada, luta com os horrores de uma guerra, que dilacera o seu organismo social e político.¹⁹²

Podemos perceber, na notícia de jornal do ano de 1940, que a comemoração do Dia Pan-Americano adquiriu uma relevância política significativa, já que o evento comemorava a paz na América, espaço da nova civilização e do progresso futuro, e servia até mesmo de exemplo para o continente europeu, visto até então como parâmetro clássico de civilização superior.

No ano de 1942, a comemoração do Dia Pan-Americano em Teresina foi aberta com o discurso de autoridades e prosseguiu com um desfile público dos estudantes das instituições de ensino secundário, normal e complementar pelas principais ruas de Teresina, dentre elas a Avenida Antonino Freire, como pode ser observado na seguinte fotografia:



Fotografia 14 - Desfile do Dia Pan-Americano.

Fonte: O DIA Pan-Americano. Diário Oficial, Teresina, ano XII, n. 83, p. 8, 14 de abr. de 1942.

Podemos observar também na imagem fotográfica da página a seguir que, entre as pessoas que assistiram ao desfile diante do Palácio de Karnak, sede do governo do Piauí, estavam importantes figuras políticas, militares e eclesiásticas do estado:

¹⁹² O DIA Pan-Americano. **Diário Oficial**, Teresina, ano X, n. 85, p. 1-2, 15 de abr. de 1940.



Fotografia 15 - Autoridades assistindo ao desfile do Dia Pan-Americano.
Fonte: O DIA Pan-Americano. Diário Oficial, Teresina, ano XII, n. 83, p. 8, 14 de abr. de 1942.

Na Escola Normal Oficial essa solenidade de 1942 prosseguiu no salão nobre da instituição, com a participação de alunos, professores e familiares. Teve início com a execução de hinos patrióticos e a entrada de 21 normalistas representando os países da América com os respectivos pavilhões, como pode ser observado na fotografia abaixo, que registrou ainda a presença do prefeito de Teresina e do diretor geral da instrução, os quais posaram para a foto na frente da Escola Normal:



Fotografia 16 - Comemoração do Dia Pan-Americano na Escola Normal.
Fonte: O DIA Pan-Americano. Diário Oficial, Teresina, ano XII, n. 83, p. 8, 14 de abr. de 1942.

Depois dessa primeira apresentação, a sessão cívica foi aberta oficialmente pela diretora, D. Maria de Lourdes Martins do Rêgo Monteiro, que proferiu um discurso sobre o significado da comemoração. Depois, os professores e autoridades presentes também se manifestaram sobre a importância daquela data para a formação da consciência patriótica, tendo como alvo principal a juventude.

D. Isis Maria relembra que, quando estudou na Escola Normal, participou ativamente de uma comemoração do Dia Pan-Americano, representando um dos países que compunham o continente. Segundo ela, antes do evento, as participantes eram preparadas pela professora da disciplina Música:

Faziam a representação da América, dos países da América, foi um dia da... tinha o dia... que era o Dia da América, Dia da União Americana, então fizeram os países, eu fui o Haiti (risos). Tinha as apresentações, a pessoa vinha com o traje do lugar lá, a gente procurava saber. Tinha a chefe, a diretora... a professora de... daquela matéria que é de música, geralmente ela que tomava conta, aí dava como era pra gente vir, fazia aquelas festas desses dias grandes...¹⁹³

O governo constituído a partir de 1930 valorizava de forma especial a bandeira do Brasil como um símbolo que representava a soberania nacional, a perpetuidade da pátria e a integridade do povo brasileiro. D. Isis Maria relatou que, quando estudava o primário, uma professora veio de São Paulo para percorrer as principais escolas de Teresina com o objetivo de instruir e incentivar esse culto à bandeira nacional entre as crianças:

[...] foi lá no Grupo Escolar Barão de Gurguéia e pediu lá que a gente fizesse um trabalho sobre a bandeira. Quando eu fiz o meu, agradou tanto que ela mandou que eu dissesse pra ela bater à máquina pra levar pra lá. “Quero descrever a bandeira da minha Pátria, mas não tenho palavras com que pinte as suas cores magníficas, tudo que eu disser ficará aquém daquilo que em minha alma sinto vibrar, me orgulho em vê-la desfraldada ou empunhada garbosamente em um batalhão em marcha. Como é linda: verde a cor dos nossos campos, da cor dos nossos mares sempre verdejantes, amarelo é como o sol, é como o ouro que a terra guarda em suas entranhas, ornamentam vinte e uma estrelas a brilhar no globo azul do nosso céu são os estados que brilham e que se unem para o engrandecimento do Brasil. Que dizer do belo lema que a corta? Ordem e Progresso? Ordem quer dizer cultura, amor e paz, progresso quer dizer cultura e desenvolvimento. Um país sem ordem jamais progredirá. Amo a nossa bandeira como todo o brasileiro deve amar, como o mais belo símbolo do seu país.”¹⁹⁴

¹⁹³ CASTELO BRANCO, Isis Maria Martins Raposo. **Depoimento Concedido a Joseanne Zingleara Soares Marinho**. Teresina, 2007.

¹⁹⁴ Id. Ibid.

A defesa desse ideário fazia com que fosse dever de todos os filhos da nação realizar o culto cívico à bandeira, de modo que fosse respeitada e adorada a partir da infância. Após a deflagração do Estado Novo, apenas a bandeira nacional poderia ser usada por todos os estados, e para demonstrar que o sistema federativo tinha sido efetivamente derrotado, foi realizada na capital do país uma cerimônia cívica onde ocorreu a queima das bandeiras estaduais, marcando a vitória do poder central sobre os estados.¹⁹⁵

A bandeira nacional deveria ter lugar de destaque e ser empunhada com orgulho nas comemorações cívicas do país. De acordo com essa importância que representava na época, é possível entendermos o fato de que o Dia da Bandeira era outra data cívica festejada com destaque em Teresina, no dia 19 de novembro.

No ano de 1940, as reverências à bandeira começaram com seu hasteamento solene em todas as repartições e estabelecimentos de instrução. As homenagens prosseguiram no Teatro 4 de Setembro, em uma sessão cívica que teve como atrações a execução do Hino Nacional, os números de canto e declamações de jovens, além do discurso do Comandante Evilásio Gonçalves Vilanova intitulado “Saudação à Bandeira”. Esse momento pode ser observado na montagem fotográfica abaixo, feita pelo jornal da época, juntamente com a formação de uma bandeira viva pelas alunas da Escola Normal e da Escola de Adaptação:



Fotografia 17 - Comemoração Cívica do Dia da Bandeira.

Fonte: O DIA da Bandeira. Diário Oficial, Teresina, ano X, n. 256, p. 2, 20 de nov. de 1940.

¹⁹⁵ CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Tempo do Nacional-Estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 117.

No dia 1º de setembro, era comemorada uma outra data chamada de Dia da Raça, que representava o sentimento de brasilidade que consistia no orgulho de nascer e viver no país. Nessa ocasião, ocorria a Parada da Juventude, que se tratava de um grande desfile do qual participavam os estudantes dos cursos secundários, normais, pré-normais, associações desportivas e corporações de atletas do 25º BC e da polícia do estado.

Em 1941, a concentração do desfile foi na Praça Marechal Deodoro, em frente à Escola Normal Oficial, local em que se realizou a formação, e de onde seguiu com um pelotão de bandeiras nacionais na frente, sendo seguido por cada instituição, com seu respectivo estandarte, e ao som das bandas oficiais. A fotografia seguinte mostra alunos e alunas do Colégio Liceu Piauiense no momento do desfile:



Fotografia 18 - Desfile da Juventude no Dia da Raça.

Fonte: PARADA da Juventude. Diário Oficial, Teresina, ano XI, n. 198, p. 3, 6 de set. de 1941.

Nessa ocasião o desfile percorreu as principais ruas do centro da cidade (Areolino de Abreu, Coelho Rodrigues, Barroso, Paissandu, David Caldas e Lisandro Nogueira) e ainda as praças João Luiz Ferreira e Rio Branco.

A participação direta e exclusiva dos jovens na comemoração do Dia da Raça demonstrava a importância de seu papel na construção discursiva defendida pelo governo central e reiterada pelos governos locais. É o que demonstra o cronista a seguir:

É a festa da Raça - a celebração simbólica de nossas virtudes: alegria eugênica, energia criadora, disciplina orgânica, que fazem dos moços de hoje, em nossa pátria, uma gloriosa reserva da nação, retemperada nas suas melhores fontes de existência. Já não há negar que se processa, em todos os ângulos do país, uma sadia interpretação dos objetivos da vida e, para atingi-la convenientemente, o mais alto e expressivo papel está destinado á mocidade, que tornará o Brasil, realmente o país do futuro.¹⁹⁶

O ideário presente em ocasiões festivas como essa consistia no fato de que a juventude, cheia de saúde e disposição, deveria ser a defensora do patriotismo. Para isso deveria estar pronta para assumir a responsabilidade pela construção de um novo Brasil, que teria no futuro um lugar de destaque entre as nações mais desenvolvidas do mundo.

Apesar da importância de todas as datas cívicas, o Dia da Pátria era, na época, a principal comemoração do país, pois tratava-se de uma ocasião específica em que se festejava o marco revolucionário definitivo, a partir do qual o Brasil poderia desenvolver-se livremente e construir a nacionalidade que passaria a ser vivida por seus habitantes. Nessa busca era importante a consagração dos símbolos e heróis nacionais através da história dos grandes vultos e das grandes efemérides, apontadas ufanisticamente como exemplos nos quais os brasileiros deveriam buscar inspiração.¹⁹⁷

A comemoração do Dia da Pátria envolvia um grande desfile público que tinha um público extenso e contava não somente com a participação direta de estudantes, mas também de forças militares e grupamentos trabalhistas. Havia uma série de instruções sobre as regras para o desfile que eram determinadas pela Guarnição Militar Federal de Teresina e divulgadas na imprensa local antes do evento:

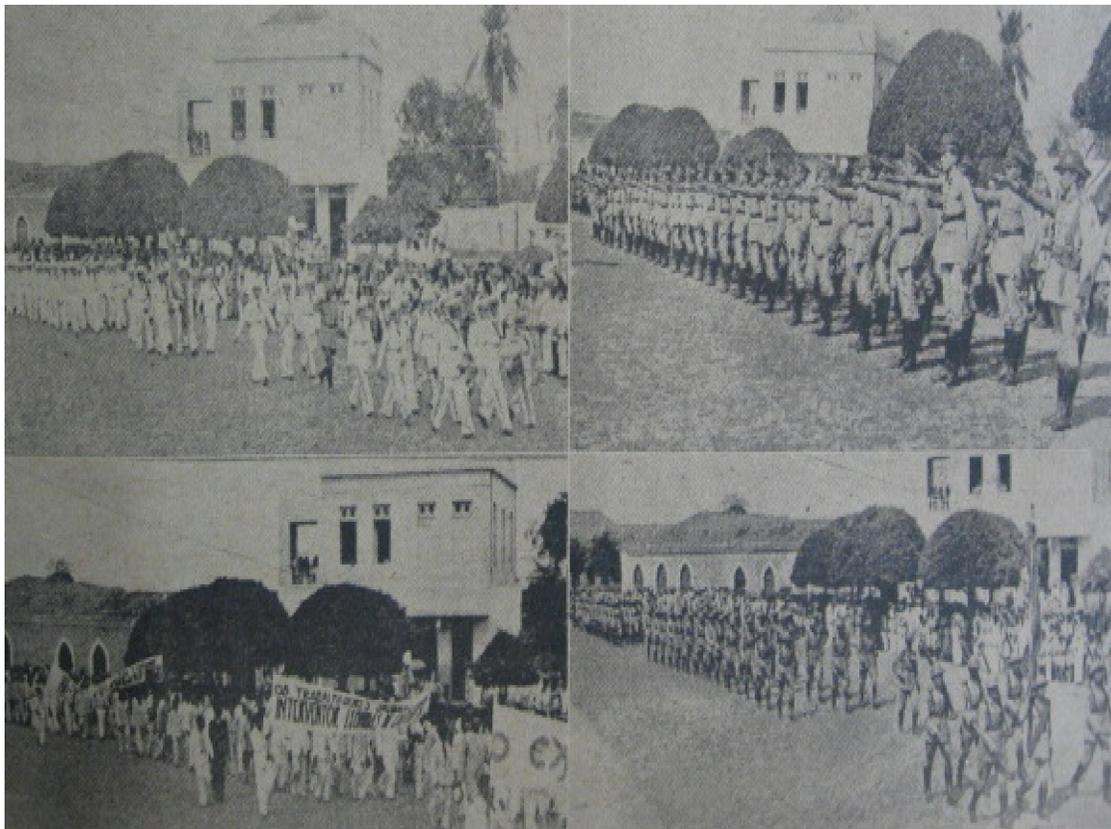
[...] III - Local da Formatura: As forças deverão estar formadas às 7 h. e 30 m., em linha, em três fileiras, ao longo da Rua Barroso, do lado da sombra. O comandante do Destacamento assumirá o comando às 8 horas. IV - Revista: Às 8 h. 10 m. será passada a revista ao Destacamento, pelo Exmo. Sr. Interventor Federal, que se fará acompanhar dos Srs. Tenentes-Coronéis João Filipe Bandeira de Mélo e Evilásio Gonçalves Vilanova. V - Compromisso à Bandeira- Às 8 h. e 20 m. será prestado o compromisso à bandeira pelos candidatos a reservista da Cia. quadros do 25º BC, na Praça Pedro II. VI - Desfile: Às 8 h. e 40 m., será iniciado o desfile, em coluna por 3, em direção à praça Pedro II, onde serão prestadas as continências regulamentares ao Exmo. Sr. Interventor Federal. VII - Escoamento: Será feito pelas ruas David Caldas, Areolino de Abreu e Praça Rio Branco [...]¹⁹⁸

¹⁹⁶ PARADA da Juventude. **Diário Oficial**, Teresina, ano XI, n. 197, p. 1, 4 de set. de 1941.

¹⁹⁷ VELLOSO, Mônica Pimenta. Os Intelectuais e a Política Cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Tempo do Nacional-Estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 172.

¹⁹⁸ DIA da Pátria. **Diário Oficial**, Teresina, ano X, n. 199, p. 1-2, 5 de set. de 1940.

Havia ainda outras determinações relativas ao itinerário que seria percorrido, funções específicas das subdivisões do destacamento e tipos de uniformes que deveriam ser usados. Para que o evento ocorresse de acordo com o que era determinado, era necessário que todos desfilassem em ritmo de marcha militar contínua em pelotões divididos através das instituições que representavam. Alguns momentos desse evento podem ser visualizados na imagem a seguir que mostra uma montagem fotográfica feita na época:



Fotografia 19 - Desfile do Dia da Pátria.

Fonte: DIA da Pátria. Diário Oficial, Teresina, ano X, n. 201, p. 1, 9 de set. de 1940.

Podemos observar que uma importante intenção desse desfile realizado no Dia da Pátria era mostrar a disciplina que orientava a consciência e o corpo dos participantes. Era essa condição que vigorava no Brasil, onde a presença de um Estado forte, comandado por um líder carismático como Getúlio Vargas, era justificada pela idéia de que o progresso do país somente poderia ser atingido com a manutenção da ordem. Nas representações do Estado Novo, a ênfase no novo era constante: o novo regime prometia criar o homem novo, a sociedade nova e o país novo, com promessas de um futuro glorioso para o Brasil.¹⁹⁹

¹⁹⁹ CAPELATO, op. cit., p. 109-123.

Nesse período, as comemorações cívicas passaram a ser cada vez mais numerosas e grandiosas, sendo amplamente divulgadas em longas notícias de jornal que muitas vezes ocupavam as primeiras páginas e eram amplamente ilustradas com fotografias. Podemos entender que esses eventos serviam como propaganda de um governo local que refletia o poder central na busca pela legitimidade popular, utilizando a defesa da brasilidade como motivo importante para manutenção do controle político. Isso ocorria porque o advento do Estado Novo não se originou de um movimento popular e também não se caracterizou pelo aspecto mobilizador.²⁰⁰

A Escola Normal de Teresina sempre era chamada para fazer parte das comemorações nacionalistas e muitas vezes a participação das normalistas era de destaque.²⁰¹ A presença de todas as alunas e alunos da Escola Normal era obrigatória nesses eventos, sendo que as portarias que comunicavam esse fato algumas vezes eram publicadas nos jornais da cidade, como no exemplo abaixo:

O Diretor da Escola Normal Oficial, usando de suas atribuições legais resolve: determinar, obrigatoriamente, o comparecimento de todos os alunos desta escola às solenidades que se realizarão nos dias 1º e 7 de setembro próximo, em que se comemoram o “Dia da Raça” e “Dia da Pátria”, respectivamente. Publique-se.²⁰²

Eram as inspetoras disciplinares da Escola Normal as encarregadas de fazer as chamadas das normalistas para a formação durante as comemorações ocorridas nas datas cívicas. Aquelas alunas que faltassem a algum desses eventos estavam sujeitas a penalidades que eram aplicadas pela direção da Escola Normal, tais como faltas na caderneta e suspensões escolares.

É importante destacar que, no caso específico das normalistas, a responsabilidade assumida para a construção de um novo país consistia no fato de elas se tornarem profissionais que iriam contribuir efetivamente para a alfabetização infantil e conduzir a pátria para o progresso, que somente poderia ser alcançado tendo a educação como base. Além

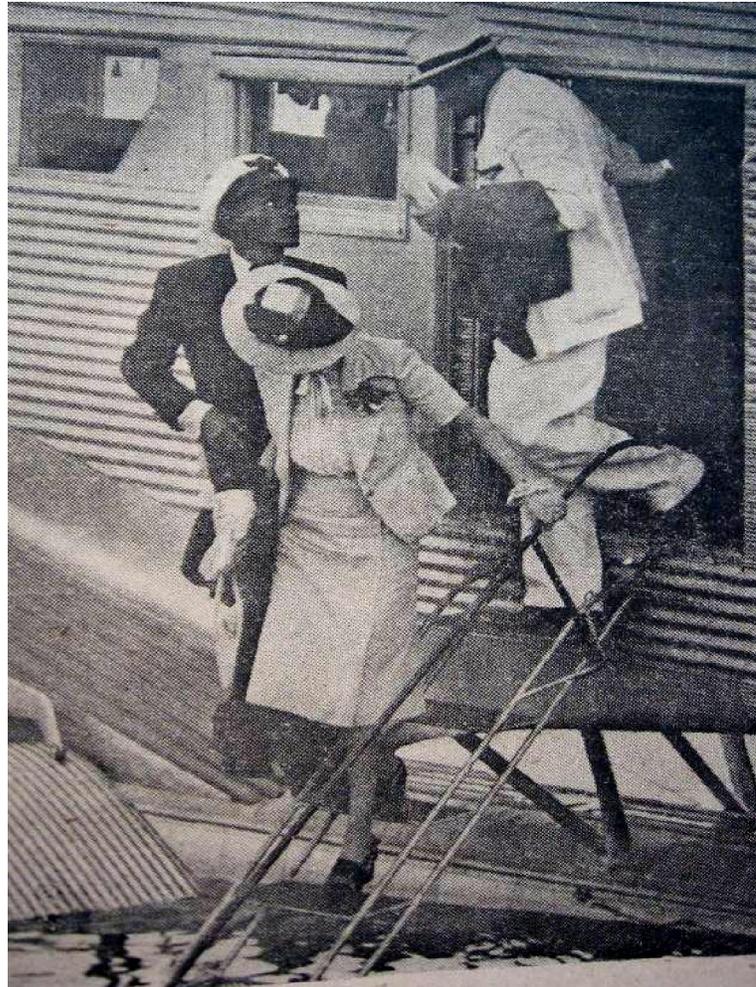
²⁰⁰ CAPELATO, op. cit., p. 137.

²⁰¹ O lugar social de prestígio ocupado pela Escola Normal de Pirassununga, localizada no estado de São Paulo, comprova-se pelo fato de que o ponto de encontro para iniciar ou concluir as comemorações de datas cívicas nos anos de 1940 era sempre diante da instituição. FRANKFURT, Sandra Herszkowicz. Escola Normal de Pirassununga (1940-1950): o papel das festas escolares por uma análise da memória. In: I COLÓQUIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO NO CEARÁ - VI ENCONTRO CEARENSE DE HISTORIADORES DA EDUCAÇÃO, 08 a 11 de maio de 2007, Aracati-CE. **Anais...** Fortaleza: UFC, 2007. p. 580.

²⁰² MONTEIRO, Maria de Lourdes Martins do Rêgo. Portaria nº 15. **Diário Oficial**, Teresina, ano X, n. 194, p. 12, 29 de ago. de 1940.

disso, elas também se formavam para ser mães, preparando-se de acordo com os princípios eugênicos para criarem filhos fortes e saudáveis, os quais seriam os brasileiros do amanhã, comprometidos com o futuro da nação.

Nessa época era também comum que, nos retornos das viagens realizadas pelo interventor do estado à Teresina, ocorressem espetáculos de comemoração cívica. Um exemplo de evento desse tipo é observado a seguir:



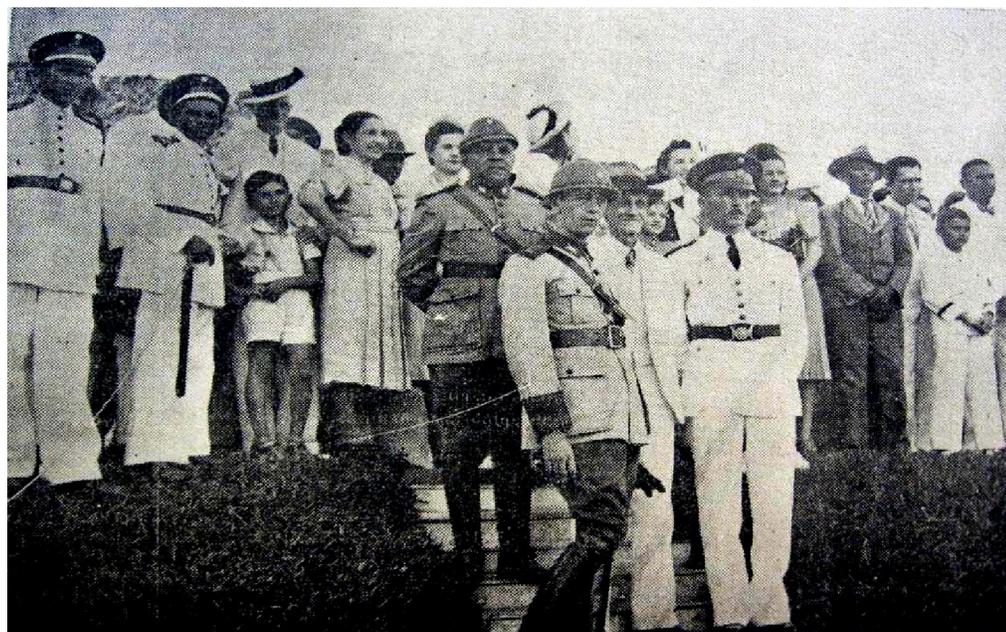
Fotografia 20 - A chegada de Leônidas Mello e sua esposa a Teresina.
Fonte: A RECEPÇÃO do interventor Leônidas Mello. Diário Oficial, Teresina, ano IX, n. 269, p. 1, 27 de nov. de 1939.

Observamos na imagem o Interventor Estadual Leônidas de Castro Mello e sua esposa, Maria do Carmo de Castro Mello, em 1939, que chegaram à capital depois de uma viagem a São Paulo no hidroavião Curupira, pertencente à Companhia de Viação Condor, o qual pousou nas águas do rio Parnaíba. Nas fotografias da página a seguir, vê-se uma amostra do público teresinense que esperava para fazer a recepção:



Fotografia 21 - Senhoras e senhoritas aguardando a chegada do interventor.

Fonte: A RECEPÇÃO do interventor Leônidas Mello. Diário Oficial, Teresina, ano IX, n. 269, p. 12, 7 de nov. de 1939.



Fotografia 22 - Público esperando a chegada de Leônidas Mello.

Fonte: A RECEPÇÃO do Interventor Leônidas Mello. Diário Oficial, Teresina, ano IX, n. 269, p. 1, 27 de nov. de 1939.

Acontecimentos como esses mudavam a feição da cidade, que se agitava, pois os habitantes interrompiam seus afazeres rotineiros no trabalho e na escola para recepcionarem o interventor. Como podemos constatar, através das fotografias, era comum a participação de

grande contingente popular composto por gente simples da classe trabalhadora, estudantes, funcionários públicos e pessoas da alta sociedade local. Nessas ocasiões também estavam sempre presentes as autoridades políticas e militares do estado e da capital, que prestavam as honras oficiais ao chefe do governo estadual.

As manifestações populares de acolhimento ao interventor do estado começavam na área de pouso do hidroavião e se estendiam por todo o percurso, passando pela Praça Pedro II, e se concentrando na área da frente do Palácio do Governo até chegar ao adro da Igreja São Benedito. A notícia de jornal relatou uma dessas ocasiões:

Quasi toda a população piauiense tomou parte, direta ou indiretamente da solenidade e testemunhou a amplitude que assumiu a recepção, que a capital do estado fez ao preclaro homem público e a sua exma. família. Quando os ilustres itinerantes deixaram o ilustre navio dos ares se viram, de momento, envolvidos na onda de irresistível simpatia que os absorveu por completo, por algum tempo recebendo cumprimentos, agradecendo gentilezas, sendo alvos, assim, daquela consoladora explosão de afetos sinceros e merecidos, partidos de todos os elementos presentes da sociedade piauiense. [...] ²⁰³

A imprensa noticiava que a recepção calorosa realizada por grande parte da população piauiense na chegada de Leônidas Mello em Teresina era condizente com o sentimento de reconhecimento pelo mandato brilhante que ele estava executando à frente do governo e que resultava no desenvolvimento crescente do estado. Mas devemos considerar que se tratava de um período político ditatorial, durante o qual a imprensa livre foi censurada, sendo a notícia veiculada por um jornal de caráter oficial. Desse modo, esse tipo de notícia, que sempre ganhava a primeira página na imprensa escrita, servia como propaganda positiva do governo estadual perante a opinião pública.

Por isso existia um exagero quando o jornalista se referia às manifestações de afetividade partilhada por todos os presentes em face das realizações do interventor no Piauí. Nem todas as pessoas que recepcionaram o chefe do governo estadual estavam presentes naquela ocasião porque aplaudiam de modo consciente as realizações do interventor. Um indicativo disso foi o relato de D. Isis Maria Castelo Branco sobre o fato das alunas da Escola Normal serem obrigadas a fazer parte do público em eventos como esse:

Tinha muita festividade porque no Estado Novo era obrigado, pois é, era obrigado... Não estou dizendo que o homem ia chegar do Rio de Janeiro e nós tínhamos que vir formar em frente do Karnak porque ele ia chegar do

²⁰³ A RECEPÇÃO do interventor Leônidas Mello. **Diário Oficial**, Teresina, ano IX, n. 269, p.1-3, 27 de nov. de 1939.

Rio de Janeiro. Me diga (risos) o que tínhamos nós a ver com isso? Mas tinha que ir pra ficar bonito, ficar aquela multidão de alunos quando ele chegasse.²⁰⁴

Também era comum no calendário da cidade a realização de comemorações cívicas que aconteciam por ocasião da data de aniversário do presidente Getúlio Vargas. As justificativas para esse fato podem ser observadas na crônica divulgada em um jornal de circulação local:

Sobrenadando ao caos de uma revolução triunfante, êle marca, com a atuação de uma personalidade inconfundível, o início das grandes transformações da vida nacional, à cadência de um ritmo novo. [...] Despertando para o labôr proficuo, as energias nacionais pelo seu próprio exemplo de atividade pessoal dado aos seus concidadãos; estudando e coordenando todas as ações de interesse coletivo; reorganizando, disciplinando ou estimulando as fontes da economia brasileira; aparelhando a defesa nacional; fomentando a produção e os meios de transporte, o presidente Getúlio Vargas traça uma nova órbita de influência ao nosso paiz, ao mesmo passo que lhe dá inéditas características à vida civil, pelas aquisições de significação cultural, pela instituição de órgãos coletivos de beneficiência social, pela solução dos conflitos do trabalho e do capital.²⁰⁵

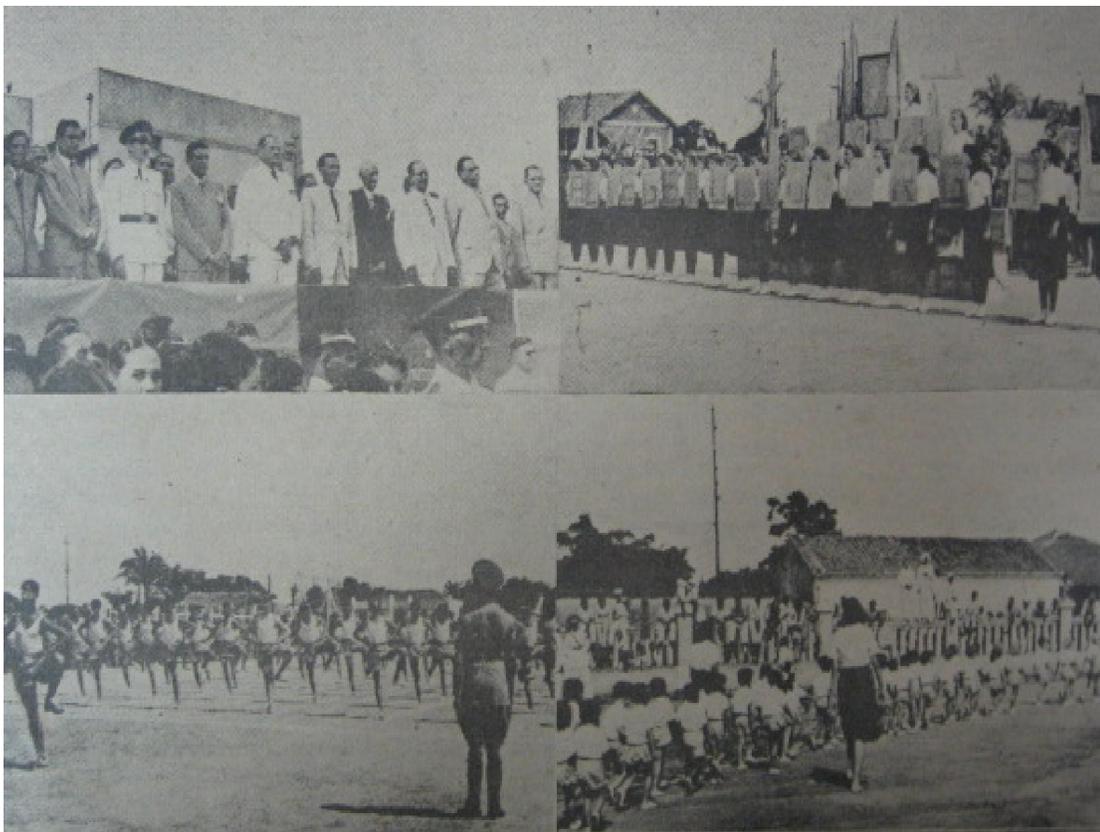
Segundo o discurso, Getúlio Vargas seria um coordenador que delimitou as condições existenciais para uma modificação fundamental no destino do país desde a revolução de 1930. Por isso ele deveria ser homenageado como o chefe máximo do poder Executivo, pois possuía os atributos morais para resolver os conflitos existentes na nação, com determinação e disciplina, de forma a atingir a ordem que conduziria à paz social.

Desse modo, todos os piauienses deveriam reverenciar o líder carismático, porque ele havia inaugurado as bases sustentadoras para uma nova fase que significava uma evolução definitiva e contínua, cujo objetivo era alcançar o desenvolvimento do Brasil. Esse tipo de posicionamento veiculado sobre Getúlio Vargas certamente contribuía para construir a imagem heróica do presidente do país em uma época ditatorial de seu governo em que era importante o reconhecimento popular.

A realização das solenidades cívicas que visavam demonstrar a gratidão que o povo do Piauí tinha por Getúlio Vargas no dia do seu aniversário geralmente se estendiam ao longo de todo o dia 19 de abril. Cumprindo o programa governamental pré-determinado no evento de 1940, essas homenagens são mostradas na montagem fotográfica que está na página seguinte:

²⁰⁴ CASTELO BRANCO, op. cit.

²⁰⁵ PRESIDENTE Getúlio Vargas. **Diário Oficial**, Teresina, ano X, n. 88, p. 3, 19 de abr. de 1940.



Fotografia 23 - Comemorações do aniversário de Getúlio Vargas.

Fonte: PRESIDENTE Getúlio Vargas. Diário Oficial, Teresina, ano X, n. 89, p. 1, 20 de abr. de 1940.

As comemorações realizadas naquela ocasião começaram pela manhã, com discursos das autoridades presentes. Em seguida ocorreu o desfile das principais escolas públicas de cursos primário, secundário e normal, além de apresentações de educação física realizadas por estudantes no campo esportivo do Liceu Piauiense.

A segunda parte das homenagens começaram às 16 h, com uma concentração trabalhista na Praça Pedro II em que discursaram trabalhadores e líderes sindicais sobre a importância das leis aprovadas durante o governo de Getúlio Vargas, as quais beneficiavam o setor no Brasil. Nessa ocasião caberia aos presentes expressar a gratidão que tinham pelo chefe de Estado, aspecto que serviria para consolidar a imagem construída de defensor da classe trabalhadora oprimida no país.

Naquela ocasião específica, as homenagens das autoridades federais, estaduais, municipais e eclesiásticas foram presididas por Leônidas Mello, interventor federal no estado, em sessão solene iniciada às 20 h no Teatro 4 de Setembro. Os representantes do poder político e espiritual no Piauí também faziam reverências a Getúlio Vargas, de acordo com a relação hierárquica que deveria ser respeitada naquele contexto político autoritário.

4.2 OS EVENTOS PROMOVIDOS NA ESCOLA NORMAL

A Escola Normal era um espaço privilegiado onde eram realizados vários tipos de eventos culturais de destaque em Teresina. Um deles era as palestras sobre temas importantes para o desenvolvimento nacional, como na Semana da Criança de 1931. O programa, veiculado na imprensa, identificava o caráter do acontecimento promovido pelo Departamento de Ensino do Piauí:

É o seguinte o programa de palestras da Semana da Criança: - 12 de outubro: Dia da Criança - dia da raça - destina-se a lembrar a cada um que a nação forte é aquela que tem filhos fortes - Pelo professôr Martins Napoleão, catedrático do liceu Piauiense. 13 de outubro: - Dia do Latante: milhares de crianças morrem entre 0 e 1 ano as mais das vezes pela falta de observância das noções mais elementares de puericultura - pelo dr. Pires Gayôso, professor do “Ginásio municipal S. Francisco de Sales” [...] 16 de outubro: - Dia da Criança que estuda- Cada criança que aprende a ler é o pequeno operário que trabalha para a construção de uma pátria melhor. – Pela professora Lélia Avelino, catedrática da Escola Normal [...] 18 de outubro: - Dia das Mães - Dar filhos fortes à nação é a mais nobre manifestação do patriotismo da mulher - Pela professora Firmina Sobreira Cardoso, catedrática da Escola Normal.²⁰⁶

Nessa ocasião alguns educadores e médicos prestigiados na cidade, como intelectuais que tinham uma fala autorizada, ocuparam o salão nobre da Escola Normal para discursar sobre a relevância da preservação e defesa da infância para a nação brasileira através da promoção do desenvolvimento saudável e da educação.

Eventos como esse eram promovidos pelo governo do estado do Piauí, porque, segundo o ideário elaborado pelo poder público federal, para o Brasil ter o desenvolvimento efetivo que se esperava em um futuro próximo, era necessário que o governo investisse no bem-estar infantil. Esse posicionamento deveria ser seguido pelos governos locais, como aconteceu em Teresina nessa ocasião referente à comemoração da Semana da Criança.

Segundo a organização do evento, essas palestras ocorridas na Escola Normal dirigiam-se às normalistas, às professoras e ao público que se interessasse pelo tema da infância. Tratava-se de uma assistência que não era escolhida aleatoriamente, uma vez que as prescrições feitas pelos palestrantes cabiam geralmente a uma responsabilidade que se julgava na época como diretamente feminina.

²⁰⁶ SEMANA da Criança. **Diário Oficial**, Teresina, anno I, n. 226, p. 7, 10 de out. de 1931.

Já nas comemorações da Semana da Criança de 1945, houve uma extensa e diversificada programação que incluiu eventos como: sessão solene de abertura, palestras de médicos e professores, campanha de obtenção do registro civil de nascimento, visitas a crianças internadas, entrega de presentes a crianças carentes por senhoras da alta sociedade, apresentação de danças e cânticos infantis por alunos do Jardim de Infância da Escola Normal e visitas de representantes da Legião Brasileira de Assistência (LBA)²⁰⁷ a escolas primárias.

Podemos verificar que a questão da infância era um tema que suscitava uma preocupação social importante na época. Além de envolver o governo, os médicos e os professores, uma parcela da sociedade civil também começou a fazer parte desse projeto de proteção infantil, o qual envolvia a promoção da saúde e educação, bem como o amparo às crianças carentes.

Nas comemorações da Semana da Criança de 1945, também aconteceu, na Escola Normal Oficial, um concurso de robustez infantil. Na fotografia a seguir podemos observar as crianças participantes junto com suas mães, médicos e enfermeiras:



Fotografia 24 - Concurso de robustez infantil.

Fonte: SEMANA da Criança. Diário Oficial, Teresina, ano XV, n. 128, p. 3, 20 de out. de 1945.

²⁰⁷ A Legião Brasileira de Assistência (LBA) foi um órgão federal criado em 1942 e dirigido pela então primeira-dama, Darcy Vargas, com o objetivo de ajudar as famílias dos soldados enviados à Segunda Guerra Mundial, mas acabou estendendo seu amparo aos necessitados em geral, especialmente às crianças, com doações que contribuíam para a melhoria das condições de moradia, para a manutenção das crianças nas escolas e assistência à saúde. BENTES, Ana Lúcia Seabra. **Tudo como Dantes no Quartel D'Abrantes**: estudo das internações psiquiátricas de crianças e adolescentes através de encaminhamento judicial. São Paulo, 1999. 141f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, São Paulo, 1999.

O concurso teve a participação de mães que levaram seus filhos para serem avaliados pelos médicos. Aparentemente, esse tipo de concurso era popular e também concorrido devido à quantidade de pessoas presentes no local para disputar ou simplesmente assistir ao evento. Nesse concurso de 1945, foram escolhidos três vencedores, os quais receberam prêmios em dinheiro. O primeiro lugar ficou com Salvador de Carvalho Fontenele, de 1 ano e 8 meses:



Fotografia 25 - Vencedor do concurso de robustez infantil.
 Fonte: SALVADOR de Carvalho Fontenele. Diário Oficial, Teresina, ano XV, n. 129, p. 8, 23 de out. de 1945.

As crianças vencedoras representavam aquelas que, na ocasião, mais se aproximavam do ideal de desenvolvimento saudável defendido pelos médicos. Certamente esses concursos de robustez infantil tinham como finalidade a propagação dos padrões modernos na criação dos filhos porque incentivavam as mães a seguirem os cuidados divulgados pela medicina.

Iniciativas como essas ocorridas em Teresina por ocasião da Semana da Criança passaram a ser sistematizadas a partir de 1944 pelo Departamento Estadual da Criança. Suas funções consistiam em elaborar, coordenar e fiscalizar as ações referentes à defesa da maternidade e da infância no estado do Piauí.²⁰⁸ Esse órgão estava vinculado ao Departamento Nacional da Criança, que tinha a função de centralizar as ações que seriam colocadas em prática em todo o país.²⁰⁹ Essa realidade era condizente com a política governamental que concedia estatuto de importância à questão da infância no Brasil.

²⁰⁸ PIAUÍ. Decreto n. 779, de 18 de abril de 1944. Cria o Departamento Estadual da Criança e dá outras providências. **Decretos do Ano de 1944**. Teresina: Imprensa Oficial, 1945.

²⁰⁹ SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, op. cit., p. 136.

Em 1945, o novo governo constituído no Piauí extinguiu o Departamento Estadual da Criança sob alegação das despesas elevadas para o seu funcionamento. Em seu lugar, criou o Serviço de Assistência à Maternidade e à Infância. Nos últimos anos de 1940, o governador José da Rocha Furtado relacionou os objetivos do novo órgão:

[...] promover, por todos os meios, condições de vida e de saúde ao sagrado binômio mãe-filho, proporcionando-lhe assistência hábil e estimulando-lhe o interêsse pela prática da higiene e educação sanitárias. Cumpre-me acentuar que o problema da maternidade e da infância em nosso estado precisa do desvelo do governo e de todas as instituições públicas e privadas, afim de congregarem esforços comuns na solução deste magno problema da vida nacional.²¹⁰

O Serviço de Assistência à Maternidade e à Infância também era subordinado ao Departamento Nacional da Criança, revelando que a política governamental de assistência à infância que deveria ser aplicada no estado era também preocupação importante do novo grupo político instalado no governo federal.

Também havia eventos variados promovidos pela própria Escola Normal, com a participação direta da comunidade estudantil do estabelecimento. Um deles era a escolha das rainhas e princesas da instituição, que acontecia todos os anos e envolvia diretamente grande parte da comunidade estudantil, como relembra D. Maria de Lourdes, que participou ativamente de um evento desse tipo:

Tinha a rainha da escola, e a minha turma trabalhava. Às vezes existiam duas candidatas, na quarta série e na quinta série. Tinha as turmas que aderiam àquela da quinta e tinha as que aderiam à da quarta série [...] E essa minha colega, que foi da 4ª série, era uma das mais adiantadas, era das mais adiantadas, era mais saída, escolhia assim. Tanto pela beleza... que ela não era assim bonita, mas era vistosa e era muito inteligente, tirava notas boas. Então os alunos, os colegas escolhiam aquela. Eram os colegas que escolhiam. [...] Quem desse mais dinheiro era que elegia... tinha mais voto pedindo! Pedindo às lojas, fazia... fazia bingo, fazia festa pra angariar dinheiro pra comprar voto... me lembro que, quando estava no quarto, no quarto ano, a que foi candidata a rainha, a do quinto ano, era uma prima minha, e a do quarto ano era minha colega, estudava na mesma turma. Eu trabalhava por essa minha colega, nós mandamos buscar... pedir voto até em Floriano, que ela era de Floriano. Floriano mandou um “horror” de voto, de voto, sabe? E nós ganhamos!²¹¹

²¹⁰ PIAUÍ. Governo 1946-1950. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo governador José da Rocha Furtado, em 1º de junho de 1949.** Teresina: Imprensa Oficial, 1949.

²¹¹ OLIVEIRA, op.cit.

A escolha das candidatas que iriam disputar o título de rainha era realizada pelas turmas em que elas estudavam, não sendo considerado como critério principal a beleza, mas o fato de as candidatas serem estudiosas e terem a simpatia da maioria dos colegas. A disputa era motivo de diversão e muita animação entre as normalistas, que trabalhavam organizando bingos, festas e fazendo pedidos de doações, principalmente em casas comerciais, para eleger a candidata que apoiavam.

A vencedora do título de rainha da Escola Normal era aquela que conseguia arrecadar a maior quantidade de dinheiro, que era convertido em votos, e a segunda colocada ficava com o título de princesa da instituição. Nos anos de 1930 e 1940, os resultados dessas eleições eram sempre veiculados nos jornais, como pode ser observado na seguinte reportagem do ano de 1941:

A apuração final do renhido prélio, presidido por uma comissão composta de dona Maria de Lourdes Martins do Rêgo Monteiro, diretora do estabelecimento, senhor Joel da Cunha Mendes, secretário, professoras Esther Couto e Olga Batista e senhorita Salomé Araújo, deu o seguinte resultado: 5º ano: 11.251 votos; 4º ano: 5.463. Assim, foi candidata vitoriosa sufragada, pela respectiva série a quintanista Iara Santana Daniel, a quem veio a caber o título de rainha da Escola Normal. Por sua vez, a candidata do 4º ano, Maria Francisca Almeida, se tornou detentora do título de princesa, e particularmente, de rainha do 4º ano. [...] Mais acertada não poderia ser a escolha, e nem mais brilhante o resultado das eleições. Iara Santana Daniel é um elemento de rara distinção: reúne, em alto grau, os dons da graça aos dotes da inteligência e do coração, ganhando um trono simbólico por suas expressivas qualidades. Maria Francisca Almeida também, - ornamento encantador da escola, - fina, inteligente e educada está magnificamente bem no seu papel de princesa.²¹²

Nas notícias, as normalistas vencedoras eram congratuladas pelo resultado conseguido e elogiadas principalmente por suas qualidades morais e intelectuais. Essas informações revelam que a valorização de atributos relacionados exclusivamente à beleza não eram incentivados no concurso da Escola Normal, pois as jovens que representavam o estabelecimento com os títulos de rainha e princesa, como pode ser observado na montagem fotográfica da página a seguir, deveriam ser modelos femininos de decência, inteligência, educação e benevolência, aspectos indispensáveis para o desempenho competente das funções de professora, esposa e mãe:

²¹² ECOS da campanha da solidariedade. **Diário Oficial**, Teresina, ano XI, n. 192, p. 5, 29 de ago. de 1941.



Fotografia 26 - A rainha e a princesa da Escola Normal.

Fonte: ECOS da Campanha da Solidariedade. Diário Oficial, Teresina, ano XI, n. 192, p. 5, 29 de ago. de 1941.

O dinheiro arrecadado com as eleições de rainha e princesa da Escola Normal Oficial geralmente era doado para alguma instituição assistencial, levando ajuda a menores carentes de todo o estado, com fornecimento de roupas, calçados, alimentos, medicamentos e material escolar. O objetivo era proporcionar os meios básicos para manter as crianças pobres freqüentando os estabelecimentos escolares de nível primário. Isso pode ser observado no ano de 1942:

Este ano, combinaram os alunos: o produto material do pleito seria revestido, integralmente, em prol da Legião Brasileira de Assistência, hoje uma esplendida realidade em todo o Brasil. Assim, em sessão solene a rainha da escola fez entrega á Exma. Sra. D. Maria do Carmo de Castro Mello, digna presidente da legião no Piauí a quantia de 4.315\$000 (quatro contos trezentos e quinze mil réis), contribuição daquele educandário à meritória campanha.²¹³

²¹³ RAINHA da Escola Normal Oficial. **Diário Oficial**, Teresina, ano XII, n. 217, p. 16, 6 de out. de 1942.

Nessa ocasião a quantia arrecadada pelas normalistas foi oferecida pela rainha eleita à Legião Brasileira de Assistência (LBA), com o objetivo de ajudar a desenvolver suas ações beneméritas nos municípios do Piauí. O caráter humanitário desses concursos justificava a ajuda financeira das pessoas que compravam os votos do pleito sabendo que o dinheiro serviria para um fim nobre e patriótico.

A cerimônia de entrega dos títulos de rainha e de princesa da Escola Normal Oficial ocorria no salão nobre da instituição, como podemos observar na montagem fotográfica que mostra a coroação da rainha Raimunda Nonata dos Reis, aluna da 4ª série do ano de 1942:



Fotografia 27 - Coroação da rainha da Escola Normal Oficial.

Fonte: ESCOLA Normal Oficial. Diário Oficial, Teresina, ano XII, n. 229, p. 5, 27 de out. de 1942.

A ocasião contou com a participação da diretora que iniciou a solenidade, dos professores que fizeram discursos, e das normalistas vestidas com o uniforme de gala, aspectos que indicavam a importância do evento na Escola Normal Oficial. Geralmente à

noite era realizado um sarau dançante no Clube dos Diários para comemorar a vitória na eleição.

Outro tipo de evento realizado todos os anos na própria Escola Normal eram as comemorações de aniversário da instituição, ocasiões que se revestiam de caráter solene, contando com a presença do interventor do estado, que abria oficialmente a sessão. Logo após, discursavam a diretora da Escola Normal, seguida por professores que também compunham a assistência do evento. Com a continuidade da comemoração, os representantes dos alunos cantavam hinos, recitavam poesias e executavam músicas no piano. O aniversário da Escola Normal era uma data que sempre teve, ao longo dos anos de 1930 e 1940, cobertura privilegiada pela imprensa:

As alumnas da Escola Normal Oficial commemoraram de uma maneira condigna o dia de hoje que assignala o transcurso do 24º anniversario do mais importante estabelecimento de ensino normal do Estado. O dia 15 de maio de cada anno sempre foi e continuará a ser uma data gloriosa para todos os jovens que, por uma aspiração plausível e grandiosa pretendem abraçar o magistério [...] -A Escola Normal de Teresina – colmêa benedicta de onde têm sahído centenas e mais centenas de batalhadoras do bem e da verdade- tem a sua história, pontilhada aqui e acolá de verdadeiros progressos crescentes.²¹⁴

A comemoração da data de criação da Escola Normal Oficial era um evento que tinha um forte significado simbólico para o ensino do estado. Isso ocorria em virtude da instituição ser a mais importante formadora de profissionais do magistério no Piauí e ajudar a resolver o problema da educação primária na época. Assim, comemorar o seu aniversário significava festejar a vitória de um projeto de grande importância para a instrução pública no estado.

A colação de grau das normalistas da Escola Normal era outro fato de importância para a instituição. As comemorações contavam com vários eventos e começavam com a realização de uma missa em ação de graças pela formatura das normalistas. Dando prosseguimento às festividades, ocorria uma cerimônia solene que contava com a presença de familiares das concludentes e professores da Escola Normal. Várias autoridades do estado davam tom oficial ao evento, conforme podemos observar na composição da mesa para a cerimônia de 1936:

Presidiu a mesa a senhora Maria de Lourdes do Rêgo, digna diretora da Escola Normal tendo á sua direita o venerando Des. João Motta, Secretário Geral, o sr. Tenente Coronel Torquato Araújo, Assistente Militar do sr. dr.

²¹⁴ ESCOLA Normal Oficial. **Diário Oficial**, Teresina, ano VI, n. 108, p. 8, 15 de maio de 1936.

Governador do Estado e o sr. Ismar Gonçalves, Secretário do Departamento do Ensino e á esquerda o sr. dr. Benedicto Martins Napoleão, cathedratico do Lyceu Piauihyense, sr. Dr. João Pinheiro Director do Lyceu e o professor Homero Rios.²¹⁵

Nessa ocasião específica, a sessão foi aberta pelo Secretário Geral e em seguida foram entregues os diplomas pela diretora da Escola Normal Oficial, de acordo com a chamada realizada pelo secretário do Departamento do Ensino. Certamente os diplomas recebidos na ocasião em 1936 eram parecidos com aquele recebido por D. Maria de Lourdes em 1943, conforme mostra a seguinte imagem:



Fotografia 28 - Diploma do curso Normal de D. Maria de Lourdes Coelho Oliveira.

Fonte: arquivo particular.

*Após casar-se ela adotou o sobrenome Oliveira.

No prosseguimento da cerimônia de 1936, o anel simbólico foi entregue pelo paraninfo particular a cada uma das professoras normalistas, mediante o cumprimento protocolar do paraninfo geral da turma de concludentes, Dr. Martins Napoleão. Logo depois ocorreu o discurso de James de Azevedo, representante da turma de formandos, que dissertou sobre o tema da pedagogia, o discurso do Paraninfo sobre a educação primária na zona rural e

²¹⁵ ESCOLA Normal Oficial. **Diário Oficial**, Teresina, ano VI, n. 265, p. 12, 25 de nov. de 1936.

do Dr. João Motta, que falou em nome do governo estadual sobre a importância do devotamento dos novos professores ao desenvolvimento do ensino no Piauí.

Em notícias de jornais da época, pode-se perceber o destaque social que o diploma de conclusão do curso da Escola Normal Oficial fornecia às jovens. Um exemplo disso é a notícia a seguir:

Com brilho, acaba de concluir o curso da Escola Normal Oficial do Estado a gentil senhorinha Maria da Costa Ramos, figura de destaque na sociedade de Floriano e diletta filha do casal Raimundo Ramos de Sousa e D. Raimunda da Costa Ramos, ali residentes. Marinha, além de aplicada estudante é portadora de elevados dotes de inteligência e de bondade de coração.²¹⁶

Era comum, nas décadas de 1930 e 1940, que os pais recebessem congratulações públicas quando as filhas concluíam o curso da Escola Normal. Esse fato revela que ter uma normalista na família era motivo de orgulho e distinção social. Nessas ocasiões geralmente as moças eram elogiadas pelas qualidades morais e intelectuais, as quais eram cultivadas no período em que cursaram o Normal.

Entendemos que a participação das normalistas nesses diferentes tipos de eventos contribuía com a formação cívica, moral e intelectual que adquiriam no cotidiano da Escola Normal, sendo essenciais para que elas se tornassem profissionais competentes, esposas dedicadas e mães responsáveis. Todos esses eventos marcavam, de forma especial, o funcionamento da Escola Normal e mesmo da cidade de Teresina, deixando evidente a importância social que possuíam durante a época.

²¹⁶ SENHORINHA Maria da Costa Ramos. **Diário Oficial**, Teresina, ano IX, n. 288, p. 8, 21 de dez. de 1939.

5 AS ATRIBUIÇÕES DE SENTIDOS NOS CORPOS DAS NORMALISTAS

A proposta deste capítulo é analisar a produção do corpo das jovens que foram normalistas da Escola Normal de Teresina nas décadas de 1930 e 1940, cujo objetivo era fazer com que elas cumprissem com responsabilidade e diligência as funções sociais relativas ao magistério e ao casamento. Diversos discursos incidiam nessa construção das consciências e comportamentos, pois, além daquele veiculado pela própria instituição educacional, também havia aqueles produzidos pelo cinema, propagandas publicitárias, família e Igreja Católica.

5.1 OS CORPOS CONSTRUÍDOS NO ESPAÇO ESCOLAR

A preocupação com o corpo²¹⁷ é assunto central nos processos, estratégias e práticas escolares. Isso ocorre porque todos os processos de escolarização sempre estiveram preocupados em vigiar, controlar, corrigir e modelar os corpos de meninos e meninas, de rapazes e moças.²¹⁸ Esse processo de fabricação dos sujeitos é constante e adquire as marcas da cultura no qual está inserido, ocorrendo de modo autoritário ou sutil de acordo com as formas de intervenção utilizadas.

Na Escola Normal, durante os anos de 1930 e 1940, esse tipo de disciplina dos corpos estava presente de forma diversificada na formação das normalistas. É significativo observarmos que D. Isis Maria refere-se ao tempo em que estudou na Escola Normal como de bastante disciplina, pois era o período autoritário do regime político de Getúlio Vargas:

Não tinha essa indisciplina de hoje [...] as pessoas todas cumpriam suas obrigações. Todos obedeciam, tinha ordem, porque quem fizesse mal ia suspenso, não tinha esse negócio não e mandava embora, ia suspenso mesmo. Era muito... a disciplina era muito forte... no nosso tempo era duro mesmo, era... Ficava lá na Escola Normal era estudando mesmo, não tinha esse negócio de brincar não. Nesse tempo, ficava caladinho que não dava

²¹⁷ A partir do início da década de 1980, um contingente cada vez maior de estudos passou a historicizar o corpo. Essa abordagem desenvolveu-se a partir da história da medicina, mas os historiadores dedicados ao estudo da arte e da literatura, assim como os antropólogos e sociólogos, se envolveram no que poderia ser chamado de virada corporal. De acordo com a via cultural, não é o aparato biológico que define fundamentalmente um corpo, mas os significados culturais que nele são impressos. Mais que um conjunto de estruturas fisiológicas, o corpo é a imagem que dele se produz, os sentidos que nele são incorporados, os vestígios exibidos, os silêncios instalados e a educação de seus gestos. Trata-se de uma construção sobre a qual são conferidas diferentes marcas temporárias, inconstantes e variantes de acordo com as temporalidades específicas nas quais os corpos estão inseridos, os espaços pelos quais eles circulam e os grupos sociais em que estão envolvidos. BURKE, Peter. **O Que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 94-97.

²¹⁸ LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. In: _____. (org.). **O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade.** Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 17-20.

um pio. Logo era... muita disciplina, era Estado Novo, ninguém brincava não.²¹⁹

Percebemos que, para a entrevistada, aquele era um período diferenciado porque a Escola Normal, de certa forma, absorvia a atmosfera autoritária existente no Estado Novo, por isso as regras determinadas pela instituição educacional eram geralmente respeitadas e não ficavam impunes os atos de indisciplina cometidos pelas normalistas que perturbassem a ordem estabelecida.

D. Maria de Lourdes do Rêgo Monteiro, diretora da Escola Normal que exerceu o cargo durante a maior parte do período da pesquisa, era identificada como uma figura de autoridade na instituição. Muitas vezes, para ser obedecida, não era preciso que ela repreendesse alunos e alunas, pois, a sua presença era o suficiente para que procedessem de acordo com as normas escolares, como revela D. Maria de Lourdes Oliveira:

Não, não a diretora ninguém, ninguém se atrevia... se você estivesse fora da sala de aula aqui, e ela viesse acolá, você entrava. Ela era uma pessoa muito... enérgica, mas uma pessoa muito educada, muito... você obedecia a ela sem ela dizer nem... nem falar com vocês. Todo mundo achava que ali tinha que obedecer mesmo.²²⁰

A postura de alguns professores da Escola Normal em sala de aula também era emblemática dessa época de ditadura política no Brasil, sendo esses mestres e mestradas conhecidos pela postura autoritária, o que os tornava temidos por muitas das normalistas. De acordo com D. Maria de Lourdes Oliveira, durante as aulas desses professores todos ficavam calados e comportados, pois não havia espaço para questionamentos sobre o conteúdo ensinado, e somente falavam quando eram inquiridos, já que qualquer deslize era motivo para ser chamado à atenção de uma forma que poderia até ser ríspida:

Tinham uns que eram, tinha a professora de Inglês, que todo mundo tinha medo dela, e a professora de Psicologia todo mundo tinha medo, porque ela era dura, sabe? Não se abria pra ninguém não. - “Vixe” Maria! Hoje é o dia da aula da Professora Cacilda, de Inglês, hoje é dia da “Cacildona” (risos) ou então a de Psicologia [...] tinha medo dela, Lélia Vilhena, ela morava na Praça Pedro II, onde hoje em dia é uma farmácia, bem na esquina de cá, ela morava ali onde era a farmácia, era uma casa antiga... Professora Lélia

²¹⁹ CASTELO BRANCO, Isis Maria Martins Raposo. **Depoimento Concedido a Joseanne Zingleara Soares Marinho**. Teresina, 2007.

²²⁰ OLIVEIRA, Maria de Lourdes Coelho. **Depoimento Concedido a Joseanne Zingleara Soares Marinho**. Teresina, 2007.

Vilhena, eu lembro do sobrenome dela, não esqueci nunca, que ela era dura, todo mundo tinha medo dela, ninguém dava um pio na aula, era todo mundo ouvindo e calado, só falava se ela perguntasse alguma coisa [...] só tinha essas duas professoras que a gente tinha, não é que fosse ruim, porque a gente... Eram sérios e não deixava ninguém tirar brincadeira, e a gente tinha medo por isso, que... com medo de pegar algum “carão”, a gente tinha medo de pegar um “carão” que Ave Maria!²²¹

Entretanto, a maioria dos professores da Escola Normal possuía autoridade na medida certa para a manutenção da ordem necessária ao ensino da matéria em sala de aula. Observamos isso na continuidade do relato de D. Maria de Lourdes Oliveira:

Agora os outros não, eram sérios, mas a gente não tinha medo... [...] Não era que fosse brincalhão assim, mas era professor que você podia falar, perguntar: - professor, isso assim... Assim? E eles respondiam. Se fosse uma coisa que desse pra sorrir, sorria, não era assim trancado, sabe? O professor de Biologia era o Mariano Gaioso, era muito bom, todo mundo gostava da aula dele. A professora de Matemática era muito boa ela, simpática. Tinha um professor de História... a gente não tinha medo dele... Valdir Gonçalves, ele era um professor muito sério, explicava muito bem, todo mundo gostava da aula dele, mas ele era sério, sabe? Ninguém, a gente não tinha medo como tinha desses outros não, porque você podia perguntar alguma coisa e ele lhe respondia com educação, tudo direitinho...²²²

Nessas aulas os alunos não tinham receio de fazer perguntas aos mestres para esclarecer as dúvidas sobre os assuntos estudados, pois vários desses professores, apesar de serem conhecidos pela seriedade, também demonstravam simpatia e educação no cotidiano escolar.

Também havia inspetoras na Escola Normal, funcionárias que tinham como atribuição a vigilância das condutas das alunas com vistas a manter a disciplina no estabelecimento. Elas eram presenças constantes nos intervalos entre as aulas, assim como nos corredores e arredores das salas, estando sempre prontas para fazer anotações nas cadernetas das normalistas sobre faltas, atrasos para a aula e maus comportamentos. Também deveriam advertir as alunas em caso de infrações leves e encaminhar para a direção da escola infrações disciplinares mais graves.²²³ Esse tipo de funcionária era essencial para a manutenção da ordem no estabelecimento, como revela o decreto do governador:

²²¹ OLIVEIRA, op. cit.

²²² OLIVEIRA, op. cit.

²²³ Na Escola Normal de Aracaju, em Sergipe, as inspetoras de ensino também ficavam na sala de aula na ausência de algum professor e no pátio, durante os períodos de recreio. Mas, apesar da presença ostensiva ser freqüente, nem sempre conseguiam manter a ordem. FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas. **Vestidas**

O Governador do Estado do Piauí, usando das atribuições que lhe são atribuídas por lei e considerando que o curso da Escola Normal Oficial, compõe-se de cinco séries, vigiadas apenas pelas quatro inspetoras actualmente existentes, considerando que para a boa ordem e disciplina entre as alunas do mesmo estabelecimento há necessidade de mais uma inspetora, medida de há muito pleiteada em relatório da diretoria da mesma escola, assim também pela Diretoria Geral da Instrução.²²⁴

Podemos perceber que, no espaço escolar, eram produzidos certos gestos, movimentos e sentidos muitas vezes incorporados pelas alunas, tornando-se parte de seus corpos. Aprendia-se a falar, olhar, ouvir e calar, pois os sentidos eram treinados para que as normalistas assumissem as regras vigentes de acordo com uma disciplina racionalizada pela escola que esquadrihava o tempo e os espaços permitidos ou interditados. Isso possibilitava o controle minucioso das operações do corpo, imprimindo significados particulares relacionados à sujeição de suas forças.

Além da vigilância no interior do estabelecimento, exercida por diretores, professores e inspetoras, também havia a vigilância pública como uma das principais formas de controle disciplinar das alunas fora da Escola Normal. Uma das normas da instituição proibia que as normalistas saíssem das aulas e fossem vistas em outros locais com o uniforme escolar. Certamente um motivo importante para essa atitude era o receio de denegrir o prestígio da instituição responsável pela orientação do comportamento dessas alunas. Assim, terminadas as aulas do dia, cada uma deveria seguir diretamente para a própria casa, como relatou D. Isis Maria:

Se fosse encontrada na rua fardada, era pra dizer pra diretora. Era pelo menos chamada à atenção, não podia não, de farda era pra ir pra casa, não tinha remédio. Tinha que ir mesmo! Nós que éramos de Flores tinha vontade de ficar ali pela beirinha do... O que é que falta da Normal pra beira do rio, né? Não falta nada, só sobe dois quarteirões. E tinha um hotel por ali, tinha uma pensão Glória, muito rapaz que vinha jogar bola lá de São Luís pra cá. E a gente ficava com uma vontade de dar uma passadinha (risos) não podia. Tinha medo porque, se fosse pega de farda na rua... sem ser hora de aula, estava “pebado”![...] ²²⁵

Torna-se ilustrativo o medo que a entrevistada sentia em sair da instituição uniformizada para ir passear pelas áreas próximas da escola, pois, se fosse descoberta, sofreria

de Azul e Branco: um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920-1950). São Cristóvão: UFSE, 2003, p. 142.

²²⁴ PIAUHY. Decreto n. 1.665, de 5 de junho de 1935. Cria mais um lugar de inspetora de alunas na Escola Normal Oficial. **Decretos do Ano de 1935.** Imprensa Oficial: Theresina, 1936.

²²⁵ CASTELO BRANCO, op. cit.

algum tipo de repreensão ou punição. Isso ocorria porque a vigilância do olhar das pessoas no espaço público poderia incidir sobre ela e transferir as informações sobre a desobediência para a direção da Escola Normal, colaborando para uma punição. Para se proteger, D. Isis Maria passou a interiorizar uma disciplina que agia no sentido de restringir os próprios atos.

A questão disciplinar era bastante atuante no caso da Escola Normal, porque, se acontecessem desobediências à conduta rígida que o estabelecimento educacional exigia, praticavam-se punições tais como a advertência pessoal e a suspensão. Essa construção dos comportamentos era operada individualmente e coletivamente, ficando evidenciada no fato de que as penalidades aplicadas às alunas eram muitas vezes expostas nos jornais mais importantes da cidade:

O diretor da Escola Normal Oficial, resolve aplicar a pena de suspensão por 2 dias, a contar de hoje, por inobservância disciplinar a todas as alunas do 3º ano e censurar especialmente as alunas Isis Castelo Branco, Ivanise Abreu Pereira da Silva, Gardênia Leal de Carvalho, Aurora de Sousa Fonseca, Mirtes Martins da Silveira, Maria Emília da Costa Araújo, Guiomar Carvalho, Maria de Jesus Couto, Maria de Jesus Rocha e Diva Galdino de Sousa, as duas últimas do 2º ano.²²⁶

Essa exposição pública observada na portaria da direção da Escola Normal tornava-se mais uma punição, que era a censura social com relação aos atos errados cometidos. A prática de expor os castigos publicamente também servia, seguramente, pelo caráter exemplar que buscava coibir as ações de outras normalistas na desobediência das regras existentes na instituição.

Fatos como esse ocorriam porque as normas escolares e as punições não conseguiam enquadrar os comportamentos das normalistas de forma integral e homogênea o tempo inteiro. Havia incorporações, aceitações, negociações, mas também resistências móveis e difusas que percorriam e remodelavam as relações das normalistas com as regras da Escola Normal. Isso também pode ser detectado no relato de D. Ozita:

Depois da aula a gente ficava na Praça Rio Branco ouvindo os microfones. Todo dia tinha microfone na praça, ali perto do relógio, tinha os microfones que colocavam músicas e a gente ficava ali sentada no banco conversando e ouvindo, vendo o povo passar, pois é. Era muito bom.²²⁷

²²⁶ ESCOLA Normal Oficial: Portaria nº 8. **Diário Oficial**, Teresina, ano III, n. 112, p. 4, 22 de maio de 1933.

²²⁷ NUNES, Ozita Mendes de Oliveira. **Depoimento Concedido a Joseanne Zingleara Soares Marinho**. Teresina, 2007.

De acordo com a entrevistada, ao terminar de assistir as aulas, era comum que ela se dirigisse com algumas colegas para a Praça Rio Branco, um agradável local de sociabilidades no centro da cidade de Teresina, onde ficavam conversando e ouvindo música. Isso ocorria apesar da proibição no que diz respeito dos passeios depois da aula trajando os uniformes da Escola Normal.

No próprio espaço da Escola Normal existiam variadas manifestações de resistência. Uma delas acontecia quando as alunas aproveitavam os intervalos entre uma aula e outra para transgredirem as regras disciplinares quando não havia professores, inspetores e a diretora por perto exercendo a vigilância sobre os comportamentos. Tais episódios são lembrados por D. Ozita, em suas memórias:

[...] que a nossa turma era muito impossível, quando, nos intervalos, afastava as cadeiras e ia dançar (risos). “- Lá vem a diretora!” e todo mundo botava as cadeiras no lugar. Era uma turma boa, sabe? No intervalo entre uma aula e outra, aproveitava pra fazer, e, quando via que não tinha aula, aí se estendia mais. Nosso recreio quem fazia éramos nós mesmas. Eram só dez minutos de uma aula pra outra. Nesse intervalo, às vezes quando não tinha a aula seguinte, a gente aproveitava e fazia isso. As badernas...²²⁸

A questão da disciplina escolar que visava controlar os comportamentos das alunas também existia em estabelecimentos que ofereciam outros níveis de ensino. D. Maria da Conceição relembra que, quando estudava o ginásio no Colégio Nossa Senhora das Graças,²²⁹ havia ocasiões em que as alunas desobedeciam às normas disciplinares instituídas. Isso ocorreu no fato a seguir:

Um dia na classe, a turma muito animada, tinha uma que gostava de brincar. A farda era manga comprida, com um punho largo... assim de casimira e a saia plissada de casimira, meia comprida grossa e uma gravatinha com a golinha de marinheiro, azul marinho com branco. Um dia, mudamos de classe, botaram pra uma classe lá... aí a Zelinda: “- A gente vai ficar nessa classe? Tranca aí a porta”. Arregaçou aqui as mangas, pegou a gravata e colocou assim no cabelo, aí enrolou a saia, enrolou, enrolou... passou pra cima da cadeira e ficou dançando: “- Eu sou a Carmem Miranda”. (risos). Quando estava no auge... aí as meninas gritando e tudo, chegou uma freira, bateu. Parou todo mundo. “- Abra! “ Aí uma chegou e viu que ela estava... e soprou: olha, a fechadura estava cheia daquela ferrugem, caiu no olho da irmã (risos) Olha, foi um rebu no colégio. “- Vocês que são umas

²²⁸ NUNES, op. cit.

²²⁹ Instituição de ensino católica com caráter particular direcionada para o público feminino. Foi instalada no município de Parnaíba, em 1907, pela Congregação das Irmãs dos Pobres de Santa Catarina, que, no ano anterior, havia inaugurado, em Teresina, o Colégio Sagrado Coração de Jesus. ALIMANDI, Lia Carini. **Savina Petrilli**: como pão partido. São Paulo: Loyola, 2005. p. 126.

meninas comportadas, o que houve hoje que estavam desse jeito? Olha, era pra ser suspensa todas, mas eu creio que vocês vão me dizer o que foi aquele pozinho que jogaram no olho da irmã”. [...] ²³⁰

Como se tratava de um colégio católico tradicional, a disciplina exigida pelas freiras era muito mais rígida, e as alunas deveriam apresentar uma postura exemplar de obediência e contenção dos comportamentos femininos. Esse era seria o tipo de conduta condizente com a moral defendida pela Igreja Católica, que visava formar mulheres seguidoras dos princípios cristãos.

Interessante é percebermos que as alunas participantes do acontecimento, em uma prova de resistência mútua, não entregaram os nomes das principais envolvidas, apesar de as freiras usarem vários artifícios para assegurar o completo anonimato de quem se dispusesse a dar a informação. No final, a diretora acabou desculpando as meninas depois de uma memorável lição de moral que fez com que as participantes da brincadeira ficassem arrependidas e contrariadas por terem desobedecido às regras do colégio.

Podemos perceber de acordo com os relatos de D. Ozita e D. Maria da Conceição que esses tempos interstícios, identificados como os momentos em que ocorriam pequenos intervalos nas aulas das instituições de ensino, eram esperados e desejados pelas alunas.²³¹ Isso porque serviam para romper com a rotina escolar e se tornavam oportunidades importantes de descontração e espontaneidade diante da disciplina exigida nas escolas. Além disso, eram ocasiões em que amizades eram construídas e os laços de pertencimento ao grupo se tornavam mais estreitos em virtude das vivências marcantes que possibilitavam.

5.2 A PRÁTICA FÍSICA E A PRODUÇÃO DO CORPO

A atividade física começou a ser defendida pelos médicos do século XIX como um meio para que as pessoas adquirissem um corpo harmonioso, robusto e saudável, o qual era organicamente oposto ao corpo relapso, flácido e doentio do indivíduo colonial.²³² Nos anos de 1930, as atividades físicas eram valorizadas pelos benefícios que poderiam proporcionar

²³⁰ PRADO, Maria da Conceição Passos. **Depoimento Concedido a Joseanne Zingleara Soares Marinho**. Teresina, 2007.

²³¹ TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro. Narrativas de Tempo em Enredos de Professores/as. **História Oral**, [S. l.], v. 7, p. 114- 115, 2004.

²³² Nessa época, a ginástica era sumariamente condenada por mais branda que fosse, pois era considerada perigosa para a saúde, debilitando a resistência e as forças do corpo de homens e mulheres. COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar**. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004. p.13.

para todos, devendo ser realizadas freqüentemente pelas pessoas independentemente de sexo e idade, para que fossem evitadas várias enfermidades.

A prática física feminina era recomendada de forma especial pelos médicos que tinham a fala autorizada pelo saber científico. Eles justificavam que as maiores exigências da maternidade requeriam mulheres com constituição física forte e saudável para cumprirem com a missão de gerar uma raça de brasileiros que não fosse decadente organicamente.

Os tipos de exercícios praticados pelas mulheres deveriam contribuir para o aperfeiçoamento físico sem prescindir da feminilidade, a qual se acreditava ser própria do belo sexo:

[...] eram estimuladas a fazer esportes “delicados” que aumentariam sua flexibilidade, agilidade, harmonia, ritmo e graça. Natação, dança clássica, ginástica sueca, esgrima e tênis de mesa estavam entre as formas de exercício consideradas mais adequadas. Remo, ciclismo, corrida, voleibol e basquetebol eram recomendados apenas com moderação. Considerados totalmente inadequados eram os esportes “violentos”, tais como futebol, boxe, luta romana, levantamento de peso, corridas de longa distância e salto em altura.²³³

Nesse sentido, ainda persistia de forma dominante, a concepção de que apenas alguns tipos de práticas físicas eram recomendados para as mulheres. Isso ocorria por causa da crença de que elas tinham uma natureza física diferente dos homens e por isso deveriam ser adotados cuidados específicos no sentido de evitar a sua masculinização.

Percebemos que as atividades físicas também eram consideradas importantes porque traziam grandes benefícios morais para as mulheres. Essas qualidades desenvolvidas eram usadas na consolidação de um projeto de educação que gradativamente se incorporava ao cotidiano, colocando em ação um minucioso controle sobre o corpo através de seus movimentos, atitudes, sentimentos e comportamentos socialmente valorizados.

Percebe-se ainda que a prática física também servia como meio de atingir a perfeição estética, pois a sociedade da época valorizava a beleza como característica inerente à condição feminina e, para as mulheres jovens, essa seria uma qualidade que contribuiria para encontrar um marido. Em virtude disso, esses exercícios também passaram a servir para as mulheres atingirem essa finalidade.

²³³ BESSE, Susan K. **Modernizando a Desigualdade**: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil: 1914-1940. São Paulo: EDUSP, 1999. p. 139.

Uma síntese dos motivos que justificavam a prática de exercícios físicos para o público feminino pode ser observada em uma propaganda publicitária veiculada em 1930, em um importante jornal que circulava em Teresina:

A época atual tende a cultivar ao máximo possível as atividades físicas da mulher. Na idade de seu desenvolvimento as meninas conseguem mais saúde e beleza participando nos desportos e exercícios ao ar livre. Meninas acanhadas ou delicadas, sem o desejo natural por semelhante atividade, devem receber um estímulo para tais exercícios [...]²³⁴

As atividades físicas dos homens apresentavam finalidades e características específicas diferentes, que eram condizentes com a concepção da época. Isso pode ser percebido no texto jornalístico:

Dia a dia os desportos e exercícios musculares vão ocupando maior parte no programa de vida escolar. O seu fim é o de desenvolver e robustecer o corpo, tornando o intelecto mais ativo. A vida moderna o exige, como solução a muitos problemas que a mocidade se vê forçada a enfrentar. Tenha a certeza de que seus filhos estejam em condições de arcar com as responsabilidades da vida atual.²³⁵

Podemos perceber que pelo fato de os homens terem a constituição física mais forte do que as mulheres comprovada pela ciência, era recomendado pelos médicos que eles devessem praticar exercícios vinculados à resistência de seus corpos. Isso serviria para estimular o desenvolvimento pleno da força e a superação dos próprios limites. Além disso, os programas modernos de práticas físicas também contribuiriam para cultivar uma pretensa retidão de caráter, proporcionando benefícios morais inerentes a uma identidade masculina valorizada na época, tais como: persistência, disciplina, autocontrole, coragem, iniciativa, autoconfiança e capacidade de decisão.

Somente em 1931 é que a disciplina Educação Física foi institucionalizada na Escola Normal Oficial de Teresina e começou a ser oferecida regularmente. Provavelmente um entrave importante para a sua implantação tenha sido o fato de que não existia um local adequado no próprio prédio do estabelecimento para a realização das aulas. É o que podemos perceber no seguinte relatório governamental:

²³⁴ A MOCIDADE de hoje. **O Piauí**, Teresina, ano XXXIX, n. 1, p. 8, 1 de jan. de 1930.

²³⁵ OS NOSSOS filhos são os homens de amanhã. **O Piauí**, Teresina, ano XXXIX, n. 18, p. 6, 23 de jan. de 1930.

Só a 1º de abril foram iniciadas na Escola as aulas de ginástica desde a sua fundação. Para tal fim, foi necessário, já em julho, terraplenar parte da área do jardim, uma vez que não dispõe o estabelecimento de outro campo de jogos, além das *pelouses* fronteiras, abertas à Praça Deodoro. Em vista do excessivo número de matriculados, o 1º ano não pode freqüentar as aulas de educação física.²³⁶

Percebe-se, pois, que as aulas de Educação Física ocorriam em um campo improvisado na Praça Marechal Deodoro, atualmente mais conhecida como Praça da Bandeira, que ficava em frente à Escola Normal. Tratava-se de um local que não oferecia condições adequadas para o desenvolvimento das atividades físicas e não havia espaço para atender a todas as séries do curso Normal. No início da década de 1940, quando D. Maria de Lourdes estudou na instituição, as aulas ainda eram realizadas nesse local, mais especificamente onde hoje existe o Teatro de Arena:

A Educação Física a gente fazia ali na Praça da Bandeira [...] tem aquela coisa acústica que tem lá... Era ali, ali se chamava “bacia”, porque não tinha jardim, não tinha nada, só tinha a bacia porque era mais baixa assim... ali era a Educação Física. Aí, quando era fim de ano, fazia a prova de Educação Física, se fazia no... no Liceu... na quadra. Era corrida, era salto em altura, era... dava nota viu! E ia reprovado se não passasse na Educação Física.²³⁷

É importante observar, de acordo com as informações da entrevistada, que as alunas deveriam desenvolver, nas aulas de Educação Física, determinadas habilidades que eram sondadas em provas práticas realizadas na quadra do Colégio Liceu Piauiense. Caso as normalistas não fossem aprovadas em primeira época, poderiam fazer os exames de segunda época, e mesmo serem reprovadas, o que revela a importância da Educação Física, como qualquer outra disciplina oferecida na época.

A disciplina Educação Física integrava o currículo de todas as séries do curso Normal, e as aulas ocorriam três vezes por semana no horário de sete às oito da manhã, antes das outras aulas. D. Isis Maria informou sobre os tipos de atividades físicas praticadas:

[...] Nossa professora era a D. Erla Freire, professora de Educação Física... Fazia... Jogo de partido, de bola, da bandeira, que era uma brincadeira que corria com a bandeira e ia entregar pra outra, era aquela corrida estafeta, bola, até bola militar já havia, que era aquela bola que pega a bola, sai até entrar lá na trave [...] a Educação Física dividida... A Educação Física sempre obedeceu esse ritmo: primeiro faz dos braços, depois faz das pernas,

²³⁶ EXPOSIÇÃO: Escola Normal Oficial. **Diário Oficial**, Teresina, ano II, n. 57, p. 1, 8 de mar. 1932.

²³⁷ OLIVEIRA, op. cit.

depois faz combinado braço e perna, depois faz tronco... e aí depois vem a respiração, aparelho respiratório. Tinha a ginástica ritmada, era a música tocando e a gente fazendo a educação física, igual mesmo uma dança, formando ali os pares.²³⁸

Nesse sentido, durante as aulas da disciplina na Escola Normal, eram realizadas atividades que consistiam em diversos tipos de jogos e ginástica ritmada, além da técnica já consagrada da ginástica sueca, realizada basicamente com movimentos coordenados de respiração e movimentação de partes específicas do corpo, como braços, pernas e tronco, que eram flexionados, inclinados e sofriam rotação. De acordo com o programa curricular da disciplina Educação Física, as alunas também deveriam executar atividades que seriam realizadas nos desfiles e apresentações cívicas, tais como marchas em fileiras, marchas circulares e marchas em espiral, bem como formações de figuras, como quadrados, cruzeiros e estrelas.²³⁹

De acordo com essas informações, podemos verificar que, em Teresina, durante a época analisada, os tipos de atividades realizadas pelas normalistas nas aulas de Educação Física da Escola Normal eram diversos tipos de exercícios condizentes com uma suposta fragilidade feminina. Não eram realizadas pelas jovens atividades violentas ou que necessitassem de força física.

Nessas aulas, também se davam manifestações de resistência das normalistas contra o comprimento do uniforme. Sobre esse aspecto, D. Isis Maria relatou o seguinte fato:

Agora, quando vestia o calção de Educação Física, vamos fazer... Ficar bonita, aí botava o calçãozinho bem curtinho, lá onde a gente fazia Educação Física, iam os camaradinhas... Iam olhar a educação física. Se fosse pra Educação Física até o tamanho do calção a professora dava: está muito curto! Baixa mais! (risos) era cheio de moral.²⁴⁰

Em ocasiões como as aulas de Educação Física, algumas normalistas aproveitavam a oportunidade para chamar a atenção dos rapazes que passavam pela Praça Marechal Deodoro e paravam para espionar as aulas realizadas no local, pois a exposição de partes do corpo feminino como joelhos e coxas, que eram cobertas pelas moças de família durante o dia-a-dia, tornava-se uma atração realmente inédita, e por isso imperdível para o público masculino da época.

²³⁸ CASTELO BRANCO, op. cit.

²³⁹ PIAUHY. Decreto n. 1.358, de 02 de março de 1932. Aprova os planos de programa e orientações metodológicas da Escola Normal Oficial. **Diário Oficial**, Teresina, anno II, n. 60, p. 3-16, 4 de mar. de 1932.

²⁴⁰ CASTELO BRANCO, op. cit.

Na fotografia abaixo podemos observar a execução de uma aula de Educação Física da Escola Normal Municipal de Floriano, em 1943:



Fotografia 29 - Aula de Educação Física na Escola Normal de Floriano.
Fonte: ESCOLA Normal de Floriano. Revista Zodíaco. Teresina, ano II, n. 9, jul. de 1944.

O tipo de exercício mostrado na imagem da aula de Educação Física da Escola Normal de Floriano pode ser identificado como a ginástica sueca. Consideramos que essa atividade física era praticada de forma semelhante na Escola Normal de Teresina, porque, como já vimos anteriormente, o programa da disciplina dessa instituição servia como modelo para todas as outras escolas normais do estado.

Nessa fotografia observamos que, na Escola Normal de Floriano, repetia-se a mesma característica observada na Escola Normal Oficial e em outras escolas normais, onde os alunos do sexo masculino aparecem em número bastante reduzido diante da grande maioria de moças. A farda de Educação Física da Escola Normal de Floriano era composta por um calção com elástico regulável nas pernas e uma blusa de manga tipo camiseta, seguindo o mesmo modelo da farda usada pelas alunas da Escola Normal Oficial. Esse uniforme era propício para a livre realização dos movimentos, sem que as jovens perdessem o recato e a decência,

posturas que essas instituições educacionais também exigiam nos momentos das aulas de Educação Física.

5.3 OUTRAS VIAS DE PRODUÇÃO DOS CORPOS DAS NORMALISTAS

Vimos que diferentes marcas se incorporavam ao corpo das normalistas a partir dos processos educativos presentes na escola. Mas esta não era a única instância a imprimir pedagogias específicas para produzir os corpos dessas moças no meio social dos anos de 1930 e 1940. Também havia variados discursos veiculados por outras vias de atribuições de sentidos, como o cinema, as propagandas publicitárias, a família e a Igreja Católica, os quais conflituavam, articulavam ou simplesmente conviviam com as representações de corpo veiculadas no espaço escolar.²⁴¹

Geralmente essas pedagogias não atuavam somente na consciência e no comportamento das normalistas, mas também das outras moças, no sentido de moldar suas condutas cotidianas estipulando as características que deviam exibir ou ocultar. Isso fazia com que fossem criadas determinadas posições e diferenças específicas entre os sujeitos da época.

Uma dessas instâncias que colaborava de forma significativa para a construção dos corpos femininos era o cinema. A Primeira Guerra e a Segunda Guerra serviram para consolidar ao longo do tempo a posição dominante dos Estados Unidos no cenário mundial, não somente na área econômica e poder político, mas também através da influência de um modelo moderno de cultura americana que substituiu paulatinamente o padrão europeu, representado principalmente pela França.²⁴² Foi assim que a indústria cinematográfica passou a ser dominada pelos filmes produzidos nos Estados Unidos, tornando-se um instrumento de divulgação desse novo modo de vida em muitos países do mundo, inclusive no Brasil.

A crônica a seguir é um indicativo de que a partir da década de 1930, foi a conduta das musas dos filmes produzidos em Hollywood que passou a servir de parâmetro para o público feminino teresinense:

Parece que a velha Paris de “Ba-ta-clan” e dos faustos “magazins” não está sendo, nesses últimos tempos, muito obedecida pela vaidade feminina. Os

²⁴¹ ANDRADE, Sandra dos Santos. Mídia Impressa e Educação de Corpos Femininos. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (orgs.). **Corpo, Gênero e Sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 120.

²⁴² GENDROT, Sophie Body. Uma Vida Privada Francesa Segundo o Modelo Americano. In: PROST, Antoine; VINCENT, Gerard (orgs.). **História da Vida Privada: da Primeira Guerra aos nossos dias**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 534.

olhares das mulheres do mundo inteiro convergem nesse momento, para a elegante capital do cinema. De lá é que vem, agora, as instruções para a arte de vestir, de comer, de casar e de ser feliz também. O cinema, não há dúvida, domina o mundo...²⁴³

As formas de viver dos atores em cena nas obras cinematográficas tornavam-se modelo para muitas mulheres, produzindo alterações correspondentes à moda no vestuário, cortes de cabelos, penteados, namoro e outras formas de comportamento em geral, que deixavam de seguir o modelo francês, predominante até o início do século XX, para ter como padrão o modelo norte-americano.

Na capital do Piauí, as propagandas dos filmes em cartaz nos principais cinemas da cidade revelam que as fitas tinham sido produzidas nos Estados Unidos. Podemos observar esse fato na imagem que expõe um cartaz do filme “Uma Cidade que Surge”, o qual seria exibido no Cine São Luís, no ano de 1941:



Propaganda 1 - Filme: Uma Cidade que Surge.

Fonte: CINE São Luiz. Diário Oficial, Teresina, ano XI, n. 87, p. 3, 19 de abril de 1941.

Em Teresina, no início do século XX, existiam literatos como Elias Martins e Higino Cunha afirmando que o advento do cinema fez com que as mulheres passassem a desprezar os maridos, os namorados e os pretendentes, homens reais que conviviam com elas, pois teriam passado a viver em um mundo absolutamente fantasioso no qual tinham papel de destaque os

²⁴³ LUIZ, André. Notícias de cinema: a moda em Hollywood. **O Tempo**, Teresina, ano III, n. 367, p. 4, 14 de jan. de 1935.

galãs das fitas que assistiam.²⁴⁴ Podemos observar, no exemplo a seguir, que esse aspecto de sedução do cinema continuava sendo valorizado e incentivado nas propagandas dos filmes do início da década de 1940:

O confortável Cinema Rex apresentará amanhã 14 de janeiro um belíssimo filme da Metro Goldwyn Mayer, com a apresentação de Robert Taylor, Maureen O'Sullivan e Lionel Barrymore em "Um Yankee em Oxford". Passamos para as nossas colunas um ligeiro comentário sobre Robert Taylor: "Forte, varonil, dominador, sincero sempre, Robert Taylor marca a maior, a definitiva 'performance' de sua sensacional carreira nesse filme para todos os gostos que o cinema Rex vai apresentar a uma legião ansiosa [...]"²⁴⁵

Segundo esse anúncio, os galãs dos filmes de Hollywood eram concebidos como exemplos máximos de masculinidade ao incorporarem características que seriam próprias ao modelo de homem ideal desejado pelas jovens da época. Dessa forma, eles povoavam os pensamentos de várias moças sonhadoras que viviam em um mundo imaginário proporcionado pelas histórias românticas que compunham o tema principal das obras cinematográficas.

O alcance dessa influência do cinema no cotidiano feminino pode ser entendido pelo fato de que as formas de lazer para as moças de família dos setores sociais médio e de elite, em Teresina, eram restritas devido aos poucos espaços de convívio social juvenil, como relatou D. Maria de Lourdes:

Era a única diversão que tinha, era cinema. Teatro não tinha não. Ali no lugar do teatro era o cinema. Tinha aquele teatro ali, tinha o Cine Rex e o Cine São Luís, que depois acabou. Tem o Clube dos Diários aqui e ela fica aqui do outro lado, bem ali era o Cine São Luís. [...] De tarde, ô mais era bom! Fugido (risos) eu e minhas colegas. Contanto tinha duas... quando não eram elas, tinha duas amigas. Eu fazia era fugir pra ir pra Pedro II de noite, pra poder rodar na Pedro II. O divertimento era esse. Daí pra Praça Pedro II ficar rodando ali, caminhando. As moças, e os rapazes em pé olhando as moças. E as matinês do Clube dos Diários e as festinhas. Não tinha assim divertimento não.²⁴⁶

Os espaços de exibição de filmes que existiam em Teresina eram o Cine São Luís, o Cine Rex e o Teatro 4 de Setembro. As festas no Clube dos Diários eram referência como

²⁴⁴ QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. Cinema, Invenção do Diabo? In: _____ . **História, Literatura, Sociabilidades**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998. p. 47.

²⁴⁵ CINE-REX. **Diário Oficial**, Teresina, ano X, n. 11, p. 8, 13 de jan. de 1940.

²⁴⁶ OLIVEIRA, op. cit.

forma de divertimento e, juntamente com a Praça Pedro II, para onde rapazes e moças iam passear e iniciar os primeiros flertes, eram praticamente as únicas formas de lazer que funcionavam regularmente na cidade para atender àquele público diferenciado.

Uma outra instância que, em Teresina, desenvolvia uma pedagogia que educava os corpos de normalistas e outras moças da época eram as propagandas publicitárias. Isso acontecia principalmente através de anúncios de mercadorias como remédios e produtos de higiene, os quais eram veiculados em jornais e revistas que circulavam na época.

Os anúncios de produtos que ofereciam melhorias estéticas tinham bastante destaque na imprensa escrita. Eles sempre prometiam às mulheres que os utilizassem resultados rápidos, infalíveis e quase milagrosos que consistiam na melhoria da aparência da pele, com aquisição ou manutenção da beleza feminina. Alguns desses anúncios eram de cremes faciais, como no exemplo abaixo:



Propaganda 2 – Creme Antisardina.

Fonte: ANTISARDINA. Almanaque da Parnaíba. Parnaíba: Oficina do Almanaque da Parnaíba, 22 ed, 1945.

A propaganda do produto trazia também um texto que relacionava as indicações para qualquer tipo de pele. Era afirmado que por meio de sua utilização as mulheres conservariam a beleza, pois se livrariam de rugas e manchas resultantes do avanço da idade, além da

resolução de problemas que apareciam freqüentemente na pele das jovens, como sardas, cravos e espinhas. O resultado seria uma aparência saudável e um prolongamento da juventude, atributos valorizados socialmente, e que por isso, deveriam ser perseguidos pelas mulheres que precisavam arranjar um marido ou conservar o casamento.

As propagandas utilizavam artifícios diversos para vender os produtos que divulgavam. A seguir observamos um anúncio que apelava para o fato de que as decisões tomadas pelas mulheres deveriam ser coerentes com as transformações do mundo moderno em que viviam:



Propaganda 3 - Regulador Sian.

Fonte: REGULADOR Sian. O Tempo, Theresina, ano II, n. 268, p. 3, 13 de set. de 1934.

Esse anúncio revelava que os costumes do passado, normalmente característicos das mulheres das outras gerações, deveriam ser abandonados, pois eram considerados

ultrapassados e ineficazes diante dos avanços científicos da medicina. Assim, a nova mulher, não deveria ter medo de ousar nas suas escolhas já que os remédios usados antigamente não serviam para as necessidades impostas pelo desenvolvimento da época.

O corpo das mulheres produzido na publicidade também implicava em uma forma inovadora de exercer a feminilidade. Isso exigia das mulheres uma nova postura diante da vida, como aparece na propaganda seguinte:



Propaganda 4 - Cigarro Continental.

Fonte: CIA. Sousa Cruz. Diário Oficial, Teresina, ano XI, n. 184, p. 2, 20 de ago. de 1941.

De acordo com o ideal veiculado, muitas vezes as mulheres eram incitadas a assumir atitudes que antes eram exercidas apenas pelo público masculino. Esse tipo de comportamento, condizente com as mudanças modernas que ocorriam na época, tornaria as mulheres mais atraentes e sedutoras para os homens.

Propagandas desse tipo geralmente usavam um grande apelo visual, com imagens que causavam impacto, e também um texto curto e direto que procurava estabelecer uma relação

entre a compra de determinados produtos pelo público feminino e a idéia de que, agindo assim, as mulheres estariam se adequando a um modelo moderno.

Uma outra forma de conceber o corpo feminino na publicidade veiculada nos anos de 1930 e 1940 era a exploração de imagens mostrando mulheres jovens, belas e muitas vezes disponíveis para satisfazer sexualmente os desejos masculinos. Esses eram argumentos bastante usados para vender produtos direcionados para esse público, como no anúncio do produto abaixo:



Propaganda 5 - Remédio Guaraina.

Fonte: GUARAINA. Revista Voz do Estudante. Teresina, ano1, n. 1, dez. de 1940.

Nesses tipos de propagandas apareciam ilustrações de mulheres com roupas curtas e muitas vezes decotadas, que deixavam à mostra partes do corpo feminino consideradas sensuais, e que por isso, eram sempre escondidas pelas moças de família, como colo, pernas e braços. Também era utilizado como artifício publicitário uma maquiagem que destacava a

boca e os olhos com expressões faciais sedutoras. A maioria desses aspectos também pode ser observada na seguinte propaganda:



Propaganda 6 - Manteiga Garça.

Fonte: MANTEIGA mineira Garça. Diário Oficial, Theresina, ano IV, n. 178, p. 4, 2 de ago. de 1934.

Esse anúncio possui o agravante de que mostra uma mulher uniformizada de empregada doméstica em posição subserviente, usando saltos altos totalmente inadequados para a realização das atividades da profissão. Ela assumiria o papel de sedutora do patrão, servindo para reforçar a idéia estereotipada que identificava as mulheres pobres que desempenhavam esse tipo de trabalho como disponíveis para prestar favores sexuais aos homens das famílias para as quais trabalhavam.

Algumas propagandas também eram endereçadas às mulheres mães, buscando vender determinados produtos que ajudariam no desenvolvimento saudável dos filhos, como no exemplo da página a seguir:



Propaganda 7 - Maizena.

Fonte: MAIZENA. Almanaque da Parnaíba. Parnaíba, Oficina do Almanaque da Parnaíba. 22 ed, 1945.

Esse tipo de informação, que intencionava a formação de uma conduta de proteção aos filhos no interior do núcleo familiar, era fartamente presente na publicidade da época. O anúncio diz: “Os primeiros cem passos são os mais difíceis”, referindo-se à preocupação que principalmente as mães deveriam ter com a preservação da saúde e com o desenvolvimento físico adequado dos bebês durante a primeira infância.

De acordo com essa propaganda publicitária, se as mães quisessem que seus filhos se tornassem bebês gordinhos, corados e felizes, deveriam oferecer-lhes a alimentação correta. Esse era o argumento usado para a compra do produto por aquelas que fossem responsáveis o suficiente para preservar o bem-estar e a integridade dos filhos. Uma indicação como essa se tornava uma contribuição importante para reforçar o modelo de mulher que deveria casar-se e exercer a maternidade de forma abnegada.

A família era outra instituição que também formava o comportamento feminino. A disciplina, a fiscalização e a punição familiar eram mais intensas no caso das moças, pois se

considerava a moral feminina muito frágil, e qualquer deslize poderia corrompê-la irremediavelmente perante a sociedade. O cumprimento dessa responsabilidade cabia principalmente aos pais e aos irmãos, preferencialmente o irmão mais velho. O relato de D. Maria da Conceição Prado é um indicativo dessa condição feminina:

Uma moça não saía só. Eu, já noiva de aliança saí um dia dez horas do dia para fazer as compras, lá vem meu noivo, sentamos na praça... Lá vem o papai: - Minha filha! Sentou, ficou conversando e fomos pra casa: - Minha filha, uma moça, dez horas do dia numa praça, sentada com um rapaz? – Papai, e ele não é meu noivo?- Mas não é bonito! Aquele tempo como era, não é? Então, a gente tinha aquele sistema de vida muito recatado.²⁴⁷

De acordo com as informações da entrevistada, podemos identificar a presença familiar na produção do comportamento adequado a uma moça de boa reputação. De acordo com ela, mesmo depois do noivado, a vigilância do pai persistia, não permitindo ele que a filha fosse vista, sozinha, com o futuro marido, em local público. Isso significava um risco, pois poderia gerar comentários maldosos e comprometer a moral da jovem, que estaria sendo alvo de muitos olhares. Apesar de morar na cidade piauiense de Parnaíba, acreditamos que essa realidade vivida pela entrevistada fosse possível em Teresina, especialmente entre outras moças provenientes do setor social médio.

Apesar do controle familiar ser muito presente, havia moças que conseguiam exercer a liberdade em determinados momentos, como demonstra mais uma vez o relato de D. Maria da Conceição Prado:

[...] O Moacir era o mais velho, ia com ela deixar no colégio. Deixava, entrou? Entrou. Quando foi um dia ele chegou: - Cadê a Gilda, madre? Lá se vem ela, ela esperava ele sair e ia pra rua namorar, na praça na frente. Quando tem instinto ruim, não tem quem segure. Era assim, a tia Joaninha quase fica louca, quando soube, chegou lá e não encontrou ela na porta do colégio “- Cadê a Gilda? ” Era assim, mas aquilo foi uma coisa horrível, ninguém podia nem comentar: “ - Não pode ser! Isso é uma coisa muito feia! Muito feia.”²⁴⁸

Um acontecimento como esse deveria ser mantido em sigilo, não podendo ser comentado fora do espaço familiar porque causaria um escândalo na sociedade local o fato de uma moça deixar de ir para a escola para namorar escondido sem nenhum tipo de vigilância. Se um fato como esse fosse revelado publicamente, a reputação da jovem seria abalada.

²⁴⁷ PRADO, op. cit.

²⁴⁸ PRADO, op. cit.

A Igreja Católica também era uma outra importante instância que contribuía para a produção de sentido do corpo das normalistas e das mulheres em geral. Sua influência na sociedade dos anos de 1930 e 1940 era intensa, já que era a religião que possuía mais adeptos em Teresina. De acordo com o ideário defendido por essa instituição, era premente defender a família através da manutenção da moral feminina, pois esta era considerada a base de sua preservação. Por tudo isso o comportamento das mulheres era bastante normatizado pela Igreja Católica.

A moralidade feminina precisava ser preservada de forma urgente e irredutível porque o pensamento católico defendia a virtude do corpo feminino até a realização do casamento, que daria início à formação de uma nova família. Podemos observar a seguir a grande importância atribuída à maternidade, a qual deveria ser uma tarefa das mulheres que contraíam o matrimônio:

No meio de tanta miséria deixada por uma guerra que abalou o mundo, os ânimos exaltados pelas inúmeras conseqüências desta catástrofe, clamam: a humanidade vai de mal a pior! Que será da família e da Pátria de amanhã? Como nos salvar dêste naufrágio? A tantas perguntas responde a voz do papa Pio XI: “Dai-me mães verdadeiras e salvarei o mundo!” Sim, é delas que o mundo atual precisa. Modelos de mulher forte de que nos fala a Bíblia, que acima de tudo velem pela educação dos filhos, rainhas de seus lares, anjos de paz e concórdia.²⁴⁹

A Igreja Católica defendia que somente as mulheres virtuosas cumpririam a missão de zelar pela integridade da família e, conseqüentemente, pela salvação da pátria. Essa condição seria a base da reestruturação do mundo e, mais especificamente, do país abalado pelos resultados dos males da Segunda Guerra Mundial. Assim, nos momentos de crise, os problemas seriam apaziguados pela mulher, que era esposa e mãe, dentro do sagrado espaço do lar, para onde o marido e os filhos deveriam sempre voltar e encontrar apoio e tranqüilidade.

Para a Igreja Católica, o âmbito privado era por excelência reservado à mulher, e nesse local protegido dos perigos e tentações do mundo, era ela que reinava absoluta. O papel feminino era sacrificar outros interesses individuais, que eram sempre menores diante da missão divina de zelar pelo bem-estar da família, cuidando da educação dos filhos e das obrigações de esposa.

²⁴⁹ MÃE. **O Dominical**, Teresina, ano XII, n. 9, p. 1, 18 de jul. de 1948.

O ideal defendido pela Igreja Católica de que a mulher deveria manter-se reclusa no espaço doméstico, cumprindo as tarefas de esposa e mãe, confirma a tendência dessa instituição religiosa de impedir as mudanças sociais, pois, como já observamos anteriormente, a condição feminina sofria transformações significativas que consistiam na maior presença das mulheres nos locais de lazer, educação e trabalho, proporcionadas pela intensificação da modernização.

Essa postura pode ser observada também em uma carta circular com instruções fornecidas por ordem do Papa Pio XI para as dioceses, onde observamos a tentativa da instituição católica em disciplinar o corpo feminino:

[...] chamamos muito encarecidamente a atenção dos Revmos. sacerdotes, dos ilustres pais, das exmas. mães de família, bem como das Exmas. diretoras de colégios, e professoras, para que os tenham no devido apreço e que as cumpram, pois como recomendação e mostra do quanto valem, basta apenas dizer que são palavras do Papa: [...] damos a seguir as condições que nos parecem necessárias para que os vestidos sejam considerados decentes: 1º Que os decotes não excedam de três dedos além da base do pescoço. 2º Que as mangas, si curtas, cheguem até próximo os cotovellos. 3º Que as saias fiquem abaixo do joelho de modo que, ajoelhadas as pessoas, elas dobrem aproximadamente quatro dedos. 4º Com os tecidos transparentes, seja usada uma combinação nas mesmas proporções dos vestidos. 5º Que não sejam os vestidos demasiadamente estreitos ou ligados no corpo. [...]²⁵⁰

Nesse documento, é claramente perceptível o empenho da cúpula da Igreja Católica em proibir o uso da moda moderna considerada devassa no vestuário das jovens, certamente por considerá-las mais vulneráveis aos seus apelos. Para isso, o Sumo Pontífice determinava as medidas para que as roupas femininas fossem consideradas decentes. Podemos perceber que essas indicações visavam produzir comportamentos ideais através de um discurso prescritivo, numa tentativa de imprimir um comportamento recatado às moças, resguardando o corpo feminino, considerado como fonte de pecado, dos olhares masculinos.

Para que as palavras do papa fossem obedecidas, era necessário que fossem divulgadas na imprensa, nas igrejas e nas associações religiosas. Além disso, deveria existir a orientação e a vigilância de uma parcela da sociedade responsável pela educação das jovens, como os próprios membros da instituição religiosa, pais e mães, bem como diretoras e professoras dos estabelecimentos escolares.

Essas normas prescritas pela Igreja Católica, depois de vários anos, ainda eram prontamente seguidas pelo Colégio Sagrado Coração de Jesus, fato perfeitamente justificado

²⁵⁰ GOVERNO diocesano: circular n°. 20. **O Piauí**, Theresina, ano XXXIX, n. 93, p. 2, 6 de maio de 1930.

pela orientação religiosa do estabelecimento, tornando-se perceptível em alguns textos jornalísticos. Entre eles destaca-se um aviso de matrícula no qual ficam especificadas pela diretora, Irmã Maria Catharina Levrini, algumas normas para o uniforme a ser usado pelas alunas:

[...] todas as alunas devem trajar o uniforme adaptado, quando freqüentarem o estabelecimento; o dito uniforme deve ser perfeitamente igual ao modelo determinado, sendo a saia azul marinho, blusa creme, meias marrom, sapatos pretos. A diretora recomenda também que o vestido seja decente: para as pequenas, exige-se que a saia chegue até os joelhos; para as maiores, deve cobrir os joelhos; e para as moças, a saia deve medir 10 cm abaixo do joelho. São absolutamente proibidos os vestidos demasiadamente justos.²⁵¹

As determinações da Igreja Católica que instruíam sobre a reclusão do corpo feminino também estavam presentes nos fardamentos da Escola Normal de Teresina, como identificou D. Isis Maria, que estudou no estabelecimento até 1940:

[...] era a saia azul, a princípio era justinha e depois criaram, quando ficou mais na moda essa história de prega, fizeram a saia pregueada, a blusa branca de mangas compridas, o sapato preto e as meias brancas. [...] A D. Maria de Lourdes não queria... Era no joelho, o joelho era que dominava, podia ser menininha, meninona, era no joelho a farda, qualquer que fosse, não importava quem fosse, essa sainha curta não tinha não. E tinha uma boina que a pessoa usava, uma boina azul, e “ai” se andasse na rua sem boina, tinha a boina, a boina fazia parte do uniforme e a D. Maria de Lourdes não dispensava, se andasse sem boina, ia suspensa.²⁵²

As especificações sobre os comprimentos das saias e das mangas das blusas, bem como a proibição de decotes imprimiam uma disciplina ao corpo das jovens, demonstrando a intensidade da influência do discurso religioso na Escola Normal. A regra do uso do uniforme revelava que uma normalista deveria resguardar a compostura, que começava pelo vestuário. Além disso, deveria ter um comportamento impecável dentro e também fora da instituição já que a farda servia como identificação. Essa ordem deveria ser colocada em prática através do caráter disciplinador que regulava os comportamentos na Escola Normal.

A presença da disciplina Ensino Religioso na Escola Normal significava uma vitória da vertente educacional defensora do catolicismo sobre os educadores da Escola Nova, que propugnavam o ensino leigo. De acordo com a regulamentação piauiense, não era permitida a

²⁵¹ LEVRINI, Irmã Maria Catharina. Colégio Sagrado Coração de Jesus. **Diário Oficial**, Teresina, ano VIII, n. 49, p. 9, 5 de mar. de 1938.

²⁵² CASTELO BRANCO, op. cit.

existência de símbolos de qualquer culto, bem como a propaganda religiosa deliberada no estabelecimento educacional, sendo que na matrícula deveria ser apresentado um documento assinado pelo pai ou responsável identificando o credo religioso no qual o aluno deveria ser instruído.²⁵³

Assim, oficialmente o Ensino Religioso poderia enfocar qualquer tipo de religião, mas na Escola Normal, era geralmente ministrada a religião católica, pois era o credo professado por praticamente todas as normalistas. Dessa forma, a presença da referida disciplina servia, na prática, para ampliar o espaço de atuação da religião católica e aumentar sua influência na sociedade, sendo que na educação das normalistas, os preceitos religiosos defendidos pela Igreja Católica serviam para nortear a moral feminina e construir uma disciplina diante do pecado.

Uma outra forma de disciplina da Igreja Católica sobre a mocidade de Teresina era a associação chamada Filhas de Maria, cujas participantes eram jovens que se comprometiam formalmente a seguir o exemplo de Maria, mãe de Deus, exemplo máximo de pureza, conformidade e abnegação. Muitas normalistas foram filhas de Maria, um exemplo disso é D. Maria do Perpétuo Socorro que relata sua participação:

Eu fui filha de Maria do Colégio das Irmãs. Era muito bonito, lindo demais. [...] quando ia pra missa, ia de branco, toda de branco, quando chegava lá, usava essa fita azul no pescoço da largura de três dedos e uma larga assim de quatro dedos mais na cintura, e dava aquele laço, sabe? Pois é, nós tínhamos missa... Rezar e fazer retiro [...] Ah! Minha filha, tinham as reuniões, lá tinham as reuniões e também as visitas nas casas de família.²⁵⁴

As filhas de Maria eram identificadas por um traje próprio e tinham que cumprir uma série de obrigações religiosas. As formas de participação na referida associação consistiam em ações como reuniões periódicas sobre os preceitos da religião católica, organização e participação em procissões, frequência obrigatória em missas, realização de retiros, além de visitas a famílias necessitadas, quando eram feitas doações de alimentos, remédios e roupas.

As participantes da associação também deveriam se abster de uma série de comportamentos considerados pecaminosos pela Igreja Católica, como vestir roupas decotadas, justas e transparentes, usar maquiagem e participar de festas dançantes. D. Maria

²⁵³ PIAUHY. Decreto n. 1.638, de 15 de abril de 1935. Regulamenta o dispositivo da constituição federal sobre o ensino religioso nos estabelecimentos públicos. **Decretos do Ano de 1935**. Teresina: Imprensa Oficial, 1936.

²⁵⁴ SOARES, Maria do Perpétuo Socorro. **Depoimento Concedido a Joseanne Zingleara Soares Marinho**. Teresina, 2007.

de Lourdes, quando jovem, também se tornou filha de Maria, mas podemos perceber que sua participação na irmandade não foi de obediência a todas as regras:

Eu fugia para ir festinha no Clube dos Diários, aquelas matinês do Clube dos Diários, que era proibido, minha filha, filha de Maria não podia dançar de jeito nenhum... E eu dançava que só uma condenada! (risos). [...] A moda, essa moda devassa não. Moda mais decente, vestido de manga, não podia usar sem manga, não podia ir pra missa, se você fosse comungar tinha que ir com aquele véu na cabeça, vestido decotado também não podia, vestido assim mais nu você não podia. Carnaval nem pensar! Essas coisas mais mundanas não... Eram proibidas. Se alguém visse você lá, ia denunciar, como denunciaram de mim que eu andava nas festas (risos) pra tomar a fita. Tomavam a fita e excluía, não pertencia mais à irmandade. Não tomaram minha fita não, mas quase tomam.²⁵⁵

De acordo com o relato, certas proibições que diziam respeito à chamada vida mundana não eram totalmente cumpridas, já que a entrevistada gostava de divertir-se dançando nas festas do Clube dos Diários. As moças que desobedecessem às determinações da associação católica poderiam ser repreendidas ou até mesmo expulsas de acordo com a gravidade dos maus procedimentos. Isso era possível porque existia uma grande vigilância social sobre as filhas de Maria, as quais deveriam seguir um modelo determinado de conduta, sendo identificadas na sociedade como exemplos para todas as outras jovens.

As proibições da Igreja Católica que procuravam moldar o comportamento dos corpos femininos eram condizentes com o fato de, que durante toda a primeira metade do século XX, essa instituição defendeu a preservação dos valores morais da família como uma de suas metas prioritárias, propugnando uma ordem social que impedisse quanto possível as transformações em marcha no país.²⁵⁶

Na crônica de um jornal católico da década de 1940, podemos perceber que a Igreja incentivava o conservadorismo das relações sociais:

Mas ao meu ver e ao ver de todos, grande desequilíbrio já existe na parte humana do mundo, qualquer criança já quer ser homem, qualquer calouro já se julga um sábio, qualquer palpavo tem-se como herói; o velho faz se criança, o operário supõe-se patrão, o comerciante aspira ser banqueiro, o zé-povinho tem a ilusão de dominar o mundo com o comunismo na família; já não existe o amor respeitoso e o temor reverencial dos filhos, a dedicação, o zelo e a harmonia dos pais que fazem o aconchego, a venerabilidade e alegrias do lar; a sociedade cada vez mais se corrompe e

²⁵⁵ OLIVEIRA, op. cit.

²⁵⁶ AZZI, Riolando. Família, mulher e sexualidade na Igreja do Brasil (1930-1964). In: MARCÍLIO, Maria Luísa. (org.). **Família, mulher, sexualidade e Igreja na história do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1993. p. 101-111.

degladiam-se as nações. Não é isso andar o mundo às cambalhotas? [...] Si os homens não se afastassem de Deus, o mundo seria verdadeiramente aquilo para que foi criado: a ante sala dos céu²⁵⁷

Percebemos que o posicionamento da Igreja Católica era de crítica veemente às mudanças que se processavam no mundo moderno, vistas como ameaças a uma desejada ordem social que acomodava as diferenças perpetuadas por costumes e tradições. Segundo a instituição, essas transformações influenciavam de forma perniciosa o comportamento das pessoas, impondo-lhes novas formas de conceber o mundo que supostamente afastavam todas elas dos ensinamentos de Deus.

Nessa época em que muitas novidades modernas nas áreas do entretenimento e do comportamento começaram a chegar a Teresina com mais intensidade, havia críticas de muitos católicos e membros da Igreja à influência negativa exercida no comportamento da juventude, destacando-se a corrupção da moral e o perigo da instalação de vícios. Isso era perceptível nos textos do jornal católico “O Dominical”, como percebemos no seguinte exemplo:

A cada momento vamos tendo conhecimento do efeito deletério que as maneiras chamadas *modernas* vão causando nos jovens. Meios de deformação não lhes faltam, sejam nos cinemas, seja nas praias, ou através de leituras. Tanto o rapaz quanto a moça se diz *americanizado* isto é, entregue ao deboche, à leviandade e falta de modéstia tão comuns no povo ianque. Quantas vezes tenho observado mocinhas pintadas que divagam pelas ruas como borboletas tontas, saturadas de leviandade, a falar sempre em namoricos, ciúmes, bailes e cinemas sem nenhum respeito á sua dignidade de donzelas e muito menos à dos transeuntes [...]²⁵⁸

A crítica recaía diretamente sobre o modelo moderno de comportamento propagado pelos Estados Unidos, que era a referência principal para a conduta da juventude no período. Para a Igreja Católica, esse tipo de condição era preocupante em razão de que esse público estava com a consciência em formação, sendo esse um momento decisivo da vida para a formação de católicos fiéis à religião e cumpridores de suas obrigações.

A Igreja considerava os locais públicos de lazer particularmente perigosos porque eram considerados como espaços repletos de tentações que encaminhavam a juventude para uma vida de pecado. Práticas como os bailes dançantes eram terminantemente proibidas para todas as moças que queriam preservar os valores cristãos. Em uma crônica jornalística da

²⁵⁷ A MEU ver... **O Dominical**, Teresina, ano XII, n. 14, p.4, 22 de ago. de 1948.

²⁵⁸ ESSAS mocinhas! **O Dominical**, Teresina, ano XIII, n. 61, p. 1, 17 de jul. de 1949.

época, podemos observar como a instituição católica, de forma explícita, concebia esse tipo de divertimento:

[...] Queres morrer no meio de uma dança? Não renunciaste a Satanás, suas pompas e suas obras no dia de tua Primeira Comunhão? As danças de hoje, modernas, em trajes indecorosos, não são obras de Satanás? Como danças? [...] O fumo afugenta a abelha: essas danças de hoje... Afugentam o Anjo da Guarda. A dança, em nossos dias, deixou, com efeito, de ser a diversão honesta de outros tempos, para se transformar em um passatempo escandaloso, degradante e pecaminoso.²⁵⁹

De acordo com esse posicionamento, as danças do mundo moderno eram identificadas como um pecado grave porque degradava a moral e a virtude. O próprio tom utilizado na narrativa revelava a repreensão radical a essa prática que seria obra do próprio Satanás, mas essa era realizada por muitos católicos, especialmente os jovens, que tinham as festas como uma das poucas formas de lazer existentes na cidade.

Por todo o exposto, ressaltamos que, apesar do foco do estudo incidir sobre a Escola Normal como espaço de formação de modelos valorizados de professoras, mães e esposas, não podemos deixar de considerar o fato de que existiam outras vias de atribuição de sentidos que contribuía para formar as consciências e as condutas femininas, principalmente no que diz respeito ao casamento e à maternidade. Esses discursos poderiam entrar em atrito, convergir ou coexistir paralelamente nos meios de convivência social.

²⁵⁹ O BAILE. **O Dominical**, Teresina, ano XII, n. 4, p. 2, 13 de jun. de 1948.

CONCLUSÃO

Nesta pesquisa sobre a formação das normalistas que freqüentaram a Escola Normal de Teresina nos anos de 1930 e 1940, fizemos o estudo de aspectos como a relação entre o ensino Normal e a modernização da educação, as circunstâncias em que ocorria o ingresso no curso de formação de normalistas, as características privilegiadas na formação das jovens que estudaram na instituição, o funcionamento formal e cotidiano da Escola Normal, a participação das normalistas nos eventos, o comportamento normatizado das alunas na Escola Normal e as formas de ação de outras instâncias que também contribuíam para a formação do corpo das jovens que freqüentaram o curso Normal.

O processo de modernização fez-se presente no Piauí a partir dos últimos anos do século XIX e primeiros anos do século XX, mas o sistema educacional ainda não estava efetivamente implantado, pois existiam pouquíssimas escolas, as taxas de matrículas eram irrisórias e os professores não tinham formação específica para a função que desempenhavam. Apenas no início da década de 1920, foi articulado no país um espaço para questionamentos e debates sobre o tema da expansão e renovação da educação. Esse movimento repercutiu no Piauí, de modo que o governo do estado passou a realizar algumas ações para incrementar a expansão educacional de nível primário.

Apesar disso, foi somente nas décadas de 1930 e 1940 que esse movimento com pretensões de renovar a educação teve condições de ser efetivamente realizado. O resultado foi o desenvolvimento significativo da educação primária no Piauí, pois essa área passou a ser assunto de relevância para o poder público central, inserida em um projeto mais amplo de modernização para o país.

Desse modo, no processo de expansão educacional ocorrido no Piauí, teve prioridade o nível primário porque era urgente para os poderes públicos, naquele momento histórico, promover a alfabetização para que o Brasil tivesse condições de se desenvolver. Em virtude disso, a Escola Normal de Teresina passou a desempenhar a função fundamental de contribuir para a formação das jovens normalistas que deveriam assumir a profissão de professoras no ensino elementar.

Freqüentar o curso Normal nessa instituição que tinha renome no estado e trabalhar no magistério significava a trajetória social mais acessível e valorizada para as moças de setor social médio que prosseguiram os estudos após a conclusão do primário. Nesse sentido, a condição feminina de professora normalista concedia prestígio social em um meio onde a oferta educacional era limitada, havendo poucas ocupações respeitáveis para as mulheres.

Na Escola Normal de Teresina, as normalistas recebiam uma formação para serem professoras, mas também para serem defensoras da instituição familiar, preparando-se para exercer, de forma competente, os papéis femininos de esposas e mães. Isso ocorria a partir da formação curricular, mas também da participação nas comemorações cívicas e eventos escolares. Para que as normalistas cumprissem todas essas funções de forma responsável, incidiam determinadas regras sobre seus corpos com o objetivo de disciplinar as consciências e os comportamentos, formando mulheres comprometidas com a moral e o caráter cívico.

No entanto, além da Escola Normal, outras instâncias também contribuía para a construção dos corpos das mulheres na época, como a família, a Igreja Católica, o cinema e as propagandas publicitárias. Esses sistemas de atribuições de sentidos serviam para influenciar a conduta das normalistas, especialmente no que diz respeito ao cumprimento de suas funções sociais, e poderiam entrar em atrito direto ou indireto, mas também convergir em determinados momentos e condições.

Entendemos que através da Escola Normal estadual que funcionava em Teresina a educação feminina das jovens de setor social médio deixou de ser exclusivamente voltada para o cumprimento das tarefas domésticas, proporcionando-lhes a profissionalização para o magistério. Mas percebemos que essa condição não rompeu de forma significativa com as funções tradicionais que a sociedade teresinense esperava das mulheres já que a profissão de professora continuava sendo construída como uma função tipicamente feminina na qual as mulheres estariam exercendo supostas aptidões naturais.

Nesse sentido, na visão dos poderes públicos locais dos anos de 1930 e 1940, o cumprimento efetivo dos papéis de professora, esposa e mãe significava que as normalistas estariam contribuindo para a proposta patriótica de defesa da infância, a partir do provimento da educação primária e do desenvolvimento saudável. Somente com a orientação e o empenho das mulheres, especialmente das normalistas, as crianças estariam em condições de promover o progresso da nação brasileira em um futuro próximo.

REFERÊNCIAS E FONTES

LIVROS, DISSERTAÇÕES E TESES

ALBERTI, Verena. **História Oral: a experiência do Cpdoc**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisas e Documentação Contemporânea-CPDOC/ FGV, 2004.

ALIMANDI, Lia Carini. **Savina Petrilli: como pão partido**. São Paulo: Loyola, 2005.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

AZEVEDO, Fernando de. **A Transmissão da Cultura**. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

BENTES, Ana Lúcia Seabra. **Tudo como Dantes no Quartel D'Abrantes: estudo das internações psiquiátricas de crianças e adolescentes através de encaminhamento judicial**. São Paulo, 1999. 141f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, São Paulo, 1999.

BARROS, José D' Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

BASSANEZI, Carla. **Virando as Páginas, Revendo as Mulheres: revistas femininas e relações homem-mulher (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BESSE, Susan K. **Modernizando a Desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil: 1914-1940**. São Paulo: EDUSP, 1999.

BRITO, Itamar Sousa. **História da Educação no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1996.

BURKE, Peter. **O Que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CANEZIN, Maria Teresa. **A Escola Normal em Goiás**. Goiânia: UFG, 1994.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. **Múltiplas e Plurais: histórias e memórias de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970)**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **Mulheres Plurais: a condição feminina na Primeira República**. Teresina: Bagaço, 2005.

CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietudes**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

COUTINHO, Maria Lúcia Rocha. **Tecendo por Trás dos Panos: a mulher brasileira nas relações familiares.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

CUNHA, Hygino. **O Ensino Normal no Piauí.** Teresina: Papelaria Piauiense, 1923.

DUBY, Georges. **A História Continua.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e Abusos da História Oral.** 7. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FERRO, Maria do Amparo Borges. **Educação e Sociedade no Piauí Republicano.** 1994. 143f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 1994.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas. **Vestidas de Azul e Branco: um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920-1950).** São Cristóvão: UFSE, 2003.

FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral: possibilidades e procedimentos.** 2.ed. São Paulo: Humanitas, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva.** São Paulo: Vértice, 1994.

LANG, Alice et al. **História Oral e Pesquisa Sociológica: a experiência do CERU.** São Paulo: Humanitas, 1998.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas: Vértice, 1994.

LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. **Beneméritos da Instrução: a feminização do magistério primário piauiense.** 1996. 242f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1996.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação.** 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MATE, Cecília Hanna. **Tempos Modernos na Escola: os anos 30 e a racionalidade da educação brasileira.** São Paulo: EDUSC, 2002.

MELLO, Leônidas de Castro. **Trechos do Meu Caminho.** Teresina: COMEPI, 1976.

MELLO, Mathias Olímpio de (org.). **A Instrução Pública no Piauí.** Teresina: Papelaria Piauiense, 1922.

MONARCHA, Carlos. **Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes.** Campinas: UNICAMP, 1999.

MOTTA, Diomar das Graças. **As Mulheres Professoras na Política Educacional no Maranhão.** São Luís: UFMA, 2003.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A Cidade Sob o Fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945).** Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.

NEPOMUCENO, Maria de Araújo. **A Ilusão Pedagógica (1930-1945):** estado, sociedade e educação em Goiás. Goiânia: UFG, 1994.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Schola Mater:** a antiga Escola Normal de São Carlos 1911-1933. São Carlos: EDUFSCar, 1996.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres.** São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **Mulheres Públicas.** São Paulo: UNESP, 1998.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma História do Feminismo no Brasil.** São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Do Singular ao Plural.** Recife: Bagaço, 2006.

_____. **Os Literatos e a República:** Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as Tiranias do Tempo. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 1998.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira:** a organização escolar. São Paulo: Autores Associados, 2003.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930-1970).** 30.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

SALES, Luís Carlos. **O Valor Simbólico do Prédio Escolar.** Teresina: EDUFPI, 2000.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena M. B.; COSTA, Vanda M. R. **Tempos de Capanema.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SEVCENKO, Nikolau. **Literatura Como Missão:** tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SOARES, Norma Patricya Lopes. **Escola Normal em Teresina (1864-2003):** reconstituindo uma memória da formação de professores. 2004. 181f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2004.

SOUZA, Maria Cecília C. C. de. **A Escola e a Memória.** Bragança Paulista: EDUSF, 2004.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado:** História Oral. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

WEBER, Eugen. **França Fim de Siècle.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ARTIGOS E CAPÍTULOS DE LIVROS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. Um Leque que Respira: a questão do objeto em História. In: CASTELO BRANCO, Guilherme; PORTOCARRERO, Vera (orgs.). **Retratos de Foucault.** Rio de Janeiro: Nau, 2000. p. 117- 127.

ANDRADE, Sandra dos Santos. Mídia Impressa e Educação de Corpos Femininos. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (orgs.). **Corpo, Gênero e Sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 108- 123.

AZZI, Riolando. Família, mulher e sexualidade na Igreja do Brasil (1930-1964). In: MARCÍLIO, Maria Luísa (org.). **Família, mulher, sexualidade e Igreja na história do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1993. p. 101-134.

BRITO, Anísio. Do Ensino Primário: seu historico, desenvolvimento, métodos adoptados e estado actual. In: MELLO, Mathias Olímpio de. (org.). **A Instrução Pública no Piauí**. Theresina: Papelaria Piauíhyense, 1922. p. 45- 82.

_____. A Reforma Actual e o Ensino Normal e Secundário. In: MELLO, Mathias Olímpio de. (org.). **A Instrução Pública no Piauí**. Theresina: Papelaria Piauíhyense, 1922. p. 135-156.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Tempo do Nacional-Estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 108-143.

CARDOSO, Ciro Flamarion; MAUAD, Ana Maria. História e Imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 401- 417.

CHARTIER, Roger. Subsídios Para a Mídia: conversa com Roger Chartier. **Revista Eletrônica Trópico**, Rio de Janeiro, p.63, nov.2004. Disponível em: < <http://pphp.uol.com.br/tropico/html/index.shl> >. Acesso em: 22 out. 2006.

DAMATTA, Roberto. Tem Pente Aí? Reflexões Sobre a Identidade Masculina. In: CALDAS, Dario (org.). **Homens**. São Paulo: SENAC, 1997. p. 31- 49.

DIAS, Claudete Maria Miranda. Roger Chartier: entrevista. In: CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar; NASCIMENTO, Francisco Alcides; PINHEIRO, Áurea Paz (orgs.). **Histórias**: cultura, sociedade, cidades. Recife: Bagaço, 2005. p. 279- 297.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. Escrever a História das Mulheres. In: _____. (orgs.). **História das Mulheres no Ocidente**: o século XX. Porto: Afrontamento, 1991. p. 7-8.

FRANKFURT, Sandra Herszkowicz. Escola Normal de Pirassununga (1940-1950): o papel das festas escolares por uma análise da memória. In: I COLÓQUIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO NO CEARÁ - VI ENCONTRO CEARENSE DE HISTORIADORES DA EDUCAÇÃO, 08 a 11 de maio de 2007, Aracati-CE. **Anais...** Fortaleza: UFC, 2007. p. 573- 581.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. Da “Normalista-Espera-Marido” ao Exercício Profissional no Magistério: trajetórias de ex-alunas do Instituto de educação Rui Barbosa (Aracaju/ SE: 1920-1950). In: CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Sousa; SILVA, Vera

Lúcia Gaspar da (orgs.). **Feminização do Magistério**: vestígios do passado que marcam o presente. Bragança Paulista: EDUSF, 2002. p. 141-162.

GENDROT, Sophie Body. Uma Vida Privada Francesa Segundo o Modelo Americano. In: PROST, Antoine; VINCENT, Gerard. (orgs.). **História da Vida Privada**: da Primeira Guerra aos nossos dias. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 529- 580.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A Produção Cultural do Corpo. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (orgs.). **Corpo, Gênero e Sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. 2.ed. Petrópolis;Vozes, 2005. p. 28- 40.

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar Como Objeto Histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Rio de Janeiro, n.1, p. 9- 43, jan/jun. 2004.

LAGRAVE, Rose-Marie. Uma Emancipação sob Tutela: educação e trabalho das mulheres no século XX. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (orgs.). **História das Mulheres no Ocidente**: o século XX. Porto: Afrontamento, 1991. p. 504 - 543.

LOURO, Guacira Lopes. A Emergência do Gênero. In: _____. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004. p. 14-36.

_____. Gênero e Magistério: identidade, história, representação. In: CATANI, Denice Bárbara et al. **Docência, Memória e Gênero**: estudos sobre formação. São Paulo: Escrituras, 2003. p. 73-82.

_____. Mulheres na Sala de Aula. In: DEL PRIORI, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 443- 479.

_____. (org.). Pedagogias da Sexualidade. In: _____. **O Corpo Educado**: Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 7- 34.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do Mundo Feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. v. 3, p. 368- 421.

MATOS, Maria Izilda (org.). Outras Histórias: as mulheres e estudos dos gêneros-percursos e possibilidades. In: **Gênero em Debate**, São Paulo: EDUC, p.83-114, 1997.

MAUAD, Ana Maria. Através da Imagem: fotografia e história interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, p. 1- 15, 1996.

MELLO, Mathias Olímpio de. Do Ensino Normal, do Ensino Profissional e Secundário. In: _____. (org.). **A Instrução Pública no Piauí**. Theresina: Papelaria Piauíense, 1922, p. 82-105.

_____. Relatório da Comissão Nomeada Pelo Governo. In: _____. (org.). **A Instrução Pública no Piauí**. Theresina: Papelaria Piauíense, 1922. p. 11-22.

MELO, Sônia Pinto de Albuquerque; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. Processo Educacional e Instituto de Educação Rui Barbosa: feminização do magistério em Sergipe. In:

I COLÓQUIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO NO CEARÁ-VI ENCONTRO CEARENSE DE HISTORIADORES DA EDUCAÇÃO, 08 a 11 de maio de 2007, Aracati - CE. **Anais...** Fortaleza: UFC, 2007. p. 583-595.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara. A Professora Sinhazinha Wanderley e o Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia. In: _____ . (org.). **A Mulher em Nove Versões**. Natal: UFRN, 2001. p. 29-39.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os Anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Tempo do Nacional-Estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 13-38.

PERROT, Michelle. Os Silêncios do Corpo da Mulher. In: SANTOS, Maria Izilda; SOIHET, Raquel (orgs.). **O Corpo Feminino Em Debate**. São Paulo: UNESP, 2003. p. 13 a 27.

POLLACK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. Memória e Identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 1-15, 1992.

PORTER, Roy. História do Corpo. In: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992. p. 291-326.

PROST, Antoine. Fronteiras e Espaços do Privado. In: PROST, Antoine; VINCENT, Gerard (orgs.). **História da Vida Privada**: da Primeira Guerra aos nossos dias. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 13- 154.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. Cinema, Invenção do Diabo? In: _____ . **História, Literatura, Sociabilidades**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998. p. 41-53.

RAGO, Margareth. Descobrimo Historicamente o Gênero. **Cadernos Pagu**, n.11, p. 89-94, 1998.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, São Paulo, v. 20, p. 71-99, jul/ dez.1995.

SILVA, Pedro Borges da. Da Educação Popular e da Acção das Municipalidades. In: MELLO, Mathias Olímpio de (org.). **A Instrução Pública no Piauí**. Teresina: Papelaria Piauiense, 1922. p. 157- 168.

SOIHET, Raquel. História das Mulheres e História de Gênero: Um Depoimento. **Cadernos Pagu**, n.11, p. 77-87, 1998.

TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro. Narrativas de Tempo em Enredos de Professores/as. **História Oral**, [S. l.], v. 7, p. 93- 119, 2004.

THÉBAUD, Françoise. A Grande Guerra: o triunfo da divisão Sexual. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (org.). **História das Mulheres no Ocidente**: o século XX. Porto: Afrontamento, 1991. p. 30- 93.

VELLOSO, Monica Pimenta. Os Intelectuais e a política Cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Tempo do Nacional-Estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 145-179.

JORNAIS

Diário Oficial de 1931 a 1949.

Jornal do Comércio de 1949.

O Dominical de 1948 e 1949.

O Piauí de 1930, 1945, 1946, 1947, 1948 e 1949.

O Tempo de 1934 e 1935.

Resistência de 1949.

REVISTAS

Almanaque da Parnahyba de 1924, 1942 e 1945.

Revista da Academia Brasileira de Letras de 1936, 1937, 1938, 1939, 1942 e 1943.

Almanack Piauyense de 1938.

Revista Voz do Estudante de 1940 a 1943.

Revista Zodíaco de 1944, 1945 e 1947.

DOCUMENTAÇÃO DA ESCOLA NORMAL

Folhas de pagamento dos funcionários de 1941, 1942, 1944, 1947, 1948 e 1949.

Listas de chamadas para realização de provas de 1944 e 1945.

Listagens de notas dos alunos de 1936 a 1948.

Atas registrando realização de exames de 1930, 1931, 1932, 1942, 1945 e 1946.

Portarias da direção de 1947 a 1949.

Diários de Classe de 1944, 1946 e 1947.

Fichas de matrículas de 1930 a 1949.

DEPOIMENTOS

CASTELO BRANCO, Isis Maria Martins Raposo. **Depoimento concedido a Joseanne Zingleara Soares Marinho**. Teresina, 2007.

GONÇALVES, Luís Mendes Ribeiro. **Depoimento concedido ao Núcleo de História Oral do Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí - Fundação CEPRO**. Rio de Janeiro, 1985.

NUNES, Ozita Mendes de Oliveira. **Depoimento concedido a Joseanne Zingleara Soares Marinho**. Teresina, 2007.

OLIVEIRA, Maria de Lourdes Coelho. **Depoimento concedido a Joseanne Zingleara Soares Marinho**. Teresina, 2007.

PRADO, Maria da Conceição Passos. **Depoimento concedido a Joseanne Zingleara Soares Marinho**. Teresina, 2007.

SOARES, Maria do Perpétuo Socorro. **Depoimento concedido a Joseanne Zingleara Soares Marinho**. Teresina, 2007.

MENSAGENS GOVERNAMENTAIS

PIAUHY. Governo 1925-1928. **Mensagem Apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo Governador Mathias Olímpio de Mello, em 1º de Junho de 1925**. Teresina: Imprensa Oficial, 1926.

PIAUHY. Governo 1925-1928. **Mensagem Apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo Governador Mathias Olímpio de Mello, em 1º de Junho de 1926**. Teresina: Imprensa Oficial, 1927.

PIAUHY. Governo 1928-1930. **Mensagem Apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo Governador João de Deus Pires Leal, em 1º de Junho de 1929**. Teresina: Imprensa Oficial, 1929.

PIAUHY. Governo 1928-1930. **Mensagem Apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo Governador João de Deus Pires Leal, em 1º de Junho de 1930**. Teresina: Imprensa Oficial, 1930.

PIAUHY. Governo 1935-1945. **Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Piauí pelo Governador Leônidas de Castro Mello, em 1º de Junho de 1936**. Teresina: Imprensa Oficial, 1936.

PIAUHY. Governo 1935-1945. **Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Piauí pelo Governador Leônidas de Castro Mello, em 1º de Junho de 1937.** Theresina: Imprensa Oficial, 1937.

PIAUÍ. Governo 1946-1950. **Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Piauí pelo Governador José da Rocha Furtado, em 1º de Junho de 1948.** Teresina: Imprensa Oficial, 1948.

PIAUÍ. Governo 1946-1950. **Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Piauí pelo Governador José da Rocha Furtado, em 1º de Junho de 1949.** Teresina: Imprensa Oficial, 1949.

RELATÓRIOS GOVERNAMENTAIS

PIAUHY. Governo 1931-1935. Relatório Apresentado ao Presidente da República pelo Interventor Landry Salles Gonçalves Referente ao Exercício de 1932. **Diário Oficial**, Theresina, ano III, n. 189, p. 1- 4, 23 de ago. de 1933.

PIAUHY. Governo 1931-1935. **Relatório Apresentado ao Presidente da República pelo Interventor Landry Salles Gonçalves Referente ao Exercício de 1931-1935.** Theresina: Imprensa Oficial, 1935.

PIAUHY. Governo 1935-1945. **Relatório Apresentado ao Presidente da República pelo Interventor Leônidas de Castro Mello Referente ao Exercício de 1937.** Theresina: Imprensa Oficial, 1938.

PIAUÍ. Governo 1935-1945. **Relatório Apresentado ao Presidente da República pelo Interventor Leônidas de Castro Mello Referente ao Exercício de 1939.** Teresina: Imprensa Oficial, 1940.

PIAUÍ. Governo 1935-1945. **Relatório Apresentado ao Presidente da República pelo Interventor Leônidas de Castro Mello Referente ao Exercício de 1941.** Teresina: Imprensa Oficial, 1942.

PIAUÍ. Governo 1935-1945. **Relatório Apresentado ao Presidente da República pelo Interventor Leônidas de Castro Mello Referente ao Exercício de 1942.** Teresina: Imprensa Oficial, 1943.

DECRETOS E LEIS

PIAUHY. Decreto n. 771, de 6 de setembro de 1921. Alterações ao regulamento geral da instrução pública. In: MELLO, Mathias Olímpio de (org.). **A Instrução Pública no Piauí.** Theresina: Papelaria Piauihyense, 1922. p. 23-36.

PIAUHY. Lei n. 1.027, de 3 de julho de 1922. Aprova o decreto n. 771 do anno passado que reforma a instrução pública do estado com as alterações constantes da presente lei. In: MELLO, Mathias Olímpio de (org.). **A Instrução Pública no Piauí.** Theresina: Papelaria Piauihyense, 1922. p. 39-41.

PIAUHY. Decreto n. 1.139, de 02 de janeiro de 1931. Regulamenta o ensino normal. **Diário Oficial**, Theresina, anno I, n. 5, p. 2- 16, 8 de jan. de 1931.

PIAUHY. Decreto n. 1.145, de 02 de fevereiro de 1931. Suspende a execução do regulamento a que se refere o Decreto n. 1139. **Decretos do Anno de 1931**. Theresina: Imprensa Oficial, 1932.

PIAUHY. Decreto n. 1.213, de 11 de abril de 1931. Condições para a equiparação do Colégio Sagrado Coração de Jesus à Escola Normal Oficial. **Decretos do Anno de 1931**. Theresina: Imprensa Oficial, 1932.

PIAUHY. Decreto n. 1.247, de 11 de maio de 1931. Dispõe sobre as condições para a equiparação da Escola Normal de Floriano à Escola Normal do Estado. **Decretos do Anno de 1931**. Theresina: Imprensa Oficial, 1932.

PIAUHY. Decreto nº 1.301, de 14 de setembro de 1931. Concede nova organização à Diretoria de Instrução e regulamente o ensino público. **Decretos do Anno de 1931**. Theresina: Imprensa Oficial, 1932.

PIAUHY. Decreto n. 1.311, de 03 de novembro de 1931. Aprova instruções de exames da Escola Normal. **Decretos Anno de 1931**. Theresina: Imprensa Oficial, 1932.

PIAUHY. Decreto n. 1.318, de 25 de novembro de 1931. Mantém e cria cargos no magistério e público dá outras providências. **Decretos do Anno de 1931**. Theresina: Imprensa Oficial, 1932.

PIAUHY. Decreto n. 1.358, de 02 de março de 1932. Aprova os planos de programa e orientações metodológicas da Escola Normal Oficial. **Diário Oficial**, Theresina, anno II, n. 60, p. 3-16, 4 de mar. de 1932.

PIAUHY. Decreto n. 1.429, de 28 de novembro de 1932. Regula as promoções de alunos da Escola Normal Oficial. **Decretos do Anno de 1932**. Theresina: Imprensa Oficial, 1933.

PIAUHY. Decreto nº 1.438, de 31 de janeiro de 1933. Revê e altera as disposições do regulamento geral do ensino. **Decretos do Anno de 1933**. Imprensa Oficial: Theresina. 1934.

PIAUHY. Decreto n. 1.445, de 21 de março de 1933. Aprova os programas do ensino normal. **Diário Oficial**, Theresina, anno III, n. 69, p. 1, 25 de mar. de 1933.

PIAUHY. Decreto n. 1.498, de 17 de novembro de 1933. Equipara à Escola Normal Oficial a Escola Normal de Parnaíba e o Colégio Sagrado Coração de Jesus. **Decretos do Anno de 1933**. Theresina: Imprensa Oficial, 1934.

PIAUHY. Decreto n. 1.504, de 02 de dezembro de 1933. Critérios para aprovação de alunas das escolas normais. **Decretos do Anno de 1933**. Theresina: Imprensa Oficial, 1934.

PIAUHY. Decreto n. 1.522, de 28 de fevereiro de 1934. Altera diversas disposições do regulamento geral do ensino e dá outras providências. **Diário Oficial**, Theresina, ano IV, n. 48, p. 1-2, 02 de mar. de 1934.

PIAUHY. Decreto n. 1.622, de 08 de março de 1935. Altera diversas disposições do regulamento geral do ensino e dá outras providências. **Decretos do Ano de 1935**. Teresina: Imprensa Oficial, 1936.

PIAUHY. Decreto n. 1.638, de 15 de abril de 1935. Regulamenta o dispositivo da constituição federal sobre o ensino religioso nos estabelecimentos públicos. **Decretos do Ano de 1935**. Teresina: Imprensa Oficial, 1936.

PIAUHY. Decreto n. 1.665, de 5 de junho de 1935. Cria mais um lugar de inspetora de alunas na Escola Normal Oficial. **Decretos do Ano de 1935**. Teresina: Imprensa Oficial, 1936.

PIAUHY. Decreto n. 26, de 03 de fevereiro de 1938. Dispõe sobre o modo como deve ser realizado o concurso de professor catedrático da Escola Normal Oficial. **Decretos do Ano de 1938**. Teresina: Imprensa Oficial, 1939.

PIAUHY. Decreto n. 65, de 30 de abril de 1938. Eleva as subvenções para os colégios Sagrado Coração de Jesus, de Teresina e Nossa Senhora das Graças, de Parnaíba. **Decretos do Ano de 1938**. Teresina: Imprensa Oficial, 1939.

PIAUHY. Decreto n. 66, de 02 de maio de 1938. Dispõe sobre banca examinadora para concurso de professores da Escola Normal Oficial. **Decretos do Ano de 1938**. Teresina: Imprensa Oficial, 1939.

PIAUHY. Decreto n. 99, de 30 de junho de 1938. Dispõe sobre as categorias das escolas primárias estaduais. **Decretos do Ano de 1938**. Teresina: Imprensa Oficial, 1939.

PIAUHY. Decreto n. 111, de 02 de agosto de 1938. A cadeira de Música da Escola Normal Oficial e estabelecimentos a ela equiparados passará e ser oferecida em todas as séries do curso. **Decretos do Ano de 1938**. Teresina: Imprensa Oficial, 1939.

BRASIL. Decreto n. 4.244, de 09 de abril de 1942. Lei Orgânica do Ensino Secundário. **Diário Oficial**, Teresina, ano XII, n. 87, p. 9-14, 20 de abril de 1942.

BRASIL. Decreto n. 4.993, de 26 de novembro de 1942. Institui o Conservatório Nacional de Canto Orfeônico e dá outras providências. **Diário Oficial**, Teresina, ano VII, n. 262, p. 1, 17 de dez. de 1942.

PIAUÍ. Decreto n. 755, de 30 de dezembro de 1943. Orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1944. **Diário Oficial**, Teresina, ano XIV, n. 8, p. 1-25, 20 de jan. de 1944.

PIAUÍ. Decreto n. 779, de 18 de abril de 1944. Cria o Departamento Estadual da Criança e dá outras providências. **Decretos do Ano de 1944**. Teresina: Imprensa Oficial, 1945.

PIAUÍ. Decreto n. 1.306, de 02 de setembro de 1946. Dispõe sobre a adaptação do ensino primário do Estado. **Diário Oficial**, Teresina, ano XVI, n. 134, p. 1-4, 06 de set. de 1946.

PIAUÍ. Decreto n. 1.402, de 27 de janeiro de 1947. Dispõe sobre a adaptação do ensino normal do Estado. **Diário Oficial**, Teresina, ano XVII, n. 16, p. 1-4, 30 de jan. de 1947.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)